



Alberto
da Costa
e Silva

Das Mãos
do
Oleiro

APROXIMAÇÕES





DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe Le Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste [LINK](#).

**"Quando o mundo estiver
unido na busca do**

**conhecimento, e não mais
lutando por dinheiro e poder,
então nossa sociedade
poderá enfim evoluir a um
novo nível."**



Das Mãos
do
Oleiro

Alberto
da Costa
e Silva

Das Mãos
do
Oleiro

APROXIMAÇÕES

Apresentação

JOEL RUFINO DOS SANTOS

2ª edição



© by Alberto Vasconcellos da Costa e Silva

Direitos de edição da obra em língua portuguesa adquiridos pela EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A.
Rua Nova Jerusalém, 345–Bonsucesso–21042-235
Rio de Janeiro–RJ–Brasil
Tel.: (21) 3882-8200 Fax: (21) 3882-8212/8313
www.novafrenteira.com.br

Texto revisto pelo novo Acordo Ortográfico.

CIP-Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S578m

2.ed.

Silva, Alberto da Costa e, 1931-

Das mãos do oleiro: aproximações / Alberto da Costa e Silva.–2.ed.–Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011

240p.: 23cm

Índice

ISBN 978-85-209-3897-3

1. Brasil - História. 2. África - História. 3. Portugal
- História. 1. Título

CDD: 869.93
CDU: 821.134.3(81)-3

Sumário

Apresentação (Joel Rufino dos Santos)

O Atlântico, o Velho e o Novo Mundo

Sobre Tomás Antônio Gonzaga

O Rio de Janeiro imperial, mais de meio século depois

Formação da diplomacia econômica no Brasil

O barão do Rio Branco e a modernização do Brasil

Diplomacia e cultura

Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil

Notas de um companheiro de viagem

Gilberto Freyre na ilha dos Amores

Conciliação e reforma no Brasil

A África refeita no Brasil

Coronel, coronéis

De Colombo a Castro

Da Guerra da Tríplice Aliança ao Mercosul: as relações entre o Brasil e o Paraguai.

Brasil, Portugal e África

A propósito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Identidade e patrimônio nacionais

A África e eu

Coda

Portugal

Sobre os textos

Índice onomástico

Apresentação

Anos atrás estava com Alberto da Costa e Silva numa reunião da Unesco, em Luanda. Depois de visitar um empório de venda de escravos, hoje museu, serviram-nos um almoço. Em uma mesa comprida, os anfitriões dispuseram iguarias da terra, na intenção carinhosa de nos seduzir agora pela boca — nem era preciso, já que em Angola os brasileiros sempre nos sentiremos a gosto. Pois Alberto foi discorrendo sobre um a um dos pratos, apontando sua origem brasileira. Eu temi à toa uma descortesia — o autor de *Das mãos do oleiro*, não fosse diplomata de profissão, é um mestre delicado e sereno.

O termo se desgastou, mas o utilizo aqui na acepção de sujeito sábio e respeitoso que se responsabiliza por iniciantes em tal ou qual ofício — e a atividade intelectual, quando levada a sério, não passa de um ofício, como o de ourives, o de alfaiate, o de diplomata, o de oleiro. Para os aprendizes não se trata de servidão, ou submissão, embora isso ocorra eventualmente; nem imitação do estilo de alguém que se considera superior. Trata-se de uma iniciação semelhante à que se pratica na tradição dos orixás, por exemplo, crescimento acompanhado por alguém mais sábio e responsável, cujo valimento implica uma ética assumida. Não se ensina a quem não merece. Outra faceta da maestria é ir a terras estrangeiras e trazer de lá, como presente aos seus conterrâneos, um balaio de novidades insuspeitadas.

Mas Alberto da Costa e Silva é mestre de quê?

Em primeiro lugar da África. Em língua portuguesa ninguém nos ensinou mais sobre esse continente, sua geografia, sua história, sua cultura do que seus dois grandes livros, *A enxada e a lança* (1992), *A manilha e o libambo* (2002), seus ensaios esparsos, como *O vício da África e outros vícios* (1989), *Um Rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África* (2003) e *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos* (2004).

Este *Das mãos do oleiro* seria mais bem classificado como coletânea de ensaios com dimensão histórica. Mesmo quando o tema são as viagens de Gilberto Freyre pelas colônias portuguesas, ou a identidade e patrimônio nacionais, ou uma resenha do clássico *Coronel, coronéis*, de Marcos Vilaça

/ Roberto Cavalcanti, ensinam história — sem pressa ou empáfia. Como na desconstrução das iguarias angolanas daquele almoço.

História é uma disciplina militante, em si mesma, embora nem sempre o objetivo de sua militância esteja claro. Talvez se possa dizer apenas, com segurança, que diverte — no sentido de nos colocar na pele de outros homens de outros lugares, tornando-nos com isso mais humanos. Os ensaios de Alberto da Costa e Silva nos divertem, fazem-nos amar quem ele ama — Portugal, Piauí, o Rio de Janeiro antigo, as margens do Índico, a América do Sul, a ilha de Moçambique, Lagos... No ensaio que fecha o livro, “A África e eu”, Alberto conta como lhe nasceu e se desdobrou o amor pela África: a obra do adulto realizou a fantasia de menino.

Ora, para divertir é preciso talento. Na adolescência, intrigava-me que se apresentasse assim um autor: “Fulano é historiador e escritor.” Historiador seria ipso facto escritor. Com o tempo e as leituras, compreendi que não. Para compreender a distinção, sugiro ao leitor ler em voz alta alguns parágrafos do primeiro ensaio de Das mãos do oleiro, “O Atlântico, o Velho e o Novo Mundo”: É bem verdade que outros antepassados nossos, que não eram europeus, mas africanos, tinham, ainda no século XIV, tentado chegar, de onde hoje é o Senegal, a Gâmbia e as Guiné, até a outra margem do que tinham por um grande rio.

Aqui, e em todo o livro, os fatos se vestem de poesia, têm ritmo, música, embora destinados a informar e argumentar; sugerem, insinuam, abrem janelas para a imaginação. Claro, sem pesquisa não há História, mas sem imaginação não há livro de História, como anota, aliás, Alberto da Costa e Silva no ensaio “Sobre Tomás Antônio Gonzaga”, dedicado a um livro de Adelson Gonçalves. Um dos seus méritos seria nos meter nos olhos do poeta em Moçambique a olhar das janelas do prédio do governo, as ruas poeirentas do exílio.

A certa altura de Das mãos do oleiro, lê-se que o Atlântico é um “labirinto invisível”. Sínteses poéticas como essa, de que há muitas no livro, é que o autor é poeta de ofício, dirão. Penso que indicam também uma concepção da História como gênero literário — o que a salva de infausta pretensão científica. Se o objeto da História é o tempo humano, entre o tempo cósmico, muito além do nosso sentimento, e o tempo cotidiano, muito aquém da nossa aspiração, os escritores serão criaturas trágicas tentando conjugar os dois por meio de narrativas — quaisquer narrativas. Nesse caso, a função e o valor da História são os mesmos da Literatura,

podendo ser escritas com minúsculas, história, literatura. Alguém já o disse de outra maneira: a alma da História são as histórias. Alberto da Costa e Silva também o diz no ensaio que dedica a um livro de Paulo Roberto de Almeida, Formação da diplomacia econômica no Brasil: que ele ama a história como prosa. A prosa torna a História livro de história.

Alberto é, pois, da família de historiadores-escritores, a do Gibbon de A história do declínio e queda do império romano, a do Oliveira Viana de O ocaso do Império, a do Nabuco, de Um estadista do império, a do Rubens de Barcellos, de Estudos rio-grandenses, a do Eugène Tarlé de Napoléon... Ou mesmo a do Raul Pompéia de Uma noite histórica, em que se vê a quanto pode ir o efeito da diversão nos historiadores-escritores.

Mas para quem Alberto tem sido um mestre?

Em primeiro lugar para o que chamamos movimentos negros. Ele desmanchou muitas das fórmulas prontas, idealizadas, com que esses movimentos pensavam incorporar a Mama África. Exibiu, por contraste com o que revelou em livros, artigos e palestras, a ignorância brasileira sobre o continente de onde viemos. Demonstrou, pelo rigor da pesquisa e a sutileza da observação, na linha de Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Manuel Querino e Arthur Ramos, que a África está em nossa maneira essencial ou ocasional de comer, de brincar, de ser bom e de ser cruel. Somos mais africanos do que pensamos. Nossos professores — obrigados, desde 2003, a ministrar história e cultura afro-brasileiras — já não precisam de clichês, bem ou mal-intencionados. Nos livros de Alberto da Costa e Silva — e fazemos justiça, também nos de jovens historiadores acadêmicos atuais, a quem influenciou — os lugares de onde viemos ganham sua narrativa, entre o tempo cósmico e o vulgar. Lugares, atenção, não locais, objeto da antiga “geografia física”, fixados no mapa por pontos geodésicos; lugares como redes existenciais que se estendem sobre a paisagem. Hoje, quando se diz África, por exemplo, já não nos vêm à cabeça o Tarzan e os rios entupidos de jacarés, mas sociedades em variados processos civilizatórios. A própria imagem do africano escravizado, homem-coisa, foi corrigida — e vamos aprendendo a amar o negro escravo comum, desprezado por quem desejaria só descender de quilombolas. Foi a atenção a esse escravo inglório que nos permitiu descobrir o que certas partes da África têm de brasileiro.

O título que Alberto da Costa Silva deu a este livro é ambíguo: oleiro é tanto o operário de olaria quanto o ceramista de arte. Modéstia. Em

qualquer dos casos se trata de um mestre-oleiro.

Joel Rufino dos Santos

O Atlântico, o Velho e o Novo Mundo

I

No início do século XV, o mundo de nossos antepassados europeus — e os distingo, porque somos também descendentes de não europeus, com outras visões do mundo — tinha por centro um mar quase fechado, o Mediterrâneo. Este era o mundo que se considerava o nosso, ainda que dividido em duas metades antagônicas. Nas terras que ficavam ao norte daquele mar, viviam os cristãos; ao sul, os muçulmanos. Viam-se como adversários, mas eram semelhantes, ainda que o não soubessem, nas suas concepções da vida, do tempo e da eternidade. Tanto uns quanto os outros eram monoteístas e assentavam suas culturas sobre a herança dos povos da Mesopotâmia, dos egípcios, dos fenícios e, sobretudo, dos judeus e dos gregos. Mas, enquanto para os europeus o Mediterrâneo era o mar por excelência, os árabes, os arabizados e outros povos islâmicos se tinham feito os principais condôminos do Índico, um oceano de comércio antigo e riquíssimo, o mais mercantil de todos os mares.

Os europeus sabiam, porém, de outros mundos: do que se estendia para leste de uma linha além dos rios Vístula e Dniester — a Rússia ainda não assumira a sua unidade — e do que ficava ao sul do Saara. Esses mundos diferentes eram objetos de curiosidade, ambição e medo. De lá vinham notícias e amostras de grandes riquezas, mas também todos os tipos de monstros: antropófagos, homens com olhos, nariz e boca no peito, com focinho e rabo de cão ou com os pés virados para trás, quimeras, hidras e dragões. Um desses mundos, a Ásia longínqua, geraria, no que chamamos Ocidente, uma literatura de maravilhas, de que são exemplo Marco Polo e John de Mandeville.

Em alguns desses numerosos livros que se diziam de viagens reais, mas se entreteciam de experiências e visões imaginadas, falava-se de um outro mar, o Índico, já conhecido pelos gregos antigos e com o qual tinham relações estreitas Gênova e Veneza, um mar que em certos mapas se mostrava, como o Mediterrâneo, fechado, com a África a alongar-se, em círculo, para leste até a China. E não era de estranhar-se que o pensassem cercado de terras, uma vez que semifechados eram também os outros mares conhecidos, como o Negro, o Vermelho, o golfo Pérsico e o Báltico. E como tal se podia considerar até mesmo o chamado mar do Norte, que fazia

parte de um mar muito maior, do qual pouco mais se conhecia além das praias europeias: o Atlântico.

Fazia-se nele, a serviço do comércio de cereais, sal, azeite, vinhos, cobre, estanho e peles, uma navegação que podemos qualificar de costeira, desde o Báltico até o estreito de Gibraltar, e deste até o arquipélago das Canárias e o sul do Marrocos ocidental. Ao passar-se do continente para as ilhas Britânicas, cruzava-se apenas um canal, o da Mancha, e eram dois canais, o Saint George e o North, que separavam a Grã-Bretanha da Irlanda. Só se entrava no mar aberto quando se ia pescar o bacalhau ou viajar à Islândia, quase tão fabulosa para os não escandinavos quanto a ilha fantástica de São Brandão. O Atlântico era uma vasta área mítica, cujos limites se desconheciam, cheia de monstros e maravilhas. E, a contrastar com o Mediterrâneo e com o Índico, percorridos incessantemente pelos barcos do comércio, um mar quase vazio.

Cem anos mais tarde, tudo mudara: os portugueses, acompanhados em seguida pelos espanhóis, haviam descoberto o Atlântico, tinham começado, no início da segunda metade do Quatrocentos, a povoar as suas ilhas distantes — os Açores, a Madeira, o arquipélago de Cabo Verde — e a olhar para ele como o Mar Oceano, como um imenso espaço aquático a ser aberto e dominado.

É bem verdade que outros antepassados nossos, que não eram europeus, mas africanos, tinham, ainda no século XIV, tentado chegar, de onde hoje é o Senegal, a Gâmbia e as Guínés, até a outra margem do que tinham por um grande rio. Isso foi o que narrou Mansa Musa, o rei do Mali, ao passar pelo Cairo, em 1324, a caminho de Meca. Contou ele ao grande geógrafo árabe Al-Umari que seu antecessor, Muhamed, se convenceu de que o rio salgado que banhava seus domínios devia ter outra margem. Aprestou duzentas almadias e as fez ao mar. Só uma voltou, para informar que as demais haviam sido sorvidas pelas águas. Mandou preparar outra frota, de duas mil canoas. E, após ter passado o poder a Musa, partiu ele próprio numa delas. Nunca mais se soube dele.

Al-Umari, autor de um livro de geografia e história universal que nunca se publicou na íntegra, foi, como seu contemporâneo, o famoso viajante Ibn Battuta, o continuador de uma tradição de livros sobre as terras que ficavam dentro e sobretudo fora do Dar al-Islam, livros do gênero surat al'ard (ou tratados sobre “imagens da terra”) e al-masalik wa'l-mamalik (ou livros “sobre rotas e reinos”). Essas obras começaram a aparecer com a

expansão árabe e foram mudando de tom à medida que essa se consolidava e ampliava. Os textos mais antigos ainda são frequentados pelo maravilhoso — em Gana, o ouro crescia na terra como cenoura, e entre os negros havia uma raça de mulheres com um só seio —, mas rapidamente o real se vai impondo sobre o imaginário, ainda que aqui e ali se dê abrigo a uma credice ou fantasia, que frequentemente, para quem a contava, era rigorosamente verdade.

O mesmo se passará com a literatura da expansão cristã no Atlântico. Alcançado o rio Senegal, que separava o mundo dos brancos do mundo dos negros, os livros de maravilhas vão sendo substituídos por relações e roteiros de viagens, nos quais o que buscamos e admiramos não é mais o fabuloso, que ainda se insinua em alguns parágrafos, porém o real, o que não iludia nem traía o que os olhos viam, as mãos apalpavam, a boca provava e chegava aos ouvidos. Cada vez mais esses textos aspiravam a ser práticos, a ensinar como avançar pelo Atlântico afora, na direção do sul.

Gomes Eanes da Zurara, na sua Crônica do descobrimento e conquista da Guiné, tem ainda, é certo, o sabor de um livro de cavalaria, do qual tivessem desertado a zoologia e a humanidade fantásticas. Mas suas personagens vão nas caravelas como cavaleiros andantes. Só que, em vez do Santo Graal ou da reconquista de Jerusalém, buscam o ouro da Guiné e o reino do Preste João.

Queriam esses autores ser práticos, mas não perdem o gosto pelo diferente, raro e extraordinário, como se pode ver no Rui de Pina da Relação do reino do Congo, e no próprio João de Barros das Décadas da Ásia. É diante do até então não sabido nem imaginado, mas recortado da realidade, que suas prosas ganham volume, colorido, entusiasmo. Sobretudo nos sucessivos encontros com os africanos nos seus distintos hábitats, completos em suas várias culturas, homens diferentes daqueles negros de que guardavam a lembrança pessoal ou histórica, porque lutaram nos exércitos da Ibéria muçulmana.

Esses autores descem conosco o Atlântico, mas sem se afastar mais do que o necessário e prudente das costas africanas, como se descreve nos versos para sempre mágicos do canto V de Os lusíadas. E, se por elas descem, não é nas praias da África que as suas personagens põem o destino da viagem, mas, sim, na Índia, em Java, nas Molucas, na China e em Cipango. O Atlântico era apenas, ou sobretudo, o caminho para atingir-se o mais rico de todos os mares. Entretanto, ao desvendar o roteiro para as

Índias, os portugueses aprenderam que o Índico não era um mar fechado, que os mares não estavam cercados por terras, mas, ao contrário, as envolviam e, portanto, se ligavam entre si.

Essa literatura das viagens atlânticas começa, portanto, por ser uma literatura sobre as navegações costeiras. Sai-se da descrição de um embarcadouro para a chegada a um outro porto ou à foz de um rio. Lembrome de poucos, pouquíssimos momentos em que vemos os navios em alto-mar. Um deles é emblemático. E não poderia deixar de estar na maior de todas as criações da literatura da aventura marítima e dos descobrimentos. São aqueles versos nos quais Camões prepara o encontro de Vasco da Gama com o gigante Adamastor —

Porém já cinco sóis eram passados
Que dali nos partíramos, cortando
Os mares nunca de outrem navegados,
Prosperamente os ventos assoprando

— e que se completam, 28 estrofes adiante, com estas linhas:

Já aqui tínhamos dado um grão rodeio
À costa negra de África, e tornava
A proa a demandar o ardente meio
Do céu, e o Polo Antártico ficava.
Aquele ilhéu deixamos onde veio
Outra armada primeira, que buscava
O Tormentório Cabo, e, descoberto,
Naquele ilhéu fez seu limite certo.

Camões aqui descreve o grande círculo no alto-mar que permitiu a Bartolomeu Dias, ao afastar-se, inovadoramente, da terra, ultrapassar o cabo das Tormentas, voltado em Boa Esperança. Seria Bartolomeu Dias quem primeiro teria aberto, no “largo mar”, “novas vias” — para continuar com palavras do poeta. Dias arriscou-se a perder-se num espaço que parecia infinito, num labirinto de saída ainda mais difícil do que o do Minotauro, porque sem paredes, balizas e corredores que demarcassem ou definissem o percurso e os seus enganos. Contava apenas com os astros, pois era a olhar o céu, com a ajuda de astrolábios e sextantes, que se localizava a posição dos navios no alto-mar.

A um genovês, Cristóvão Colombo, de cuja educação constaram as navegações na Guiné, estaria reservada a façanha maior de navegar no Atlântico sem lembrança ou promessa de ilhas ou terra firme. Não mais para o sul, em busca da passagem da África para o Índico, mas para o ocidente, até chegar a um mundo de que não se tinha memória nem vinha nos livros das maravilhas. A um mundo inteiramente novo e a um homem também novo, que nunca dantes havia sido pintado ou descrito e que se acrescentava, como mais uma prova, à convicção de que a humanidade, sendo adamicamente uma, se mostrava múltipla, e não só na aparência física, mas também nas suas maneiras de pensar e de viver.

Desse homem novo o melhor dos primeiros retratos foi, contudo, escrito por um português, após a chegada às terras brasileiras, e está inteiro na famosa carta de Pero Vaz de Caminha ao rei d. Manuel. Antes, porém, da esquadra de Cabral, um outro português já tinha seguido para oeste, mar adentro, sem medo de não chegar a outro sítio que não a morte. Refiro-me a Duarte Pacheco Pereira, grande em tudo ou quase tudo — grande como navegador, chefe militar, administrador colonial e cosmógrafo. Tendo sido um dos negociadores do Tratado de Tordesilhas, foi ele mandado pela Coroa portuguesa reconhecer as zonas para além da linha imaginária traçada naquele acordo. No seu *Esmeraldo de Situ Orbis*, ele assim se dirige, no capítulo 2º do livro 1º, a d. Manuel:

(...) no terceiro ano de vosso reinado, do ano de nosso Senhor de 1498, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além da grandeza do Mar Oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a setenta graus de ladeza da linha equinocial contra o polo ártico, e posto que seja assaz fora é grandemente povoada, e do mesmo círculo equinocial torna outra vez e vai além em 28 graus e meio de ladeza contra o polo antártico, e tanto se dilata sua grandeza, e corre com muita longura, que de uma parte nem de outra não foi visto nem sabido o fim e o cabo dela.

E mais adiante: “e indo por esta costa (...) é achado nela muito e fino brasil.”

Não entrarei no debate sobre se Pacheco Pereira chegou ou não a terras brasileiras, ou se esteve em outro ponto do continente americano, como a Flórida, que aparece no mapa de Cantino de 1502, embora a sua descoberta pelos espanhóis só se tenha dado em 1513. O que é claro, num autor sempre

veraz, quando relata o que viu, é que ele navegou para ocidente na “grandeza do Mar Oceano” e logrou sair de seu labirinto invisível.

O Esmeraldo quis-se — e isto declara expressamente Pacheco Pereira, na longa dedicatória a d. Manuel, que serve de prólogo — um livro de cosmografia e marinharia, um roteiro de navegação, um manual de conselhos aos que percorriam as costas da África, um conjunto de explicações sobre as paisagens físicas e humanas. Resultou, porém, num livro mais do que fascinante, obra de um homem de ciência, e dos maiores do seu tempo, que tinha também o olhar de poeta.

A importância, modernidade e beleza desse livro, que começou, provavelmente, a ser escrito em 1505, resulta da convicção que tinha Pacheco Pereira de que “a experiência é a madre das cousas, e por ela” sabemos “radicalmente a verdade”, o que reitera, noutro passo, desta forma: “a experiência, que é madre das cousas, nos desengana e de toda dúvida nos tira.” O saber que preconiza é sempre, portanto, de “experiência feito”.

O livro não trata daquela travessia do Mar Oceano até a linha de Tordesilhas, empreendida em 1498, mas da navegação costeira na África. Nele, Duarte Pacheco Pereira marca as distâncias de um promontório a outro, mostra as diferenças de profundidade em vários pontos do litoral, indica o regime das marés, ensina como entrar nos estuários dos rios, descreve os povos que vivem em diferentes partes da costa e revela o comércio que em cada uma delas se pode fazer. É um livro que pretendia ser útil e prático. E deve ter sido. Hoje, eu o releio cada vez mais fascinado, a nele descobrir novas cousas. E a suspeitar outras aventuras, além das que, com pormenores, nos conta. A maior delas, a de uma outra navegação, para o sul em vez de para o oeste, na “grandeza do Mar Oceano”.

Sempre estranhei que, além das descrições de tempestades, calmarias e naufrágios, fossem tão parcos e magros os relatos sobre o correr dos dias nas viagens marítimas quinhentistas, como se os que as fizeram banalizassem a aventura e a transformassem em rotina. Os que relatam os descobrimentos dão poucas palavras às travessias; devotam a maior parte da prosa às partidas, às escalas e ao reconhecimento dos litorais que percorrem, e guardam todo o entusiasmo para as chegadas. É então que se mostram felizes e maravilhados. Veja-se a desculpa de Pero Vaz de Caminha, que “da marinhagem e singraduras do caminho” não dá conta, não nos diz nada, porque, alega, o não saberia fazer, e os pilotos deviam ter esse cuidado. Tinham, com efeito, mas, em geral, quando registravam o dia

a dia das viagens em alto-mar, não iam além das anotações rápidas dos diários de bordo.

E, no entanto, estavam, nessas viagens, delineando os mapas dos regimes de ventos e de correntes no oceano, medindo com crescente precisão as latitudes e as longitudes (o que lhes permitia situarem-se na imensa massa das águas), e abrindo e traçando no Atlântico caminhos que serão doravante normalmente percorridos. Como aquele que Duarte Pacheco Pereira debuxa, pouco antes de abandonar seu manuscrito. Ele nos diz que se empenhara em descrever a costa atlântica da África e como nessas regiões se navegava. Mas adverte que havia um outro itinerário para a Índia, o pelo golfo, uma rota que passara, desde os últimos anos do século XV, a ser preferida, porque por ela se encurtava a viagem. No Esmeraldo, Pacheco Pereira desenha esse trajeto, que assim resumo: a partir do cabo Verde, no atual Senegal, a embarcação, em vez de acompanhar o arco do grande golfo da Guiné, devia abandonar a costa da África e descer, durante seiscentas léguas, por uma reta imaginária no mar alto, no meio da “grandeza do Mar Oceano”, inflectindo depois para o su-sudeste até passar o cabo da Boa Esperança.

Esse caminho do golfo levava mais rapidamente, pelo Atlântico, ao Índico, o oceano das especiarias, das sedas, dos brocados, dos rubis, das porcelanas, das lacas e das demais riquezas. Era para o Índico que se voltavam os interesses dos capitais mercantis europeus e os esforços dos navegadores. De uma perspectiva europeia, tudo sugeria que o Mediterrâneo estava a perder a partida para o Índico e era nesse oceano que se punham todas as apostas. Entretanto, traçavam-se mais e mais vias no Mar Oceano, a ligar a Europa às Caraíbas e às Américas do Sul e do Norte, e nelas se descobriam ouro, prata e imensidões de terras férteis.

No Índico, os europeus tinham de competir com as redes comerciais não só islâmicas, mas também hindus e chinesas, formadas ao longo de vários séculos, bem organizadas, dispendo de grandes capitais e frotas mercantis numerosíssimas. De que assim era dá prova o terem os europeus demorado trezentos anos para romper essa forte trama. Os portugueses e, depois deles, os holandeses e ingleses, lograram desviar para os seus barcos a maior parte do comércio que se fazia, por mar e por terra, entre a Ásia e a Europa. Esse comércio, porém, era uma pequena parcela das transações que se processavam dentro do próprio Índico e nas águas que se lidavam com o

Pacífico, e que continuaram predominantemente, até meados do século XVIII, nas mãos dos mercadores árabes e asiáticos.

Se o Índico se revelava de domínio difícil, Cortez, Pizarro e os engenhos de açúcar mostraram que ficava no outro lado do Atlântico, no Novo Mundo, e não nos outros mundos, um El Dorado bem mais fácil de ser domado. Já no fim do século XVI, o Atlântico deixou de ser apenas um oceano de passagem. E não tardou em tornar-se o mais mercantil e o mais importante de todos os mares.

Foi o próprio Colombo quem desmentiu, já em 1493, que houvesse monstros humanos nas margens ocidentais do Atlântico. E de modo categórico: “Até agora, eu não vi nenhum.” Mas será com Caminha, repito, que a adesão à realidade se impõe na literatura sobre os primeiros contatos entre o Velho e o Novo Mundo.

É bem verdade que a zoologia e a botânica fantásticas dos livros de maravilhas europeus podem ser espiadas de relance numa carta jesuítica, em Gabriel Soares de Sousa ou Pero de Magalhães Gândavo, mas ou vêm qualificadas ou são exceções que saímos a catar exatamente porque nos parecem pitorescas. Prevalece em quase todos esses textos o bom senso realista: narrar o que se viu, ouviu, provou, apalpou, sentiu, experimentou, viveu. O que me espanta neles é o muito que acertam, e não o pouco, o pouquíssimo que erram ou que cedem às invencionices e à tentação do maravilhoso.

Diante de paisagens em tudo distintas daquelas a que estavam acostumados, de paisagens com árvores desconhecidas e povoadas de seres que nunca dantes tinham visto, era natural que não descartassem e até aceitassem o que lhes contavam sobre um Anhangá que tinha os pés virados para trás e tomassem por monstros semi-humanos o leão-marinho, o Ipupiara, e a preguiça, o Haí. Não se estranhe que ficassem pasmos de assombro e medo, ao ver, ainda que morta, uma sucuri. Quando nos descrevem a cutia, fazem-no bem. E não põem enfeites na anta, nem no jabuti, nem no cajueiro, nem na jaca. Veja-se a precisão das ilustrações e dos textos — sobre peixes, por exemplo — na História dos animais e árvores do Maranhão, de frei Cristóvão de Lisboa.

Sabiam descrever o que viam. E alguns deles, desenhar também. É quando procuram explicar o que encontravam nas terras que viriam a ser o Brasil que, algumas vezes, cediam à fantasia. Ou ao que hoje nos parece fantasia, mas era a aplicação ao Novo Mundo do que na Europa se tinha por ciência, ou do que, embora já contestado ou negado pelas elites intelectuais, continuava a prevalecer não só entre o geral das gentes, mas também entre muitos letrados. Não se censure Yves d’Evreux, por exemplo, por acreditar na geração espontânea de certos peixes do Maranhão e por acreditar que os

grilos nasciam da conjunção do sol com a palma nova. A crença de que seres vivos se podem originar da matéria inerte era então corrente, e continuaria a ser até o século XIX, na forma apresentada pelo sacerdote francês, tão distinta da biogênese, como hoje concebemos.

Ninguém está diante do mundo de olho inteiramente desarmado, mas com as lentes das ideias de seu tempo, em geral conflitantes ou contraditórias. No ameríndio, ou via-se o selvagem bárbaro, antropófago, sem rei e lei, aderido ao diabo, ou o bom selvagem, a viver num mundo sem Estado, hierarquias e classes, em inocência edênica e, quem sabe?, talvez isento do pecado original. A própria nudez ou seminudez do índio brasileiro podia falar em favor de sua pureza ou contra ela. Daí que, em textos produzidos em sua maioria por religiosos, que para cá vinham exercer a catequese, a visão do índio varie entre o naturalmente bom e o naturalmente mau, conforme o caminhar das conversões.

Não faltam alguns parágrafos de decepção, desengano e desalento na literatura, em geral eufórica e esperançosa, que religiosos e colonos produzem sobre a nossa parte do Novo Mundo. Os trópicos são vistos como imagem do paraíso, do purgatório ou do inferno, conforme a vivência de cada um. O que é excepcional é o cuidado, a justeza e o gosto pelo pormenor com que Anchieta, Nóbrega, Fernão Cardim, Claude d'Abbeville, Jean de Léry ou André Thevet descrevem os seus trabalhos e dias, e a natureza em que estes se desenrolaram. Eram homens de fé, e não de ciência. Mas nos deixaram, com os outros que já citei e tantos mais, as primeiras informações sobre a flora, a fauna, os homens e até mesmo as crendices que encontraram no Brasil.

O que não registraram, a não ser esporadicamente e de forma rápida, enviesada e incompleta, foi como eram vistos os europeus, e os animais que traziam, e as armas e instrumentos que possuíam, pelos habitantes da terra. Não nos ficou um relato circunstanciado de como um tupinambá via um homem desnecessariamente vestido e a sofrer calor, um cachorro, um boi, um cavalo, um arcabuz, um martelo ou um serrote. Nem o que pensavam os índios dos erros e tolices que os europeus praticavam no dia a dia, da ignorância que tinham de tudo o que era sagrado e das blasfêmias e profanações em que reincidiam. Os brancos não pareciam gente.

Tampouco se preocuparam em saber o que pensavam os índios os homens de ciência que vieram para o Brasil com Maurício de Nassau. No entanto, a eles devemos o primeiro olhar sistemático e o primeiro meditar

científico sobre a geografia, a botânica, a zoologia e — perdoem-me o anacronismo — a etnografia de uma parte do continente americano. As obras que nos deixaram Marcgraf, Piso e Barlaeus não dão apenas testemunho da profundidade de seus saberes, da amplitude de descortino e da fidelidade ao real; cada uma delas trai a intenção coletiva da empreitada. Somadas, formam o mais importante levantamento sobre qualquer região da América até o século XVIII.

Nessa empresa tiveram parte proeminente os pintores, os primeiros pintores europeus que, como artistas, procuraram fixar a vida e os cenários do Novo Mundo. E o fizeram com encantamento, finura e originalidade, não só ao ilustrar os livros dos naturalistas e do historiador, mas principalmente em óleos que cada vez mais nos emocionam, porque os aprendemos melhor a ver.

Frans Post teve, pelo resto da vida, a paisagem de Pernambuco como o assunto de sua pintura. Os que lhe compravam os quadros, buscavam provavelmente o exótico. Mas ele talvez não pintasse o diferente, e, sim, a memória do que vivera. Por isso, poder-se-ia dizer que o esfumado de seus óleos, a maior parte criada após o regresso aos Países Baixos, denotaria a distância da saudade. Creio, porém, que ele soube mais e antecipou Armando Reverón, o grande pintor venezuelano que nos revelou o que talvez já soubéssemos: que a paisagem nos trópicos tem as cores abrandadas, azul-embranquecidas, acinzentadas e amareladas por uma espécie de véu produzido pela intensidade do sol contra a poeira e a forte umidade no ar. Nos trópicos, é só nas horas após a chuva que as cores se mostram limpas e brilhantes.

Em Post, o homem é sempre, ou quase sempre, visto à distância. Pequeno. Imóvel. Ou a dar, em alguns exemplos, um lento movimento à paisagem. Foi Albert Eckhout quem o trouxe para junto de nós, que olhamos os seus quadros. Já foram amplamente louvados, como pintura e como documento, a sua “Dança dos tarairiú”, os seus retratos de um índio e de uma índia tupi, de uma mameluca, de um guerreiro acã e de uma negra com criança. Mas peço que, por um momento, desviemos o olhar das figuras humanas e o concentremos nas árvores e arbustos que lhes estão próximos, quase colados. Neste está um pé de bananeira, que um hiper-realista contemporâneo ficaria feliz de ter por obra sua. Nesse outro, um mandiocal. Naquele, um cajueiro, a combinar cajus amarelos com

vermelhos. Naquele outro, uma touceira de cana-de-açúcar. E, no chão, aqui, uma aranha; ali, um sapo; mais adiante, um caranguejo ou dois preás.

O olhar de Eckhout é mais do que compreensivo com o diferente: é um olhar de admiração pelas novas formas que tinha diante de si. E esse encantamento, sobretudo com o mundo vegetal brasileiro, fez com que ele pintasse aquela série de naturezas-mortas, com as quais o abacaxi, a melancia, as bananas, a goiaba, o maracujá, o caju, as cabaças, a abóbora, a mangaba, o araçá, o coco, o mamão, o abacate, a mandioca, o jambo e a pitomba entram, na plenitude da beleza, na arte do Ocidente. Só lamento que ele, provavelmente, não tenha nunca topado uma flor de pequi.

Pintou o que jamais tinha visto na Europa, mas o fez quase sempre sem acrescentar-lhe toques de extraordinário ou maravilhoso. Pintou um índio ou um mameluco, como o pintaria um brasileiro, se fosse um artista como ele. Aponto uma exceção, uma obra em que cedeu a uma ideia feita que corria a Europa, aplicada aos habitantes do Novo Mundo. No seu grande quadro a figurar uma índia tarairiú, esta aparece segurando u'a mão cortada e tendo na canastra que leva às costas um pé e possivelmente outros pedaços de um corpo humano. Se quis sugerir o endocanibalismo ritual daquele grupo jê, Eckhout foi infiel à realidade, e seu quadro lembra a imagem, que talvez Américo Vespúcio tenha sido o primeiro a introduzir na Europa, de que havia entre os ameríndios comércio de carne humana, uma imagem que, posteriormente, seria também aplicada à África, com suas barracas no mercado para servir aos antropófagos.

A mesma índia tapuia reaparece com sua carga macabra no Livro de animais, de Zacharias Wagener, porém acompanhada de um texto no qual se descreve com precisão indignada o endocanibalismo dos tarairiús. Não se tinha Wagener por artista, ainda que treinado como cartógrafo. Quando fez os esboços para esse livro, era secretário de Nassau e nem sequer imaginava a carreira brilhante que viria a fazer nas companhias de comércio holandesas. As suas aquarelas e os seus textos, que mutuamente se ilustram e completam, mostram uma excepcional aderência à realidade. Os bichos e frutas que pôs no papel buscam ser fiéis ao que via, e possuem o mesmo verismo dos que desenhara, alguns anos antes, frei Cristóvão de Lisboa. Wagener não era crédulo e tinha o vezo de antecipar com expressões como “ao que dizem” coisas que lhe contavam. Numa única vez, resvalou: quando, ao referir-se a uma lagartixa de cauda azulada, disse como cousa certa que sugava o sangue das mulheres na hora do parto.

A Wagener devemos o que talvez seja o mais antigo registro gráfico de um mercado de escravos no Brasil. Um texto explica a aquarela e nele Wagener, além de descrever como se processava a venda e compra de seres humanos, deixa clara a sua inconformidade com a infâmia daquele comércio: “Os escravos” — escreve ele — “são uma pobre gente, tratada como porcos ou carneiros.”

Há muito de inovador e antecipatório nesse conjunto de obras em que um grupo de holandeses e alemães a serviço daqueles viu, estudou e pensou uma parte do Brasil, numa época em que se transformava a visão que a Europa tinha do planeta, pois se aprendera que as terras não envolviam os mares, mas, ao contrário, eram as águas que cercavam as terras. O que talvez lhes tenha escapado é que as relações entre o Velho e o Novo Mundo, mais do que como oposição ou contraste, se iriam desenvolver no plano do complemento e da continuidade.

Os anúncios dessa mudança se acumulavam e repetiam na vida comum. Os índios dos pampas e das estepes norte-americanas já se haviam apossado do cavalo europeu como se o tivessem sempre conhecido. O boi, o carneiro, a cabra, o porco, o jegue e a galinha se ajuntaram aos xerimbabos. Neste lado do Atlântico, cultivava-se o trigo, o centeio e a couve. Na Europa, a batata, o milho e o tomate ganhavam os campos. O tabaco saía das tabas e ganhara os salões. As línguas europeias competiam com as autóctones. Um crescente número de pessoas era da terra e de fora ao mesmo tempo, e se via semelhante a seus pais, sabendo-se diferente, ou se via diferente, sendo semelhante. Os valores do barroco europeu começavam a impor-se no Brasil, num padre Vieira a dizer sermões, na Bahia ou no Maranhão, em tudo semelhantes aos que pronunciava em Lisboa. A América infiltrava-se na Europa, e a Europa começava a prolongar-se na América.

Rio de Janeiro, 2004.

Sobre Tomás Antônio Gonzaga

A primeira imagem que guardei de Tomás Antônio Gonzaga foi a de um jovem de perfil, tristemente belo, os longos cabelos ondulados a caírem sobre os ombros, a escrever versos no cárcere. O quadro é de João Maximiano Mafra, e os traços do poeta, inteiramente imaginados. Quando preso, provavelmente não era assim, nem tampouco, talvez, um senhor de amplo ventre, a disfarçar o começo da calvície. De cada uma das numerosíssimas feições com que se reconheceu, a olhar-se, ao longo dos anos, nos espelhos, e que mostrou ao afeto, à simpatia, à indiferença, ao aborrecimento, à irritação e à hostilidade de seus contemporâneos, não podia ficar memória, a não ser que algum retrato nos preservasse uma delas, antes que se findasse no momento. É possível que se visse como, a partir de seus poemas, o imaginou Mafra e talvez soubesse, já no exílio, que seus versos eram o que de melhor sobrava de sua biografia, uma biografia a que não faltava a infâmia de haver participado de uma conspiração contra a Coroa.

Adelto Gonçalves, nesse seu livro, *Gonzaga, um poeta do iluminismo*, não nos redesenha o retrato que não temos. Mas, de certa forma, refaz a imagem que intimamente cada um de nós foi formando do poeta, ao recontar, da perspectiva nova que lhe deu a leitura rigorosa dos documentos (muitos deles examinados pela primeira vez), a história de Gonzaga, das Marílias que amou ou supôs amar e dos poemas que escreveu. Ao fazê-lo, foi reconstituindo e, portanto, reinventando, como se fosse Frans Hals a pintar os seus grupos de guardas cívicos de Haarlem, não só a comunidade dos conjurados mineiros, mas também Vila Rica, o Brasil e o império de que era parte. Nos grandes quadros coletivos que se sucedem nesse livro, nem uma só das figuras aparece, contudo, imóvel, e a maioria está quase sempre a mudar de posição, pobremente humana, tristemente débil nas tentativas de dar realidade às ambições pequeninas e a um grande sonho.

Esta personagem procura a sombra; aquela disfarça um riso maroto; e aquela outra trapaceia sem reboço. Não falta sequer um iluminado, de voz alta e franca, nem quem sempre se atrase, por indeciso ou covarde. Alguns

não chegam a anti-heróis, mas quase todos deviam pedir desculpas ao futuro. Adelto Gonçalves não os castiga nem os veste de piedade: mostra-os como lhe parece que foram, enredados na fantasia, na inveja, no engodo, na suspeita mútua, na intriga, na ânsia de enricar, no gosto do mando e das gloriolas, na prevaricação, no peculato e na rapina. Despidos da aura da história, aparecem como gente de seu tempo e de sempre. Desamparados ou esperançosos. Contraditórios. Exuberantes. Amargos. Ofendidos pela pobreza do dia a dia ou visionários. Muito menores do que, já os sabendo frágeis, os julgávamos.

Tinham o ouro por húmus. Não ignoravam que era matéria podre, mas esperavam que regenerasse as suas vidas, pois, embora se sentissem americanos brasileiros, continuavam a perseguir o sonho da riqueza rápida, pelo achamento do ouro, da prata e das pedras preciosas — o sonho que habitava o espírito de cada descendente daqueles europeus que a tinham ido buscar, primeiro, na Índia e na pimenta e, depois, no Brasil e no açúcar, e em Angola e no escravo. Não nega Adelto Gonçalves que, além de quererem soltar-se das exações da metrópole, desejavam os inconfidentes a independência e a liberdade. No que parecia o isolamento das montanhas mineiras, três ou quatro deles estavam, aliás, em dia com o pensamento de seu tempo. Aspiravam a continuar no Brasil o processo de libertação do continente que os norte-americanos haviam iniciado havia pouco mais de vinte anos. E sua conjura — e disto às vezes nos esquecemos — antecedeu a Revolução Francesa.

Estavam, ainda que não o soubessem, na vanguarda de seu século, mas não incluíram nas suas intenções revolucionárias a abolição da escravatura, nisto também acompanhando os próceres que fizeram a independência dos Estados Unidos: Thomas Jefferson não pensou em libertar os seus escravos, e George Washington só o fez em testamento. Não há como esquecer que o próprio Tiradentes possuía quatro negros. Adelto Gonçalves desfaz, porém, a lenda de um Tomás Antônio Gonzaga envolvido com o mercadejo de almas e corpos em Moçambique. E nos conta como a um outro contemporâneo, que, embora participante das conspirações pela independência, escapou da rede repressora lusitana, foi reservado o destino de tornar-se um dos grandes traficantes negreiros da Contracosta. É possível que não passasse pela mente de Eleutério José Delfim que o comércio a que se entregara contrariava inteiramente as suas convicções de republicano, liberal e maçom, pois, ao que parece, a liberdade, a igualdade e a

fraternidade não incluíam, então, os africanos. Não deve, por sinal, ter sido ele o único, ainda estando por estudar-se a participação de maçons, “afrancesados” e “jacobinos” no tráfico negreiro até as vésperas de sua extinção. Talvez não venhamos a saber jamais, por exemplo, se aquele Domingos José Martins, que foi um dos maiores mercadores de escravos da África atlântica, herdou, junto com o nome, algumas das ideias de seu pai, fuzilado pelos portugueses, por haver sido um dos cabeças da Revolução Pernambucana de 1817.

Uma das boas surpresas desse livro foi, para mim, a reconstrução dos dias moçambicanos de Tomás Antônio Gonzaga. Como tantos outros degredados políticos brasileiros, o poeta seria prontamente admitido na vida local, em funções de responsabilidade. Faltavam pessoas instruídas nas colônias de um Portugal pequenino, pouco povoado e pobre para as exigências de seu enorme império. Por isso, Adelto Gonçalves pode mostrar-nos o poeta, novamente servidor da justiça, a olhar da janela de um prédio do governo as ruas poeirentas do exílio, a acostumar-se a seu novo meio e a emaranhar-se em suas maledicências, animosidades, discórdias e ressentimentos.

Moçambique era em tudo muitíssimo mais magro do que a Vila Rica de onde Gonzaga fora retirado, a Vila Rica que Adelto Gonçalves também traz da história para os nossos olhos, em páginas em que se alternam a descrição contida e o relato afetuosos, o sarcasmo e a comisseração, o entusiasmo e a elegia. Sucedem-se ou se juntam nas ruas e salas da cidade mineira as personagens que ajudariam a entretecer o destino de Gonzaga. Entram e saem pelas suas portas não só o alferes Joaquim José da Silva Xavier, a pregar as ideias nele fortalecidas por José Álvares Maciel, mas também os governadores d. Rodrigo de Meneses, d. Luís da Cunha Meneses e visconde de Barbacena, os poetas Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto, a mulher deste, Bárbara Heliodora, o cônego Luís Vieira da Silva, os padres Carlos Correia de Toledo e Melo e José da Silva e Oliveira Rolim, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade e o coronel Joaquim Silvério dos Reis. As musas de Gonzaga, entre as quais Maria Doroteia Joaquina de Seixas, aparecem nas varandas, espreguiçam-se nas redes ou se abanam com leques nas festas do palácio.

Eis que essa obra não é apenas uma nova biografia de Tomás Antônio Gonzaga. É a primeira grande biografia do poeta. Nela, Adelto Gonçalves amplia, completa e retifica as páginas iluminadoras que escreveu, há mais

de 57 anos, Rodrigues Lapa. Mas Adelto não se restringiu a essa tarefa já por demais importante para os que sabem que Marília de Dirceu é a coleção de poemas líricos mais popular da literatura de língua portuguesa, com um número de edições só superado por Os lusíadas, conforme nos recordou Manuel Bandeira. Adelto entrega-nos também um instigante ensaio de história social das Minas Gerais e de Moçambique da segunda metade do século XIX.

Haverá quem estranhe estas ou aquelas conclusões do livro, as considere afoitas, tímidas, exorbitantes ou exageradas e com elas não concorde. Para opor-se, porém, às teses de Adelto Gonçalves e com ele abrir polêmica — ainda que aquele tipo de debate que o leitor pode manter silenciosamente com a página escrita —, terá, para confirmar a interpretação correta dos documentos que as abonam, de reler Gonzaga, um poeta do iluminismo, nota de pé de página por nota de pé de página. Pois, se esse é um livro escrito com o gosto de um jornalista pelo ineditismo e a surpresa, assenta-se na aplicação e no rigor de um scholar.

Rio de Janeiro, 1998.

O Rio de Janeiro imperial, mais de meio século depois

Sempre quis ler esse livro. Vi-o pela primeira vez, há mais de cinquenta anos, ao lado do Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira, do mesmo autor, numa das montras esguias que separavam as portas de uma pequena livraria e papelaria da praça Saens Peña, chamada “A Futurista”. Era pequena, já disse, mas era uma livraria. Nela, ao contrário do que hoje acontece com quase todas as casas onde se vendem livros, eu encontrava sempre as obras que queria e não apenas as que não me interessavam. Ali, rapazola, comprei Lira paulistana seguida de O carro da miséria, Casa-grande & senzala, Cancionero Gitano, Tempo e eternidade, O visionário, Rosa do povo, Platero y Yo, Imagens do nordeste místico em branco e negro, Jean Christophe, História literária de Eça de Queirós, 20 Poemas de Amor y una Canción Desesperada, Viagem, as Poesias completas de Manuel Bandeira e muitos outros títulos desse quilate, que agora não aparecem nas lojas de bairro ou, quando existem, ficam escondidos no seu fundo escuro.

Levei para casa o Grandjean de Montigny, depois de um breve namoro com esse O Rio de Janeiro imperial, namoro que se repetiu naquela e em outras livrarias, sem que eu me decidisse por ele. Vi-me sempre, depois, arrependido de não o ter comprado. Até que um dia, o volume sumiu das estantes das lojas, e lá fiquei eu a sofrer aquele roer persistente, aquela dor da ausência que bem conhecem os viciados em livros. Mas, como a compensar essa espécie de saudade de uma obra não lida, eis que ela agora me cai nas mãos, e a percorro com os olhos de anteontem e de hoje. É um guia histórico interessantíssimo de um Rio de Janeiro cujas numerosas sobras ainda vemos, muitas vezes espremidas entre edifícios insossos. E não merecia que eu o não tivesse adquirido no justo tempo, nem tampouco todos estes anos de exílio das livrarias.

Dele, alguns parágrafos podem ter-se por datados ou envelhecidos. O tempo, entretanto, impregnou o livro de um novo interesse, pois Adolfo Morales de los Rios Filho viu, comentou, reconstruiu e julgou a evolução da cidade e dos costumes dos que nela viviam, com as regras e as medidas

que lhe davam um Rio do qual ainda não se despedira de todo a belle époque e que prometia, antes que a especulação imobiliária o alterasse, repetir em pequenino — na avenida Rio Branco, no Russel e na praia do Flamengo — o destino parisiense de ser um museu da arquitetura do início do século XX. Esse livro sobre o Rio antigo foi escrito por um arquiteto e professor de história da arquitetura que tomava o bonde junto ao prédio em estilo mourisco que existia num dos extremos da enseada de Botafogo e desembarcava sob as arcadas do Hotel Avenida. Durante todo o trajeto, sucediam-se, num abuso de imaginação, casas em estilo art nouveau, cinemas e prédios de apartamentos a seguir as normas da art déco ou com incrustações marajoaras, sobrados, solares e palacetes que fariam a alegria de Hundertwasser e nos quais se reproduziam os traços e os ornatos das construções coloniais ou se reinventavam imaginosa e o gótico ou o manuelino, o toscano renascentista e o andaluz ou o mourisco. Se ele descesse, porém, da Mata da Tijuca para a praça Tiradentes, veria, a acompanhar os trilhos, um após outro, os grandes terrenos gradeados, os altos portões, os renques de palmeiras imperiais, os amplos sobrados neoclássicos, de portas e janelas emolduradas em cantaria, como se o seu bem-amado século XIX se recusasse a ir-se embora.

A história, verdadeira ou imaginada, preenchia o espaço urbano. Aqui, um frontão grego ou uma cúpula romana. Ali, arcos em ferradura ou janelas em ogiva. Acolá, um chafariz barroco ou o prédio neoclássico da Alfândega. Mais adiante, um quarteirão inteiro que podia ter sido transplantado diretamente do Porto ou de Lisboa, com os sobrados esguios colados uns aos outros, as sacadas e janelas de peitoril, as portas com esquadrias de granito. E por toda parte, as igrejas, algumas, altas, a navegar no azul puro, como as da Glória e da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, o convento de Santo Antônio e o mosteiro de São Bento. Nem faltavam, nos arrabaldes e a subir os morros, as cubatas de sopapo, a repetirem a África, sem que disto alguém se desse conta.

Um pouco desse Rio de Janeiro continua felizmente conosco. E o vemos agora com olhos que se cansaram do predomínio, por tantas décadas, de edifícios funcionais, limpos e de linhas nítidas, nos quais os painéis de azulejos eram quase que os únicos adornos permitidos. Voltou-nos o apetite pelas fachadas antigas, com platibandas balaustradas, frisos e mísulas, gradis de ferro, florões, carrancas e grifos de estuque, e até por seus despropósitos. Cresceu em nós o gosto por esses prédios que não são

hexaedros assépticos, e pelas ruas em que se sucedem, nas frontarias das casas, as surpresas. Somos capazes de estimar até mesmo aquele imprevisto que resvala para o kitsch, ou de, ao menos, compreendê-lo.

Nossa apreciação é, contudo, distinta — como não poderia deixar de ser — do juízo daqueles, como Adolfo Morales de los Rios Filho (1887-1973), que aprenderam a olhar a cidade no início do século XX. Não que fosse ele adepto dos exageros decorativos, pois sua devoção ao neoclassicismo de Grandjean de Montigny empurrava-o noutro rumo. Como também as lições de seu pai, que, nascido na Espanha e formado em Paris, onde foi discípulo de Viollet-le-Duc, se transferiu para o Brasil em 1889 e entrou na história da arquitetura brasileira, tendo desenhado, entre outros, os prédios do Museu Nacional de Belas Artes e do Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro. O filho assistiu, rapazola, às grandes reformas urbanísticas de Pereira Passos e aprendeu com elas que as cidades têm vida, alteram-se no tempo, mudam-se como nós, que só conseguimos reconhecer-nos nos velhos retratos, porque conservamos na memória os nossos rostos de ontem e porque no de hoje às vezes se resguardam a mesma forma do queixo, a mesma curva do nariz, a mesma testa ou o mesmo jeito de sorrir e de olhar.

Claro que do Rio não se iriam a baía, as montanhas nem as enseadas. Mas as demolições de Pereira Passos, o desmonte do morro do Castelo e a abertura da avenida Presidente Vargas não podiam deixar de exigir dos seus amorosos mais sensíveis que procurassem manter na memória dos livros não apenas as feições da cidade que se iam perdendo, mas também recuperar as que tivera no passado. Para cumprir esse desiderato, Luís Edmundo publicou, em 1938, *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, Vivaldo Coaracy, em 1944, *O Rio de Janeiro no século XVII e*, em 1955, *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, e Gastão Cruels, em 1949, *Aparência do Rio de Janeiro*. Editado em 1946, é a este ciclo de obras que pertence *O Rio de Janeiro imperial*, de Adolfo Morales de los Rios Filho.

O livro é uma história do Rio de Janeiro da primeira metade do Oitocentos, pesquisada com rigor e escrita com a sensibilidade, os cânones de bom gosto e as atitudes mentais de um homem culto e refinado de cem anos mais tarde. De um homem que remava, de certo modo, contra algumas das novas tendências de seu tempo. Não faltaria quem, então, lhe chamasse passadista — estava, ao que parece, mais próximo de Raul Lino e José Marianno do que de Le Corbusier —, mas o seu tradicionalismo hoje nos

cai bem, possui o seu sabor próprio, o de uma época em que um homem não saía à rua sem chapéu, paletó, gravata, suspensórios e ligas para as meias de cano alto, e, de tardinha, se demorava com os amigos à porta dos cafés ou no recesso das livrarias; em que as senhoras iam às compras também de chapéu (um chapéu com flores, cachos de uvas ou passarinhos artificiais ou empalhados) e de luvas e sombrinha; em que os casais e os grupos de rapazes se sentavam às mesas que prolongavam nas calçadas o espaço dos bares e das confeitarias, e ficavam a ver os poucos carros e os poucos ônibus que passavam; em que meninos de brim azul saltavam para os estribos dos bondes, a gritar as notícias para vender os jornais.

Se, entretanto, caía um aguaceiro ou se, pior ainda, se alongava uma chuva forte, era um deus nos acuda! Os bondes paravam; as águas invadiam os porões e o rés do chão das casas; as ruas transformavam-se em rios. Era assim então, como ainda hoje, para agonia dos cariocas e pesadelo dos prefeitos, e foi assim desde pelo menos o século XVII, como nos conta Adolfo Morales de los Rios Filho. A povoação expandira-se por vales entre montanhas e sobre lagunas, pântanos e alagadiços que se foram aterrando, o casario dispondo-se em diferentes alturas do terreno, desde as encostas das colinas até as depressões abaixo do nível do mar, onde as enxurradas se detinham e acumulavam. A cidade fora continuamente ganhando espaço às águas — a rios que se apertavam em canais artificiais, mas que não os continham durante as cheias, e a lagoas que se cobriam de entulhos, como a de Santo Antônio, que ocupara, até 1643, toda a área que se estende, em nossos dias, entre o largo da Carioca, a rua Senador Dantas e a rua 13 de Maio.

Se as condições topográficas já as favoreciam, essas enchentes, que se repetiam todos os anos — uma delas, em fevereiro de 1811, ficou famosa, porque, ao cobrir toda a vizinhança, isolou na Quinta da Boa Vista a família real —, eram agravadas pelo lixo jogado nas ruas. Aos visitantes estrangeiros causava espanto verem que se despejavam das janelas imundícies nas calçadas, e se abandonavam as cousas velhas e quebradas nos terrenos baldios, e se jogavam ou deixavam cair no chão a casca e os caroços da fruta que se comia, um lenço puído ou o papel que embrulhara uma prenda. Era assim no século XVII. E no XVIII. E no XIX. E neste século XX, de que vivemos os últimos meses, sem encontrar remédio para esta e outras mazelas. Como a da barulheira de alguns poucos a desrespeitar o sossego da maioria. O falar aos gritos. As batucadas. O foguetório.

Adolfo Morales de los Rios Filho não nos deixa tirar os olhos de seu livro, ao resumir as posturas municipais com que se procurava impor, sem êxito, bons modos à cidade. Como aquela de 1824, na qual se exigia dos moradores que mantivessem limpas as suas testadas, se vedava aos comerciantes que amontoassem nas vias públicas mercadorias ou caixotes e barris vazios, e se intimavam os carros de carga a que tivessem os eixos enebados, a fim de que não rinchassem. Esses não eram problemas que o nosso autor desconhecesse no seu dia a dia de cidadão novecentista atento à cidade amada, a uma cidade que pagava o preço de sua alegria e de um convívio cheio de calor com o descaso ou desrespeito de uns pelos outros, de que eram evidências as conversas em voz alta nas calçadas, os rádios estridentes, os alto-falantes das casas comerciais, a zoadada dos automóveis mal ajustados, o toque frequente das buzinas, o lixo posto na rua e as pessoas a jogarem pontas de cigarro e até os seus maços vazios no chão.

Havia, pois, um passado que ainda não se fora e teimava em continuar. De um outro, o dos caramanchões a sombrearem os jardins, ele assistia às despedidas. Lentas neste bairro; aceleradas, naquele. Porém muito do que se obrigava a bisbilhotar nos arquivos nada tinha a ver com o seu tempo. Como aqueles regulamentos municipais sobre a iluminação da cidade, tão precária no fim da primeira metade do século XIX, que com ela rivalizava a lua cheia. Prova disto: uma postura isentava, nas noites de luar, as gôndolas e os ônibus puxados a burro da obrigação de trazerem as lanternas acesas. Nessas noites, não se acendiam tampouco os lampiões das ruas. Estes eram, aliás, pouquíssimos. E, de mecha embebida em azeite de baleia ou de velas de cera, quase não alumiam. Em 1833, não passavam de 172 na cidade inteira — comparem-se com os 2.263 que tinha Lisboa em 1823 —, e se apagavam antes da meia-noite. A iluminação a gás não começaria senão em 1854 (um quarto de século depois de Paris) e apenas no largo do Paço e nas ruas Direita, do Ouvidor, do Rosário, de São Pedro e do Sabão.

Só os afoitos ou os tangidos por inesperada necessidade se atreviam a sair à noite, de candeeiro, tocha ou vela nas mãos, a avistar, uma ou outra vez, um companheiro de aventura e, de quando em quando, o bruxuleio de uma janela aberta ou de uma lamparina ao lado de uma porta. A escuridão era tamanha e tamanho o risco de andar pelas ruas de terra ou mal empedradas, cheias de buracos, de valas e de porcarias, que os plenilúnios convidavam as pessoas a sair às calçadas e faziam com que adiassem o deitar cedo. As outras noites eram o domínio dos gatos, dos cães vadios e

do medo dos ladrões e outros malfeitores, dos lobisomens, das almas penadas e dos escravos fugidos.

Não posso deixar de relembrar aqui aqueles dois textos agudíssimos que Joel Serrão geminou sob o título de “Noite natural e noite técnica” e incluiu no segundo volume dos seus Ensaios oitocentistas. “Os homens modernos e citadinos” — escreve ele — “quase desconhecemos a noite”. E acrescenta, com Lucien Febvre, que a noite só existe para nós quando se interrompe, por momentânea avaria, a força elétrica. Ainda que abrandada por lanternas, velas e faróis de automóveis, a escuridão moderna, ao prolongar-se, nos lança na confusão e na incerteza. E, no entanto, sabemos serem suas ameaças passageiras, porque em algum momento a luz das lâmpadas se restabelecerá. Não era assim até recentemente, quando só a antemãhã voltava a clarear o mundo e não tínhamos como fugir do negrume e de seus pesadelos. Depois que passamos a dormir com “a aurora sempre pronta no comutador elétrico”, a angústia da noite saiu de nossas vidas.

Apesar do pavor das trevas, a noite era, contudo, agasalho, consolo e abrigo para a maioria dos habitantes do Rio de Janeiro da primeira metade do Oitocentos. Para aqueles que sequer eram admitidos como parte do seu povo. Era à noite, em horas roubadas ao descanso, que os escravos se reuniam, rememoravam histórias, trocavam experiências e ideias, tramavam desforras e fugas, faziam suas festas e recebiam, a dançar, os seus deuses. Adolfo Morales de los Rios Filho, que se indigna com os comerciantes negreiros, castiga os senhores de escravos e trata os cativos com simpatia, comiseração e remorso, só encontra para as religiões destes últimos palavras duras e de incompreensão. Chama-lhes credices e descreve seus ritos e danças sagradas como requebros indecentes, contorções e tremores epilépticos.

Não lhe censuremos além da conta a falta de sensibilidade e, mais que isto, de respeito pelas crenças dos outros. Os próprios antropólogos e sociólogos seus contemporâneos, dedicados aos estudos do negro, buscavam explicações psiquiátricas e psicanalíticas, como se estivessem diante de um desvio da normalidade, para o que era uma intensa experiência religiosa, nascida de uma fé profunda — a possessão pelos deuses. Na quinta década do século XX, a polícia ainda entrava com violência nos terreiros e nas tendas. E encontrava quem a defendesse e até a estimulasse, em nome dos bons costumes, da tranquilidade pública, da cultura e da

civilização. (Relembremos, de passo, como sintomáticas da época, as páginas que um corifeu do modernismo, Antônio de Alcântara Machado, escreveu contra os espíritas e o espiritismo popular e que foram incluídas, em 1940, em seu livro póstumo, Cavaquinho e saxofone.)

O africano e seus descendentes crioulos ou mulatos estão em muitas páginas deste livro de Adolfo Morales de los Rios Filho. A serem expostos à venda no mercado do Valongo. A recolher nos “tigres” e a deitar nas praias os dejetos das casas. A remar baleeiras. A carregar e descarregar navios. A fazer mudanças. A levar recados. A passear a senhora numa liteira ou numa serpentina e a alugar os ombros nas cadeirinhas a frete. A cuidar dos jardins e das hortas. A cozinhar, a servir a mesa, a costurar, a lavar, a passar, a amamentar e a cuidar das crianças. A erguer as paredes das casas e fazer na madeira a armação de seus telhados, e as portas, e as janelas. A trabalhar como marceneiro, ferreiro, soldador, seleiro, alfaiate. A vender, nas ruas ou de casa em casa, galinhas, legumes, frutas, quitutes, doces. A ser os braços e as pernas dos amos.

Nesse parágrafo, ele aparece em trapos. Nesse outro, vestido com esmero, de libré, se homem, ou de seda e rendados, se mulher. Mas descalço. Pois era de regra que de pé no chão andasse o escravo.

Em muitas partes da África, as pessoas ainda se descalçam como sinal de submissão, homenagem ou respeito. No Brasil, a primeira coisa que fazia o liberto era pôr sapatos, pois os pés descalços eram a marca da servidão. Isto quando saía à rua, pois em casa todos, brancos, negros, caboclos e cafuzos, senhores e cativos, não apertavam os artemhos nem os calcanhares e usavam, quando muito, chinelos. Adolfo Morales de los Rios Filho registra o costume, como também descreve o negrinho nos trinques, a acompanhar, descalço, os amos. Anota também que causava escândalo pôr botas num cocheiro ou calçar um escravo. Pesquisador minucioso, escapou-lhe o motivo da reprovação, bem como o porquê da exigência de ir o rapazola, ainda que vestido em seda, de pés no chão. Não compreendeu que isso era um estigma humilhante, pois, ao comentar que os escravos, para viajar nas barcas para Niterói, pagavam só um pouco menos do que os homens livres, ironizou que neles, em compensação, se dispensavam os sapatos.

Os escravos não precisavam de estar descalços para serem tratados com desdém, e como bens semoventes, nos anúncios de jornal. São apenas 61 linhas as que o livro dedica ao assunto. Mas são 61 linhas cheias de

interesse: ficamos sabendo, por exemplo, que a feiura depreciava um cativo, independentemente de suas aptidões, e a beleza o encarecia.

Esses poucos parágrafos d' O Rio de Janeiro imperial antecipariam o instigante livro de Gilberto Freyre, O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX, se não tivessem provavelmente nascido de semente gilbertiana. Gilberto não é citado uma só vez no corpo do livro de Adolfo Morales de los Rios Filho — de um livro que caminha paralelo, em alguns capítulos, a Sobrados e mucambos —, porém o seu nome aparece na bibliografia como o principal autor dos Novos estudos afro-brasileiros, volume em que se recolheram trabalhos apresentados ao congresso realizado em 1934, no Recife. Pois bem, o ensaio de Gilberto Freyre, “Deformações de corpos de negros fugidos”, baseia-se exatamente em anúncios de jornais, assunto de que ele havia tratado, pouco antes, numa conferência na Sociedade Felipe d'Oliveira.

O que Adolfo Morales de los Rios Filho não recolheu desse texto foi que os anúncios retratavam a crueldade do regime escravocrata. E isto era a espinha dorsal da comunicação de Gilberto, como também o era daquele parágrafo d'O abolicionismo, em que Joaquim Nabuco nos indica que, nos anúncios de escravos fugidos, estes eram muitas vezes descritos pelos sinais de castigo que sofriam. E não só pelos sinais de castigo — alerta Gilberto Freyre —, mas também pelas deformações por excesso de trabalho, condições anti-higiênicas de vida e má alimentação. Este escravo, segundo anúncio posto pelo dono, pode ser identificado — não me afasto de Gilberto um só momento — por marcas de ferro em brasa numa coxa, no peito ou nas costas; e aquele manqueja, “os quartos arriados em consequência de surras tremendas”. Alguns apresentam feias cicatrizes de relho, de correntes no pescoço, de ferro nos pés, de queimaduras e de maus-tratos no tronco. Outros mostram-se “rendidos”, isto é, herniados, ou com veias estouradas e calombos no corpo. “Fugiu-me um escravo de olho vazado” — alardeia um senhor. Com máscara ou com mordança de flandres na boca. Ou com apostemas pelo corpo. Com sinais de talhos que deu em si, na garganta, no peito ou nos pulsos, para libertar-se pelo suicídio. Raquítico, depauperado, enfermiço — como resultado da viagem no navio negreiro, ou do duríssimo regime de trabalho, da alimentação deficiente e da “dormida no chão, em senzalas úmidas e fechadas”. De artelhos comidos, por ser amassador de cal. Sem os dedos da mão, a mão inteira ou um pedaço do braço, levados pelos dentes da moenda. Quase todos deformados e maltratados, não por

doenças trazidas da África, mas — Gilberto Freyre é incisivo — por “causas nitidamente sociais e brasileiras”.

O negro aparece em bom número de páginas d’O Rio de Janeiro imperial, mas quase sempre como figurante secundário. Passa por elas, sem ocupar o centro do palco. Poucos da geração de Adolfo Morales de los Rios Filho acolheram a principal lição de Casa-grande & senzala: que o africano era co-fundador e coformador do Brasil, e que sem suas contribuições civilizatórias não seríamos o que somos. O livro de Gilberto Freyre foi um escândalo em 1933 principalmente por isto: porque dizia que nós éramos também negros, que o negro, da mesma forma que o branco, o índio e o mestiço, era parte da nação brasileira. Décadas após ter Casa-grande & senzala chegado às livrarias, continuávamos — e continuamos, muitos, até hoje — a negar, embora majoritariamente mulatos e cafuzos, essa nossa condição, a nos pensar como um prolongamento da Europa nos trópicos e a ter o descendente do africano trazido à força de sua terra como alguém que não pertencia à nossa. O negro não fazia parte do projeto das elites brasileiras; era um problema, que a miscigenação acabaria por resolver. Nem sequer reconhecíamos no mestiço esbranquiçado o que era evidente para quem nos olhava de fora, como aquele ganense, Kankan Boadu, com quem privei em negociações sobre cacau, há quase quarenta anos. Procurava explicar ele, em Abidjã, como era o Brasil e, de repente, disse: “O Brasil é um país com negros de todas as cores.” Referia-se evidentemente não só à nossa maneira de ser e viver, mas também aos incontáveis matizes de cor de pele que vemos por toda parte nas cidades brasileiras. Mais direto foi um chefe mina de Porto Seguro, no Togo, que me apontou todos os brasileiros, exceto quatro ou cinco de um grupo de vinte, como “mulâtres”.

Muitos daqueles que, no livro de Adolfo Morales de los Rios Filho, andavam em seges, tocavam piano, recitavam sonetos nos saraus, iam ao teatro, liam livros franceses, frequentavam lojas maçônicas e, sem pejo ou sentimento de culpa, possuíam alguns ou numerosos escravos, eram caboclos — andamos esquecidos de que a índia foi o grande ventre gerador de brasileiros —, mulatos claros e mestiços indefinidos. “Quem diz brasileiro” — escrevia em 1869 o conde de Gobineau, então ministro da França no Rio de Janeiro — “diz homem de cor”. E ressaltava: “com poucas exceções.” Se assim era nas elites com que ele, constrangido e

inconformado, tinha de conviver, mais seria entre a gente livre pobre e nos embriões da classe média.

Foi a urbe europeizada a matéria que trabalhou Adolfo Morales de los Rios Filho. O Rio de Janeiro com aspirações a Lisboa e não a cidade africana que aos seus costados se desenvolvia e nele se infiltrava. Esse Rio português tem sua descrição e história; o Rio africano ainda está à espera de nosso interesse e de nossas escavações. Se dele algo — pouquíssimo — sabemos, é porque, mais que gêmeo, tinha o corpo siamesamente ligado ao do outro, possuindo ambas artérias, veias e nervos comuns.

Era nos arrabaldes de casas de palha e de sopapo, nos mocambos e cubatas que se encostavam aos muros dos fundos das quintas e dos palacetes, ou se arrumavam, em ruelas estreitas e sinuosas, nos alagadiços, nos areais e nas encostas mais difíceis dos morros, que viviam os negros libertos, muitos mestiços e alguns pouquíssimos brancos que sempre tinham sido pobres ou haviam empobrecido sem remédio. Ali, ocupava-se o espaço como na África e só muito raramente não se construía à africana. Dentro e fora das casas, procurava-se reproduzir, no que era possível e como era lembrado ou parcialmente imaginado, o quotidiano que se vivia na outra margem do Atlântico. Mas assim como o minhoto que não dera certo aprendia com os vizinhos negros a comer quiabo e a banhar-se ao menos uma vez por dia, o crioulo trocava a esteira pela rede e, em alguns casos, pela cama.

Para esse processo de substituições, perdas, ganhos, somas, trocas e misturas culturais tinha Adolfo Morales de los Rios Filho o olhar atento, sempre que se passasse entre a cozinha e a sala, entre a varanda e o quintal dos casarões, dos sobrados e das casas térreas de São Cristóvão, Engenho Velho, Cidade Nova, Botafogo e Caminho das Laranjeiras. O que lhe passou despercebido é que o processo era muito mais intenso e complexo nas áreas urbanas onde viviam os marginalizados, os que só a muito custo encontravam uma fresta para trabalhar e sobreviver numa sociedade cruelmente dividida entre senhores e escravos. Era nessas áreas, e também nos cortiços à europeia, que se conformavam novas identidades grupais, os congos, pendes, andongos, lubas, angicos, fantes, guns, fons, ijebus, ijexás, ondos, macuas e mahis se aproximando e aglutinando de acordo com as semelhanças e diferenças de seus respectivos modos de vida e se transformando em angolas, cabindas, minas, nagôs, moçambiques e, finalmente, africanos. Era ali que se iam gestando, quase

imperceptivelmente, uma nova música (com os negros a adotarem o violão, o cavaquinho e o pandeiro; os brancos, o agogô, o triângulo e o ganzá; e com o bombo do Portugal nortenho a dar força ao compasso na polirritmia do golfo da Guiné), e novas maneiras de usar a casa e a rua, e de vestir-se (com, por exemplo, a substituição, nas mulheres, do trançado do cabelo pelo turbante), e de criar as crianças, e de gerir a vida em família e as ligações amorosas que cada vez menos se verificavam dentro do mesmo grupo de origem. Ali, um angico contava uma história a um ovimbundo e este a retransmitia a um queto, como se fosse tradicional em sua gente. E um libolo aprendia uma canção dos lundas. E um oió encomendava a um quioco que sabia talhar a madeira uma imagem de Xangô. E o acará dos ijebus se voltava no acarajé dos ijexás.

Adolfo Morales de los Rios Filho registra a riqueza da culinária do Império e a atribui, sem hesitação, às permutas e adições entre receitas, ingredientes e sabores africanos, americanos e europeus. Trata do assunto nas cozinhas rurais e urbanas dos brancos. Mas muito do que se tinha, já naquela época, como uma arte carioca da comida deveu-se às trepes das senzalas, das choças e das casinhas de barro socado. É provável que tenha sido nas moradas dos senhores que o azeite de oliva começou a conviver com o de dendê. Que nelas os africanos e seus descendentes tenham tomado gosto pelo pão de trigo. E se convertido aos doces, que não conheciam e, ainda hoje, na África atlântica, não agradam ao paladar da maioria. Mas talvez a disputa entre o fufu ou pasta de inhame, o acará, o angu de arroz, a papa de banana-da-terra, a massa de amendoim, o purê de batata, a farinha, o beiju e o pirão de mandioca, o fubá e o cuscuz de milho se tenha travado primeiro nas panelas dos escravos. E foi possivelmente, ao preparar os alimentos nessas mesas pobres, que se juntaram o alho, a cebola, o coentro, o gengibre, o leite de coco, a malagueta, a pimenta-de-rabo, as pimentas-de-cheiro, a pimenta-do-reino, os pimentões e a vinagreira, que certos ingredientes africanos foram substituídos por outros (o macunde ou ervilha-de-vaca pelo feijão-fradinho, por exemplo), e que se somaram as hortaliças e os legumes que havia na terra aos vindos do Alentejo, de Angola, do Congo, do Iorubo ou do Minho, como as abobrinhas, as berinjelas, as bertalhas, os carurus, as cenouras, as couves, os chuchus, os jerimuns, os jilós, as línguas-de-vaca, os maxixes, os pepinos, os quiabos, os repolhos e os tomates.

Muitas vezes, o grupo mais numeroso impunha aos demais, oriundos de outras regiões da África, os seus gostos e valores. Podia, contudo, suceder o contrário, e não faltam exemplos de elementos da cultura de uma pequena minoria serem adotados por todos os que com ela conviviam ou a cercavam. Ou porque essa minoria era coesa e ativa, ou porque o que tinha a oferecer se mostrava de extrema valia. Pois depressa se disseminava o que era útil ao oprimido.

Isto ocorreu com a capoeira, se aceitarmos o que sobre a sua origem nos propôs Adolfo Morales de los Rios Filho. Ele a tinha como um jogo atlético genuinamente nacional, nascido entre os negros estivadores cariocas, na antiga Peaçaba, no sopé do morro do Castelo. Dali, essa “criação feita pelos fracos — o negro e o mestiço — contra o forte, o branco”, ter-se-ia, talvez na segunda metade do século XVIII, propagado pelo Rio e ganhou outras cidades brasileiras.

É curioso que um outro defensor da origem brasileira da capoeiragem, o baiano Waldeloir Rego, não cite o nosso autor sequer na rica bibliografia com que fecha o seu excelente *Capoeira Angola*, de 1968. A tese de Adolfo Morales de los Rios Filho era, porém, conhecida por Luís da Câmara Cascudo, que a ela se opôs, indicando haver jogo semelhante em alguns pontos de Angola e aduzindo que Melville J. Herskovits o presenciou em outros lugares da África. Um amigo meu, que passou boa parte da vida em Benguela, me assevera que existe no planalto de Huambo.

Seja, aquiesce Waldeloir Rego, para, em seguida, contra-argumentar: a capoeira pode ter sido levada para terras africanas pelos ex-escravos que para lá retornaram, da mesma forma que o bumba meu boi, o pandeiro, o prato e faca, o cavaquinho, o cozido, o feijão de leite, a cocada, o terno de linho branco, a veneziana e o sobrado. E eu acrescento: ainda que a capoeira não se tenha originado no Brasil, não erraria de todo Adolfo Morales de los Rios Filho, pois poderia perfeitamente ter sido reinventada no Rio de Janeiro, nas faldas do morro do Castelo. Se veio da África, aqui ela multiplicou as suas formas e os seus passos, enriqueceu-se como arma de combate, dança guerreira e jogo atlético. Aqui, em Salvador e no Recife, cada grande capoeirista criou o seu estilo, e todos a tornaram brasileira.

Adolfo Morales de los Rios Filho cita vários capoeiristas famosos da primeira metade do século XIX. Menciona também, pelo nome que lhes dava o povo, as figuras populares (muitas delas loucos mansos e escravos velhos abandonados pelos donos) que então percorriam as ruas do Rio de

Janeiro. E nos mostra as quituteiras e doceiras a armarem os tabuleiros nas esquinas e nas praças, os barbeiros a exercerem ao ar livre (como ainda hoje na África) o seu ofício, os calceteiros a socarem com o maço as pedras no chão, os carregadores nos cantos a aguardarem os fregueses ou a levarem cadenciadamente, seis ou sete deles, um piano sobre a cabeça.

Eram todos escravos ou ex-escravos esses trabalhadores das ruas. Muitos deles aparecem descritos com precisão em nosso livro, que, de certo modo, repete com palavras as gravuras de Jean-Baptiste Debret, no seu *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Mas sobre como essas mulheres e esses homens passavam o resto do dia, da semana, do mês, do ano e da vida, O Rio de Janeiro imperial quase nada nos conta, embora seja em grande parte uma história da vida quotidiana e da vida privada, escrita muito antes de que o gênero entrasse em voga. Para saber mais sobre os escravos no Rio de Janeiro, naquele meio século, temos de recorrer a outros livros. A um, sobretudo, precioso de informações e finíssimo em análise: *Slave Life in Rio de Janeiro*, de uma norte-americana, Mary C. Karasch, publicado em Nova Jersey, em 1987.

O que dificilmente encontraremos em outras páginas é a história da toponímia dos logradouros do Rio de Janeiro. Com relação a alguns itens da longa lista — uma lista que podia ser enfadonha, mas se lê com encanto, graças às repetidas surpresas — não se traçam apenas a origem e as alterações que foram sofrendo esses nomes, mas também se descrevem as mudanças em extensão, uso e prestígio de bairros, morros, praias, avenidas, largos, praças, ruas, caminhos, travessas, becos e ladeiras. Assim, ficamos sabendo que o largo do Machado, antes chamado campo das Pitangueiras, campo das Laranjeiras e praça da Glória, ganhou o nome atual — e não aceitou o de praça Duque de Caxias, que quiseram dar-lhe —, porque um açougueiro ali estabelecido mandou colocar na fachada do talho um enorme machado. Também da rua das Marrecas tentaram alterar o nome. Para barão de Ladário. Antes tivera outro, mais poético. Ao ser aberta pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, em 1789, chamava-se rua das Belas Noites ou das Boas Noites, mas, nos meados do século XIX, passou a ser conhecida com a denominação que hoje tem, por causa de um chafariz com marrecas de bronze.

Quando passava pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, Adolfo Morales de los Rios Filho não sentia como antigas — o seu olhar necessariamente diferia do nosso — as construções do fim do Oitocentos e

início do Novecentos, pois tinham a sua idade ou eram até mesmo um pouquinho mais novas. Tenho por certo que procurava entre elas, e nos largos, e nas praças, o que restava de tempos mais recuados, na tentativa de reconstituir ou repor volumes e espaços que só não haviam desaparecido de todo, porque ainda restavam na memória de uns poucos,

Não como forma imperfeita
Neste mundo de aparências,

mas — qual no poema que Manuel Bandeira escreveu, pela mesma época, para despedir-se de seu quarto e da casa que iam demolir num beco da Lapa — eternizados na lembrança e

Intacto(s), suspenso(s) no ar!

De serem muitas dessas lembranças também as de sua infância ou reconstruções de suas leituras, deriva o tom comovido com que, para não dar mais do que dois exemplos, recolocou na Cinelândia (numa Cinelândia que ainda era a Cinelândia, com seus cinemas, teatros e casas de chá) o convento e a igreja da Ajuda e refez verbalmente o velho Passeio Público. Seria imperdoável que não devolvêssemos aos leitores as páginas que escreveu sobre como era e como se foi modificando o espaço verde que Mestre Valentim ergueu sobre o aterro da lagoa do Desterro, defronte aos arcos da Carioca. Ou os parágrafos que dedicou às casas particulares, de sobrado ou térreas, do centro da cidade e dos bairros próximos, com suas fachadas estreitas e o corpo a se alongar para os quintais. Ou aqueles sobre os jardins das mansões, dos solares e das quintas. No livro, não falta sequer a paisagem dos cemitérios. Nem a história e a descrição dos enterros. Nem a dos convescotes. Dos jogos de salão, com a linguagem das flores. Dos saraus poéticos e musicais. Das roupas. Dos móveis. De como se festejavam os batizados, as crismas, os aniversários, os noivados e os casamentos. Nem de como se adoecia e se tratavam os enfermos, pois, embora houvesse hospitais (com enfermarias separadas para brancos e negros), neles só entrava quem fosse muito pobre e não tivesse como tratar-se em casa. Ir para o hospital significava ter caído no abandono.

Talvez a cidade já estivesse envolvida pelo azul muito claro que a distingue do rosa de Lisboa e da cor de tijolo de Roma. No Oitocentos, a baía e o oceano ainda podiam ser vistos de qualquer colina. Não seria muito distinta a situação em 1944 ou 1945, quando Adolfo Morales de los Rios

Filho escrevia os últimos capítulos de O Rio de Janeiro imperial. Os edifícios com numerosos andares ainda não haviam interrompido a visão dos morros, nem a proliferação das favelas tinha desdentado as matas que os cobriam. Chegava-se à varanda ou à janela para fruir a brisa, que não fora afastada da cidade pela barragem dos espigões. E a luz e o perfume das manhãs e dos entardeceres tampouco se contaminara da fumaça dos automóveis. Havia alguma poeira, mas esta dourava o ar.

O nosso autor punha sobre a cidade um olhar proustiano. Outra seria a maneira de ver dos estrangeiros que desembarcavam na terra carioca.

Não conheço um só relato de como, empurrado para fora do navio, de corrente ao pescoço e grilhões nos tornozelos, depauperado por uma longa viagem que fora na verdade uma sucessão de horrores, os olhos arregalados de medo, e até mesmo do pavor de ser devorado — em muitas partes da África o branco continuava a ser tido por antropófago —, o negro escravizado reagiu à sua chegada ao Rio de Janeiro. O mais provável, tal como sucedeu a Mohammah Gardo Baquaqua, ao desembarcar em Pernambuco, é que não tivesse olhos senão para o chicote com que via os outros serem açoitados. É isto pelo menos o que leio nas memórias que este ex-escravo ditou, em 1854, ao abolicionista norte-americano Samuel Moore. Só depois de vendido, e na casa do novo senhor, iria o africano destinado a padecer no Rio de Janeiro apossar-se da nova paisagem a que o tinham condenado, uma paisagem que podia, ou não, repetir, no outro lado do oceano, aquela em que nascera. Pois se muitos vinham de savanas ressequidas na maior parte do ano, outros tinham crescido na margem das florestas.

Das primeiras impressões dos europeus temos abundante notícia. Do assombro diante dos trópicos. Da revolta, do desgosto ou da repulsa ao primeiro contato com as misérias da escravidão. Depois, a maioria se acostumava e não hesitava em usar a palmatória. Nem em tratar os escravos aos gritos e aos bofetões. Eram numerosos esses europeus que se fixaram no Rio de Janeiro, e deles faz um elenco Adolfo Morales de los Rios Filho. Não nos diz como se chamavam as meretrizes francesas (ou que por tais passavam), nem os cáftens, os charlatães, os trapaceiros, os jogadores profissionais, os contrabandistas e os embaucadores das mais diversas nacionalidades. Mas dá os nomes dos militares alemães, franceses e irlandeses a serviço, primeiro, de d. João e, depois, do imperador, e dos naturalistas, dos professores, das parteiras, dos arquitetos, dos engenheiros,

dos pintores, dos escultores, dos músicos, dos atores de teatro, dos exportadores e importadores, dos livreiros, dos alfaiates, das modistas, dos chapeleiros, dos cabeleireiros, dos ourives, dos confeitadores, dos cônsules e dos diplomatas.

Dos diários, das cartas e dos livros de viagem desses estrangeiros — de gente como John Luccock e Maria Graham — retirou Adolfo Morales de los Rios Filho muitas das imagens com que recompôs para nós o Rio de Janeiro do início do Império. Uma cidade em cujas ruas se cruzavam pessoas vestidas à africana e à europeia, negros de tanga e oficiais brancos de uniformes vistosos, senhores de suíças e escravos de rosto escarificado, num destempero de formas e de cores, que o calor e a vozeria aguçavam ainda mais. Ao tentar refazê-la, a partir do que dela remanesceu em prédios, ruas e praças, e nos documentos, desenhos e livros da época, Adolfo Morales de los Rios Filho estava à procura de uma cidade que era também Combray, pois ficava, para ele, no passado da sua. Era com a imaginação que ele lembrava o Rio que se fora do Rio. Ao mesmo tempo, porém, não deixava de o ver com olhos estrangeiros, como quem chegasse ao cais Pharoux, vindo, não da Europa, mas de um século mais tarde.

Este livro nasceu do gosto da pesquisa. Nele indica-se até mesmo onde tinham suas moradas os grandes do Reino Unido e do Império, os políticos, os estrangeiros, os comerciantes, os médicos, os sacerdotes e os artistas. Sendo uma obra que se quis produto de uma investigação rigorosa, borda-se todavia com a emoção da saudade. Talvez por isso eu tenha caminhado comovido por suas páginas, a reencontrar não apenas um Rio de Janeiro que só conheci de livros e gravuras, mas também aquele outro, do menino e moço recém-chegado, em 1943, do Nordeste. Um Rio de Janeiro no qual persistiam os folguedos do Dia de Reis e as festas juninas. Um Rio de Janeiro em que o Carnaval ainda não se fizera show, nem o Natal (como diria Jorge Guzman) se transformara em Christmas.

Rio de Janeiro, 1999.

Formação da diplomacia econômica no Brasil

Esse livro, *Formação da diplomacia econômica no Brasil*, é um livro que pede um outro livro. Um outro livro que Paulo Roberto de Almeida está convocado a escrever. Pois é isto o que se passa, contraditoriamente, quando um autor paga em boa moeda: fica a dever. Ainda que nos ofereça com largueza o que nos anunciou, e até por haver sido pródigo, queremos que nos ponha nas mãos o que jamais nos prometeu, porém suspeitamos manter escondido.

Tendo por propósito sistematizar o que sabemos ou julgamos saber sobre as relações econômicas internacionais do Brasil, desde a chegada da família real portuguesa até o fim do Império, Paulo Roberto de Almeida fez muito mais: ao cavoucar o passado, com a agudeza de perguntas que valem tanto quanto as respostas, mostrou-nos como são, de que são feitos e como se fraturam e resistem os alicerces sobre os quais nos levantamos. Interessado em conhecer as reações e o comportamento da diplomacia brasileira diante das velozes mudanças do veloz século XIX (um século no qual, numa década, se completavam transformações que dantes se mediam por cem anos), ele acaba por revelar-nos um enredo que continua até hoje, e parece concordar com a afirmação de Caio Prado Júnior de que os problemas atuais da nação brasileira já estavam definidos e equacionados há 150 anos, mas continuam a ser enfrentados com atraso e, em consequência, a não ser resolvidos, até porque para eles trazemos muitas vezes soluções que já perderam a hora e a vez.

Quer se historie a atuação externa do Brasil no plano comercial ou no plano financeiro, na captação de investimentos ou de gente — e de tudo isso trata com proficiência e pormenor esse livro —, não se escapa do sentimento de que estamos sempre a chegar depois, ainda quando esbaforidos. Os capítulos que Paulo Roberto de Almeida dedica à diplomacia da força de trabalho são especialmente esclarecedores. Fomos dos últimos países a abolir a escravidão — após nós só países islâmicos e africanos (dos derradeiros, dois sob domínio britânico, a Serra Leoa, em 1928, e o norte da Nigéria, em 1936, a Etiópia, em 1942, a Arábia Saudita,

em 1962, e a Mauritânia, em 1982) — e só o fizemos quando já era um anacronismo.

À nossa política de atração de imigrantes, é com dificuldade que lhe empresto esse nome, uma vez que não queríamos imigrantes, mas, sim, braços para a lavoura. Foi a contragosto e enganados que recebemos — e em número muito inferior ao que teríamos acolhido, se fossem outras as condições — gente dinâmica, empreendedora, perita em seus ofícios, inclinada ao risco e à aventura e capaz de nos enriquecer com técnicas, conhecimentos e modos de vida novos, pois o que desejávamos eram substitutos para os escravos. Enquanto os Estados Unidos favoreciam a posse da terra pelo imigrante, e o estimulavam a instalar sua loja ou sua oficina nas cidades, e queriam professores para as suas escolas, e padres, pastores e rabinos para seus templos, nós lhe criávamos todo o tipo de restrições ao acesso à propriedade do solo e à fixação urbana e preferíamos recrutar um analfabeto, a fim de obrigá-lo a ser servo dos barões do café.

Na realidade, o país não padecia de falta de braços para a lavoura. A mão de obra estava aqui: eram os ex-escravos. Que muitos deles não quisessem continuar, como parceiros, agregados ou assalariados, no lugar de cativo e abandonassem as fazendas, as oficinas e as casas onde tinham sofrido todo o tipo de humilhações, ofensas e maus-tratos, era mais do que natural. A maioria, porém, estava disposta a trabalhar sob um patrão e até, em muitos casos, sob o antigo dono. É de coração apertado que se lê aquele conto de Coelho Neto, “Banzo”, em que o velho ex-escravo sem trabalho e sem destino revê as terras das quais o senhor o expulsara, junto com os outros companheiros que as haviam desbravado, e sobre elas encontra, as mãos na enxada, os novos colonos brancos. Para os fazendeiros, o negro só era bom enquanto escravo; com paga, não servia. E, no entanto, não tinham de ir longe para ver numerosos libertos e nascidos livres a exercer as mais diferentes profissões, e não só a vender comida nas ruas e a fazer carregos, mas também a cortar e coser roupas, a bordar, a erguer igrejas e sobrados, a esculpir altares, a lavrar a prata, a fundir o ferro, a fazer móveis, a construir moendas, a reparar máquinas, a multiplicar, solto nos sertões, o gado. A escravidão acostumara o branco a não dialogar com o negro, a desrespeitar o trabalho que este fazia. Nas fazendas, queriam-se braços submissos. Como os coolies chineses, que não vieram. Como os aldeões europeus, que a ignorância da terra reduziria — assim pensavam os senhores rurais — à

obediência. Nisto e em muito mais se iludiram. E permaneceram enganados.

O erro maior, cujas consequências sofremos até hoje, foi a marginalização econômica e social do negro. Num país pouco povoado, retirou-se das atividades produtivas uma enorme massa de indivíduos, no momento exato em que passavam, ao menos formalmente, a ser parte da nação. Pôs-se de lado, como se não existisse, muito do que de melhor tinha o país, pois o africano, mal descido do navio negreiro, logo se acostumara à terra e a domara, soubera adaptar-se aos novos sistemas de vida que lhe impuseram e, apesar de humilhado e diariamente ofendido, procurara e conseguira preservar os seus valores, com uma criatividade que contrasta com a paspalhice da maioria dos seus donos. Força é não esquecer que geralmente eram os escravos que ensinavam os escravos.

O país era pouco povoado, repito. E atrasado. Mas quase nada se fez para atrair pessoas com as aptidões e qualidades necessárias para ajudar-nos a apressar o passo ou, melhor, a correr para os sucessivos presentes. A política imigratória da República continuou a ser uma sequência de desacertos. Não se queriam comerciantes, nem professores, nem jornalistas, nem artistas. (Foi por sorte que os recebemos, desde o Império; alguns, como refugiados políticos; e vários, de tão alto nível, como Eugen Hussak, Fritz Muller, Orville Derby, Charles Frederick Hartt, Artur Napoleão, Correia Dias, Lasar Segall, Lélío Landucci, Mira y Lopez, Ziembinski ou Otto Maria Carpeaux, que sem eles não se pode escrever a história da cultura no Brasil.) Só se esperava que aqui desembarcassem braços para a lavoura e, depois, para as fábricas. E chegamos a ter um sistema de quotas, a pretexto de preservar a estrutura étnica do país, um contra-senso num Brasil que se formara com gente de quase todas as partes do mundo.

Diante de conflito num país ou numa região, a primeira medida brasileira tem sido historicamente a de restringir o visto para os que dela procuram escapar. Como se tivéssemos medo do contágio dos refugiados. Sobretudo dos que primeiro têm de sair de onde vivem, os mais sujeitos à perseguição e geralmente os melhores. Foi assim, e não só com os judeus, após a ascensão do nazismo e durante a Segunda Grande Guerra. Calouste Gulbenkian, por exemplo, nunca recebeu resposta, a não ser a gentilmente interlocutória — pelo menos, eu não a encontrei na troca de cartas que havia no arquivo da Embaixada do Brasil em Lisboa —, à consulta que fez em 1942 sobre a possibilidade de vir para o Brasil.

A sensação de que estamos quase sempre diante do que podia ter sido mas não foi acompanha a leitura da maioria das páginas desse livro. Vejamos as que Paulo Roberto de Almeida reserva ao exame dos investimentos em infraestrutura e atividades produtivas com os recursos liberados pela cessação do tráfico de escravos. Os investimentos poderiam ter sido muito maiores, se aqueles recursos não tivessem sido em grande parte canalizados para a compra de prédios urbanos e propriedades rurais. Assim se passara, por sinal, ao longo, pelo menos, dos séculos XVIII e XIX, com os lucros do comércio negreiro: quando não se reinvestiam no próprio tráfico, eram transformados em joias, ouro, solares, sobrados, ruas de casas, sítios, fazendas e grandes extensões de terra, que, com frequência, ficavam improdutivas. Compare-se o destino das fortunas erguidas sobre o mercadejo de escravos pelos britânicos que se estabeleceram na ilha Bance, na Serra Leoa, na segunda metade do Setecentos, com o dos ganhos provavelmente maiores do brasileiro Francisco Félix de Souza, talvez o principal exportador de escravos do Oitocentos e que era considerado, com algum exagero, como um dos homens mais ricos de seu tempo. Félix de Souza, que jamais saiu da África e investiu pesadamente no tráfico clandestino (comprando barcos que os ingleses apresavam ou afundavam e subornando as autoridades que podia), só deixou, ao morrer como um potentado africano, uma enorme filharada, ouro, prata e numerosíssimos escravos em Ajudá. Já Alexander Jonston, Augustus Boyd, John Sargent e Richard Oswald investiram o que ganharam no tráfico de gente em plantações nas Caraíbas e no sul dos Estados Unidos, em navios cargueiros, no comércio de bens alimentícios, no fornecimento de material para forças armadas, em atividades bancárias, na pesca da baleia, na mineração de hulha e cal, em indústrias têxteis, na produção e comércio de sal e de madeira, cordas, ferro e vidro, e também em casas em Londres e em propriedades rurais de prestígio, que encheram de obras de arte, e não só de contemporâneos como Reynolds, Turner e Vernet, mas também de Luca Giordano, Canaletto, Rubens, Van de Velde, Ter Borch e Rembrandt.

Como atrair investimentos para um Brasil cujas elites econômicas contavam a riqueza por alqueires de terra e número de escravos? Que atrativo para novas empresas estrangeiras tinha um país cujo mercado de consumo era restringido ao extremo pela escravidão, um país que comprara no exterior, e nele continuava a comprar, boa parte de seus habitantes e que tinha no escravo o principal item de entrada em suas alfândegas? Como

trazer as invenções e as novas técnicas a uma nação despreocupada em poupar trabalho? Estas são algumas das perguntas que nos põe a leitura desse livro de Paulo Roberto de Almeida e que se punha a si própria a diplomacia brasileira do Império, uma diplomacia que ambicionou, desde o início, ser moderna e modernizadora.

De que essa diplomacia, avançada para os padrões da época e imprevista num Estado da América do Sul, não correspondesse ao país que lhe pagava os ordenados e, pior ainda, não conseguisse fazer com que esse país se olhasse — e esta era a primeira condição para o seu *aggiornamento* — na pupila dos olhos daquela parte do mundo que investigava, inventava e progredia às carreiras, não deixa de fazer-nos consciente o autor desse livro. Não lhe escapam tampouco quão duras deviam ser as inquietações e frustrações desses rebentos cultos e refinados da classe senhorial que representavam no exterior, uma classe senhorial que se tinha por aristocrática, mas era, apesar de alguns homens extraordinários — extraordinários em várias das acepções com que a palavra aparece no dicionário — e daqueles que liam Renan e Victor Hugo e falavam no Parlamento como se fossem ingleses, dona e espancadora de escravos, a insistir na rede e na cadeirinha como meios de transporte, uma classe senhorial que, embora se desvanecesse com a imagem de sábio de d. Pedro II e gostasse de vê-lo a falar, em Filadélfia, no aparelho inventado por Graham Bell, aspirava a não perder jamais os seus moleques de recado.

Não me refiro apenas à contradição garrettiana entre o país oficial e o país real, porque tentar conciliá-los é o pão quotidiano de todo diplomata, seja ele de onde for e venha de onde vier. No caso brasileiro, compunham o dilema outros países mais: o possível, o imaginado e o desejado. E também aquele que a pseudociência preconceituosa europeia, esquecida das grandes misturas populacionais de sua história e de suas doenças de clima temperado (muitas delas ignoradas, antes de Colombo, no Novo Mundo), nos impunha como verdade: o de uma nação condenada à barbárie, porque, nos trópicos insalubres, se povoara de mestiços. A maneira como esses diplomatas tornavam coerente para eles próprios, e sobretudo para a percepção dos outros, o país que era e o que temiam que fosse com o país que sonhavam e o país que fingiam, eis o tema de partida do novo livro que cobro de Paulo Roberto de Almeida e que está prometido nesse.

Ele sabe como escrevê-lo. Sabe como desentranhá-lo dos papéis que chegavam das legações e dos consulados e que se arrumam nos arquivos do

Itamaraty, ricos de informação sobre o que o Estado lhes pedia em cada momento e circunstância, e sobre como eles atuavam em consequência. Ricos como os Relatórios dos ministros e secretários de Estado de Negócios Estrangeiros do Império, tão distintos, pela alta qualidade, da magreza dos que nos vai deixando a República. Enquanto esses últimos praticamente só servem como uma espécie de sumário cronológico dos sucessos, naqueles podemos seguir, de ano para ano, o desenrolar de uma questão e até mesmo ler na íntegra a correspondência mais relevante que a respeito dela se trocou. Paulo Roberto de Almeida os louva com razão e sobre eles debruçou-se demoradamente para compor esse livro.

Já antecipo o interesse com que acompanharei os pormenores das negociações do barão de Penedo para obter empréstimos na City de Londres e a troca de correspondência entre o Império e seus agentes financeiros, os Rothschild. Vou talvez saber se foi com desalento ou ironia que os diplomatas brasileiros, ao percorrer a Feira de Londres, em 1851, viram a indústria do Brasil ser nela representada por três ramilhetes de flores artificiais. E se algum deles se deu conta da leniência com que o Reino Unido e a França, vencida a campanha contra o tráfico atlântico de escravos, aceitaram a continuação do intensíssimo mercadejo de gente nos territórios africanos sobre os quais já tinham governo ou que estavam transformando em colônias, e de como fecharam os olhos para o escravismo neles prevalecente. Tenho por quase certo que vou aprender sobre onde tinham as suas mesas de trabalho os nossos diplomatas e cônsules, qual o público que atendiam, que tipo de correspondência enviavam e recebiam, e como eram acolhidos pelas autoridades dos países onde se encontravam lotados. Paulo Roberto de Almeida já nos conta, em Formação da diplomacia econômica no Brasil, como ingressaram na carreira, quase por desfastio, Joaquim Nabuco e Rio Branco. Como terão entrado os outros? Sempre por recomendação e empenho familiares? Sendo isto quase certo, espero que o nosso autor nos explique como muitos desses filhos de um Brasil que era um subúrbio cultural da Europa nela não fizeram feio e pensaram o seu país com agudeza, sentido crítico e amor, além de deixar exemplos de uma apaixonada dedicação à coisa pública.

Paradoxalmente, esses homens cultos, desinibidos e avançados representavam um país que não conseguiam ajudar a tirar do atraso. Mas o puseram no mapa. E o colocaram, um Brasil cujas exportações se concentravam naquilo que Capistrano de Abreu chamava de “produtos de

sobremesa”, e onde não se inventava nem se descobria nada, no plenário das primeiras grandes reuniões econômicas e técnicas multilaterais. E o fizeram respeitado. Fico à espera de que Paulo Roberto de Almeida nos narre, em seu futuro livro, como atuavam os nossos representantes nessas conferências inaugurais de um novo sistema internacional. Como é que os viam, a esses súditos americanos da única monarquia europeia transplantada para os trópicos, alguns deles alvos e de olhos azuis, mas a maioria cabocla, mulata e acafuzada, os seus vizinhos de sala? Que venha o resto da história!

Não que seja insuficiente o que está em Formação da diplomacia econômica no Brasil. Pelo contrário. Escrito por alguém que tem o gosto da pesquisa e o prazer da análise, esse livro é de uma riqueza excepcional. Não só no texto, mas também nos numerosos e importantíssimos anexos que o expandem e amparam. Essas cronologias, essas tabelas estatísticas e esses quadros analíticos como que reconciliaram este velho leitor acostumado às tapeçarias de Gibbon, Michelet, Burckhardt e Huizinga e que ama a história como prosa, com a exposição nua dos números e dados sobre os quais se construiu a obra. No caso de nosso livro, esse material não é reiterativo, não repete o texto, não o parafraseia, mas a ele se acrescenta e o enriquece. Fala por si. E nos ensina muito.

Pois é isto o que nos dá Paulo Roberto de Almeida: uma lição. Com a segurança e a clareza concisa de quem sabe o que diz.

Rio de Janeiro, 2001.

O barão do Rio Branco e a modernização do Brasil

N uma carta a um amigo, o visconde de Ourém, em 13 de outubro de 1870, o futuro visconde do Rio Branco qualificava o Brasil de moroso. Trinta e dois anos mais tarde, o seu filho, ao descer do navio no Rio de Janeiro, encontrava um país que começara a querer andar rápido e, em alguns momentos, a correr. Tudo se passava como se o Brasil, superados os traumas e os conflitos que se seguiram à Proclamação da República, tivesse finalmente tirado do dorso o peso do regime escravista, que não lhe permitia apressar-se. E era forçoso acelerar o ritmo dos passos, se queríamos acompanhar a Europa e os Estados Unidos, onde, nas duas décadas que antecederam 1900 e nos vinte anos que se seguiram, novas invenções, novas ideias e novos comportamentos surgiam ou se difundiam, um após outro, quase sem tomar fôlego. O navio a vapor com hélice e casco de ferro vencera o clipper. O telégrafo, com o cabo submarino, o telefone e o rádio permitiam a comunicação imediata ou quase imediata. Onde quer que chegassem, a lâmpada elétrica, a aspirina, os raios X, a máquina de escrever, o gramofone, o motor de combustão interna, o pneu com câmara de ar, o cinematógrafo, a sociologia, a psicanálise — cito ao acaso — estavam a mudar a vida humana.

Quando desceu no Rio de Janeiro, o barão do Rio Branco foi levado por uma carruagem puxada por cavalos até a rua do Ouvidor. Cinco anos mais tarde, Euclides da Cunha escreveria a Domício da Gama haver na cidade “um delírio de automóveis”. Talvez Euclides exagerasse um pouco, pois, em 1909, os automóveis ainda eram objeto de curiosidade popular. Mas o barão costumava usá-los. E tanto que num deles, de capota baixa, Lima Barreto o faz passar pelas páginas de seu romance *Vida e morte de J.M. Gonzaga de Sá*. Como quer que fosse, o automóvel chegou ao Brasil, com José do Patrocínio a espantar e divertir os transeuntes, quase no dia seguinte àquele em que venceu as desconfianças com que era visto na Europa. E contaria, para o desenvolvimento do motor a gasolina, com as inovações de um brasileiro que, em Paris, não cessava de inventar aparelhos voadores.

Santos-Dumont podia ser tomado como símbolo da excitação criadora daqueles anos, e não só na Europa, mas também no Brasil, que, naquelas décadas da chamada belle époque, avançou rapidamente no conhecimento de si próprio. Em 1890, Barbosa Rodrigues estampara na Poranduba amazonense os contos indígenas que recolhera nas viagens pelo interior do Brasil. Broquéis, de Cruz e Sousa, é de 1893. De 1896 data o Atlas celeste contendo o aspecto do céu para cada mês na latitude do Rio de Janeiro, de Luís Cruls. E de 1899, o Projeto do código civil brasileiro, de Clóvis Beviláqua. Dois anos mais tarde, Oswaldo Cruz fundava o que viria a ser o Instituto de Manguinhos, e saíam dos prelos O tupi na geografia nacional, de Teodoro Sampaio, e as Recordações do escrivão Isaías Caminha, de Lima Barreto. E, no mesmo ano do desembarque de Rio Branco, Euclides da Cunha publicava Os sertões, livro que causou um impacto sem precedentes sobre a inteligência brasileira. E ainda em 1902, saíam Kiriale, de Alphonsus de Guimaraens, e Rosa, rosa de amor, de Vicente de Carvalho. Embora sua grande obra, Os africanos no Brasil, só viesse a ser editada vários anos após a sua morte, por essa época Nina Rodrigues a estava concluindo na Bahia, enquanto que, no Rio de Janeiro, Ernesto Nazareth compunha os seus “tangos brasileiros”.

Essa efervescência mental marcaria todo o período em que Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores e se prolongaria nos anos após a sua morte. Em 1904, Alberto Nepomuceno terminava a abertura de O Garatuja. No ano seguinte, Farias Brito publicaria A verdade como regra das ações, Manoel Bomfim, A América Latina, e surgiria a primeira revista infantil ilustrada, O tico-tico. Em 1906 sairia As religiões do Rio, de João do Rio, que estava a revolucionar as reportagens jornalísticas. De 1907 são os Capítulos de história colonial, de Capistrano de Abreu. Ainda que, desde 1889, Cândido Rondon já estivesse a estender linhas telefônicas sertão adentro, data também de 1907 o início dos trabalhos da comissão que tomou o seu nome e que, durante dez anos, devassaria e estudaria zelosamente o noroeste do Brasil. E foi em 1907 que Eliseu Visconti trouxe de Paris o pano de boca, o painel circular para o teto da plateia e o friso sobre o proscênio, que pintara para o novo Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Em 1908, apareceram D. João VI no Brasil, de Oliveira Lima, Sangue, de Da Costa e Silva, e Folclore pernambucano, de Pereira da Costa. No ano seguinte, Carlos Chagas revelaria a sua grande descoberta, a maior feita no Brasil no campo médico, a do Trypanosoma cruzi e a moléstia por

ele causada. E o mais original dos livros escritos por um poeta brasileiro, Eu, de Augusto dos Anjos, seria impresso em 1912, o mesmo ano das Rimas e redondilhas, de José Albano. De 1914 datam A organização nacional e O problema nacional brasileiro, de Alberto Torres, A filosofia da arte, de Vicente Licínio Cardoso, assim como a primeira versão do que viria a ser o Dicionário dos animais do Brasil, de Rodolpho von Ihering. Urupês, de Monteiro Lobato, sairia em 1918. E O dialeto caipira, de Amadeu Amaral, e Populações meridionais do Brasil, de Oliveira Viana, dois anos mais tarde.

Várias gerações, com suas distintas visões do Brasil e do mundo, confluíam para aquele início de século. Não esqueçamos que Minha formação, de Joaquim Nabuco, data de 1900; que são de, respectivamente, 1904, 1906 e 1908, três grandes obras de Machado de Assis: Esaú e Jacó, Relíquias de casa velha e Memorial de Aires; que os Últimos sonetos de Cruz e Sousa, o mais alto livro de poesia escrito no Brasil, foi publicado postumamente em 1905; e que Tarde, o grande adeus de Olavo Bilac, saiu em 1912.

A simples enumeração desses nomes e do que fizeram mostra a riqueza e a fecundidade do período. O Brasil começava a inventar, a descobrir e a investigar com renovado rigor a sua própria realidade e a discuti-la. Viviam-se anos de euforia, de certeza de que a felicidade era possível no presente e, sobretudo, no futuro, euforia que tomaria forma poética em 1908, nas Apoteoses, de Hermes Fontes. Penso que, no Brasil, não houve um fin de siècle, com seu sentimento de decadência. Nem o nosso século XX se encurtou da Primeira Grande Guerra à derrubada do Muro de Berlim: começou uma década antes de 1900 e suspeito que ainda não se extinguiu. Àqueles que dirão que exagero, proponho uma data alternativa para seu início: 1902, a da chegada de Rio Branco ao Rio de Janeiro.

Não precisamos recordar a apoteótica recepção que teve nem percorrer os jornais da época para reconhecer em Rio Branco a personagem de seu tempo que mais contribuiu para o sentimento de que o Brasil tinha um destino certo, bom e forte. A sua atuação no caso das Missões e das fronteiras com a Guiana Francesa, bem como na incorporação do Acre ao território brasileiro e no acerto dos limites com o Peru e o Uruguai, como que entregava um novo país ao país. Um novo país com fronteiras ampliadas e definidas a um país que ainda se perguntava a si próprio como

lhe seria possível alcançar o mesmo nível da Europa, quando nos condenavam ao atraso, quando não à barbárie, as teorias então tidas por científicas, de que se encharcara no século XIX, sobre raça e mestiçagem, bem como sobre a ação degenerescente dos trópicos sobre o ser humano.

O Rio de Janeiro colonial, com suas ruas estreitas e prédios esguios, começava a ir-se embora, levado pelo “bota-abaixo” com que Pereira Passos, que assumira a prefeitura da cidade no mesmo ano do retorno de Rio Branco, dela queria fazer uma urbe moderna, a seguir as lições do barão Haussmann. Paralelamente, Oswaldo Cruz a libertava da febre amarela. Outras cidades acompanharam o Rio no renovar urbanístico e na adoção de políticas sanitárias: Belém do Pará, por exemplo, e São Paulo, onde a avenida Paulista se fazia símbolo da riqueza do café. E uma outra, alguns anos antes, em 1897, já surgira moderna: Belo Horizonte. Nem tudo era, porém, positivo, e fora das urbes persistiam todas as mazelas, parecendo acentuar-se a cada dia a distância entre a cidade e o campo, ou, melhor, entre a cidade e o sertão. Com o livro de Euclides da Cunha passara-se, no entanto, a ter consciência de que os nossos pioneiros, os que haviam ocupado os enormes espaços cujos limites o barão do Rio Branco definitivamente definira, tinham sido, mal se esgotaram o ouro e as pedras preciosas e se perderam os mercados distantes para os grandes rebanhos, abandonados e esquecidos.

Não era preciso ir ao sertão para ver o encardido da pobreza. Ela estava ali mesmo, na capital federal, e bem descrita nos romances de Lima Barreto. Pois a belle époque brasileira não foi distinta da francesa. Atrás de seu biombo dourado, escondiam-se as condições miseráveis de vida da maior parte da população, a marginalização econômica dos antigos escravos, os cortiços insalubres, a ausência de socorro médico, a violência nos bairros populares. No caso do Rio de Janeiro, a reforma urbanística de Pereira Passos expulsara boa parte dos pobres do centro da cidade e os recolocara em arrabaldes distantes e nas faldas dos morros.

Os contrastes e dissonâncias no processo de pôr o Brasil em dia com o seu modelo europeu não paravam aí. Ao contrário do que sucedia com os endinheirados norte-americanos e russos que chegavam a Paris e ali compravam quadros impressionistas, pós-impressionistas, nabis e até fauvistas, os brasileiros ricos acompanhavam a alta burguesia francesa e saíam atrás das obras de pintores acadêmicos premiados nos salões. Das novas correntes estéticas, uma delas, o art nouveau, não demorou, no

entanto, em afirmar-se no Brasil, sobretudo nas artes decorativas e nas artes gráficas. Havia um motivo para a boa recepção do art nouveau: traduzia em geral felicidade e otimismo. Por outro lado, parecia não haver lugar no espírito prevalecente no Brasil da época — Augusto dos Anjos era uma exceção aberrante — para a estética do desencontro, da solidão e da angústia que, paralelamente e em contraposição à atmosfera da belle époque, prenunciava na Europa a grande crise de valores que se tornaria clara durante a Grande Guerra, ao revelar tragicamente quão frágeis eram as ideias do progresso ininterrupto e da racionalidade das ações humanas.

Não tenho dúvida de que Rio Branco, se tivesse vivido mais alguns anos, se teria encantado com os livros requintados que, a partir de 1914, saíam dos prelos da editora Apolo, do caricaturista Vieira da Cunha e do grande artista gráfico que foi Correia Dias. Custa-me acreditar, no entanto, que o barão pendurasse em sua sala um quadro de Cézanne, Gauguin ou Derain. Para a pintura tinha olhos antigos, como a maioria de seus contemporâneos cultos, na Europa ou no Brasil. E a sua sensibilidade estética continuava a ser, possivelmente, a de seus primeiros dias europeus. Como também muitas das suas percepções sociais e políticas. Assim, continuou monarquista e é provável que não pusesse maior atenção nos reclamos pelo voto feminino e pelo voto secreto e universal. Se tivesse podido ler os versos de Gilka Machado, cujo primeiro livro, *Cristais partidos*, só sairia em 1915, talvez não escondesse uma palavra de escândalo. Como quase todos nós, dividia-se por muitos tempos e guardava gestos, modos de ser e valores da infância, da adolescência, da juventude, da maturidade e do crepúsculo. Metade de sua alma, a mais íntima, ficara no passado. A outra era intensamente moderna e modernizadora.

Disso dão prova as memórias sobre as fronteiras brasileiras com a Argentina e com as Guianas francesa e inglesa. Datam, respectivamente, de 1894, 1899 e 1897, mas, se escritas hoje, ainda as teríamos como modelos de monografias modernas, pela limpidez do texto e pelo rigor, precisão e riqueza de fontes. E a quem quiser aprender a conquistar a atenção do leitor culto de jornais, recomendo que se debruce sobre as *Efemérides brasileiras*, publicadas nas páginas do *Jornal do Brasil*, ao longo de 1891.

O barão era, aliás, excelente jornalista, a antecipar, na clareza e concisão do estilo, a linguagem que só se imporia décadas depois. E sabia como poucos lidar com a imprensa e utilizá-la como arma política. Tanto para acuar adversários externos quanto para reduzir oposições e resistências

internas e imobilizar desafetos. Diziam as más-línguas que não só solicitava, veladamente, a este e aquele jornal que lhe opusessem reparos, como chegava até mesmo a redigir e publicar com pseudônimo ou como editoriais matérias contra posições que adotara ou iniciativas que tomara, a fim de, na réplica, melhor explicá-las e, se necessário, arregimentar a opinião pública em seu favor.

Rio Branco iniciara sua experiência no estrangeiro no corpo consular do Império. Formara-se num serviço exterior que, embora pequeno, era avançado para os padrões da época e estava muito à frente do país escravocrata que representava. Durante a guerra contra o Paraguai, esse grupo de rebentos cultos e refinados da classe senhorial, escolhidos para diplomatas e cônsules por recomendação ou empenho familiares, havia atuado com grande competência. E provava que exercitavam uma diplomacia habilidosa e eficiente a forma que tomou a solução dos problemas de limites com o Brasil das possessões britânicas e francesas no continente sul-americano, numa época em que a França e o Reino Unido ditavam sua vontade ao Mediterrâneo, à África e à Ásia. Rio Branco não ignorava, contudo, que o número desses servidores era insuficiente e que tanto a sede no Rio de Janeiro quanto as missões diplomáticas e os consulados estavam mal aparelhados para os novos desafios de uma política externa cujo leque de preocupações não mais se restringiria às questões do Prata e ao tráfico negreiro.

Na preparação de suas memórias sobre as questões de limites, Rio Branco pouco contara com a Secretaria de Estado. O ritmo desta era, por assim dizer, marcado pelo pulsar das horas de trabalho do zeloso e competentíssimo visconde de Cabo Frio, tão centralizador que papel algum entrava na Secretaria de Estado ou dela saía sem passar por suas mãos. O nó a ser desatado estava no centro do serviço exterior, na sua matriz, que não estava em condições — cito o próprio barão — “de dar conta satisfatoriamente de todos os negócios que por ela corriam”.

Já em 1903, Rio Branco propôs o aumento dos quadros e dos vencimentos dos funcionários da Secretaria de Estado, mas se passariam três anos para o projeto ser aprovado, com fortes cortes, pelo Congresso Nacional. Por isso, só em 1906 seria promulgado o chamado Regulamento Rio Branco, que reorganizou a Secretaria de Estado, fortalecendo o Gabinete do ministro e criando, entre as secções que a formavam — a do Protocolo, a dos Negócios políticos, a dos Negócios comerciais e

consulares, a da Contabilidade e assuntos administrativos —, uma quinta, a do Arquivo, que, para ele, devia ser a espinha dorsal da casa, pois sabia por experiência própria a força dos precedentes e não precisava de que o convencessem de ser a história a grande arma da diplomacia.

Ao conceber sua reforma, Rio Branco tomou por modelos o Quay d'Orsay e o Foreign Office. Era por esses padrões que desejava medir a eficiência do serviço diplomático que viera chefiar. Cercou-se de funcionários e de técnicos de confiança — Domício da Gama, Gastão da Cunha, Araújo Jorge, Euclides da Cunha — e procurou recrutar novos diplomatas, cônsules e servidores da Secretaria de Estado entre jovens de talento que ele próprio entrevistava, muitas vezes em almoços a dois. Queria um serviço exterior que se movesse como um atleta jovem, mas pronto viu-se a repetir o centralizador visconde de Cabo Frio, a fiscalizar, de um gabinete que se tornara a sua casa, todas as tarefas importantes do ministério, a preparar ele próprio despachos, a rever e a reescrever ofícios, a reclamar da má qualidade dos textos que lhe chegavam das secções da Secretaria de Estado e da revisão precária dos originais que lhe traziam para assinar, e a devolvê-los, para serem refeitos. Media tudo pela sua régua. Feita por ele e para ele.

Um dos diplomatas a quem mais favoreceu disse dele que não era um bom administrador. Não se descarte que tivesse razão. Mas não fazia falta que o fosse. Bastava-lhe ser um grande ministro do Exterior, com um faro único do momento, das perspectivas e das possibilidades de ação e reação. Não mudou métodos burocráticos de trabalho, nem creio que se preocupasse com isso. O que ele mudou foi o comportamento da diplomacia brasileira, o tom de sua voz, o modo de apresentar seus argumentos. Deu-lhe confiança. Alterou a posição do país no hemisfério e no mundo. E a imagem que de sua pátria tinham os brasileiros.

O povo dele falava como o maior de todos, num momento histórico cujos grandes nomes cobririam mais de um terço das páginas de um dicionário biográfico brasileiro. No entanto, sobre aqueles dez anos que antecederam o fim do século XIX e os vinte que se lhe seguiram, lançaram os jovens que promoveram a Semana de Arte Moderna, no que foram acompanhados pelos que vieram depois, a pecha de um período repetitivo, infecundo, frívolo, alienado da realidade brasileira. Moroso — para usar o adjetivo que o visconde do Rio Branco aplicara ao Brasil de seu tempo. Foi, no entanto, todo o contrário. De consolidação de um sentir brasileiro,

tornado explícito pelos românticos. De investigação séria de nossa realidade como geografia e como povo. De crítica rigorosa e severa de nossas contradições e de nosso atraso. Ainda que ficássemos apenas no plano da literatura, bastaria mencionar Euclides da Cunha, Augusto dos Anjos e Lima Barreto — criadores inventivos, originais, poderosos e entranhados de Brasil — para mostrar o erro do julgamento.

Rio de Janeiro, 2002.

Diplomacia e cultura

Na mesa que os dois embaixadores ladeiam, Hans Holbein colocou, para que os víssemos ou os imaginássemos uns atrás dos outros, grossos livros, cartas geográficas, rolos de documentos, um sextante, um astrolábio, um globo terrestre, uma luneta, um compasso, um alaúde, e mais isto, e mais aquilo, uma porção de objetos que parecem desligados entre si, mas que nos contam quem e como eram aqueles homens bem-vestidos, de barbas bemaparadas e de olhos muito agudos, dos quais não se afasta uma certa tristeza ou um certo cansaço diante do teatro do mundo. Eis a imagem canônica do diplomata, daquele que se escolhia para representar, primeiro, o seu rei e, mais tarde, o seu povo. Esperava-se dele que soubesse olhar os astros, ler os mapas, conhecer as leis, discutir os filósofos, decifrar os poetas, dominar o latim e os idiomas das cortes e das ruas, desenhar com precisão, tocar ao menos um instrumento musical, usar a espada, conversar com engenho e graça, distinguir entre vinhos e temperos, dançar com elegância, falar com eloquência e saber quando convinha o cicio e quando cabia a voz alta. Dele se queria que pudesse discorrer sobre qualquer assunto e que mostrasse, nas terras que não a sua, que esta, fosse ou não poderosa, era, antes de mais nada, culta.

Representava-se, sendo. Sobretudo no caso daqueles Estados com menor poder nacional ou menos conhecidos dos demais, por novos ou distantes, o diplomata tendia a personificá-los, a dar deles, com sua presença e comportamento, a medida. Não será de estranhar-se, por isso, que, quase três séculos após o quadro de Holbein, os países que se independentizavam nas Américas mandassem como diplomatas para a Europa alguns dos que pensavam ser os seus melhores, e não só poetas, eruditos e homens de cultura, mas também os que tinham por bonitos, desembaraçados e elegantes. Para o Brasil tratava-se ademais de demonstrar que não apenas o seu imperador fazia parte das grandes famílias reais europeias, mas que suas elites se entroncavam nas nobrezas do Velho Continente e que até mesmo aquela parcela que se via mais do que morena,

por cabocla, mulata ou acafuzada, não destoava em conhecimentos e gosto dos seus pares da Europa. E, muito menos, das Américas.

Se fosse rico, melhor ainda. E rico era o baiano Domingos Borges de Barros (1780-1855), depois barão e visconde da Pedra Branca, a quem as máslínguas chamavam “Pedra Parda”, por ser mestiço. Formado em Coimbra e dono de enormes propriedades rurais, que lhe permitiram viver com largueza em Paris, sua primeira missão diplomática foi a de obter o reconhecimento francês da independência do Brasil. Enquanto a cumpria, pôs no papel as Poesias oferecidas às senhoras brasileiras por um baiano, às quais se seguiram uma sentida elegia pelas mortes da mulher e do filho, Os túmulos, e os versos de A flor saudade ao beija-flor. Poeta foi ao jeito antigo, pois não captou o romantismo. Nos seus ofícios ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, mostra-se, contudo, não só atento às novidades da ciência e da técnica, mas também um espírito do seu tempo e até adiante dele, a argumentar, embora senhor de escravos, que a escravidão era um empecilho ao progresso do Brasil, a criticar o que já tinha por uma “nação de bacharéis gárrulos”, onde “todos sabem como se fazem constituições”, porém “nenhum como se plantam batatas”, a preconizar o desenvolvimento da navegação costeira e, conseqüentemente, da construção naval, bem como a abertura de estradas de rodagem, para que se ligassem entre si as províncias separadas por grandes vazios.

O romantismo só chegaria ao Brasil em 1836, cerca de dez anos depois de haver a França reconhecido uma independência que teve como personagem central o mais romântico dos príncipes de seu tempo, um d. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, cuja vida, com todas as suas contradições, podia servir de enredo ao mais característico dos livros de ficção da escola. As ideias desta, que vestiam uma nova sensibilidade, foram mandadas de Paris com uma revista, Niterói, editada por dois jovens diplomatas — um deles, Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), simples adido, e o outro, Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), secretário de legação — e por um estudante de pintura na capital francesa, Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), que mais tarde também representaria o Brasil no exterior. A Gonçalves de Magalhães ficamos a dever o primeiro manifesto da escola, “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, a primeira coletânea de poemas afinados com o romantismo, Suspiros poéticos e saudades, e uma intensa pregação, ao lado de Porto-Alegre e do ator João Caetano, em favor de uma dramaturgia e de

um teatro nacionais, de que deu exemplo em sua peça Antônio José, ou o poeta e a Inquisição, encenada no Rio de Janeiro apenas oito anos depois do tumulto causado em Paris pelo Ernani de Victor Hugo.

Torres Homem abandonaria a diplomacia; Gonçalves de Magalhães, após um interregno, a ela retornaria e nela permaneceria até o seu falecimento em 1882, servindo no reino das Duas Sicílias, na Sardenha, na Rússia, na Espanha e, como ministro residente, na Áustria, nos Estados Unidos, na Argentina e na Santa Sé; enquanto que Araújo Porto-Alegre nela ingressaria tardiamente, aos 52 anos, tendo por postos Berlim, Dresden e Lisboa, onde morreu em 1879. Os três podem ser tidos como modelos no exercício de uma das funções mais fecundas do diplomata, embora das menos reconhecidas e estudadas: a de trazer para o seu país e nacionalizar o que de novo se pensa, ensaia e pratica em outras partes do mundo. Os dois últimos foram inovadores, modernizadores e cabeças de escola. Ficaram muito aquém de suas ambições como poetas — ambições a que poemas de intenção épica, como A Confederação dos Tamoios, do primeiro, e Colombo, do segundo, dão o porte —, mas abriram as portas para as gerações seguintes de grandes poetas românticos, poetas como Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela e Castro Alves, que lhes cumpriram o projeto de colocar definitivamente os escritores e artistas nacionais na paisagem brasileira.

O projeto deles de criar uma poesia, uma pintura e um teatro nacionais assemelhava-se ao de um contemporâneo, também diplomata, Adolfo de Varnhagen (1816-1878), de dar sentido nacional à história do Brasil, embora com o deste conflitasse. O nacionalismo de Gonçalves de Magalhães era antilusitano e valorizador do índio. Todo o contrário do de Varnhagen, para quem a história do Brasil, que desencavava dos arquivos europeus e ordenava e interpretava com imaginação e grandeza, era a história dos portugueses na América, na qual os índios e os negros apareciam como problemas.

Como quer que fosse, todos se sentiam pioneiros. Ainda quando tivessem começado a ser renovadores, antes de se tornarem diplomatas. Como Brasília Itiberê (1846-1913), que depois de servir em Berlim, Roma e Bruxelas, foi ministro plenipotenciário em La Paz, Lima, Assunção, Lisboa e Berlim, onde morreu. Brasília Itiberê compôs A sertaneja na província, quando andava por volta dos vinte anos de idade, fundando assim a música erudita brasileira de cunho nacionalista. O mesmo vale para Raul

Bopp (1898-1984), que escreveu o seu originalíssimo poema “Cobra Norato” muito antes de se imaginar diplomata.

Este e aquele mandavam da Europa novas ideias. Com o prestígio da ausência. E com o sabor da saudade. Ou as traziam consigo, ao retornar ao Brasil, conforme sucedeu com Graça Aranha (1868-1931), autor de um romance, *Canaã*, que hoje só se lê a pulso, mas que teve, ao ser publicado em 1902, uma recepção estrondosa. Aposentado do serviço diplomático, após muitos anos em Londres, Haia, Oslo e, finalmente, como ministro em Havana e Paris, Graça Aranha fascinou com as novidades que trazia o grupo de jovens que promoveria a Semana de Arte Moderna de 1922, ao dizer-lhes o que desejavam ouvir e ao pô-los em dia com algumas das vanguardas europeias. Suas ideias expressou-as em duas conferências rasas ou, quando menos, malajambradas, que pronunciou, com escândalo, em 1922 e 1924, e enfeixou no livro *Espírito moderno*, mas sua influência deve ter-se feito sentir sobretudo nas conversas com os escritores e artistas jovens que estavam virando pelo avesso a vida cultural brasileira e a cuja atuação juntou corajosamente o seu nome.

Entre eles figuravam um diplomata, Ronald de Carvalho (1893-1935), e um outro Aranha, Luís (1901-1987), que também seguiria a carreira e, tal qual sucedera com Aluísio Azevedo (1857-1913), emudeceria como artista no serviço exterior. Ou, como explicava Mário de Andrade, por “saciedade radical”, após ter experimentado algumas das maiores rupturas da poesia de seu tempo, em longos poemas como “Drogaria” e principalmente “Poema giratório”, ou, penso eu, por ter sido o poeta vencido pelo grande tímido que era — o grande tímido que o fez descer do trapézio e o escondeu em repartições no exterior.

Já outros pouco escreveram nos longos anos passados longe do Brasil. Domício da Gama (1862-1925), por exemplo, deixou-nos apenas um punhado de contos e deve ter convivido, na desilusão de seu fim de vida — amargada ainda mais por ter tido uma das mais brilhantes carreiras de diplomata de sua época —, com a tristeza de não haver escrito o muito que deveria. Outro diplomata exemplar, Cardoso de Oliveira (1865-1962), não voltaria à ficção depois de seu excelente romance *Dois metros e cinco*, publicado quando já tinha quarenta anos de idade. A diplomacia tomaria todo o seu tempo, sobretudo durante os anos em que foi o ministro plenipotenciário do Brasil no México — os anos do auge da Revolução Mexicana, quando lhe couberam os difíceis encargos de representar os

interesses norte-americanos, de servir de intermediário entre Washington e o México e de ser o porta-voz dos estrangeiros que viviam no país. Posteriormente, chefiou as representações do Brasil no Paraguai e no Chile, terminando sua carreira como embaixador em Lisboa. Buscou, entretanto, tempo para escrever uma biografia de seu sogro, o pintor Pedro Américo, e um livro de memórias que permanece inédito, e para organizar a sua preciosa coleção dos Atos diplomáticos do Brasil. Já Adalberto Guerra-Duval (1872-1947), um simbolista de primeira hora e introdutor no Brasil do verso livre, ficou num único livro, *Palavras que o vento leva...*, e devotou-se por inteiro à diplomacia — serviu na Itália, na Argentina, no Paraguai, na Grã-Bretanha, na Holanda, na Alemanha, tendo sido embaixador em Lisboa e Roma —, na qual legou um exemplo de refinamento, cultura, elegância e bom gosto.

O diplomata, como o poeta, trabalha com as palavras. Tendo por alvo destinatários tão diferentes e intenções quase opostas, ambos as usam para mostrar e para ocultar, para convencer e iludir. Ambos escrevem como o fingidor do poema de Fernando Pessoa. A fadiga de lidar quotidianamente com as palavras, para que não digam tudo e deixem sempre um aberto para o avanço ou o recuo, pode gastar no diplomata o poeta e o ficcionista, para os quais cada palavra está encharcada de memória e vale por um outro tipo de desenho, timbre, peso, compasso e colorido. O argumento não serve para Aluísio Azevedo, que só exerceu funções consulares, mas poderia aplicar-se a Domício da Gama, a Cardoso de Oliveira, a Guerra-Duval e a tantos escritores que o devotamento à diplomacia abafou.

O escândalo do regresso de Graça Aranha não encontra par na crônica dos contributos dos diplomatas à cultura brasileira. Não terão tido, contudo, menor influência as lições e os exemplos de outros, que, enriquecidos pelas experiências em terras estrangeiras, concorreram, de seus postos fora do país ou durante suas breves ou alongadas estadas no Brasil, para renovar não só os processos criativos, mas também as visões e os entendimentos do mundo de seus contemporâneos. Tais foram os casos, nas décadas de 1940 e 1950, de Vinicius de Moraes (1913-1980) e João Cabral de Melo Neto (1920-1999); de, dez anos mais tarde, Antônio Houaiss (1915-1999); e na de 1970, de José Guilherme Merquior (1941-1991). Sem as ensinanças dos dois últimos, teria sido inteiramente distinta a história da cultura brasileira no fim do século XX. Ambos — cada qual a seu jeito e de perspectivas diferentes — amavam a contestação e a polêmica. Merquior desarrumava

constantemente as estantes dos outros e exerceu da vigilância de sua crítica, que não respeitava as estátuas precoces, um papel renovador semelhante ao que tinha tido, uma ou duas gerações antes dele, Otto Maria Carpeaux.

De Manuel Bandeira disse Mário de Andrade que foi o “são João Batista do modernismo brasileiro”. A comparação poderia aplicar-se ao diplomata e dramaturgo Pascoal Carlos Magno (1906-1980): teria sido ele o são João Batista do novo teatro brasileiro, que se poderia datar da encenação, em 1943, por Ziembinski, de Vestido de noiva, de Nelson Rodrigues, com cenários de Santa Rosa. Em suas duas estadas na Grã-Bretanha, de 1933 a 1937 e de 1940 a 1944, Pascoal Carlos Magno amadureceu as ideias que pôs em prática no Teatro do Estudante do Brasil, por ele fundado em 1938, e com o qual, além de ensaiar novas maneiras de fazer teatro, contribuiu de forma decisiva para ampliar e nobilitar o repertório dos palcos brasileiros. Três de suas peças, Pierrot, Amanhã será diferente e Seremos sempre crianças tiveram grande êxito — e a segunda foi traduzida em mais de um idioma estrangeiro e se viu representada em vários países. Muito mais importante do que seus textos teatrais foi, contudo, a sua atuação como grande animador e renovador da arte teatral no país. Sua casa no bairro carioca de Santa Teresa — nela instalou o Teatro Duse — foi um centro não só de experimentação, mas sobretudo de formação de novos autores, atores, diretores, cenógrafos, contrarregras, figurinistas e até maquiladores. Não estaria longe da verdade, portanto, quem escreveu que a história do teatro no Brasil se divide em antes e depois de Pascoal Carlos Magno.

Nem todos os escritores que foram diplomatas mostraram-se originais ou difundiram novidades. Souberam, no entanto, ser modernos, isto é, de seus tempos. Como o adversário do tráfico de escravos Maciel Monteiro (n. em 1804), que, ao falecer, em 1868, era ministro plenipotenciário em Lisboa. Homem de salão, apreciadíssimo como orador e improvisador de versos, deixou a lenda de sua elegância e um soneto que não se esquece, sobre uma mulher

Formosa, qual pintor em tela fina
Debuxar jamais pôde ou nunca ousara.

Ou como o seu contemporâneo José Maria do Amaral (1813-1885), que viveu a maior parte da vida no estrangeiro e, depois de longas estadas em Paris e Washington, foi ministro plenipotenciário em Buenos Aires e

encarregado de missão especial no Paraguai. Talvez por isso a poesia suave e melancólica desse romântico, que foi um jornalista de estilo contundente e apaixonado, tenha ficado quase desconhecida, dela pouco se recordando, além de um soneto que assim termina:

Dizem que a vida é triste e falaz sonho:
Se é sonho a vida, sonharei contigo.

Um outro soneto —

Morrer, dormir, não mais, termina a vida,
E com ela terminam nossas dores

— continua a comover os leitores de Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889). Bem como aqueles seis versos de “Ilusões da vida”, o primeiro dos quais — “Quem passou pela vida em branca nuvem” — teve a maior fortuna a que pode aspirar um poeta e se incorporou às expressões quotidianas do falar em português. Grande jornalista e político, Francisco Otaviano só foi por algum tempo diplomata, mas em missão de extrema importância, pois, ministro plenipotenciário no Prata, negociou o Tratado da Tríplice Aliança contra Solano López.

Outros escritores passariam, mais tarde, rapidamente e no último terço de suas vidas, pela diplomacia. A acompanhar Francisco Otaviano, a ela chegaram pela política. Assim se deu com Olegário Mariano (1889-1958), famoso como o “poeta das cigarras”, por causa de um livro de mocidade, mas que merece ser relido com atenção por suas obras do crepúsculo, *O enamorado da vida* e *Cantigas de encurtar caminho*; com Álvaro Lins (1912-1970), um dos maiores, senão o maior dos críticos literários brasileiros, como mostram os seis volumes de *Jornal de crítica* e *A técnica do romance em Marcel Proust*; e com Rubem Braga (1913-1990), que ergueu a crônica jornalística à condição de poema em prosa, disso sobrando exemplos em *O conde e o passarinho*, *Um pé de milho*, *Um homem rouco*, *A borboleta amarela* e outros livros em que as coligiu. Os dois primeiros foram embaixadores em Lisboa; Rubem Braga, no Marrocos.

Houve ainda aqueles que, tendo ingressado na carreira, dela pronto desistiram, provavelmente por descobri-la contrária a seus temperamentos. Raimundo Correia (1859-1911), por exemplo, foi, por breves anos, secretário de Legação em Lisboa. E Raul de Leoni (1895-1926), designado para Havana, retornou a meio caminho; nomeado para Montevideú, lá

passou apenas três meses; e não chegou a seguir para o Vaticano, para onde também o mandaram como secretário. Tinha, ao que parece, esse poeta do pensamento aversão a viver no estrangeiro, uma aversão maior ainda do que a que tomaria corpo, bem mais tarde, em João Guimarães Rosa (1908-1967). Rosa serviria em Hamburgo, Bogotá e Paris, mas depois insistiu por ficar sempre no Brasil, onde atingiu o topo da carreira, embaixador que jamais quis uma embaixada.

Guimarães Rosa tinha um enorme fascínio por outras geografias e outras culturas. Mas não queria retirar os pés do chão da pátria. Talvez por temor de que a saudade lhe desfiasse a alma. Um temor que em Ribeiro Couto (1898-1963) foi tão grande como a atração do cais, que ele cantou com a mesma intensidade que a ausência do país natal.

Essa saudade não aparece nos versos de um poeta que, aposentado da diplomacia, se deixou ficar em Roma, Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963). Tudo somado, viveu setenta anos no exterior: dois em Portugal, como estudante, dois em Montevidéu, um em Havana, dois em Atenas e o resto na capital italiana. A sua paisagem era mediterrânica — e a ela ficou fiel. Bem como a um parnasianismo de dicção serena e ática. Em seu melhor livro, Odes e elegias, de 1904, procurou transportar para o português os chamados metros bárbaros de Carducci, que imitam no ritmo os versos gregos e latinos, e conseguiu belos poemas como este:

Não me coroes, Alma querida, de rosas; o encanto
Da Juventude é efêmero; e a minha é quase extinta.

Também não me coroes de louros: a Glória não fala
Ao coração, nem o ouve; passa, longínqua e fria.

Coroai-me das heras, que abraçam as graves ruínas:
São da humildade símbolo e da tristeza eterna...

O longo exílio fez baixar o esquecimento sobre a poesia de Magalhães de Azeredo. Destino semelhante tiveram as obras de Osório Dutra (1889-1968), um bom tradutor de Baudelaire, e de Dora Vasconcelos (1910-1973), cuja demorada estada no estrangeiro, no Consulado-geral em Nova York e como embaixadora no Canadá e em Trinidad e Tobago, fez com que passassem quase despercebidos os seus livros Palavras sem eco, Surdina do contemplado e O grande caminho do branco. Dela não cessamos de ouvir,

porém, os poemas que se voltaram em belíssimas canções de Villa-Lobos, entre os quais “Veleiros”, “Cair da tarde”, “Tarde azul” e “Canção do amor” (ou “Melodia sentimental”), que integram o concerto-suíte para voz e orquestra Floresta do Amazonas.

Não era raro, até próximo da metade do século XX, que um diplomata brasileiro passasse quase toda a carreira no exterior. Nem por isso perdia ele o sentimento da pátria, que frequentemente as saudades aguçavam. Havia aqueles que não cessavam de trocar cartas com o Brasil, como o próprio Magalhães de Azeredo, de cujas qualidades de missivista nos ficou a sua preciosa correspondência com seu grande amigo mais velho, Machado de Assis.

No caso de Joaquim Nabuco (1849-1910), que viveu mais tempo no Brasil do que no estrangeiro, o estar à distância terá contribuído mais do que suas leituras para a maneira altamente inovadora com que pensou as questões brasileiras. E, se o encontro de Vinicius de Moraes com as obras de Rilke, de García Lorca e dos poetas ingleses e norte-americanos que lhe foram coevos favoreceu o salto que deu com Cinco elegias e Poemas, sonetos e baladas, terá sido na solidão do exílio que João Cabral de Melo Neto encontrou o rumo altamente pessoal que percorreu a sua poesia, desde o início ou, quando menos, desde Psicologia da composição com a fábula de Anfion e Antiode. Deveu ele muito mais à paisagem castelhana, como metáfora do sertão nordestino, do que aos versos que então leu, pois em sua obra pouco ou nada se reflete, nem mesmo a de um dos raros poetas de sua admiração, Jorge Guillén.

A vida no exterior como húmus encontra o seu mais famoso exemplo no maior dos diplomatas brasileiros, o barão do Rio Branco (1845-1912). Foi durante os seus anos de cônsul em Liverpool e de encarregado dos serviços de imigração em Paris, que José Maria da Silva Paranhos, apaixonado, desde os verdes anos, pela geografia e a história, procurou adquirir, copiar e estudar, com avidez, cuidado e um espantoso sentido de premonição, todos os livros, mapas e documentos que conseguiu localizar sobre o Brasil. Quando o chamaram para defender os interesses brasileiros na disputa de limites com a Argentina, já sabia tudo ou quase tudo do que necessitava para redigir a memória com que apresentou as razões brasileiras. Seus argumentos, não só nesse longo e admirável trabalho, mas também nos que escreveu sobre as questões de fronteiras com a Guiana britânica e a Guiana Francesa, tinham sólidas fundações num conhecimento

profundo da geografia e da história brasileiras, acumulado durante os seus anos europeus.

O ter assegurado o desenho definitivo do mapa do Brasil e a sua excepcional presença à frente do Ministério das Relações Exteriores de certo modo puseram em segundo plano, quase na sombra, a sua condição de grande escritor. Em Efemérides brasileiras admira-se não só a qualidade e a precisão da pesquisa do historiador, mas a nitidez, a contenção e a fluência das frases e o bem-fazer de um excepcional estilista. Sabia escrever como poucos, conforme nos confirmam outros de seus ensaios, como a bela biografia de seu pai, José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, ou os Apontamentos para a história militar do Brasil. Não gastava palavras e de seu dom de síntese fora do comum faz prova a Esquisse de l'histoire du Brésil, que escreveu para os olhares franceses.

Alguém dirá, não sem ponta de injustiça, que, no barão do Rio Branco, o historiador serviu o diplomata. O mesmo se aplicaria a alguns de seus melhores discípulos, que foram historiadores para melhor ser diplomatas. Com certa razão, ao mais dileto deles, A.G. de Araújo Jorge (1887-1977), que herdou do mestre as qualidades de estilo limpo, rigoroso e conciso, presentes nas páginas de Introdução às obras do barão do Rio Branco e Ensaios de história e crítica. A outros, da mesma geração ou da que se lhe seguiu, pesquisar arquivos e escrever história parecia fazer parte do exercício da diplomacia, como representar e negociar. Alguns, além de historiadores, praticaram outros gêneros literários. Hélio Lobo (1883-1960) foi um fino ensaísta. Álvaro Teixeira Soares (1903-1988) foi também ficcionista. Argeu Guimarães (1892-1967), além de escrever A sereia escandinava e Na Holanda, com Frans Post, deixou-nos uma obra de consulta obrigatória, o Dicionário bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional. E seria ao direito internacional que Hildebrando Accioly (1888-1962) se dedicaria, embora sem perder o gosto pelos estudos históricos, como mostram O reconhecimento da Independência do Brasil, O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América e Os primeiros núncios no Brasil. Num estilo límpido, que deve muito ao exemplo do barão do Rio Branco e de quem o precedeu como consultor jurídico do Itamaraty, Clóvis Beviláqua, Hildebrando Accioly escreveu um monumental Tratado de direito internacional público, o mais completo feito no Brasil e no qual se consignam as doutrinas e os antecedentes brasileiros com relação às principais matérias do direito

internacional público. Accioly foi um grande diplomata, mas sobretudo um homem de coragem e consciência. Embaixador na Europa, salvou numerosos judeus e outros perseguidos pelo nazismo, assumindo a responsabilidade de interpretar em favor do que julgava ser de seu dever as instruções recebidas, simulando mal compreendê-las ou lhes ignorando as intenções, quando não as rebatendo.

Na organização do Arquivo diplomático da Independência, publicado em 1922, Hildebrando Accioly teve por companheiros Mário de Barros e Vasconcellos, Zacarias de Góes Carvalho, Oswaldo Correia e Heitor Lyra (1893-1973). Do último não se pode afirmar ter sido historiador porque diplomata. Nele equivaliam-se as vocações para os dois ofícios. Ao secretário de Legação em Londres e ao embaixador em Lisboa ou no Vaticano muito deverá o autor dos três volumes da História de d. Pedro II. Mas esse procurava mover-se nos interstícios que lhe deixava aquele. Nas horas que noutros seriam de repouso, escreveu a sua densa e minuciosa História da queda do Império. Já aposentado, publicaria O Brasil na vida de Eça de Queiroz e, a seguir confessadamente o exemplo e o método do barão do Rio Branco, as Efemérides luso-brasileiras. As suas Memórias da vida diplomática, ricas de informação sobre pessoas, ambientes e fatos, formam dois volumes armados com simpatia, humor, compaixão, ironia e, algumas vezes, indignação e sarcasmo.

O maior dos historiadores que serviram à diplomacia brasileira foi, porém, um contemporâneo e desafeto íntimo de Rio Branco, Oliveira Lima (1867-1928). Detestavam-se mutuamente, mas é provável que cada qual, ao olhar-se no espelho, procurasse na sua a imagem do outro. E não porque fossem ambos obesos e usassem os mesmos bigodes da moda, grossos, longos e retorcidos. Rio Branco provavelmente se ressentiria, no fim da vida, por não ter escrito um livro da grandeza de D. João VI no Brasil, e Oliveira Lima não se conformava em não ter sido ministro do Exterior, ele, que possuía o dom de abranger com o olhar a amplidão do mundo. De que sabia ver os lugares onde viveu, deixou-nos uma prova clara — o seu livro profético, No Japão, o melhor que um brasileiro já escreveu sobre aquele país. Dois outros, também interessantíssimos, foram O Japão, de Aluísio Azevedo, e Samurais e mandarins, de Luiz Guimarães Filho (1878-1940). Os três livros se completam: o de Oliveira Lima aponta para o futuro; o de Aluísio Azevedo tem o gosto de reportagem entranhada no presente; o de Luiz Guimarães Filho dá ênfase à sutileza que disfarça a força de um

passado. Nesse, como nas outras obras que escreveu sobre os países onde serviu, Luiz Guimarães Filho não esquecia a paisagem brasileira: esta era a régua com que media a beleza. No entanto, esse Luiz Guimarães cresceu no estrangeiro, por ser filho de diplomata. Filho de um diplomata e poeta, foi diplomata e poeta. E como o pai, Luiz Guimarães Júnior (1847-1898), fez parte da Academia Brasileira de Letras. Das coincidências de suas vidas paralelas não se deveria esquecer a nostalgia da pátria, a constância de um sentimento de ausência, tão bem expresso em muitos dos poemas do filho e sobretudo nos 14 versos famosos do pai, “Visita à casa paterna”.

Não há filho pródigo que não tenha sido arrastado pela curiosidade do mundo, e não há bom diplomata que não descreva as terras onde lhe coube viver. Muitas das impressões que recolhe ficam no esquecimento de seus relatórios, mas outras ganham a dimensão do livro. Ou melhor, ganhavam, quando, na ausência dos gravadores e reprodutores de som e imagem — a própria máquina fotográfica só se banalizaria na Segunda Guerra Mundial —, a literatura de viagens tinha um grande público. Quase que se esperava de um diplomata-escritor ou de um escritor-diplomata, como Oliveira Lima, Luiz Guimarães Filho ou Argeu Guimarães, que escrevesse um ou mais livros sobre os países em que viveu. Ribeiro Couto não fugiu à regra, com *Chão de França*. Nem um dos rapazes exaltados da Semana de 22, que se tornaria diplomata e passaria longo tempo na Ásia, Nelson Tabajara de Oliveira (1904-1979), com *O roteiro do Oriente, Xangai e Japão*. Nem tampouco, muito antes deles, com *Terras alheias*, a reunir impressões de Portugal, Espanha e Itália, um diplomata que, aos 16 anos de idade, lançou um livro de versos, *Pallium*, o único que editou em vida, embora tenha continuado, discretíssimo, a escrever os seus poemas, dos quais Manuel Bandeira publicou um belo e musicalíssimo exemplo, “Madrigal”, na sua *Antologia de poetas brasileiros bissexto contemporâneos*. Esse poeta chamou-se Lucilo Bueno (1886-1938) e foi embaixador em Montevideu e Lima, onde faleceu, deixando inédito um volume de poesia, intitulado *A torre do silêncio*.

O destino injusto de quase todos esses relatos sobre terras estrangeiras foi o de ficarem na primeira edição. Melhor fortuna teve a *Relação de uma viagem a Venezuela, Nova Granada e Equador*, de Miguel Maria Lisboa (1809-1881), livro que saiu em Bruxelas, em 1866, assinado por um Conselheiro Lisboa, formado pela Universidade de Edimburgo e membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lisboa, o

futuro barão de Japurá, faria uma bela carreira diplomática — foi ministro no Peru, nos Estados Unidos, na Bélgica e em Portugal —, uma carreira que teve início com sua designação, em 1851, como ministro plenipotenciário em Nova Granada, Venezuela e Equador. Dessa sua primeira missão deixou-nos um dos mais interessantes e vivos testemunhos sobre o norte da América do Sul, na metade do século XIX. O livro em português ficou esquecido, mas seria resgatado, menos de cem anos depois, em traduções para o público de língua castelhana. Na Venezuela, publicaram-se duas edições; na Colômbia, uma; e no Panamá, a parte da obra sobre o que viria a ser aquele país foi também editada. Lisboa, que publicara antes um livro de versos, Romances históricos, viajou por aquelas terras e por Curaçau, de barco a vela e em canoa, a cavalo, em seges, em carroças e a pé, demorou-se a olhar as ruas das cidades e das vilas, e o interior das casas ricas e pobres, e os modos de vestir, de comer, de comportar-se socialmente, de educar os filhos e de enterrar os mortos. Homem dos trópicos, assombrou-se com o salto de Tequendama e viveu como aventuras o subir em almadia as águas do rio Madalena e a viagem, serra acima, de La Guaira a Caracas. Devia ser um excelente desenhista, pois a edição em português de seu livro traz uma série de gravuras de paisagens, edifícios, monumentos e tipos humanos. Não faltam desenhos precisos de um despoldador e de um rolo de socar café, nem tampouco plantas de Bogotá, Caracas, Quito e Willemstad, mapas urbanos tão precisos que ainda hoje podem servir de guia a quem quiser conhecer o centro histórico daquelas cidades.

Muitas dessas obras foram escritas no calor das experiências vividas. Ou quando estas mal esfriavam. Já outras nasceram da reconstrução das lembranças e bem poderiam figurar entre os livros de memórias, à tentação dos quais cederam, no fim da vida, tantos diplomatas, como se necessitassem justificar a distância e a ausência. E até o silêncio. Jaime de Barros (1908-1986), impossibilitado pela carreira — do exterior era-lhe difícil acompanhar o que se publicava no Brasil — de exercer a crítica literária, o que de início fizera com grande agudeza e sensibilidade — e isto demonstram Espelho dos livros e, sobretudo, Poetas do Brasil —, como que se guardou para as suas Memórias, pelas quais passam algumas das mais importantes figuras culturais e artísticas de seu tempo. Suas lembranças são menos dele próprio do que dos que iam a sua casa, sempre um centro de convívio da inteligência, da cultura e do bom gosto, qualquer que fosse o prédio e a cidade onde momentaneamente se encontrasse.

Não foram apenas aqueles que se tinham e temos por escritores — Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Heitor Lyra, Raul Bopp, Jaime de Barros ou Pascoal Carlos Magno — que produziram livros de memórias, mas diplomatas que só se consideravam diplomatas, ainda que amigos da leitura e mestres do bom gosto, como Vasco Leitão da Cunha ou Maurício Nabuco. Deste último guardamos também uma interessantíssima *Drinkologia*, editada primorosamente, com desenhos de De Chirico.

Escritores ou não, nenhum dedicou maior número de páginas à sua própria vida, a entretecer-se com os acontecimentos de seu tempo, do que Gilberto Amado (1887-1969), por vinte anos representante do Brasil na Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, sediada em Genebra. Poeta, romancista e ensaísta, os seus cinco volumes de memórias compõem um grande retábulo da vida quotidiana, política e intelectual da primeira metade do século XX. Talvez não fosse essa sua ambição, mas estava a descrever o presente, o ontem e o anteontem de sua vida como o faziam os pintores franceses após a Revolução de 1789 — como se fosse história. Como o fez aquele poeta e pintor, Araújo Porto-Alegre, um dos porta-estandartes do romantismo e de uma arte nacional, no imenso quadro, ou melhor, no enorme esboço, em que fixou a coroação de d. Pedro II e que se encontra no auditório do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou na tela em que retrata a reinstalação da Escola Imperial de Medicina, com a presença de d. Pedro I.

Tem-se Porto-Alegre como o primeiro caricaturista brasileiro e como o fundador do primeiro periódico com caricaturas aparecido no Brasil, *Lanterna mágica*. Suas caricaturas datam da época em que viveu na pátria, pois, a partir do estrangeiro, lhe seria difícil manter colaboração de sentido satiricamente atual na imprensa brasileira, e impróprio comentar com o lápis o que se passava no país onde servia. Nele teria sido possível, contudo, fazer retratos com intenção caricatural, como os que desenharia, um século mais tarde, um outro servidor do Ministério das Relações Exteriores, Sotero Cosme (1905). Pintor menor, foi ele um caricaturista de primeira, cujos trabalhos correram o mundo, sem que nem sempre se soubesse quem era aquele Sotero que os assinava, uma vez que executou para a propaganda da empresa cinematográfica Metro-Goldwyn-Mayer uma série de extraordinários *portraits-charges* de artistas como, entre outros, Greta Garbo, Mickey Rooney, Norma Shearer, Clark Gable, Jackie Cooper, Joan Crawford, Wallace Beery, Hardy, o Gordo, e Laurel, o Magro. Dele

também são um conjunto de xilogravuras com retratos sensíveis e intensos de Beethoven, Verlaine, Baudelaire e Machado de Assis. Não seria, no entanto, por essas excelentes xilogravuras, nem por suas caricaturas, nem por seus quadros, que Sotero Cosme teria o seu momento de fama. Ele entraria para as primeiras páginas dos jornais por seu trabalho junto à Fifa, para trazer para o Brasil, em 1950, a primeira Copa do Mundo de Futebol do pós-guerra.

Nas pouquíssimas vezes em que expôs suas pinturas no Brasil, Sotero Cosme deixava a impressão de não ter olhos para o que acontecia no mundo artístico das grandes cidades, Nova York e Paris, em que passou a maior parte da vida. O mesmo poder-se-ia dizer de um pintor, e um grande pintor, que também foi cônsul na Itália, em Livorno, mas morreu em Florença, Navarro da Costa (1883-1931). Este foi um artista hipersensível, mas esteticamente um tímido, temeroso de ousar. Nem por isso deixou de ser um mestre das marinhas, muitas das quais, crepusculares, poderiam ser classificadas como de um impressionismo tardio, enquanto que outras, sob uma luz de meio-dia, quase se abeiram do fauvismo.

Da mesa onde Holbein os pôs, visíveis ou ocultos, esse livro, o mapa e o telescópio, aquele alaúde e a paleta de tintas, alguns desses objetos foram recolhidos por mais de um diplomata, não para completarem a prática de um ofício em que se é o que se representa, mas para cumprirem um destino mais entranhado em suas almas do que a vocação do desterro. Em alguns, o viver no estrangeiro favoreceu a criatividade. Noutros, dispersou-a. A fama deste cresceu com a distância e a duração do exílio, o mesmo exílio que para outros representou o esquecimento. Houve os que sempre viveram o dia a dia da saudade. E os que da terra natal emotivamente se apartaram. Os que não sabiam sonhar senão com o Brasil. E os que só conseguiam compor versos em francês. Ou que pensavam que seus escritos não poderiam ter outro público senão o europeu. Talvez tenha sido este o caso de um baiano, Gustavo de Viana Kelsch (n. 1878), que representava o Brasil na corte de São Petersburgo, quando da Revolução Russa. Estudioso das artes plásticas, procurou definir por princípios matemáticos as grandes escolas europeias de pintura, nos dois volumes de sua obra *Canon Tiburtius de Composition, Harmonie et Rythme*, que, a partir de 1922, foram repetidamente editados na Inglaterra e na Holanda. É provável, porém, que ele se ressentisse por seu alentado livro de tema e título esdrúxulos não ser traduzido em português e lido em seu país natal. Pois não é arriscado apostar que mesmo

aqueles que se distanciaram emocionalmente da pátria ou a olhavam do alto de sua prosápia tudo dariam por um travesseiro, no qual pudessem encostar a cabeça, recheado de terra do quintal de sua infância.

Rio de Janeiro, 2001.

Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil

Na manhã do primeiro dia de 1901, um brasileiro, sentado ao lado da estante, abria as páginas do último livro recebido de Paris, sem ter grandes esperanças, ao meditar sobre o Brasil. Ali estava, nos trópicos malsãos, cercado de gente que a ciência já situara nos patamares inferiores da humanidade — negros, índios, mulatos, caboclos, cafuzos — e ele próprio sem muita coragem de olhar-se ao espelho.

Se fosse mulato escuro ou negro, como aquele catarinense que alguns consideravam um grande poeta, é provável que o dilacerasse o conflito entre o que sabia pela vida, pela inteligência e pelo coração e o que lhe afiançavam os sábios da Europa, e talvez se sentisse a reescrever mentalmente “O emparedado”, de Cruz e Sousa, juntando à palavra “África” as duas sílabas de “Brasil”. Ainda que os vizinhos lhe sorrissem e os alunos se levantassem quando entrava na classe, sabia que o olhavam como alguém diferente. A cor da pele, a carapinha, as formas do nariz e dos lábios, tudo nele afirmava que descendia de escravos. E o escravo está sempre fora da sociedade para a qual foi arrastado. A ela só se incorpora, e muito lentamente, depois de liberto ou, na maior parte das vezes, nas pessoas de seus netos ou bisnetos. E mal se tinham passado 12 anos da abolição da escravatura no Brasil.

Branco ou tido por branco, ele olharia para o vizinho escuro como um problema. Este era um ex-escravo ou o filho de um ex-escravo e, portanto, um ex-estrangeiro, e um ex-estrangeiro dele fisicamente distinto, que tinha de ser absorvido e, em algum caso, europeizado. Pois o Brasil era um país europeu na América. Europeu e branco, ainda que quem pensasse assim fosse um mestiço.

A este brasileiro que lia livros não o tranquilizariam as notícias de que continuavam a chegar imigrantes europeus ao país. Se esse sangue novo podia contribuir para apurar a qualidade das populações, nem sempre era ele do melhor, pois predominavam nos recém-vindos os portugueses,

italianos e espanhóis, muitos deles da parte meridional de seus respectivos países e, por isso, atarracados, morenos e com jeito de mouros, distantes dos tipos que a eugenia desejava. Pelos parâmetros do que se tinha por ciência, a geografia e a mistura de raças condenavam o Brasil, mais do que ao atraso, à barbárie.

É possível, porém, que o nosso brasileiro tivesse sobre a mesa um exemplar de *Porque me ufano de meu país* (1900), publicado havia poucos meses. E que, ao reagir, como o conde Afonso Celso, ao que lhe impunham como cientificamente inexorável, passasse a repetir aqueles versos de Olavo Bilac: “Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste, / criança, não verás país nenhum como este.” Se mulato, ele se diria mameluco. E, mesmo se branco, com avós chegados do Minho, da Beira ou de Trás-os-Montes, procuraria uma antepassada tupi que se tivesse enlaçado ao seu João Ramalho, ao seu Caramuru ou ao seu Jerônimo de Albuquerque. Pois a antiguidade na terra e a ligação de sangue com os que dela tinham sido os primeiros senhores vestia de nobreza quem podia alegá-la.

Esse nacionalismo em busca não apenas de origens que o justificassem e aristocratizassem, mas também do autenticamente brasileiro, sofreria, em *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), de Lima Barreto, um ataque impiedoso, amargo e sofrido de um escritor com profundo senso de realidade ou, na visão ufanista, de um mulato magoado, invejoso e ressentido.

Não é de excluir-se tampouco que o nosso brasileiro, sentado ao lado da estante, procurasse, entre o ufanismo e o desalento, um espaço mental de observação, de investigação e de reflexão com um mínimo de peias. Este e aquele logravam observar o país sem os óculos europeus do fim do Oitocentos e investigar com a inteligência aberta. No entanto, ao organizar o material reunido e ao analisá-lo, era-lhes quase impossível pôr-se de fora das estruturas intelectuais prevalecentes ou chocar-se com a verdade dos livros de prestígio. Assim se passou com Nina Rodrigues. São exemplares a empatia, a objetividade e o rigor com que reuniu, nas ruas e nas casas de Salvador, o material que seria publicado, depois de sua morte, em *Os africanos no Brasil* (1932). Quando descreve o que viu, ouviu e pressentiu, molda um negro rico de sua história e de sua cultura, criativo, plástico, inteiro. Mas, então, se recorda de que era um homem de ciência e repete os estereótipos racistas de seu tempo, reduz o negro e castiga de degenerado o mestiço que ele próprio era.

Um outro mestiço, Euclides da Cunha, não escaparia disto em *Os sertões* (1902). Não deixou ele de compreender, como, meio século antes, João Francisco Lisboa, no *Jornal de Timon*, que eram os negros, os caboclos, os mulatos, os cafuzos, os pardos indefinidos e os brancos pobres os construtores do país e as grandes vítimas de sua história. Para Lisboa, nossos males não provinham deles, mas dos desmandos, da usura, da ignorância e da desordem do poder. Como Euclides da Cunha testemunhou em *Canudos*. Este, porém, ainda que reconhecesse no sertanejo “um forte” e nessa “rocha viva” visse o bisneto abandonado dos que haviam feito o mapa do Brasil, não deixou de contagiar de racismo a sua análise. Cedeu ao que se tinha por ciência e anatematizou, nas duas primeiras partes de seu livro, a terra e a gente brasileiras. Mais do que ninguém, pela recepção estrondosa que teve sua obra, difundiu ele a teoria de que, na mistura de raças, “ainda quando haja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior” e, por isso, “o mestiço (...) é, quase sempre, um desequilibrado”. Se faz o elogio do sertanejo, não deixa de tê-lo como um “retardatário”, antes de o confrontar com “o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”. Ou seja, do mulato.

Força é não esquecer que esse livro, *Os sertões*, causou sobre a inteligência brasileira um impacto sem precedentes e que talvez só se tenha repetido, trinta anos mais tarde, com *Casa-grande & senzala*. Na desgraça de *Canudos* reproduzia-se, localizada, a desdita do país: com esse inventário de gente inferior instalada nos trópicos não era possível colocar o Brasil a par com a Europa. Não podíamos ter um futuro melhor do que o presente, pois a ciência marcava os nossos tristes limites. A menos — e esta foi a saída de Sílvio Romero, inconformado com o destino que nos estava previsto — que a miscigenação se fosse processando com um contínuo aumento do sangue branco. Havia que clarear o brasileiro. E difundiu-se popularmente a aspiração de “melhorar a raça”.

A apologia do branqueamento impregnaria, mais tarde, a importante obra de análise social de Oliveira Viana. Tiveram leitores apaixonados os seus livros *Populações meridionais do Brasil* (1920) e *Evolução do povo brasileiro* (1923). Neles, destacava-se que o Brasil se fizera apesar dos índios, dos negros e dos mestiços, tudo devendo aos brancos. E se prognosticava uma nação embranquecida. Contava ele, para isso, com o aumento da imigração europeia, com a fecundidade dos brancos, maior do que a das raças inferiores — a população negra, escrevia, estacionara —, e

com a preponderância de cruzamentos felizes, nos quais os filhos de casais mistos acompanhassem as características superiores do pai ou da mãe branca. Embora posteriormente Oliveira Viana viesse a corrigir sua posição, persistiu na mente da maioria essa leitura de seus livros.

A visão de que as raças formadoras do país e a sua mistura condicionavam negativamente o nosso destino permeia boa parte do que se escreveu na primeira metade do século XX. Está, por exemplo, nas três raças tristes do Retrato do Brasil (1920), de Paulo Prado. Mas nunca foi sequer considerada por Capistrano de Abreu, que não acreditava em raças superiores nem inferiores. Para Capistrano, o Brasil autêntico tinha sido formado pelos mamelucos, ao conquistar o sertão. Haviam sido eles os primeiros brasileiros, numa história que teve os negros por atores secundários e não menos estrangeiros do que os portugueses. Era ao caboclo que devíamos a unidade nacional, construída do interior para a costa, uma costa dominada pelos reinóis e os seus mulatos. Todo o enredo violento e heróico de ocupação da terra devia-se ao sertanejo, ao bandeirante, ao vaqueiro, ao desbravador. E estes se haviam oposto de forma consistente às cidades litorâneas e mineiras, que não se autogovernavam como as fazendas do interior e não tinham outra vontade que não a da metrópole. Quem lesse os Capítulos de história colonial (1907), antes ou depois de Os sertões, talvez não escapasse da impressão de que a campanha de Canudos fora o episódio final, e trágico, de um processo de reversão que se reforçara com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, quando a metrópole, sem deixar de ser metrópole, se instalou entre nós, conforme historiara Oliveira Lima em D. João VI no Brasil (1908).

Seria nesse corte da evolução natural para a independência, causado pela vinda da casa de Bragança, que Alberto Torres e Manoel Bomfim veriam o início dos desacertos brasileiros. Para o primeiro, cujos livros A organização nacional (1914) e O problema nacional brasileiro (1914) tiveram grande audiência entre as elites, não precisávamos de mudar de antepassados nem de nos tornar num povo distinto do que éramos, para ocupar espaço entre as grandes nações. Um espaço, por sinal, que já tínhamos por nosso, apesar do curtíssimo período de ação livre, das péssimas condições de competência com outros países e dos defeitos de nossas estruturas sociais e de nosso sistema político. Alberto Torres não acreditava numa hierarquia de raças, tendo no cume o dolococéfalo louro,

nem na degenerescência do mestiço. Do mesmo modo que alguns de seus mais atentos leitores, como Plínio Salgado e os integralistas, de cuja agenda constavam a valorização do mestiço e a dignificação do negro.

Na sua prosa exaltada, Manoel Bomfim rasgava fundo: o racismo e as teorias científicas que o amparavam compunham o processo de dominação do resto do mundo pela Europa e seu prolongamento norte-americano. Serviam para justificar o imperialismo: os europeus, por superiores, estavam fadados a conduzir os inferiores ou a substituí-los nas terras que ocupavam. Os povos, porém, não se diferenciavam pelas raças; diferenciavam-se pelas culturas. Entre eles, o que havia eram dessemelhanças de tradições, direção, perspectivas e, em última análise, momentos históricos. O branco não era, assim, em nada superior ao ameríndio ou ao negro. Os defeitos que no último se apontavam, se os tinha, não eram dele, mas do regime de escravidão a que fora submetido. Quanto aos mestiços, não os considerava desfibrados, mas enérgicos, e o provava a gesta heroica da ocupação do território brasileiro. O autor de *O Brasil na América* (1929) mais do que acompanhava Capistrano de Abreu: escrevia com entusiasmo sobre o século XVII, quando se formou o brasileiro. Os problemas com que, depois, se defrontaria o país seriam devidos não ao seu povo, mas à ganância da metrópole e aos desacertos das elites que a substituíram no mando.

Também para Alberto Torres os problemas do Brasil eram de natureza política e econômica. Derivavam da organização desastrosa do Estado e da produção. Um país só é rico quando gera riqueza. Nós não só não a produzíamos na quantidade necessária, como, dadas as nossas estruturas sociais defeituosas, tornávamos a terra “pobre para a sua gente”.

Fora das cidades, essa gente que tinha a pobreza dentro de si e ao redor confluía para um personagem de um artigo, incluído num livro de contos, *Urupês* (1918), e que, de uma hora para outra, se voltaria em símbolo e tornaria famoso o seu autor. Refiro-me a Jeca Tatu. Monteiro Lobato não permite dúvida de que pretendia satirizar a ufanização do caboclo e devolvê-lo à realidade, de cócoras, a deixar passar, apático, a vida. Não falta no texto o seu toque de preconceito racial, como dele não estará isento o convívio de tia Nastácia com Emília e d. Benta. O resto da obra de Lobato nos explica, no entanto, que Jeca Tatu não chega a camponês, ficando em caipira, porque sem terra, sem saúde, sem socorro e sem ter o que fazer com o que colhe, quando toma coragem e planta. Não

era assim, no entanto, por determinismo de sangue ou clima. Tanto que Lobato passou a vida a ensinar-nos que Jeca Tatu podia ser resgatado e que era não só possível, mas provável, que o Brasil se pudesse tornar uma grande nação — rica, justa, harmoniosa e criadora. Essa imagem de um Brasil que seria conforme o esforço que nele puséssemos, individual e coletivamente, Lobato passou para a maior audiência que um escritor jamais teve no país — uma audiência que se acrescentava a cada ano.

Ninguém exerceu influência mais profunda e mais duradoura sobre as crianças e os jovens e, portanto, sobre os adultos, no Brasil do século XX. Ainda quando nos apartamos de muitas de suas concepções, fica-nos a valorização de todo tipo de trabalho, o respeito pelo fazer bem, o aguçamento do olhar crítico, a dúvida diante das ideias feitas, a recusa do conformismo, a confiança na fecundidade da ação, o desgosto com o cerceamento das opiniões e da liberdade, o sentimento de que a imaginação encharca quotidianamente a vida. O mundo é feérico, imprevisível e admirável — ele insistia em seus livros infantis, ao trazer o Sítio do Picapau Amarelo para dentro da rotina das casas brasileiras. E não cansava de dizer-nos que o país poderia ser mudado, se cada criança, ao crescer, desse a sua contribuição para lhe modernizar a agricultura, racionalizar a exploração dos recursos minerais e crivá-lo de indústrias.

Essa ideia do Brasil como um constante projeto, como uma tarefa a ser cumprida, estava no cerne da vontade de alguns jovens seus coetâneos, que com ele, contudo, jamais se entenderam. Foram esses jovens responsáveis pelo que quiseram fosse um escarcéu publicitário e que, tendo sido, no momento em que se deu, um escândalo de província, se tornou um prolongado escândalo nacional, pela lembrança ampliada que dele os seus participantes não cessaram de reproduzir: a Semana de Arte Moderna. Foi ela um golpe de mestre de rapazes persuadidos de que estavam descobrindo o Brasil ou, quando menos, o procurando. E que convenceram todo o mundo de que com eles se fizera a grande ruptura entre o Brasil que se ignorava e o Brasil que começava a ser.

O país estava à nossa espera, cheio de juventude. O que se concebera como uma diretriz estética, a antropofagia, na realidade definia o Brasil. Como provava o abasileiramento, logo na primeira geração, dos filhos dos quase quatro milhões de imigrantes desembarcados em nossos portos entre 1860 e 1922. Éramos uma nação antropófaga, devoradora de tudo que vinha de fora, capaz de assimilar e reproduzir, modificados e enriquecidos, os

valores que nos interessavam, eliminando o resto. A teoria do Brasil canibal ficou em linguagem de manifesto — quem a formulou, Oswald de Andrade, era um mestre das poucas palavras carregadas de certeza —, porém foi de uma fecundidade enorme. Ajudou, por algum tempo, a varrer para longe os determinismos pessimistas.

O Brasil, contudo, não era só futuro. Tinha um passado de invenção e beleza, que necessitava de ser revelado ou revalorizado — como o barroco mineiro. E tinha um presente riquíssimo, o seu povo. O caipira não era incapaz de arte. O mestiço do litoral não era um desfibrado. Nem o sertanejo, um seco fanático. Ali estavam as cavalhadas, os fandangos, os maracatus, as máscaras dos ticunas, os santos de nó de pau, os exus de ferro, os ex-votos, o romance de d. Barão e o da Nau Catarineta, os desafios de violeiros. Ali estava todo um extraordinário material ao aguardo dos artistas urbanos e dos estudiosos. E Mário de Andrade, sem perder um só momento a sua intuição de poeta e sem abandonar, enquanto artista, o rigor do erudito, não só saiu atrás de tudo isso, mas, graças a uma liderança epistolar sem igual, pôs toda a sua geração, e a geração seguinte, a redescobrir o Brasil pelas criações de seu povo.

No seu entusiasmo, os modernistas pareciam não aceitar que não se tivesse esperado por eles para proceder ao mapeamento do Brasil, um mapeamento que já começara a ser feito desde havia muito — e com dedicação e competência. Não punham o menor esforço em lembrar-nos, por exemplo, de que Barbosa Rodrigues publicara na *Poranduba amazonense* (1890) os contos indígenas que recolhera nas suas viagens pelo interior do Brasil, escrevera a importantíssima *Sertum Palmarum Brasiliensium* e deixara de herança uma monumental *Iconographie des orchidées du Brésil*. Era como se Celso de Magalhães nunca tivesse escrito *A poesia popular brasileira* (1873), nem Sílvio Romero os seus *Cantos populares do Brasil* (1883), *Contos populares do Brasil* (1885) e *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1888). De relações praticamente cortadas com os mais velhos ou “passadistas”, não queriam dar-se conta de que um amigo desses, Rodolpho von Ihering, já havia publicado o *Atlas da fauna do Brasil* (1916), assim como a primeira versão do que viria a ser o seu *Dicionário dos animais do Brasil* (1914), e simulavam ignorar o *Folclore pernambucano* (1908), de Pereira da Costa, *O tupi na geografia nacional* (1901), de Teodoro Sampaio, ou *Cantadores* (1921), de Leonardo Mota. Mais: deixavam-nos na ignorância de que das páginas de Rã-txa-hu-ni-ku-i

ou a língua dos caxinauás (1914), de Capistrano de Abreu, e das Lendas em nheengatu e português (1926), de Antônio Brandão de Amorim, vários heróis sem nenhum caráter acenavam para o Macunaíma que Mário de Andrade encontrou como um arecuna, em Koch-Grunberg, e transformou em arquétipo e metáfora.

O que era novo nos modernistas era a maneira de olhar. E o meditar apaixonado sobre o que se olhava. E o escrever sem colete. A imagem que o brasileiro fazia de si próprio e de seu país começava a mudar. E mudaria de modo ainda mais radical e num ritmo ainda mais rápido, a partir de 1933, graças a Casa-grande & senzala. Neste livro, Gilberto Freyre declarava em voz alta que o Brasil não era uma nação branca que tinha negros. O negro estava em todos nós e sem o negro não teria havido nem havia o Brasil. Bernardo Pereira de Vasconcelos já dissera, em 1843, que a África civilizava o país. Gilberto Freyre apresentava as provas disso e punha o negro no centro do cenário, retirando-o da posição ancilar em que o tinham Capistrano de Abreu e Manoel Bomfim. Éramos todos mestiços, na cultura. E era a cultura o que importava, a cultura que movimenta a nossa mente e o nosso corpo, e não, a cor da pele ou a textura dos cabelos. Tão intensa fora a nossa mestiçagem cultural, que era quase impossível medir-se, sobretudo no quotidiano doméstico, o que se devia ao ameríndio, ao africano e ao europeu.

Algumas décadas mais tarde, talvez fosse difícil perceber a revolução que representou Casa grande & senzala. Isto porque muitas de suas ideias e do vocabulário em que eram expressas se incorporaram ao dia a dia brasileiro. Repetiam o que vinha no livro até os que nunca o tinham lido. Citava-se Gilberto Freyre como se ia “embora p’ra Pasárgada”, ou se reclamava: “um urubu pousou na minha sorte”. Isto é, sem consciência de que se declamavam versos de Manuel Bandeira e Augusto dos Anjos. E também porque, na esteira de Casa-grande & senzala, veio toda uma sequência de criações tendo por sujeito o negro — o que já havia sido antecipado pelo poema emblemático de Jorge de Lima, “Esta negra fulô”.

O impacto do livro de Gilberto Freyre e as discussões que provocou mostravam que o Brasil não era uma democracia racial. Não era, mas, a partir de então, passou a querer ser. Ser uma democracia racial tornou-se uma das grandes aspirações nacionais. Passáramos a não ter medo de nossa mestiçagem e a esgrimi-la como uma vantagem. O mulato patológico de Aluísio Azevedo, Adolfo Caminha e Euclides da Cunha tornava-se um dos

erros mais grotescos de todos os que importáramos. Em Casa-grande & senzala reaprendíamos que o grande útero da nação tinha sido a cunhã, a mulher ameríndia. E que tinha sido com o índio que o português aprendera a viver no que viria a ser o Brasil.

Não havia escapado à intuição de alguns que o negro não fora apenas os braços e as pernas do branco, mas mudara neste a maneira de comportar-se, de pensar e de sentir. Rui Barbosa já reconhecera no escravo o nosso primeiro operário, o criador primeiro da riqueza nacional. Mas é com Gilberto Freyre que ele perde as feições de selvagem que lhe colaram ao rosto, pois nos mostra que os africanos, ao chegar ao Brasil, sabiam manejar o gado, trabalhar o ferro, abrir galerias para minas, batear o ouro, irrigar o solo, adubá-lo e cuidá-lo como mandava o trópico, fazer fortificações e organizar as tropas para o combate. Todos vinham de povos com história e traziam consigo formas próprias de estar no mundo. Não faltava sequer quem lesse o Alcorão ou escrevesse em arábico, ao passo que o seu dono mal conseguia desenhar o nome. Quanto ao senhor, ainda que um proscrito, não era necessariamente um criminoso nem a escória da metrópole. O degredo aplicava-se aos cristãos-novos, aos ciganos, aos dissidentes políticos, aos homossexuais, aos adúlteros, aos bígamos e aos que cometiam delitos que não conseguimos, hoje, colocar entre os malfeitos.

O Brasil e os brasileiros não éramos a simples junção das três raças tristes do soneto de Olavo Bilac e do livro de Paulo Prado. Resultávamos de um encontro muito mais complexo — ou mais rico — de culturas. Aqui, minhotos vindos de diferentes vilarejos somavam semelhanças e trocavam diferenças, e o mesmo se passava entre eles e transmontanos de encostas e vales distintos, e com beirões, alentejanos, algarvios, estremenhos, ribatejanos, açorianos e madeirenses. O que era difícil de dar-se no próprio Portugal, aqui se passava corriqueira e facilmente. E o mesmo se repetia com as mulheres e os homens trazidos da África, que não se viam como africanos, mas como gente de sua aldeia, a quem os outros chamavam jalofos, bamuns, mandingas, pepéis, bijagós, fantes, axantes, gás, fons, guns, baribas, gurúnsis, quetos, ondos, ijexás, ijebus, oiós, ibadãs, benins, hauçás, nupes, ibos, ijós, calabaris, teques, iacas, angicos, congos, andongos, songos, pendes, lenjes, ovimbundos, ovambos, macuas, mangajas, cheuas — cada qual com seus valores e costumes próprios, muitas vezes tão distantes uns dos outros quanto um russo de um siciliano ou um escocês de um andaluz. Não era diferente a situação dos ameríndios

nem dos demais europeus e dos asiáticos que imigraram para o Brasil — e de toda essa profusão de gentes e culturas Arthur Ramos faria o inventário na sua Introdução à antropologia brasileira (1942-47). Parafraseando Mário de Andrade, cada um de nós era trezentos, era trezentos e cinquenta.

Deixávamos de nos ver como um povo cabisbaixo, votado inexoravelmente à tristeza. Pessoalmente, podíamos, de vez em quando, ser tomados pela saudade e o banzo. Este seria ensimesmado, mas aquele tinha no rosto o desenho do riso. O que não se podia mais dizer é que não amávamos o zépereira, a festa, os animais com arreios floridos, as casas pintadas de cores vivas, as procissões barulhentas, os tetos forrados de bandeirinhas, as mesas cheias de doces, os estampados vistosos, o frevo, as lapinhas mecânicas, as rendas e as estórias maravilhosas. Tínhamos de sobra tudo isso e mais isto, como passaria a mostrar, incansavelmente, Luís da Câmara Cascudo.

No seu ciclorama, projetou-se a vida brasileira em toda a sua copiosa variedade, de Roraima ao Rio Grande do Sul e do Acre a Natal, onde morava. Do pelo-sinal na testa do recém-nascido às “excelências” dos velórios. Da praça ao claustro. Do botequim à sacristia. Da sala de visitas à cozinha. E do alpendre ao fundo do quintal. Sem a preocupação de teorizar sobre o Brasil, filmou-o com palavras no espaço e no tempo. Contou-nos o que viu, ouviu e tocou. Repetiu-nos em miúdos o que leu — e leu praticamente tudo sobre o povo brasileiro —, depois de confrontar os textos entre si e com sua experiência pessoal. Comparou nossas festas com as dos outros povos, e nossas comidas, e nossas crenças, e nossas canções, e nossas danças, e nossos brinquedos infantis, e nossas casas, e nossos objetos, e nossos ritmos de viagem, e nossos hábitos de trabalho, e nossos jeitos de conviver, e nossos medos. Ao sistematizar o que se sabia sobre nossa gente e ao ampliar com sua própria pesquisa esse conhecimento, Câmara Cascudo alargou, aprofundou e modificou a ideia que se tinha do Brasil. A sua ambição era a de que os brasileiros gostassem de verdade de sua pátria, e até de seus defeitos, e a quisessem como era e não como uma repetição ou, pior, um simulacro dos Estados Unidos ou da Alemanha.

Outros desciam o olhar dos chapéus deslumbrantes e dos rostos floridos dos guerreiros das Alagoas para os seus pés descalços. O Brasil estava errado e havia que descobrir as razões de seu atraso e de suas injustiças. Que provinham de suas próprias raízes. E assim se chamou,

Raízes do Brasil (1936), o livro em que Sérgio Buarque de Holanda nos propôs uma nova interpretação do país.

Como Manoel Bomfim e Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda ressaltava a indecisão da Ibéria entre a Europa e a África muçulmana. Mas, enquanto o primeiro via o Portugal dos descobrimentos à frente da Europa, graças à sua intimidade com a grande civilização do islame — não havia então nada no resto do continente que pudesse sequer ombrear com Córdoba e Granada em riqueza, requinte de vida, avanços técnicos, filosofia, ciência e arte —, Buarque de Holanda considerava que os ibéricos se desenvolviam à margem da Europa e das mudanças que se processavam em suas formas de vida social. Não negava que os portugueses tivessem, no fim do século XV, se adiantado aos europeus, ao criar Estados de expressão política e econômica moderna. Mas, em compensação, não se haviam organizado de forma coesa e solidária. A aspiração de cada pessoa era a de bastar-se a si própria. A esse individualismo exacerbado, aliava-se, numa península onde todos queriam ser barões, o desprezo pelo esforço manual, pelo trabalho. Daí que a expansão portuguesa tenha sido só aventura, sem constância no esforço, sem método e sem rumo.

Todo o contrário pensava Manoel Bomfim. Para ele, a conquista do Atlântico e do Índico não se explicava apenas pelos grandes avanços técnicos conseguidos pelos portugueses, mas pela obstinação em cumprir um projeto, o do primeiro império moderno, que teria de ser ultramarino e assentado no comércio. Se Bomfim julgava que o enriquecimento das navegações, ao degenerar em cobiça e parasitismo, esgotara o impulso criador português, não tinha dúvidas de que este se encarnara em quem se ia tornando o brasileiro.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o português era aventureiro e criativo. Aceitava riscos e ignorava obstáculos. Plástico, adaptava-se sem dificuldade à geografia e aos modos de vida locais e se entendia e misturava com os nativos, porém era incapaz do trabalho sistemático, lento e seguro. Queria enricar depressa e voltar o mais rápido possível para a sua terra. A sua moral era a da aventura e não a do trabalho. Por isso e porque acostumado a estruturas sociais frouxas, com a prevalência das relações pessoais e familiares sobre os interesses da grei, o português não fora capaz de formar no Brasil uma sociedade marcada pela organização, pela associação e pelo planejamento. Cada colono, se tinha força para isto, instalava-se na sua casa-grande, sem cuidar dos vizinhos e sem saber da

Coroa. Foi-se montando assim um país às avessas, no qual as cidades dependiam do campo. Ao refazer o enredo, Buarque de Holanda discordava fundamentalmente de Capistrano de Abreu: tinha sido um mal que o país tivesse sido construído do interior para a costa, contra as cidades que representavam a metrópole. Entre outras razões, porque a família patriarcal dos sertões se tornara mais forte do que o Estado. Por isso mesmo, acentuou-se no Brasil a propensão lusitana para confundir os domínios do privado e do público, este constantemente invadido por aquele. Os valores afetivos impuseram-se sobre os da razão coletiva. E o compadrismo tornou-se norma. Bem como a total ausência de solidariedade e responsabilidade fora dos laços de família.

Aí estavam as raízes do atraso brasileiro. Tínhamos de conhecê-las, para recusá-las e cortá-las, ou, ao menos, esquecê-las, a fim de impedir que o passado continuasse a atuar sobre o inconsciente brasileiro. A modernização passava, assim, pelo abandono das nossas características ibéricas e pela adoção de um novo estilo de vida coletiva, o norte-americano, no qual o público se impusesse sobre o privado e o racional sobre o afetivo. Tínhamos, em última análise, de deixar de ser portugueses transplantados nos trópicos. Porque isto éramos, e não, mestiços culturais, uma vez que os ameríndios e os africanos não chegaram a constituir um contrapeso em nossa formação e se ajustaram ao molde lusitano.

Na realidade, estávamos, havia muito, a processar essas mudanças. Desde 1850, ou talvez antes, desde a chegada de d. João VI ao Rio de Janeiro, as cidades haviam começado a se impor sobre o isolamento e a autossuficiência dos casarões rurais. E desde então, continuara, ainda que sem grandes abalos aparentes, a revolução brasileira, que consistia nesse cortar de raízes impróprias, que explicavam o nosso atraso e as injustiças a que condenávamos a maior parte de nossa população, todos aqueles que, nas senzalas, nos mocambos, nas palhoças e casas de sopapo, não receberam a menor parcela da herança e dos cuidados da casa-grande.

A guerra de 1939 a 1945 acentuou a percepção de nossas carências. Mas tornou claro também que a maneira de viver dos brasileiros se alterara substancialmente e continuava a modificar-se com grande rapidez. Outros eram os parâmetros de conduta de um país que se industrializava e que estava deixando de ser um arquipélago. À vontade de progresso e à euforia das mudanças aliava-se, entretanto, o sentimento de que algo se fora para sempre — um tipo de vida sem pressa, sem regras, sem desprezo pelo ócio,

e no qual os contatos humanos eram cordiais, quando não afetuosos. A nostalgia desse passado alimentará os poemas itabiranos de Carlos Drummond de Andrade, os romances sobre engenhos, banguês e usinas de açúcar de José Lins do Rego, os contos de Marques Rebelo sobre os subúrbios cariocas e tantas páginas de outros poetas, ficcionistas, memorialistas e ensaístas, nas quais se perguntava se valia a pena trocar pela eficiência do modelo norte-americano o compasso lento e dengoso de nossa vida de esquina.

A pergunta era não só irrelevante, mas também anacrônica. Não havia volta atrás. Quando muito, poder-se-ia procurar, como preconizava o Tristão de Athayde dos Estudos, preservar os valores da grande família e as aspirações à pequena empresa contra a ética protestante norte-americana, que favorecia a grande empresa, a pequena família e a impessoalidade nas relações sociais. Exatamente o contrário do que muitos desejavam — pensaria o nosso brasileiro, ou o seu filho, sentado ao lado da estante, no começo da segunda metade do século XX, a abrir o último livro publicado no Brasil, antes dos recebidos de Nova York ou de Paris.

Estávamos, havia décadas, a tocar o fundo de nós mesmos — e disto dava sinal um livro como *A cultura brasileira* (1943), de Fernando de Azevedo. Nossa criação artística tornara-se ainda mais o desenho de nossa realidade, e estavam no auge de suas forças, entre tantos outros, Villa-Lobos, Francisco Mignone, Brecheret, Portinari, Goeldi, J. Carlos, Nássara, Cecília Meireles, Nelson Rodrigues, Jorge Amado e Graciliano Ramos. Poucos tinham dúvidas do que éramos, mas mediam de modo diferente as nossas forças e fraquezas. E de modo diferente lhes identificavam e interpretavam as origens. Pois de suas convicções políticas, ou seja, do projeto adotado para o futuro do país e do mundo, dependia a maneira de explicar o Brasil.

Se fosse marxista, é provável que visse o nosso passado como feudal e adotasse como primeiro remédio para os nossos males a eliminação dos restos do feudalismo, simbolizados no latifúndio. Ou que definisse como sistema escravista de produção o prevalecente na colônia e no império. Mas é possível também que tivesse do país a imagem que lhe ficara de *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior. Nesses livros, não só se fazia uma leitura materialista dialética da história brasileira, uma história que nos era contada a partir da produção, da distribuição e do consumo da riqueza, como se ampliavam as

suas dimensões. O Brasil surgira como parte da expansão mercantil do nascente capitalismo europeu. O país fundara-se de fora para dentro, para fornecer açúcar e bens tropicais. E a sua história não era mais do que um capítulo da história maior do comércio europeu e, dissociado dela, não se explicaria.

O seu enredo, no entanto, não foi tecido apenas por esses interesses, mas pelas classes sociais em luta. Nele entram, sofridas, machucadas, resignadas ou insubmissas, as massas de escravos e semiescravos, de pobres, explorados e empobrecidos. E passam a ocupar o espaço que dantes só cabia às elites dirigentes. No retábulo de nossa história, abrem-se painéis para as rebeliões da gentilha, dos cabanos e dos balaios, e tornam-se mais nítidos os traços e as cores dos praieiros e dos farroupilhas. Não éramos portugueses desterrados, mas um povo que fora adquirindo, ao longo da história, fisionomia própria. Desde a colônia, havíamos-nos organizado de forma original, diferente da indígena e da portuguesa, e, conseqüentemente, começáramos a desenvolver uma mentalidade coletiva singular.

Éramos um só povo, ou cada vez mais um só povo — pensava o nosso brasileiro que lia livros —, mas nos vestíamos conforme o lugar. Tendíamos a olhar o país da janela de nossa província ou região. O nortista, que reconhecia o Brasil no Raymundo Moraes de Na planície amazônica (1925) e O país das pedras verdes (1930), acercava-se da paisagem e da humanidade de Vida e morte do bandeirante (1929), de Alcântara Machado, com a sensação de distância. E a um gaúcho poderia escapar o que um pernambucano ou um alagoano encontravam em Nordeste (1937), de Gilberto Freyre. Pois lemos com os olhos que o menino e o moço que fomos derramaram ao derredor, com as experiências que tivemos nos lugares onde nos foi dado viver e com as memórias de nossos pais e avós.

Os brasileiros éramos nós, os daqui, e os outros. Os vários outros. Talvez tivéssemos, por isso, de renunciar a uma interpretação que abrangesse o Brasil inteiro. Talvez fosse mais realista analisar o país a partir de seus vários núcleos culturais, como propôs Viana Moog, em Uma interpretação da literatura brasileira (1943). Para Moog, seriam sete esses núcleos — Amazônia, Nordeste, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro —, embora ele reconhecesse as peculiaridades do Maranhão e o fato de muito da terra fluminense pertencer culturalmente à área açucareira do Nordeste.

Uma dúzia de anos depois, Viana Moog, sem abandonar a sua tese do Brasil como arquipélago cultural, se renderia à sereia das explicações globais, com *Bandeirantes e pioneiros* (1955), um livro em que procurou mostrar por que o Brasil, embora saindo um século na frente, não logrou o êxito, o bem-estar e a posição central no mundo conseguidos pelos Estados Unidos da América. Já então, os Estados Unidos se apresentavam como modelo e meta das classes médias brasileiras, que iam adquirindo intimidade com os modos de vida norte-americanos e a eles se afeiçoando, não só por causa do cinema, mas também graças a outros fatores, entre os quais não seriam de desprezar-se um programa de rádio de enorme audiência, *A Família Borges*, e os testemunhos de Erico Verissimo em *Gato preto em campo de neve* (1941) e *A volta do gato preto* (1946).

O leitor abria *Bandeirantes e pioneiros* e deparava dois grandes murais, um defronte ao outro. No primeiro, viam-se os recém-chegados diante de amplas planícies, que, após a breve interrupção de uma cadeia de montanhas, voltavam a estender-se para o interior. Entravam eles por rios que conduziam, quase sem cortes de corredeiras, ao coração do continente. Por toda parte encontravam solos profundos, semelhantes aos mais férteis da Europa, e nos quais o clima permitia que cultivassem o trigo, o centeio e a cevada a que estavam acostumados. E deparavam jazidas de carvão de alta qualidade logo ao lado das minas de ferro. Tinham eles saído de suas terras, porque não suportavam as suas abominações, e traziam como objetivo e sonho construir uma nova pátria. Nenhum pensava em regressar à Europa e todos se faziam prontamente senhores da terra, com uma determinação que se coadunava com a ética do trabalho que neles estava entranhada, assim como a convicção calvinista de que a riqueza era um sinal da graça divina. Tiveram a América como tarefa. E se empenharam em cumpri-la, enriquecendo pela agricultura, o pastoreio, a navegação e o comércio. Foram, assim, ocupando o continente, como colonos, cultivadores, pioneiros e, desde o início, americanos.

No outro mural, os recém-vindos tinham de escalar, logo após uma faixa litorânea em geral estreita, as escarpas que conduziam ao planalto. Se subiam os rios, logo adiante assustavam-se com a força dos cachões, quedas-d'água e corredeiras que lhes cortavam caminho. Rasos eram, em sua maioria, os solos e não se prestavam em geral ao arado. E o clima era tão distinto do europeu, que naquelas terras se viam obrigados a mudar de cultivos. Quase tudo nelas exigia novas técnicas, que tinham de ser

aprendidas dos nativos — como o plantio da mandioca e o fabrico do beiju ou da farinha — ou transplantadas das ilhas atlânticas — como o engenho de açúcar. Quando necessitaram de carvão e ferro, as jazidas de um e outro estavam a longa distância, e as daquele eram de má qualidade. Trabalhavam o solo, ou, melhor, punham os seus escravos a trabalhar o solo, porque necessitavam de alimentos ou, no caso da cana, porque esta substituíra, nas regiões de solos mais gordos, a ambição da prata e do ouro. Pois não tinham atravessado o oceano para continuar labregos, mas, sim, para enriquecer o mais depressa possível. Para eles, o trabalho era um castigo, o comércio, uma atividade ignóbil, e o lucro e o juro, matéria do pecado. Adentraram o continente em busca dos metais preciosos e do índio para escravo. Como soldados, conquistadores, bandeirantes. Não pretendiam instalar-se produtivamente nas terras que desbravavam, mas delas recolher o butim e voltar ao ponto de partida. Se tivessem êxito, tudo a que aspiravam era retornar, prósperos, a Portugal, a que continuaram — e, por muito tempo, também os seus filhos mazombos — ligados.

O contraste entre os dois murais explicaria o descompasso histórico entre os Estados Unidos e o Brasil. Ao contrário deste, que não se sentia convocado a inventar nada, aqueles, com seu amor pelas mãos, ideavam constantemente novos utensílios, novas máquinas e novas técnicas.

A geografia, o modo de ocupar a terra e a cultura explicavam muito, mas não tudo — talvez pensasse o nosso brasileiro, sentado junto à estante. Pois o Brasil não era uma ilha; e fora ligado, desde o início, por numerosíssimos istmos não só à Europa e à África, mas também à Índia e ao resto do Oriente, qual se mostrava em Sobrados e mucambos (1936), de Gilberto Freyre. A sua fundação podia até ser vista — conforme reclamara Caio Prado Júnior — como um episódio do expansionismo comercial europeu do Quatrocentos e do Quinhentos.

Não só o era, confirmava Celso Furtado em Formação econômica do Brasil (1959), como as prosperidades, as estagnações e os declínios do país dependeram, durante mais de trezentos anos, de decisões sobre os seus produtos de exportação, tomadas nos mercados europeus. Desde o início, por exemplo, a produção de açúcar no Brasil foi financiada, refinada e comercializada por flamengos e holandeses. O negócio do açúcar era mais deles que dos portugueses, por isso que o quanto de mascavo embarcado para a Europa se definia em Antuérpia e, depois, em Amsterdã, e não, em Lisboa ou, muito menos, em Salvador ou Olinda.

A unidade produtora (engenho, casa-grande e senzala) era altamente especializada e quase autossuficiente. Não criava mercado para os produtos do país, pois nela praticamente não se adquiriam mais do que lenha para as caldeiras e animais de carga e corte. Só após a descoberta do ouro, com a urbanização propiciada pelas atividades mineiras, é que o Brasil conheceria o surgimento de um incipiente mercado interno. Para as vilas e cidades próximas aos garimpos passaram a afluir produtos de outras regiões, criando-se a base do que viria a ser uma economia nacional. Mas as minas eram também regidas de fora, o que impediu que dela saíssem impulsos para as atividades manufatureiras, pois o seu controle e de toda a economia da colônia ficava em Lisboa, e Portugal havia renunciado, no início do século XVIII, à industrialização.

Após a Independência, a demanda externa continuou a condicionar a estrutura e o desempenho de nossa economia. Quem não produzia para exportar, produzia para o seu próprio sustento e para alguns poucos vizinhos. O quadro modificar-se-ia, porém, com o café, cuja comercialização estava, em geral, nas mãos dos que o cultivavam, e com a substituição da escravatura pelo trabalho assalariado. Criou-se então, no leste e sul do Brasil, uma massa de consumidores e uma verdadeira economia de mercado interno. E, pela primeira vez, as decisões econômicas passaram a ser tomadas dentro do país, com o governo a controlar a oferta internacional do café e a amparar a industrialização.

Ninguém mais pensava com seriedade que o Brasil devesse os seus problemas a defeitos de origem em sua terra ou na conformação de seu povo. Nosso atraso e nossas disparidades de desenvolvimento regional — deixava claro Celso Furtado — encontravam explicação na história de nossa economia. Os remédios, muitos dos quais já vinham sendo aplicados, tinham de ser, por isso mesmo, de natureza econômica. Entre eles, o do fortalecimento e ampliação do mercado interno, o que dependia de se corrigirem as grandes desigualdades entre as regiões mais atrasadas, como o Nordeste, e as mais adiantadas, como o Sul.

A ligá-las pelo interior, os sertões. Que adquiriam uma outra imagem, distinta e até inversa à de Euclides da Cunha. Pois Miguilim, ao pôr os óculos pela primeira vez, descobrira que a paisagem ao redor era bela, era mais que bela, era belíssima. Agora, não apenas ele, mas todos nós sabíamos. Como aprendêramos, com Soropita e Doralda, que a pobreza não impede os dias e as noites de mel e alegria. O sertão era terrível, mas era o

nosso sertão, o de nossas navegações, o de nossa aventura, nossa, pois éramos Diadorim e Riobaldo. Guimarães Rosa, em *Corpo de baile* (1956) e *Grande sertão: veredas* (1956), nos convencia de que nada tínhamos a invejar dos antigos gregos, porque os heróis estavam aqui, de olhos abertos para os mistérios e o esplendor do mundo. E não só nos sertões, mas também nos pampas e nas coxilhas, pois recebiam a mesma graça de convívio com o deslumbramento e o trágico os habitantes do primeiro volume de *O tempo e o vento* (1949-1962), de Erico Verissimo.

Não mereciam o desânimo, o país que nos fora dado nem o povo de que éramos parte. E disto nos tornávamos mais conscientes à medida que avançávamos no levantamento e na análise de tudo o que tínhamos feito no correr da história. A partir do século XVIII, havíamos desenvolvido uma literatura com feição e cânones próprios, uma literatura visceralmente nacional — como acentuava Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira* (1959) —, e passáramos a julgar o que líamos pelo metro de nossa tradição e de seus valores. E o mesmo se passava em outros campos da criação artística e da investigação intelectual.

O Aleijadinho, contudo, não justificava a escravidão. E do alto de seus cavalos, Medeiro Vaz e Joca Ramiro punham o olhar sobre crianças nuas e mulheres maltrapilhas. Para o leitor urbano de classe média, uma grande parte de nossa gente vivia como as personagens de *Morte e vida severina* (1956), de João Cabral de Melo Neto, e mais parecia servir de exemplo para as teses de *Geografia da fome* (1942). Josué de Castro punha a maior parte do país num círculo vicioso: a pobreza extrema e a subalimentação dela decorrente, por carência de comida ou hábitos de nutrição desenvolvidos na penúria, impediam o crescimento econômico, e a ausência deste perpetuava a fome.

Havia que romper em algum ponto o círculo, mas essa não era a prioridade dos que, como estamento dominante e, depois, como classe, se tinham, ao longo da história, apoderado política e patrimonialmente do país. “Donos da vida”, chamava-lhes Mário de Andrade; *Os donos do poder* (1958) seria o título do livro em que Raymundo Faoro lhes estudou a história, as técnicas de mandonismo e as astúcias de perpetuação hegemônica. Essa minoria comportava-se como se a nação começasse e terminasse nela, ignorando ou menoscabando o resto do país.

Não podia ser de outra forma — argumentava Florestan Fernandes —, pois o passado escravista, com toda a sua violência, não nos dissera adeus.

O negro continuava à margem do corpo social e a ter de render-se aos valores do branco para em seu universo, a duras penas, ingressar (O negro no mundo dos brancos, 1972). Eram também cidadãos de segunda o índio, os mestiços e o branco encardido, porque pobre. A iniquidade permeava a vida brasileira.

O Brasil — argumentava no ensaio introdutório da segunda edição de Mudanças sociais no Brasil (1974) e em A revolução burguesa no Brasil (1974) — transitara do regime colonial ao capitalismo sem romper a situação de dependência. Eram os interesses externos, das potências dominantes, que determinavam as decisões nacionais. Instalados no próprio país, esses interesses cooptaram a antiga oligarquia agrária e a nova burguesia urbana, que, por sua vez, já se haviam sucessivamente entendido, aliado e fundido. Estávamos condenados a essa subordinação, e ao atraso e à injustiça social que trazia jungidos, a menos que conseguíssemos o feito de — para usar a imagem de Carlos Drummond de Andrade — “dinamitar a ilha de Manhattan”. Pois, sem a quebra do sistema capitalista internacional, a situação de dependência ver-se-ia sempre renovada e revigorada.

Enquanto empilhava os novos volumes que iam sendo publicados sobre o Brasil, à lembrança de nosso leitor voltaram os determinismos e os vaticínios do início do século XX. Também eles vinham investidos de prestígio intelectual. Não seria de afastar-se, por isso, que muitas das análises e conclusões fundadas nas ciências sociais de nosso tempo acabassem por revelar-se igualmente abstratas, eurocêntricas e redutoras da realidade a esquemas mentais preconcebidos. Pelas páginas cheias de categorias analíticas de numerosos desses livros, só de raro em raro passavam seres humanos. Parecia estranho, por exemplo, o não se topar um único escravo ou senhor de escravo, a não ser como ideia ou como número, numa obra sobre a escravidão. Em outras, porém, estavam a espiar, meio escondidos no canto de uma construção teórica, ou a nos olhar de frente, bem no meio da página, os caxias, os malandros e os renunciadores que Roberto DaMatta encontrou a servir de parâmetros para o brasileiro. Em Carnavais, malandros e heróis (1979), ele convocava a nossa atenção para as paradas militares, os desfiles de escola de samba e as procissões, a fim de melhor ressaltar um dia a dia dividido entre a casa e a rua, um cotidiano no qual permanentemente conflitam e se combinam uma ideologia igualitária e as estruturas hierarquizantes de nossa sociedade, onde cada um tem e sabe o seu lugar. Mas onde, em compensação, o filho de uma liberta

com um marujo pode transformar-se, para os seus descendentes, em um sir inglês, como aquele personagem de João Ubaldo Ribeiro, em *Viva o povo brasileiro* (1984).

Quem nos olhava no meio da página podia ser um branco louro. Ou um preto. Ou um nissei. Ou um bugre de gravata. Ou um mulato, um cafuzo, um curiboca, um pardo, um melado. Ou uma dessas mesclas de bisavós libaneses, bávaros, normandos, canelas, galegos, transmontanos, beirões, fons e sefardins que fazem um brasileiro. Qualquer funcionário de imigração sabe, aliás, disto: não há tipo humano que não caiba num passaporte do Brasil. Pois o brasileiro é, antes de mais nada, um mestiço — e Darcy Ribeiro, sobretudo em *O povo brasileiro* (1995), retomou, com desbordante entusiasmo, essa tese por alguns esquecida. Nascemos do que ele chamou de “ninguendade”: o mameluco não era português, como o pai, nem índio, como a mãe, e o mulato não era europeu nem africano, e, por não serem uma coisa nem outra, tornaram-se os primeiros brasileiros. A mestiçagem foi e continua a ser o nosso processo de fazimento: é por meio dela que nos construímos, que vamos, a partir da matriz latina, ibérica e lusitana, formando com as diferenças dos povos uma nação. Nossa aventura histórica é, por isso, singular. Por isso e por realizar-se nos trópicos, ela é inteiramente nova. E “melhor, porque tem mais humanidade incorporada”. Se nossas classes dominantes se revelam infecundas, o mesmo não se passa com o povo, no seu processo de autocriação. E é com esta vantagem de sermos mestiços que vamos chegar ao futuro.

Foi, aliás, em busca do futuro que passamos todo um século a indagar quem somos, e o que queremos ser, e a projetar imagens de nós mesmos, espelho contra espelho. A cada sístole e diástole desses cem anos corresponderam visões otimistas e pessimistas, barrocas e contidas, esperançosas e desalentadas. Pois cada momento — o da belle époque, o da Revolução de 30, o do Estado Novo, o da redemocratização, o do dia seguinte ao suicídio de Getúlio Vargas, o do desenvolvimentismo dos anos 1950, o do regime militar e o da segunda redemocratização — refez o retrato do Brasil. Mudou, ao longo do tempo, a linguagem com que nos descrevemos. E mudou também o país sobre o qual se dissertava. Lidos um após outro, os nossos evangelistas soam dissonantes, mas, juntos, se corrigem ou polifonicamente se completam. Assim talvez venha a pensar um certo brasileiro, ao concluir a leitura destas páginas, na primeira manhã de 2001.

Rio de Janeiro, 2000.

Notas de um companheiro de viagem

Consta que *Aventura e rotina* era, de todas as obras que escreveu, a predileta de Gilberto Freyre. Ou, quando menos, uma das preferidas. Só por essa razão mereceria esse livro ser lido com vagareza e cuidado. Há outros motivos, no entanto, que nos fazem correr-lhe a mão sobre a capa e abri-lo com interesse e a esperança de surpresas. Como a que devem ter tido os leitores da metade do século XX, ao encontrar, com uma dúzia de insistências, em quem fora um tenaz opositor do fascismo e do Estado Novo brasileiro, o elogio a Salazar e a justificação de seu regime político.

Jamais ocultou Gilberto Freyre o ter, entre suas admirações portuguesas, duas personalidades, dois Antônios, a quem tirava com gosto o chapéu: Antônio Sérgio e Antônio de Oliveira Salazar. Um não compreendia e abominava o outro. Adversários políticos, eram em tudo opostos, exceto na nitidez com que exprimiam o pensamento e na segurança de que tinham razão. No mais — nas ideias, na política, nos cânones estéticos e no comportamento pessoal — situavam-se em polos opostos, entre os quais o acordo era impossível, e o diálogo, difícil. Gilberto Freyre não ignorava isso; chegou mesmo a dizer que, se tivesse de escolher entre os dois (o que não era, para ele, o caso), ficaria com Antônio Sérgio. Fascinado pelas estruturas binárias — não se chamam suas obras *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos*, *Ordem e progresso*, *Continente e ilha*, *Aventura e rotina*? —, talvez Gilberto Freyre quisesse também compreender Portugal e os portugueses pelo contraste entre Sérgio e Salazar.

Ninguém estranhou o encantamento de Gilberto Freyre pela inteligência, cultura e sensibilidade de Antônio Sérgio, cujos oito volumes dos *Ensaio*s contêm muitas das páginas mais finas que se escreveram em nosso tempo, em língua portuguesa. Houve brasileiros que não esconderam, porém, a decepção pelo segundo retrato que ele trazia de Portugal para pôr em sua mesa. E os democratas portugueses, com seus sofridos anos de salazarismo, ainda demoram em perdoar-lhe. O primeiro gesto de reconciliação veio de Mário Soares, quando de uma de suas visitas

presidenciais ao Brasil. Eu o acompanhava, na qualidade de embaixador em Lisboa. Ao organizar-se o programa, ele insistiu: “No Recife, quero ir a Apipucos, homenagear Gilberto Freyre. Já é tempo de fazermos as pazes com quem é um dos maiores escritores de nossa língua e tanto ama Portugal.” E lá foi abraçá-lo, num encontro em que estávamos todos comovidos.

Gilberto Freyre não foi o único intelectual brasileiro a deixar-se seduzir por Salazar. Entre 1960 e 1963, eu servia pela primeira vez como diplomata em Lisboa e era um dos que acompanhavam os escritores e políticos brasileiros que iam visitar o chefe do governo. Só dois ou três não vi saírem deslumbrados de São Bento. Como eu não passava da antessala, não ouvia o que conversavam, em audiências quase sempre longas, pois Salazar parecia ter todo o tempo para eles. Fossem o que se chamava de homens de esquerda, de centro ou de direita, deles, na saída e no carro, só escutava, perplexo, palavras de admiração. Alguns chegavam a lastimar o não o terem compreendido antes. Outros se reafirmavam contrários à sua política, mas lhe louvavam a inteligência e o encanto pessoal. O que poucos ousavam era pôr no papel e publicar parágrafos que não se ajustavam ao que se considerava politicamente próprio e conveniente num democrata. Quando muito, elogiavam o manejo das finanças portuguesas e sua moeda forte, as ruas limpas de Lisboa, os jardins floridos e os guardas noturnos a abrir os edifícios com suas próprias chaves. A um ou outro desses brasileiros levei-os a ver os bairros de lata, a miséria escondida atrás de grandes tapumes, e pedi que olhassem, na viagem para o norte, a gente descalça e o seu ar de desesperança.

O meu embaixador, Francisco Negrão de Lima, argutíssimo na análise de situações e mestre no trato com os homens, respeitava Salazar, em quem reconhecia não só uma inteligência fora do comum, mas também as limitações provincianas e a escassez de sonho. Por mais de uma vez, Negrão procurou explicar-nos, a nós, seus subordinados, antipáticos ao ditador, a atração que exercia sobre os visitantes brasileiros quem se contentava com um país pobre e queria a sua gente pequenina. Dava-lhes uma atenção sem pressa um Salazar que, para o interlocutor, já era personagem da história. E Negrão contava-nos que, ao contrário do que pensávamos, nem sempre Salazar se apresentava como um secarrão; apesar de fazer-se de tímido, era um grande sedutor, com o termo certo no momento próprio para agradar quem tinha à sua frente. Conquistava o

deputado e o professor pela vaidade; falava deles — lera sobre cada qual um dossiê previamente preparado —; pedia suas opiniões; fazia-os sentirem-se importantes.

Para mim parecia haver um motivo mais: o fascínio do intelectual pelo poder ou, mais que isso, o maravilhar que causa no intelectual o colega que chega ao mando e nele se mantém. Pois Salazar fazia questão de apresentar-se como um intelectual que se resignara, por desprendimento, ao dever da política. Ali — pensava o visitante — estava um homem de cultura como ele, cujas ideias se transformavam num querer que se impunha à sociedade, e era por ela obedecido. Talvez já então eu começasse a congeminar a esdrúxula teoria de que todo intelectual tem no íntimo um autoritário, um déspota a quem se vê obrigado a dar constante combate. Até o meu querido Thoreau não fugiu de dizer que um homem com razão (isto é, ele próprio) já constitui maioria de um — frase que lembra outra, quase idêntica, de Mussolini. Ao ter por certo o que pensa, o intelectual aspira, como é natural, a que todos aceitem e adotem o que propõe, pois para isso escreve. Se, contudo, não tomar cuidado, acabará por querer forçar o seu pensamento sobre os outros, a desqualificar quem dele discorda ou o contesta, a resvalar para a intransigência e dela, para a intolerância. No poder, se não se precatar, estará sempre a um passo da prepotência. Não excluo que, ao escrever estas frases, eu esteja a fantasiar, mas conservo a suspeita de que muitos dos escritores, jornalistas, políticos e professores que acompanhei a São Bento saíram do encontro com Salazar picados de inveja.

Não seria esse o caso de Gilberto Freyre. O nosso autor não olhava Salazar de baixo para cima, mas como companheiro de destino: sabia-se já incorporado como protagonista à história brasileira e à história da língua portuguesa, duas portas que abrira ao mesmo tempo, com um livro fulgurante, *Casa-grande & senzala*, que mudara de todo a forma como se via a si próprio o Brasil; e tinha, ademais, a consciência de que a imagem que o futuro guardaria de seus contemporâneos, entre os quais Salazar, dependeria daquilo que sobre eles escrevesse. A sua admiração nascia do apreço pelo rigor intelectual de Salazar e pelo que nele via de austera simplicidade. Não era a mesma a minha percepção do homem de São Bento, mas não havia por que desrespeitar ou desconsiderar a de Gilberto Freyre.

Acostumado ao convívio e à amizade dos que não pensavam politicamente como ele, não podia Gilberto Freyre deixar de estranhar, como estranhou, que camaradas de ontem não o procurassem ou dele se esquivassem, quando chegou a Portugal, em agosto de 1951, para uma estada de meses, na metrópole e nas possessões africanas e asiáticas, a convite do governo. A iniciativa partira do ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, aquele mesmo comandante Sarmento Rodrigues que, governador em Bissau, criara o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, de cujos trabalhos então produzidos os estudiosos da África continuamos a beneficiar-nos, e incentivara a vocação de quem viria a ser o grande africanólogo português, o também oficial de Marinha Avelino Teixeira da Mota. Volto o olhar para as minhas estantes e vou distinguindo, um a um, os numerosos livros que sobre o continente africano mandou publicar, como governador ou como ministro, Sarmento Rodrigues, e mais do que compreendo que Gilberto Freyre tomasse o convite recebido como uma convocação ao homem de estudo. Como um convite distinto dos que não aceitara, por duas vezes no passado — o primeiro por quem, sendo o responsável pela propaganda do regime, era um intelectual de grande prestígio no Brasil, Antônio Ferro. Reacionário em política mas vanguardista em estética, Ferro, que se dizia “contra todos os etcéteras da vida”, tinha trânsito afetuoso entre os modernistas brasileiros. Estava em casa no Brasil, como nos contou sua mulher, Fernanda de Castro, nos dois interessantíssimos volumes de *Ao fim da memória*, um deles a reproduzir na capa um retrato da poetisa por Tarsila do Amaral. No Rio de Janeiro e em São Paulo, os dois eram amigos de toda a gente e íntimos, entre outros, da própria Tarsila, de Cecília Meireles, de Guilherme de Almeida e de Oswald de Andrade.

Recusar o convite — explica Gilberto Freyre — seria apresentar-se como “um purista em matéria de gramática política”, um purismo que ele nunca tinha pretendido cultivar. Nem este nem outros purismos. Pois Gilberto Freyre era antidogmático por vocação e convicção. Se fazia uma assertiva com demasiada ênfase, logo acrescentava à frase a oportuna ressalva, as exceções que anotara, as variantes no espaço e no tempo. Até porque sabia que os fatos sociais não se enquadram por inteiro nos esquemas e modelos com que pretendemos defini-los e explicá-los. Como fica evidente em *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, no qual a maioria das páginas e quase todos os exemplos se opõem à

sua tese de uma escravidão de tipo árabe no Brasil, ou, melhor, do que imaginava, na companhia de tantos outros estudiosos europeus e norte-americanos seus contemporâneos, que fosse — e nem sempre ou só raramente foi — a escravidão entre os muçulmanos.

Para um Gilberto Freyre que abominava o dogmatismo e acreditava até mesmo no direito à contradição — confessava-se abertamente um paradoxal —, o comportamento arredo de muitos de seus amigos antissalazaristas não se justificava. Traduzia um julgamento que não tinham direito de fazer à sua liberdade. Já para aqueles, que viviam num país dividido ao meio e no qual a metade a que pertenciam estava, ainda mais do que a outra, submetida à vigilância e à opressão quotidianas e impedida de exprimir-se e mover-se livremente, qualquer gesto que implicasse a aceitação da legitimidade do poder era um gesto contra eles. O salazarismo havia, com sua proibição do dissenso público e a persistente privação das liberdades, desfigurado a tolerância, a moderação e o compromisso, que passaram a ser defeitos, e maculado e pervertido o convívio social.

A parte tentadora do convite, e que provavelmente fez com que Gilberto Freyre o aceitasse, era a viagem aos territórios portugueses da África e da Ásia. Da África e da Ásia só conhecidas de leitura ou de passagens (uma delas, de vários dias) por Dacar. Portugal, sabia-o quase de cor; nele vivera alguns anos de sua mocidade. Talvez por isso, porque juntou o que guardara afetuosamente na memória ao que voltara a ver, pôde deixar em Aventura e rotina estampas sobre algumas terras — lembro as descrições das rias de Aveiro, das quintas de Sintra, da serra da Estrela, de Alcobaça, Batalha, Guarda, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sagres e da ilha da Madeira — de uma verdade poética comparável à que encontramos em Portugal, de Miguel Torga, e em Viagem a Portugal, de José Saramago, e que pode parecer ainda mais intensa à sensibilidade de um leitor brasileiro. Esse apego às suas saudades e o seu inexcedível bom gosto, que o levaram a considerar o mosteiro de Mafra grandioso mas banal, “uma espanholada de português sem o gênio espanhol para as espanholadas”, fizeram-no lamentar que Lisboa se estivesse europeizando à suíça, com policiais a perseguirem os pés descalços das varinas, que se tornavam cada vez mais raras. Se ele hoje vivesse, seria com tristeza que veria as maçãs, as ameixas, as cerejas, os morangos e os peros, com tamanhos, coloridos e sabores de tal modo padronizados à europeia que mal parecem colhidos de árvores. Já então, porém, indignou-se com a péssima arquitetura com que o Estado

Novo ia “renovando” Coimbra e, mais ainda, com a feiura monumental do santuário de Fátima.

Esses momentos de palavras irritadas ou condenatórias não são frequentes em *Aventura e rotina*, livro que surgiu das notas daquela viagem a Portugal e suas colônias. Gilberto Freyre era um gentleman, um homem muitíssimo bem-educado, incapaz de ofender ou magoar o hospedeiro. Na maioria das vezes que se vê constrangido a criticar, envolve as farpas em algodão, para que só arranhem, e, se possível, de leve. Ao leitor sagaz não escaparão, porém, as sentenças que vai passando, por exemplo, contra a falta de liberdade de expressão, tão evidente na ausência de um contato mais livre com os estudantes, quando das palestras que fez nas universidades de Coimbra e de Lisboa. Num certo momento, chega a perguntar-se se, caso fosse português, se conformaria — é este o verbo que usa — “com o regime político em vigor em Portugal, ao ponto, não digo de apoiá-lo, mas de não o combater”, para responder com um “não sei”. Gilberto Freyre não fazia segredo de que admirava o regime português, mas no fundo o queria como não era nem podia ser, desbastado do que chamava de medievalismos, como a censura à imprensa e a onipresença da polícia.

Esses reparos quase sempre polidos, ou a pedirem desculpas por terem sido feitos, são exceção num livro em que se relata o que foi, mais do que uma viagem, uma prolongada experiência de felicidade. Gilberto Freyre percorreu Portugal e esteve em Cabo Verde, Guiné, Angola, São Tomé, Moçambique e Goa, eufórico e predisposto à alegria das confirmações e das surpresas. Do contentamento de estar com os olhos bem abertos para o que julgava saber, pressentia ou lhe era novo, respira todo este livro, no qual não há página sem uma imagem surpreendente, uma observação arguta ou original, uma definição precisa, uma revelação interessante ou até interessantíssima (como o ter sido ele, Gilberto Freyre, quem pôs Manuel Bandeira em contato com os *Sonnets from the Portuguese*, de Elizabeth Barrett Browning, e o animou a traduzi-los), uma comparação imprevista e perfeita, como a dos sobrados esguios do Recife aos sapatos de salto à Luís XV ou a de uma escadaria com muitos degraus a um peixe com espinhas. De vez em quando, salta de um ou mais parágrafos a verdade de um retrato. E não só de quem Gilberto Freyre conheceu pessoalmente (como João de Barros, Nuno Simões, Salazar e Teixeira de Pascoais), mas também de um Teixeira Gomes ou de um Antônio Sardinha, que nunca viu.

Foi pena que na África não o deixassem demorar o olhar sobre o que mais podia interessá-lo. A impressão que nos fica é a de que dele não se afastaram um só momento as autoridades coloniais. Havia uma criançada com bandeirolas a aplaudi-lo, onde quer que chegasse. E não andou sozinho por parte alguma. Parecia haver a intenção de que não visse a África e os africanos, mas tão somente o que se fizera português na África. Eu sei como isso se dava, porque acompanhei com Thiers Martins Moreira o embaixador Negrão de Lima, na viagem que fez a Angola em 1961, para observar in loco a situação política, após o levantamento armado da UPA de Holden Roberto no chamado Congo português. Negrão teve de exigir que o levassem ao noroeste do país, onde se lutava. Logo em seguida, ao verificar que, de homenagem em homenagem — as mesmas meninas com bandeirinhas, e os mesmos discursos, à chegada em cada vila ou cidade —, não o deixariam ver nada nem tratar com ninguém fora dos círculos oficiais, mandou-nos, a Thiers Martins Moreira e a mim, que saíssemos à rua. Para lá fomos, e para os cafés, e para os mercados, e para os clubes, e para as associações de classe, e para o interior das casas, de olhos e ouvidos atentos. Ao chegar a Lisboa, soubemos que, mal o nosso avião decolara de Luanda, haviam sido presas quase todas as pessoas com que tínhamos, nas diferentes cidades angolanas, logrado conversar. O embaixador Negrão de Lima apressou-se em ir a Salazar com a queixa, o protesto — tinham-lhe prometido completa liberdade de contatos e movimentos — e a exigência da libertação dos detidos. Saiu da sala irritadíssimo. E disse-me: “Imagine que comentei com o presidente do conselho o quanto me tinham impressionado as potencialidades econômicas e humanas de Angola, e perguntei-lhe se já havia lá estado. Você sabe o que ele me respondeu? Que não tinha ainda tido tempo... E repare que está há trinta anos no poder.”

Negrão de Lima e Gilberto Freyre quase não viram o que para seus guias não passava de vilarejos de pretos. Após pedir paciência a seus acompanhantes, Gilberto ainda parou em algumas aldeias, para conversar com o soba, desenhar uma palhota ou um penteado de mulher. Já na Guiné, havia surpreendido da parte de alguns portugueses o que considerava atos de imitação de colonizadores ingleses ou belgas, colonizadores para os quais não via outro destino que “o de perderem dentro de poucos anos as suas colônias”. E anotou que o Estado português e boa parte dos novos colonos estavam abandonando o jeito muçulmano de estar na África, e não mais se deseuropeizavam nem se misturavam aos africanos, nem casavam

com mulheres africanas, nem adotavam valores africanos de cultura. Mas parece que resistia, por não se conformar com a ideia, em aceitar que havia mudado, pelo menos desde Oliveira Martins e Antônio Enes (que abraçaram as teorias racistas da Europa de seu tempo), o comportamento português em relação aos africanos, ou, pelo menos, o daquele português que não se atrevia a contrariar as regras sociais da sociedade colonial. Nenhum dos funcionários ou colonos portugueses que se considerasse, à europeia, superior ao africano, via-se, ao olhar-se no espelho, como o via Gilberto Freyre, isto é, como a caricatura de um europeu. E tomava como escárnio o elogio gilbertiano de que o português era “um europeu magnificamente impuro”. Na realidade, Gilberto Freyre, prisioneiro de seu sonho, estava a louvar o que, desde havia muito, estava deixando ou já deixara de existir no império português. E não só no espaço artificial e policialmente opressivo do Dundo, onde o racismo se mostrava sem disfarce, e todos — como escreve — eram vigiados, espiados e fiscalizados por secretas, ou numa Lourenço Marques também nitidamente racista, e arianizada, e anglicizada, e boerizada, mas em todas as partes onde se observava a desenraização dos africanos e uma política, ainda que não proclamada, de combate violento às suas culturas.

Tanto abanaram os leques, em Angola e em Cabo Verde, na frente dos olhos de Gilberto Freyre, que este pouco viu do autêntico daquelas terras. Já na ilha de Moçambique, embora o governador regional procurasse evitar o contato de Gilberto com as ruas estreitas, com o riquixá, com tudo o que, não sendo europeu, àquele envergonhava, o nosso autor banhou-se em alegria. As cores e os perfumes da África do Índico lhe entraram alma adentro. E lamentou: “É pena que eu não possa demorar aqui meses e até anos.” Era ali que podia testar a verdade da sua teoria sobre a ocupação portuguesa dos espaços tropicais — a teoria que, durante essa viagem, recebeu o nome de lusotropicalismo. Ali, naquela ilha, podia-se sentir e não apenas compreender o modo português de interpenetração de culturas que acompanhava a miscigenação de raças e povos. Gilberto extasiou-se com as mulheres da ilha de Moçambique, nas quais a mestiçagem alcançava “vitórias esquisitas de beleza e graça nas formas, nas cores, no sorriso, na voz e no ritmo do andar”. Só que essa mestiçagem e essa beleza tinham antecedido a chegada dos portugueses, pois, desde vários séculos, árabes, persas e indianos se vinham misturando às moças bantas, naquele que era um dos muitos entrepostos mercantis da margem ocidental do Índico, o

mais mercantil de todos os oceanos. Não me diziam com insistência o poeta Alberto de Lacerda e o meu mestre Agostinho da Silva que lá ficava a ilha dos Amores e que, à exceção de Vênus, eram moçambicanas as mulheres que acolheram Vasco da Gama e os seus camaradas?

Numa só ilha, e numa ilha pequenina, estavam lado a lado, conciliados e, às vezes, de tal modo confundidos que não se distinguiam se africanas, asiáticas ou europeias as mãos que os fizeram, prédios, móveis, vestidos e quitutes com formas e sabores da África, da Arábia, da Índia, da Indonésia, de Portugal e do Brasil. Todo o grande arco que as caravelas traçaram no Índico e no Atlântico, do Japão até Lisboa, reproduzia-se no seu contorno insular. Gilberto Freyre, que sempre se interessara pelos influxos do Oriente no Brasil — vejam-se as instigantes páginas que sobre o assunto escreveu em Sobrados e mucambos — e pelas trocas e somas culturais que se processaram ao longo desse enorme arco, deixou-se estética e intelectualmente maravilhar. São parágrafos de entusiasmo os que escreveu sobre a ilha. Relativamente poucos, porém agudíssimos na observação e na análise. Não lhe escapou sequer que a atuação de Portugal naquela costa se dera, no passado, a partir sobretudo da Índia portuguesa, e que, por isso, já fora culturalmente mestiça.

Ao descer do avião na Índia, Gilberto Freyre encontrou o Brasil. Pangim, a capital de Goa, pareceu-lhe São Luís do Maranhão, e a gente da terra, quase idêntica às populações, predominantemente caboclas e acabocladadas, do Pará. Só que os indianos e luso-indianos eram menores de tamanho, e mais leves de peso, e mais delicados de feições, de mãos e de pés. Gilberto Freyre confirmou, então, suas suspeitas de que os portugueses haviam impregnado, de modo tão íntimo e sutil, o Brasil de Índia, e que disso nem sequer nos apercebíamos. Esses capítulos sobre a Índia portuguesa são de se guardarem de cor, até mesmo por seu sabor proustiano — um sabor proustiano confesso, pois Gilberto Freyre afirma que fora ao Oriente “em busca menos de um tempo que de uma presença de certo modo perdida” —, pois viriam a ganhar um outro significado, após a invasão e a anexação à União Indiana de Goa, Damão e Diu.

A Gilberto Freyre pareceu claro que aqueles enclaves pertenciam a dois mundos. Apesar de quatro séculos e meio de controle político lusitano, os goeses, fossem católicos, hindus, islamitas ou parses, continuavam indianos, no íntimo do ser, nas relações sociais e até em seus antagonismos. Mas eram também entranhadamente portugueses. Gilberto sentiu de

imediatamente a resistência dos locais a serem governados por homens enviados de Lisboa e advogou para a Índia portuguesa “o direito de ser, dentro da comunidade lusíada, uma quase-nação e não mais uma subnação”, acrescentando em seguida: “quase um Canadá com relação à Grã-Bretanha e não outra Guiné portuguesa ou outro Timor”. Para Gilberto Freyre, chegara o momento de ser o destino de Goa, Damão e Diu resolvido pelos luso-indianos; eles é quem deviam saber com quem melhor se ajustaria politicamente a sua alma e o seu corpo, se com a União Indiana ou Portugal. Infelizmente, nem Salazar nem Nehru lhes deram a oportunidade de dizer o que queriam.

Não só em Goa, mas também em Angola e Moçambique, Gilberto Freyre registrou vozes, sobretudo de jovens, em favor do que chamava separatismo. Em quase todas as partes da África, o anticolonialismo surgira no dia seguinte ao da rendição do último Estado africano que resistira militarmente aos europeus. Tornara-se, porém, mais visível ao mundo exterior após a Segunda Guerra Mundial e em territórios onde se votava e havia relativa ou quase completa liberdade de expressão, como no Senegal, na Costa do Ouro e na Nigéria. Quando, entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, Gilberto Freyre fez a sua viagem, a Índia já era independente, mas faltava um lustro para que Gana também o fosse, e a recusa ao direito de autodeterminação, que caracterizou a política ultramarina portuguesa, ainda contaria vários anos antes de começar a tornar-se um anacronismo. Gilberto Freyre pensava então numa grande comunidade de língua portuguesa, integrada pelo Brasil, e, ao que parece, estava tão seduzido por esse projeto aglutinador, que julgou ser possível que as possessões de Portugal ficassem fora do desmanchar dos impérios europeus na África e na Ásia, que ele considerava iminente. Para cada um desses territórios, não duvido de que aplicasse, contudo, o que escreveu a propósito da Índia portuguesa: que chegara o momento de serem — uso as suas palavras — menos coloniais, mais autônomos e mais paranacionais até no seu governo.

Não era a política, no entanto, o que interessava a Gilberto Freyre em seu percurso pelas terras sob domínio português. O melhor de sua atenção voltava-se para as mestiçagens entre os grupos humanos e as trocas, somas e mesclas de culturas que se processavam nas regiões visitadas. Por isso mesmo é de estranhar-se que não se tenha entusiasmado com o arquipélago de Cabo Verde. Creio que dele só lhe deixaram ver tão pouco, que não chegou a compreendê-lo. De onde, em terras africanas, lhe permitiram

demorar o olhar, o tato, o olfato e o gosto, trouxe para esse seu livro imagens a que se casam percepções, aproximações, comparações e reflexões inéditas e antecipadoras.

Aventura e rotina não é, porém, uma coleção de ensaios, como aquele excelente *Made in Africa*, com que um outro admirador de Salazar, Luís da Câmara Cascudo, rematou um périplo semelhante, também a convite do governo de Lisboa. Aventura e rotina é o que se propôs ser: um livro de viagens. De impressões e reações imediatas. Algumas de suas notas, no entanto, teriam o feliz destino de ser posteriormente desenvolvidas, como aquelas que redigiu, após visita aos cemitérios de Moçâmedes.

Havia um cemitério para os colonos e outro para os nativos. No dos brancos, Gilberto Freyre deve ter-se comovido ainda mais do que eu, quando, dez anos mais tarde, li as lápides dos nascidos em Pernambuco que acompanharam os pais portugueses, tangidos do Brasil pelo mata-marinho que acompanhou a Revolução Praieira. Pelas datas de nascimento, a maioria deve ter chegado a Moçâmedes na primeira infância, nada sabendo do Brasil a não ser o que lhes contaram os pais. Algumas das mães seriam brasileiras, mas até as portuguesas, do mesmo modo que os maridos, já estariam acostumadas aos trópicos e abasileiradas, transmitindo por isso ao que era menos que um povoado entre o oceano e o deserto — pode-se dizer que Moçâmedes foi refundada por esses foragidos — as maneiras de viver adquiridas no outro lado do Atlântico.

Com emoção ainda mais intensa, ele deve ter percorrido a necrópole dos negros, com túmulos onde se completavam e fundiam o catolicismo dos imigrantes e o culto aos ancestrais dos africanos. A dúzia de linhas que escreveu em *Aventura e rotina* sobre esse segundo campo-santo ampliar-se-ia, em seguida, num opúsculo repleto de intuições, Em torno de alguns túmulos afro-cristãos.

Durante os anos que vivi em Lagos, não me foi dada a alegria de receber Gilberto Freyre. Por isso, não conheceu ele o cemitério de Ikoyi. Se o tivesse visto, ter-se-ia inclinado ainda mais a pensar que os jazigos afro-cristãos do campo-santo negro de Moçâmedes podiam ter algumas raízes brasileiras ou abasileiradas. No cemitério de Ikoyi, ao lado de túmulos de mármore importados de Salvador, Recife ou Rio de Janeiro e em tudo idênticos aos que se encontram em qualquer necrópole brasileira (até, muitas vezes, nas inscrições em português, a dizerem que Francisco da Silva nasceu em Alagoas, e Maria Jesuina dos Anjos, na Bahia), há

numerosas sepulturas encimadas por imagens de cimento, em cores vivas, a representar outros agudás ou amarôs — nomes que recebiam os ex-escravos vindos do Brasil e pelos quais continuam a ser conhecidos os seus descendentes. Nessas esculturas, eles estão como se mostravam em vida e até com as insígnias de seus ofícios: esta, brasileira, hierática, vestida de verde e branco, pano da costa sobre um dos ombros, turbante elaborado, relógio de ouro no pulso e sandálias nos pés; aquele, amarô, de toga e cabeleira branca de magistrado, um livro aberto nas mãos. Mais convencido ficaria ainda quando lhe dissessem que tinham surgido da imitação dos túmulos católicos dos exescravos retornados do Brasil aqueles elaboradíssimos monumentos funerários, também de cimento, que se encontram entre os ibibios, do sudeste da Nigéria, com três, quatro ou cinco personagens esculpidas e pintadas em cores fortes, no alto de um pedestal — uma a cavalo; outra, sob um guarda-chuva aberto; a terceira, sentada numa cadeira de espaldar alto.

Gilberto Freyre sabia desses agudás, desses brasileiros e abasileirados que formaram um numeroso grupo com identidade própria, uma espécie de nova etnia ou nação africana, e se disseminaram, sobretudo a partir do segundo terço do século XIX, desde o sul de Gana até o delta do Níger. Sobre eles, escreveu, a partir das informações que lhe trouxe Pierre Verger, aquele ensaio “Acontece que são baianos...”, incluído em Problemas brasileiros de antropologia, um ensaio não só pioneiro — e este é um adjetivo que continuamente somos obrigados a repetir, quando abordamos as obras de Gilberto Freyre —, mas ainda hoje indispensável a quem quiser entender o assunto.

Em Aventura e rotina, sucedem-se as sugestões de temas a serem pesquisados. Para alguns, risca-se até mesmo um itinerário de estudo e quase se pede que alguém o cumpra à força de remadas. Como, para ficar num exemplo, aquele que conduz a São Tomé e Príncipe. Desde o século XVI, o arquipélago foi um lugar de experimentos agrícolas nos trópicos, de cujas lições muito aproveitou o Brasil. Das ilhas, saíram portugueses que se tornaram senhores de engenho no Nordeste, e nelas, ao que consta, instalaram-se brasileiros e portugueses abasileirados. São Tomé foi também um entreposto de cativos destinados às Américas, mas com uma característica muito especial: eles ali ficavam durante meses, às vezes mais de um ano, a aguardar embarque e a trabalhar nas roças do arquipélago, e ali aprendiam a ser escravos de plantação e a falar o português. Do início do

Seiscentos, o jesuíta Alonso de Sandoval, no seu clássico *De Instauranda Aethiopia Salute*, diz-nos que os negros das mais diversas origens utilizavam como língua geral, em Cartagena de Índias, o idioma de São Tomé, um crioulo por ele definido como português estropiado. Se assim era na Colômbia, os que passavam por São Tomé, antes de serem vendidos ao Brasil, aqui — e isto é importante — já chegavam ladinos.

Ainda bem que Gilberto Freyre aceitou o convite de Sarmiento Rodrigues. A indignação, a zanga, os arrufos e os calundus dos seus amigos antissalazaristas perderam-se no passado. Conosco ficou esse livro, mais de aventura que de rotina. Um livro escrito por um grande escritor. Um livro armado de esporas. Um livro que reclama de quem o lê que comece a ver o Brasil de fora para dentro e a ligá-lo ao resto do mundo. Pois parte da história dos brasileiros — cochicha Gilberto Freyre — desenrolou-se nos oceanos e no além-mar, assim como parte da história dos portugueses, dos italianos, dos ambundos, dos congos, dos iorubás, dos fons e de outros povos e outros continentes se prolongou no Brasil. O Índico chegava até a foz dos nossos rios, e o Atlântico entra por eles terra adentro.

Rio de Janeiro, 1999.

Gilberto Freyre na ilha dos Amores

Quem tenha lido *Aventura e rotina* recordará o deslumbramento com que Gilberto Freyre viveu os poucos dias que passou na ilha de Moçambique. Ali, sentiu-se atordoado pela profusão de cores, ruídos, trajes diferentes e culturas em combinação e conflito. Entonteceram-no sobretudo as mulheres, nas quais, diz ele, a mestiçagem alcançava “vitórias esquisitas de beleza e graça nas formas, nas cores, no sorriso, na voz e no ritmo do andar”.

Não por acaso, há alguns anos, dois grandes amigos meus, ambos portugueses, o poeta Alberto de Lacerda, que nasceu naquela ilha de Moçambique, e o ensaísta e mestre de pensar Agostinho da Silva, reclamaram para ela o ter sido a ilha dos Amores de Luís de Camões. Isto afirmavam ao arrepio do próprio poema, porque n’*Os lusíadas* Vasco da Gama chega à ilha de Moçambique, guerreia o xeque local, destrói parte da cidade e segue para Calicute, e será outra ilha — a surgir do mar — aquela em que Vênus e as suas ninfas estarão à espera dos navegadores, no regresso da Índia. Ao arrepio do poema, mas em concordância com a história, porque desde muitos séculos, desde pelo menos dois milênios, a ilha de Moçambique foi lugar de refresco e aguada para os navegantes que cruzavam o oceano mercantil mais antigo do mundo, o Índico. Por ele passava o grosso do comércio mundial, quando o nosso Atlântico era ainda um vazio, só frequentado, ao norte, pelas embarcações que demandavam a Islândia e os bancos bacalhoeiros da Terra Nova.

Curiosamente, a ilha dos Amores camoniana não possui o desenho nem as cores de uma ilha dos trópicos, como a de Moçambique. Nela, Camões pôs flora e fauna europeias. E imagens femininas também europeias. Como se o repouso dos navegadores só se pudesse dar com o retorno, ainda que temporário, aos próprios pagos. Ou melhor, para usar uma expressão gilbertiana, com o retorno da aventura à rotina. A ilha dos Amores de Camões seria, assim, o contrário da aventura, ainda que apaixonante. O episódio transborda de sensualidade, mas não de sensualidade tropical. É uma fuga dos trópicos, um regresso antecipado ao

mar Mediterrâneo, como se fosse possível refazer a Grécia numa ilha do Índico.

A ilha de Moçambique já era então, disse eu, um lugar certo de refresco e aguada. O próprio Camões disso teve notícia, ou não teria posto na boca do xeque mouro estas palavras:

Esta ilha pequena, que habitamos,
É em toda esta terra certa escala
De todos os que as ondas navegamos.

Depois da passagem do Gama, a ilha de Moçambique iria transformar-se no principal ponto de apoio das navegações portuguesas para a Índia. Era ali que os navios raspavam a craca. Era ali que ficava o hospital para a cura das enfermidades adquiridas durante a viagem, uma viagem que, não esqueçamos, podia durar, de ida e volta, entre um ano e meio e dois anos. E era ali que uma confraria de mulheres se dedicava ritualmente às lides venéreas.

Todo o litoral africano do Índico — a Contracosta dos portugueses — pontuava-se de pequenas cidades. Cidades que, já no Diário da viagem de Vasco da Gama, Álvaro Velho — se é que foi Álvaro Velho quem escreveu esse diário — afirmava serem em todo parecidas às do Algarve, às do sul da Espanha e às do norte do Marrocos. Cidades de casas brancas, com alpendres e coberturas planas, para as quais se subia nas noites quentes, e com muxarabis e janelas de persianas. Mande, Zanzibar, Pati, Mafia, Quíloa, Angoche, Sofala e a própria Moçambique já eram, antes da chegada dos portugueses, cidades gilbertianamente mestiças. Tropicais, com uma arquitetura ajustada ao excesso de sol. Elas marcavam os limites ocidentais da maior rede mercantil que o mundo conheceu antes dos tempos modernos, a fronteira oeste do mais opulento de todos os mares. Comparada com o que se passava no Índico, a aventura europeia no mar Mediterrâneo era magra e pobre.

Os portugueses, ao alcançarem as bordas daquele mundo, entravam na antessala da riqueza. Ali se anunciavam a Pérsia, a Índia e a China. Vinham eles de aldeias com casas de madeira e taipa cobertas de colmo, e de cidades nas quais, no fim do século XV, as igrejas e os palácios de pedra dos potentados ainda eram exceção. Era assim Lisboa. Eram assim as cidades europeias. Veneza escapava à regra. Mas Veneza era o grande centro comercial do Mediterrâneo Oriental, uma cidade voltada para a Ásia

e, portanto, para o Índico. Maior do que Veneza, Istambul, no fundo do Mediterrâneo, era a única a ter mais de duzentos mil habitantes e a ser predominantemente construída em pedra.

Aquela ilha de Moçambique ficava num dos limites finais da rede de comércio marítimo que se estendia do Japão até o Cairo e se prolongava, por meio de Veneza, pelo Mediterrâneo. Nesse imenso espaço, a Europa do século XV era economicamente mais pobre, culturalmente menos apetrechada e tecnicamente mais atrasada do que o Índico. Mas era uma Europa que se ia mostrando cada vez mais dinâmica, enquanto a Ásia se aquietava em suas conquistas.

Desta acalmia há um sinal claro: 66 anos antes de Vasco da Gama chegar a Calicute, o almirante chinês Zheng He (ou Cheng Ho) fez a última das suas sete grandes viagens para o Índico oriental, as quais, se tivessem tido prosseguimento, o teriam levado a descobrir o caminho marítimo para a Europa. Zheng He chegou até a África índica, a Mogadixo, Brava, Melinde. Nessas navegações, o almirante chinês perdeu muitas vidas e muitos barcos — juncos de alto-mar, com tonelagem dez vezes superior à das caravelas portuguesas. As perdas, raciocinaram os chineses, não compensavam os ganhos. Nada havia nos países a que chegaram que valesse tamanho sacrifício e esforço. E a China decidiu que devia continuar voltada para si mesma, porque nada lá fora a ela se comparava. Nisto tinha razão, e desta razão a prova está no assombro dos portugueses quando chegaram às fontes da seda, da laca e do marfim. Antes tinham descido, perplexos, nos portos de Malabar, repletos de especiarias, e de brocados da Pérsia, e de algodões da Índia. No subcontinente indiano ficavam os centros manufatureiros têxteis mais adiantados do mundo — os maiores e mais adiantados até o século XVIII, quando os ingleses os sufocaram. É explicável o espanto português diante de tamanha riqueza, da qual a Europa só recebia as sobras.

Em janeiro de 1952, Gilberto Freyre desce na margem ocidental do Índico. A ilha de Moçambique era um dos últimos portos a que, nos tempos da navegação a vela, chegavam os dhows e os barcos da Índia. E os barcos árabes, e os barcos persas, e as pirogas com balancins dos indonésios. Pois o regime das monções não permitia que avançassem mais para o sul, a não ser que quisessem adiar por muitos meses a viagem de volta. Gilberto desce nesse fim de mundo e se surpreende com o que vê, ainda que as realidades

econômicas já tivessem mudado de vez, pois o Atlântico, desde o século XVIII, tinha passado a ocupar o lugar que até então coubera ao Índico.

Gilberto Freyre estava preparado para entender a ilha de Moçambique. Porque desde Casa-grande & senzala, mas, sobretudo, em Sobrados e mucambos, ele havia ressaltado — e creio que foi o primeiro a fazê-lo — a herança asiática do Brasil. Fora o primeiro a destacar a absorção pelo Brasil colonial de objetos, plantas e costumes do cotidiano do oceano Índico. E enumerara os itens desse legado: o chapéu de sol, o palanquim, o leque, a bengala, a colcha de seda, a telha côncava, a canja, o doce polvilhado de canela, e o gosto pela porcelana da China e pela louça da Índia, e o coqueiro, e a jaqueira, e a mangueira. As nossas casas, os nossos quintais, os nossos baldios, as nossas matas e as nossas praias — sussurrava — estavam cheios da costa de Malabar, do golfo de Bengala, dos litorais cholos, de Java, do Ceilão, da Pérsia e da China. Não há varanda brasileira sem móveis de junco da Índia. Nem festa sem os fogos de artifício da China. Da China de onde nos vieram também os papagaios de papel, as arraias, as pipas, as pandorgas. Tudo isso Gilberto Freyre identificou como asiático. Pois já tinha descoberto que o oceano Índico banhava as praias brasileiras.

E Gilberto acrescenta: até o bater palmas à porta das casas vem da Índia, pois em Portugal se usava um sininho ou uma aldraba. E fala também das varandas, das varandas que ele diz serem indianas, acrescentando que, se ela aparece nos mocambos, talvez isso se devesse a terem os escravos negros adotado de seus senhores. É verdade que os ingleses levaram os alpendres, juntamente com os quiosques, da Índia para a Europa, mas, no Brasil — creio eu —, o gosto pelos espaços cobertos na frente das casas chegou-nos também da África. A varanda foi trazida para o Brasil também pelos africanos, pois em boa parte da África, na chamada África ocidental principalmente, ninguém vivia dentro de casa; vivia-se nos pátios e nos alpendres, ficassem esses na frente, atrás ou no centro da construção. A casa funcionava mais como um depósito, como um lugar onde as pessoas, quando enfermas, se recolhiam. Mas era nas varandas que se repousava, dormia, cozinhava e se recebiam os amigos. E nas varandas, as crianças brincavam. Os amplos alpendres, como as esteiras a forrarem pisos e paredes, têm dupla origem: africana e asiática.

Já em Casa-grande & senzala, Gilberto Freyre nos havia mostrado, pio-neiramente, a importância de Goa e de Macau na vida brasileira. Até

mesmo quando a metrópole proibia aos chamados navios da Índia que aportassem no Brasil, em Luanda, em Benguela ou nas feitorias africanas, eles o faziam, e com frequência, alegando necessidades de navegação. E o faziam, em favor de um contrabando que Gilberto descreve com acuidade em Sobrados e mucambos. Era, com efeito, nesses navios, e não somente por trasbordo posterior em Lisboa, que chegavam ao Brasil as chitas, os morins, as musselinas, os chintzs — e estou a enunciar palavras indianas. Quase todos os tecidos de algodão que se conhecem no Brasil têm nomes indianos, porque eram produzidos no golfo de Cambaia e em outras partes do subcontinente indiano. Eram comprados em Damão, Diu e Goa e vinham parar de contrabando nos portos da América portuguesa. Não só vestiam as populações brasileiras, mas também se juntavam ao tabaco, à aguardente, aos búzios e à farinha de mandioca, e iam servir de moeda para adquirir escravos no outro lado do Atlântico.

O gosto pela canja, pelo cravo, pela canela e pelo móvel de vime não vinha, no entanto, sempre direto de Goa, Damão e Diu. Vinha também de Lisboa, porque Lisboa absorveu o que pôde das culturas indianas. Portugal chegou à Índia, mas Portugal não conquistou a Índia. Nem os portugueses dominaram o Índico. O máximo que conseguiram foi abrir um espaço de competição na grande rede comercial muçulmana, que só se esgarçaria, já avançado o século XVIII, diante dos ingleses.

No capítulo 9 de Sobrados e mucambos, Gilberto Freyre demora-se numa agudíssima análise sobre o Oriente no Brasil, sobre a China no Brasil e sobre a Índia no Brasil, e insinua a presença de Java no Brasil, do Ceilão no Brasil, da Pérsia no Brasil. E diz-nos com clareza que, antes da chegada de d. João VI ao Rio de Janeiro, o Brasil era um país mais africano e asiático do que europeu. Era mais oriental do que ocidental, impregnado de formas, cores, texturas, gestos e modos de vida que provinham sobretudo da Índia, mas também do Ceilão, da Indonésia, da China e do Japão.

De suas leituras, Gilberto Freyre concluíra ser grande a semelhança entre Goa e o Brasil anterior a d. João VI. Apesar disso, não deixou de maravilhar-se com o Brasil antigo que encontrou em Goa, ao ali chegar em fins de 1951.

O seu grande arrebatamento estaria, contudo, reservado a Moçambique, após regressar, como o Gama, da Índia. Como o Gama, fizera o grande périplo: passara pela Guiné e pelo arquipélago de Cabo Verde, fora a Angola e atingira a Índia. Não de navio, mas de avião. E sem precisar

de dobrar o cabo da Boa Esperança. Mas lhe repetira, de certo modo, a aventura, pois, em 1951, ir à Índia ainda era uma aventura. Quando menos, uma viagem de vários dias, de avião.

Após ter ido metaforicamente a Calicute ver como era o tráfico da pimenta, Gilberto desembarcou, como Vasco da Gama, na ilha dos Amores, naquela ilha de Moçambique que resumia todo o Índico e à qual as águas do Atlântico também haviam chegado.

Curiosamente, durante toda a viagem de Gilberto Freyre às possessões portuguesas, foi esse o único lugar onde ele se indispôs com o governador. Nos outros sítios, os governadores o cercaram de crianças a agitar bandeirinhas, levaram-no aos sítios que queriam, tiraram de sua visão o indesejável. Educadamente, a seguir as normas do bom hóspede, Gilberto deixou-se ficar na posição de observador. Na ilha de Moçambique, ele rebelou-se e passou a ser participante. O governador não lhe queria mostrar nada que não fosse europeu. Não queria mostrar que na ilha havia riquixá, tal qual na China. Não queria mostrar que na ilha havia mesquita. Não queria mostrar que na ilha havia mulheres em purdah, isto é, mulheres que não podem aparecer em público, têm de viver trancadas e sair inteiramente cobertas ou com véu. O governador não queria mostrar a Gilberto Freyre nada do que ele queria ver, nada que não fosse português. Gilberto não queria visitar hospitais, nem escolas, nem o moderno cais do porto. O que ele queria ver era a ilha dos Amores, onde uma determinada Vênus, que era a sociologia, lhe iria desvendar como funcionava a máquina do mundo. Não a máquina que Vênus revelou a Vasco da Gama, mas, sim, a máquina daquele mundo que sempre interessara a Gilberto Freyre: não só o mundo do Oriente e do Oriente transplantado para o Ocidente, mas o mundo das convergências, dos matrimônios e hibridismos entre Ocidente e Oriente. Um mundo que, para ele, ali, na ilha de Moçambique, se apresentava tão claro.

Gilberto extasiou-se com a beleza das mulheres, uma beleza que atribuiu à mestiçagem lusotropical. Na realidade, era uma mestiçagem muito mais antiga. O sangue português era novo, entrara havia quatrocentos anos. Era de ontem. Na ilha, continuava a processar-se uma mestiçagem com mais de dois milênios, com cerca de 2.500 anos. Uma mestiçagem na qual estavam envolvidos bantos, somalis, etíopes, árabes, persas, cholas, guzerates, malabares, cingaleses, javaneses, chineses e o que mais não sei... Aquele era um antiquíssimo porto mercantil, no qual quase todas as

marinhas do Índico tinham tido feitorias ou casas de negócios. E onde os mercadores muitas vezes se demoravam, a negociar, um ou dois anos, e se casavam com as mulheres da terra, e tinham filhos com elas, e com elas somavam costumes, acabando por formar toda uma cultura, a que hoje damos o nome de suaíli.

Se na ilha havia uma maioria culturalmente mestiça — como Gilberto Freyre percebeu ao primeiro olhar —, não se tinha apagado a pluralidade cultural. Nela conviviam muçulmanos xiitas e muçulmanos sunitas, cristãos católicos e protestantes, hinduístas e zoroastrianos, cada qual com seu modo de morar e de trajar, sendo possível saber a que grupo religioso pertencia uma pessoa pela roupa que usava. Numa só ilha, e numa ilha pequenina (embora tenha dado nome a um país), estavam lado a lado, conciliados — e às vezes de tal forma confundidos que não se distinguiam o que neles era africano, asiático e europeu — prédios, móveis, vestidos e quitutes com formas e sabores da África banta, da Arábia, da Índia, do Paquistão, da Indonésia, de Portugal e do Brasil. Do Brasil também — e não só porque vários brasileiros foram para aquela área traficar escravos. Como que se reproduzia naquele contorno insular todo o grande arco que as caravelas traçaram de Lisboa ao Japão, no Atlântico e no Índico.

Gilberto Freyre, que reclamara maior atenção para as somas e trocas culturais que se processaram ao longo desse enorme arco, deixou-se em Moçambique maravilhar. São parágrafos de entusiasmo os que, em *Aventura e rotina*, escreveu sobre a ilha. Relativamente poucos — não tomam dez páginas —, porém agudíssimos na observação e na análise. Não lhe escapou sequer que a atuação de Portugal na Contracosta africana se dera, no passado, a partir, sobretudo, da Índia portuguesa. Era da Índia portuguesa que vinham as ordens, os soldados, os administradores e os comerciantes, muitos deles filhos de europeus com mulheres indianas, por isso que a atuação portuguesa em Moçambique, desde o século XVI, já tinha a face e a alma mestiças.

Se na maioria dos portugueses que ia ter a Moçambique se podia reconhecer a marca de Goa, não faltavam aqueles que chegavam abrasileirados. E não só soldados, e não só mercadores, e não só pequenos funcionários. Porque houve governadores de Moçambique que saíram do Brasil. O mais famoso deles, Lacerda e Almeida, era natural de Santos e foi quem primeiro se dispôs, em 1798, a atravessar a África do Índico para o

Atlântico, tendo morrido, porém, às margens do lago Moero, mal começara a empresa.

Essa atuação de portugueses tropicalizados em Goa, em Angola, em Cabo Verde e no Brasil dera-se, todavia, numa ilha que antes deles, repito, já era culturalmente mestiça. Desde antes do início da era cristã, os barcos de diferentes nações iam até pelo menos o delta do Rufiji, em busca de incenso, marfim, carapaças de tartarugas, chifres de rinoceronte, peles de pantera e ouro — o ouro de Zimbabué, o ouro de Sofala. Pelo menos é isso que nos conta o Périplo do mar Eritreu, escrito no começo de nossa era, e a Geografia de Ptolomeu. Depois do século VII, vieram os árabes, os persas, os indianos, os javaneses. Fundaram entrepostos, casaram-se com mulheres da terra, criaram comunidades mestiças. Muitos eram refugiados políticos religiosos, hereges como os emozaides, os irmãos de Laçá e os príncipes xirazes, mencionados por João de Barros nas suas Décadas, e nas histórias locais escritas em árabe como a Crônica de Quíloa e a Crônica de Pate.

Naquela pequena ilha de Moçambique, os portugueses encontraram-se na fronteira de culturas tão ricas quanto a deles ou ainda mais ricas. Se aportuguesaram indianos, foram indianizados por estes, e arabizados, e amalaiados. Quem não creia nisto que vá ao mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa, e olhe com atenção para todos os lados. Os portugueses levaram para a sua terra tudo aquilo que deixaram de passagem no Brasil: os gostos adquiridos no mar Vermelho, no golfo Pérsico, na Índia, em Malaca, na China e no Japão.

A ilha de Moçambique é o testemunho de uma longuíssima aventura histórica, na qual nos incluímos. Daí o arrebatamento de Gilberto Freyre, que foi ter a essa ilha como Gama à dos Amores, após ter descoberto, com olhos de ver, a sua Índia. E foi de lá que ele nos ditou a lição: é urgente que se comece a ver o Brasil de fora para dentro e a ligá-lo ao resto do mundo. Pois boa parte de nossa história, da história dos brasileiros — Gilberto nos diz baixinho — desenrolou-se nos oceanos e no além-mar. E começou com a busca de pimenta em Calicute.

Recife, 2001.

Conciliação e reforma no Brasil

A o primeiro exame, *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural* não parece ter, no conjunto da obra de José Honório Rodrigues, a mesma importância que outros de seus livros, de fôlego mais amplo e construção mais rigorosa. Entre o primeiro deles, de 1940, escrito em colaboração com Joaquim Ribeiro, *Civilização holandesa no Brasil*, e o último, publicado postumamente em 1995, *Uma história diplomática do Brasil*, tendo por coautor Ricardo A.S.D. Seitenfus, José Honório Rodrigues, que nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1913, e morreu na mesma cidade, em 6 de abril de 1987, não cessou de debater os problemas da historiografia nacional (em *Teoria da história do Brasil*, de 1949, *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, de 1949, *A pesquisa histórica no Brasil*, de 1952, *História e historiadores do Brasil*, de 1965, *História e historiografia*, de 1970, e *A história da história do Brasil*, de 1974, por exemplo), nem de escrever sobre o passado brasileiro, a partir de uma visão audaciosamente nova e que não recusava a polêmica (como, e não cito todos os seus livros, em *Notícia de vária história*, de 1951, *O continente do Rio Grande*, de 1954, o pioneiríssimo *Brasil e África: outro horizonte*, de 1961, *Aspirações nacionais*, de 1962, *Interesse nacional e política externa*, de 1966, *Vida e história*, de 1966, *O parlamento e a evolução nacional*, de 1972, *A Assembleia Constituinte de 1823*, de 1974, *Tempo e história*, de 1976, e os cinco volumes de *Independência: revolução e contrarrevolução*, de 1975 a 1976).

Diante de obra tão vasta e tão importante, *Conciliação e reforma no Brasil* parece um livro menor. Trata-se, afinal, de um volume em que se reúnem uma conferência (“A política de conciliação: história cruenta e incruenta”), um resumo cortante e direto do pensamento que nela se expressa (“Teses e antíteses da história do Brasil”), dois longos artigos de jornal (“O voto do analfabeto e a tradição política brasileira” e “Eleitores e elegíveis: evolução dos direitos políticos no Brasil”) e um texto de combate (“A política nacional: uma política subdesenvolvida”) — tudo escrito na véspera e logo depois do 31 de março de 1964 e a refletir, como era natural,

expectativas frustradas, decepções, mágoas, queixas, tristeza, repulsa, ressentimentos e indignação. Nesses trabalhos, a febre das circunstâncias e a inconformidade não afetou, porém, a exposição de uma tese para a qual o conduziram todas as suas experiências de historiador — um historiador que tinha por modelo Capistrano de Abreu, embora na veemência do estilo ficasse também perto de João Francisco Lisboa, e que meditou sobre o passado com liberdade, imaginação e sentimento do presente. Embora se endereçasse a plateias que se têm por fugazes, como ouvintes de conferências e leitores de jornal, José Honório Rodrigues resumiu nos escritos que compõem *Conciliação e reforma no Brasil* o que trouxe de suas escavações no passado e procurou revelar-nos — e daí a importância deste livro — o segredo de como fizemos e continuamos a fazer a nossa história.

“A chave para entender-nos” — escreve ele — “é a conciliação. Mas há conciliação e conciliação” — relembra. E força é distingui-las.

Entre os que se foram tornando o povo brasileiro — os índios convertidos e os selvagens, os negros escravos, libertos, africanos e crioulos, os brancos reinóis e os mazombos, os mamelucos, os mulatos e os cafuzos, tão diversos entre si, tantas vezes conflitantes e na aparência irreduzíveis —, venceram os conciliadores sobre a violência dos intransigentes, num processo a que não faltaram pelourinhos, quilombos, motins, revoltas, repressões sangrentas, fuzilamentos, enforcamentos, esquartejamentos, guerras e mais guerras, mas no qual, se foi importante, nos momentos em que prevaleceram, o papel das elites conciliadoras, muito mais decisivo foi o das majorias que se miscigenavam, “os indígenas vencidos, os negros cativos, os mestiços de todas as cores”. A essa conciliação efetuada no seio do povo devemos o ter o Brasil, desde cedo, deixado de ser “uma caricatura de Portugal” nos trópicos, e possuir um substrato novo, “apesar do europeísmo e lusitanismo vitorioso e dominante na aparência das formas sociais”.

Não se deve, contudo, confundir sempre conciliação com conformismo. Se às massas populares o país deve a integridade territorial, a unidade linguística, a mestiçagem, a tolerância racial, cultural e religiosa e as aco modações que atenuaram e dissolveram muitos dos antagonismos grupais e fizeram dos brasileiros um só povo, que como tal se reconhece e estima, delas também recebeu as melhores lições de rebeldia contra uma ordem social injusta e estagnada. A conciliação dava-se no quotidiano das

relações humanas, mas era frequentemente substituída pela inconformidade, a contestação e a revolta nas relações políticas, econômicas e sociais.

Graças ao aprendizado precoce da convivência na sua base popular, foram os conflitos internos menos numerosos e menos ferozes no Brasil do que no resto do continente americano. Nem por isso, no entanto, pode-se ter o nosso como um país sem lutas cruentas, conforme nos mostra o período da Regência, breve no tempo, mas largo e demorado em derramamento de sangue, represálias e amarguras. Contra os que pretendem ser a história do Brasil uma história incruenta, basta lembrar-se a violência permanente da escravidão, que não cedeu nem se abrandou por quase quatro séculos. Mas não se deve esquecer tampouco que a facilidade com que se aceitava e incorporava o estrangeiro, fosse livre ou escravo, num tecido social desde o início mestiço, aumentava nas mentes a aceitação das diferenças. E devia contribuir para reforçar nas minorias dominantes — e que eram, não nos esqueçamos, uma minoria diminuta de europeus e europeizados no meio de uma imensa escravaria africana — a liderança daqueles que preferiam impor-se, acomodando-se às diferenças e acomodando-as, a resolvê-las a ferro e fogo. Diogo Álvares, José Bonifácio, Pedro II, Carneiro Leão e Caxias são cinco paradigmas de conciliadores, e é à preponderância de conciliadores como esses na composição da liderança oficial que José Honório Rodrigues atribuiu os nossos, para ele, poucos momentos históricos de criação e trabalho. A esses conciliadores contrapõe os intolerantes, inflexíveis, duros e violentos, representados por João Ramalho, pelo Pedro I que esmagou a Confederação do Equador, por Diogo Antônio Feijó e Floriano Peixoto.

À política da conciliação deveu-se o longo período de ordem e liberdade do Segundo Reinado. De 1848 a 1880, o país viveu “os anos de mais absoluta e total legalidade de toda a sua história”. Era completa a liberdade de imprensa e de expressão do pensamento — fazia-se abertamente a propaganda da república — e amplíssimos os direitos civis dos homens livres, e só dos homens livres, como não seria de estranhar-se numa sociedade escravocrata. Se era restrito o número de eleitores, os analfabetos não estavam privados do voto e só o seriam a partir de 1882. Ignorava-se o cárcere político. E a tolerância e a moderação começavam na sala de trabalho do imperador. Quando este embarcou, para a Europa, o país podia orgulhar-se não só de ter preservado a integridade territorial, a unidade política e independência, com uma ação diplomática

própria, que repeliu as repetidas agressões externas e não se rendeu às grandes potências da época, mas também de ter mantido, durante meio século, o regime representativo, com a plena garantia das liberdades individuais.

O que faltara à política de conciliação fora o sentido de progresso. O Brasil chegava ao fim do Oitocentos à margem da grande aventura do século XIX. Sem acelerar o seu processo histórico para pôr-se em dia com a Europa, sem romper o anacronismo de suas estruturas sociais, o país perdera “a oportunidade e vira esgotar-se o prazo que o século XIX oferecera, e que só duas nações não europeias (os Estados Unidos e o Japão) aproveitaram para ingressar na expansão econômica e na política mundial”.

No seio das elites, a conciliação inventiva e fecunda seria, aliás, rara em nossa história. O que caracteriza o nosso itinerário no tempo é um permanente divórcio entre a nação e o poder, entre o que a sociedade quer e o governo faz, ou melhor, deixa de fazer. A paz entre os donos do mando acerta-se geralmente pelo adiamento do debate, por sua redução aos termos mais simples, ou pelo desmerecimento ou ocultação dos problemas. Em nome da concórdia, protela-se. Se, frente a uma questão, por mais grave ou mais urgente que seja, divide-se em aberta hostilidade a minoria mandante, procura-se evitar o confronto de forças, postergá-lo o mais possível, na esperança de que o problema perca relevância, se dilua ou desapareça, como se vê com clareza ao acompanhar-se a longa e arrastada história da abolição da escravatura. Para evitar a greta, que viria a revelar-se inevitável, a lerdice das decisões paliativas indica que a solução ideal ou sonhada era só extinguir-se o sistema com a morte do último escravo.

A conciliação pela inércia — esclarece José Honório Rodrigues — sempre empurrou para o futuro os grandes problemas nacionais. Só os enfrentamos, temerosos e prudentes, quando não há mais jeito de evitá-los. Com grande atraso, portanto, e, em geral, com soluções e remédios que já perderam a eficácia. Não se busca a concórdia pelo respeito à diversidade das ideias e pela aceitação de que governe um partido e de que os outros discordem. O que se procura é diluir ou, se possível, anular o dissenso. Por isso, perdoam-se e reabsorvem-se os revoltosos, sempre que esses são tidos por iguais, como os dos Farrapos, mas não quando magotes de escravos ou de negros, caboclos, mulatos e cafuzos sem eira nem beira, como os cabanos ou, já na República, os beatos de Canudos. Há que converter os

dissidentes. E que acalmar os insubmissos. Pois a política da conciliação também serviu para reforçar, revitalizar e renovar, periódica e parcialmente, a minoria dominante, quase todas as vezes em que esta se encontrou ameaçada por opositores ou insatisfeitos, chamando-os para o círculo interno do poder. Mantêm-se, assim, coesos ou, quando menos, cúmplices da inação os vários grupos que aspiram a conduzir o país. Por isso, na história do Brasil, abundam os que pregam as reformas, porém, no mando, não as fazem. O consenso dá-se sempre em favor do status quo.

Aos que desejam corrigir ou atualizar a sociedade ofertam-se promessas de mudanças. Estas são tidas por necessárias, mas sempre inoportunas no momento. Veem-se, por isso, repetidamente adiadas, nos altares da estabilidade e da concórdia, e substituídas pela rotina administrativa, pela “política de passos miúdos e vagarosos”. Busca-se a conciliação, não como meio, isto é, como forma de unir esforços, por concessões mútuas, para resolver problemas, mas como fim, para baixar a tensão política dentro dos grupos dominantes e compartilhar o poder.

Foi em nome das reformas que se montou, na metade do século XIX, a política da conciliação. As reformas que se tinham em vista eram, contudo, puramente jurídicas. Não se pretendia, por exemplo, tocar na questão da terra, que continuaria vedada aos pequenos lavradores, apesar de se saber sobejamente que o latifúndio impedia a expansão agrícola. A Lei da Terra de 1850 é todo o contrário do que deveria ter sido, pois revalidava as sesmarias e proibia a aquisição de bens fundiários por outro título que não a compra. Ela se apresenta ainda mais anacrônica e fora da realidade de um país demograficamente vazio, quando comparada ao Homestead Act norte-americano, de 1862, que abriu os vastos territórios dos Estados Unidos à ocupação de quem quisesse trabalhá-los, ao conceder a qualquer chefe de família com mais de 21 anos o direito a 160 acres de terras de domínio público, após cinco anos de residência contínua e o pagamento de uma taxa de registro. Tampouco se ousava corrigir a injustiça de um regime tributário que, por fundar-se nos impostos indiretos, fazia recair sobre os mais pobres o peso do custeio do Estado. Quanto à escravidão, que ela se extinguisse o mais lentamente possível.

Não se adotou a política de conciliação porque era o melhor meio de salvar o essencial para o país: a sua unidade e integridade. A ela se chegou para preservar os interesses dos grandes proprietários rurais que o controlavam. Conciliavam-se os partidos, em última análise, a fim de

abrandar os conflitos, acalmar as reivindicações populares e ganhar para as elites o tempo que se perdia para a nação. Com honrosíssimas exceções, essa minoria dirigente sempre evitou olhar-se no espelho do povo. Não se reconheceu como parte dele, nem o quis ver “como ele era e é, mas como queria que fosse: branco, europeizado, educado”. Por desprezá-lo, marginalizou-o e tudo fez para que não acesse à plenitude da cidadania.

Ao faltar-lhe a compreensão da realidade, a elite brasileira não podia estar senão atrasada de seu tempo. Como se fosse avessa ao presente, afastou de si as tentações do progresso, sempre que este, como geralmente se passava, pudesse ameaçar seus privilégios. Por isso, o nosso processo histórico está sempre retardado, e é “sempre não contemporâneo”.

Com a República, interrompe-se por algum tempo a política da conciliação. Retornam à cena as lideranças voluntariosas, intransigentes, intolerantes e violentas, que não se mostravam às claras desde a Regência. A ditadura de Floriano Peixoto, a Revolução Federalista, a Revolta da Armada e, sobretudo, a campanha de Canudos marcam esse intervalo, que só se vai fechar na presidência de Rodrigues Alves. Mas por pouco tempo, uma vez que, com Hermes da Fonseca (em cujo mandato se deu a Guerra do Contestado) e sobretudo com Artur Bernardes (cujo governo se caracterizou pelo estado de sítio), rompe-se de novo a política de conciliação. A minoria fecha-se naquilo a que José Honório Rodrigues chama “círculo de ferro” do poder. Não ouve os opositores. E não permite que a ele tenha acesso aquela parte da elite que tem ideias diferentes e, muito menos, aqueles que aspiram a nela ingressar e se julgam com títulos para isso. O descontentamento dos que se viam no ostracismo só crescera com os anos e, de insurreição em insurreição, desaguará, em 1930, na ruptura da legalidade.

Tanto nas fases conciliatórias quanto nas voluntariosas, os republicanos como que refizeram o pacto colonial. Repetiam, de certa forma, os homens da independência, que a haviam proclamado sem romper, contudo, com o sistema colonial, “especialmente nos seus aspectos fundamentais de relações sociais e de regime de terra”. Na República, os laços de dependência não mais seriam atados pelo entendimento entre a metrópole europeia e as elites nativas, porém pela aliança entre os estados dominantes, São Paulo e Minas Gerais, senhores do dinheiro e do manejo do voto, e as minorias privilegiadas dos estados periféricos. Era em função dos interesses de São Paulo e Minas — em última análise, do café —,

aliados aos das oligarquias dos demais estados — ou seja, do latifúndio —, que se movia o governo federal. Os mineiros traziam do Império o gosto da liderança e a habilidade para exercê-la; os paulistas substituíram no comando os fluminenses, mas não souberam continuá-los nas práticas conciliatórias.

Não apenas o país se dividiria entre estados senhores e estados coloniais, mas se agravava ainda mais o dissídio entre o poder e a sociedade, entre o governo e a nação. Se ao escravo estava negada a cidadania, não se queria mais do que a submissão do trabalhador do campo e do operário, que havia pouco aparecera no cenário. Em alguns mandatos presidenciais prevaleceu a política conciliadora, é certo, mas esta endereçou-se apenas às elites dominantes. Não se buscou em momento algum harmonizar os distintos interesses dos estados federados, nem os das capitais com os do sertão, nem muito menos os do poder com os do povo.

Seria a política de intransigência com os adversários e de exclusão de determinados segmentos das elites estaduais o que iria levar ao poder Getúlio Vargas. Por isso mesmo, a Revolução de 30 só foi revolução no nome, feita para impedir que o povo a fizesse. Não se propunha dar “um salto no progresso histórico contra o atraso”, nem atender às aspirações de mudança estrutural do país. “Não era intencionalmente um instante de aceleração; era a sobrevivência do não contemporâneo.” No entanto, um movimento que pretendia promover apenas mudanças políticas superficiais, embora incluísse em seu ideário itens antes impensáveis, como a jornada de oito horas de trabalho, as férias pagas, a indenização por dispensa de emprego e a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, acabou por desencadear uma série de reformas de fundo econômico, que modificariam, atualizando-a, ainda que de modo incompleto, a vida brasileira.

Os primeiros anos de Vargas, de transação com a minoria dominante, foram seguidos por esforços bem logrados de conciliação criadora entre o poder e a sociedade. Compreendeu ele que seria impossível modernizar o país e trazê-lo para o século XX, contando apenas com as elites e com as classes médias. Tornara-se urgente incorporar à vida política as massas populares marginalizadas. Por isso, era necessário reformar a economia, apressando e aprofundando a industrialização. O governo saiu da rotina administrativa. Mas não deu um só passo além das fronteiras das cidades. No campo, não se mexeu. Nem na estrutura fundiária, nem na situação do

trabalhador rural, do sertanejo, que continuou abandonado à miséria e aos massacres da polícia. E será pela violência, e não pela conciliação, que se extinguirá o cangaço.

Vargas teve comportamento ambivalente: “ora conciliador, ora intransigente; ora libertário, ora liberticida.” Impôs ao país uma ditadura, mas jamais desistiu de aliciar, converter ou acomodar os opositores. Modernizador, rezava, contudo, pela cartilha de um positivismo comtiano que já entrara no resto do mundo para os arquivos da história das ideias. Não acreditava na maioria do povo e, nessa crença, não se apartava de tantos dos melhores políticos brasileiros do passado.

Esses foram quase sempre mais moderadores do que criadores. Evitavam as reformas que tinham geralmente por precipitadas, e com isso desserviam o povo e comprometiam o progresso da nação. Em contrapartida, corrigiam os radicalismos e poupavam o país da intolerância, refletindo na ação política as aspirações de harmonia e entendimento de uma gente na qual a mestiçagem abrandou as relações sociais. As políticas de conciliação não atenderam, contudo, apenas a esse desiderato. Na maior parte do tempo, e para a maioria dos que as praticaram, serviram a um conservadorismo estéril e permitiram que os interesses arcaicos quase sempre vencessem os inovadores. A norma em nossa história foi o triunfo dos imobilistas sobre as correntes reformistas ou do radicalismo que João Ribeiro qualificou de mameluco.

A conciliação como fim, como objetivo em si mesma, “foi uma arte finória da minoria dominante e visou sempre ao compromisso dos interesses divergentes de seus próprios grupos”. Nessa arte, destacaram-se historicamente os mineiros, que desde a Independência participaram do comando do país, os fluminenses e os baianos. Ao perderem os fluminenses a posição econômica preponderante que lhes dava o café, São Paulo lhes tomou o lugar. E seria do Rio Grande do Sul, cujas classes dirigentes tinham estado até então sempre divididas e frequentemente em guerra entre si, que viria, em 1930, a tentativa de romper o imobilismo e renovar o país.

As resistências às mudanças não se dobraram, de 1930 a 1964. O que caracteriza o Brasil é, aliás, a estabilidade secular de suas estruturas políticas e econômicas. A tão apregoada instabilidade política é sempre conjuntural. Reflete as lutas pelo poder dentro da minoria dominante, quando esta não consegue harmonizar seus interesses, mas não atinge a carne nem, muito menos, a ossatura das instituições. Sempre que as elites

conciliadoras propõem reformas, estas são de superfície, eleitorais ou jurídicas, “remendos dos fósseis”, ou chegam, morosas, com grande atraso, como se o Brasil fosse “dirigido por espectros”, por “fantasmas de outras eras”. Assim se explicam, entre nós, a teimosa “sobrevivência do arcaico” e as repetidas “derrotas do contemporâneo”.

Houve no Brasil rebeliões, insurreições, golpes de Estado e quarteladas, mas sem a violência dos movimentos armados e das guerras civis que ocorreram na Bolívia, na Colômbia, no México ou nos Estados Unidos. Em contrapartida — esclarece José Honório Rodrigues —, não tivemos uma só verdadeira revolução. Ao espírito conciliador causam pânico as fraturas no corpo social e os saltos no que não pode ser previsto. Ora, as revoluções são exatamente isto: “uma tentativa de salto no processo histórico”, um rompimento das obstruções que as instituições vigentes e as forças do passado opõem às novas ideias, às novas expressões de vida, às novas realidades ou, em última análise, ao fluxo incessante das reformas que a própria dinâmica social está constantemente a cobrar-nos. Uma revolução é sempre violenta, ainda que possa dar-se sem recurso às armas, porque representa uma ruptura do que se tinha por normalidade, mas seu grau de violência dependerá dos muros que forem postos para impedir ou retardar o avanço das mudanças.

A abolição da escravatura, que se procurou adiar enquanto se pôde e com as mais inventivas formas de ludíbrio, poderia ter sido um salto revolucionário. E foi, em nossa história, o que ficou mais perto disso. Da abolição poderia ter resultado, em vez da marginalização do ex-escravo e de seus descendentes, a incorporação do trabalhador agrícola, até então no cativeiro, à plenitude da cidadania. O fim da escravidão não foi, contudo, como seria de esperar-se, acompanhado por uma reforma agrária, que valorizasse quem trabalhava a terra. Em vez disso, para preservar-se a grande propriedade agrícola, buscou-se substituir o escravo pelo colono — ou seja, pelo imigrante com que se pretendia, sem alterar nada ou alterando o mínimo possível, continuar o regime de espoliação dos braços da lavoura.

Não só nos revelamos refratários a dar saltos para a frente, como não faltaram, em nossa história, passos atrás. Tal se deu no caso do voto do analfabeto. Aqui não houve pudor nem temor de romper a tradição. Na época da colônia, eram contados os eleitores — estavam excluídos os trabalhadores manuais, os mercadores, os judeus, os não católicos, os soldados, os degredados e até os nascidos na metrópole —, mas votavam os

analfabetos. Não se discriminavam, portanto, os que não sabiam ler e escrever, até porque, se fossem eles excluídos, seriam pouquíssimos os que poderiam eleger e ser eleitos. Com a independência, as restrições não atingiram o analfabeto: este continuou a poder votar e a ser votado. Para pertencer ao corpo eleitoral, o imprescindível era contar com certa renda (como, de resto, sucedia nos países europeus). Entre os votantes, não se admitiam, porém, os que “recebiam salários”, os religiosos regulares, os estrangeiros naturalizados, os ex-escravos, os mendigos, os criminosos e, desde 1846, os soldados ou praças de pré. A discriminação era de situação social, profissão, classe e nível de renda.

A partir de 1882, passou-se a exigir a assinatura do interessado no título eleitoral: o votante tinha, portanto, de saber ao menos escrever o nome. A medida derivou, contraditoriamente, de um projeto de lei do ano anterior, cujo objetivo era ampliar a representatividade eleitoral. Nesse projeto, admitia-se que votassem os acatólicos, os naturalizados, os negros ingênuos e os libertos, e se reduzia a idade mínima do eleitor solteiro, de 25 para 21 anos. Contra Joaquim Nabuco e Saldanha Marinho, que não viam motivo para que não votassem os que não sabiam ler nem escrever, prevaleceu a posição de José Antônio Saraiva, Cândido de Oliveira e Rui Barbosa. A este último, “esperançoso de que a discriminação estimularia a alfabetização e promoveria o interesse do governo pela expansão do ensino”, deveu-se também o ter sido o princípio da exclusão do analfabeto adotado pela Constituinte de 1891, de onde emigrou para as de 1934, 1937 e 1946. As cartas magnas republicanas revelaram-se, aliás, na área dos direitos políticos, muito menos democráticas e mais restritivas e elitistas do que a legislação do Império.

Em 1882, abriu-se e fechou-se, ao mesmo tempo, a fenda das urnas para os ex-cativos, os descendentes de escravos, os sertanejos e os artífices. A exclusão de quem não sabia ler e escrever representava desterrar do processo eleitoral quase toda a nação. Prevalencia a tese de que a democracia devia assentar-se nas diminutas classes médias. E continuou-se, assim, a proscrever do processo político os que trabalhavam com as mãos e, em última análise, a distinguir, como faziam as Ordenações do Reino, os “homens bons” do povo.

Mais do que uma distinção, houve entre eles quase sempre um divórcio. E a esse divórcio, e à política de conciliação como fim, que não permitiu que se estreitasse a distância entre os que possuem e os que sofrem

o poder, deve-se — assim ensina José Honório Rodrigues — o não se terem resolvido os grandes problemas brasileiros, que continuam os mesmos desde a Independência e antes dela, a começar pelo da ocupação e uso da terra. Fomos sempre adiando os desafios, como o de reconhecer ao trabalhador rural e ao homem dos sertões direitos iguais aos do cidadão, o de assegurar a instrução para todos, o de reformar um sistema tributário que sempre poupou os ricos e pesou sobre os mais pobres, e, sobretudo, o de respeitar o trabalho dos outros ou, em outras palavras, o de tornar mais justa e racional a distribuição da renda, cuja terrível desigualdade impede a expansão do mercado doméstico.

São essas as ideias essenciais, e que aqui se apresentam sem retoques, de Conciliação e reforma no Brasil, um livro que instiga à reflexão e ao debate. Muitos de seus parágrafos, que ficaram fora desta resenha, só guardam interesse para a história de sua história, que se confunde com a que viveu o Brasil na sétima década do século XX, durante a qual a conciliação, ainda que pudesse ser infecunda, foi substituída pela recusa ao diálogo, pelo desrespeito aos opositores, pela intolerância mútua e pela intransigência, indo, finalmente, desembocar no autoritarismo, como analisa o próprio José Honório Rodrigues. As páginas de combate político têm, por sinal, quase sempre este destino: o de se tornarem apenas documento. Dele só escapam, quando sopradas pela musa da indignação a um grandíssimo escritor, como sucedeu, para citar apenas dois exemplos, em *J'accuse*, de Émile Zola, em *Les Grands cimetières sous la lune*, de Georges Bernanos, ou quando reproduzem uma intensa experiência de ação política, como em *Homage to Catalonia*, de George Orwell. No nosso caso, ainda que datadas e de pouca relevância para o argumento com que José Honório Rodrigues construiu a sua interpretação do Brasil, não podem elas ser retiradas do livro, porque fazem parte de sua tessitura. Nasceram com ele, pois foi para participar na polêmica de seu tempo que José Honório Rodrigues pôs no papel essas suas reflexões sobre as grandezas e as misérias da conciliação.

Rio de Janeiro, 1999.

A África refeita no Brasil

Relembro três histórias conhecidas.

Quando, em 1622, derrotaram o cassanze, um rei vassalo do manicongo (ou rei do Congo), que dominava a região entre os baixos rios Bengo e Cuanza, e lhe destruíram a ensaca (ou cidadela), os portugueses de Luanda desterraram para o Brasil vários régulos e chefes que dele dependiam ou a ele se haviam aliado. Alguns vieram como escravos; outros, como homens livres, e foram alistados no exército ou receberam tratos de terra para seu sustento; e outros ainda, embora tivessem embarcado livres, foram ilegalmente escravizados na chegada.

Por volta de 1750, para impedir que concorresse à sua sucessão, o dadá Tegbesu, rei do Daomé, vendeu como escravo o príncipe Fruku, juntamente com outros da linha de Agaja. Fruku viveu 24 anos na Bahia, até que seu amigo de infância, Kpengla, que assumira o poder, o mandou buscar. Com o nome de Dom Jerônimo, Fruku regressou ao Daomé, onde exerceu importantes funções públicas e, morto Kpengla, concorreu ao trono. Perdeu-o para Agonglo e sumiu da história. Já o filho de Agonglo, Adandozan, ao tornar-se dadá em 1797, mandou pôr num navio negreiro quem tinha por adversária, a rainha Nã Agontimé, mãe do futuro rei Guezo.

A última dessas histórias é a única a dizer-nos que com Nã Agontimé embarcaram muitas de suas partidárias, mas é provável que o mesmo tenha acontecido com outros personagens que sofreram a escravidão como desterro político. Por malungos terão eles tido também outros compatriotas e pessoas provenientes de terras vizinhas, que os sabiam reis, rainhas ou príncipes proscritos. Além disso, não era raro que, no Brasil, encontrassem conterrâneos na mesma cidade ou em fazendas vizinhas, que pronto os reconheceram, permitindo, assim, que fundassem santuários religiosos, ou se fizessem reis de maracatus ou de congadas e, como tais, continuassem a rezar aos deuses e aos antepassados, a assegurar a coesão dos seus ou a congregar ao seu redor novas comunidades, com gente de distintas origens, como, de resto, tantas vezes ocorria na África, onde era frequente que, em torno de núcleos aristocráticos, se formassem com elementos díspares

novas nações. Na África onde começam, como deveriam começar quase todos os livros que tratam da escravidão negra, os vários enredos que Marina de Mello e Souza desamarra, neste seu rico e interessantíssimo *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. Na África, ou, mais precisamente, no reino do Congo. Do qual eram súditos quase todos os congos vendidos ao Brasil, e podiam ter sido vassallos os reis, régulos e chefes de hungus, lenjes, pendes, andongos, dembos, iacas e angicos que para cá foram trazidos.

Porque vai buscar o início de suas histórias na África, Marina pode mostrar-nos como, antes que os reis das festas de negros, em Portugal e no Brasil, desfilassem de coroa europeia sob os grandes guarda-sóis coloridos africanos, já o fazia o manicongo, no findar do século XV. Aquilo que tomamos por criouliização ou mulatização cultural já começara, portanto, na margem esquerda do curso inferior do Zaire, onde aos títulos africanos se colaram os europeus, com o manibamba a ser ao mesmo tempo o duque de Bamba, e, graças à cristianização das elites, a cruz se tornara o mais poderoso dos inquices. Das cerimônias de entronização do manicongo, constava uma luta simbólica entre dois partidos: o dele, o conquistador adventício, e o do quitome, o senhor da terra. Ao atravessar o oceano, essa luta passou a ser entre cristãos e mouros ou entre o rei do Congo e a rainha Jinga, a quem a escravaria não esqueceu no exílio.

Marina de Mello e Souza não nos apresenta todo rei congo que se coroava no Brasil como de linhagem real. Era normal que os africanos buscassem para líder um daqueles que julgavam herdeiros do dom da chefia e do diálogo com o invisível. É de crer-se, porém, que algum desses reis ou príncipes preferisse, num meio hostil onde se encontrava à força, manter sua identidade em segredo para outros que não os mais próximos — e em segredo cumprir os ritos que deles se esperavam. Os seus, sempre que possível, lhe compravam a liberdade e podiam fazer rei da festa quem ele determinasse, um rei da festa que era, portanto, um “chefe de palha”. Na maioria dos lugares não havia, contudo, ninguém de estirpe real, e se escolhia para rei, em geral por um ano, quem mostrava qualidades de líder, ainda que nascido sem o sangue do mando. Não faltava tampouco o rei que tomava o nome de congo porque tradicional na colônia, mas era grunce, gum, ovimbundo ou mahi.

Não se descarta no livro que alguns reis congos tenham sido “chefes de fumaça”, reis de brincadeira, como, em geral, os considerava a sociedade

branca — e continuaram a considerá-los muitos dos estudiosos das congadas e dos maracatus. Na maioria dos casos, eram todo o contrário. Se alguns senhores os levaram a sério e os usaram, e outros os tiveram como objeto de mofa, para os negros foram quase sempre reis verdadeiros, ainda que temporários. Os negros mais do que os respeitavam e os buscavam para aconselhar-se e para resolver disputas, como faziam na África, na África da saudade de cada um. Em torno deles, ajustava-se a resistência, que podia assumir as feições da acomodação. Ou esta suceder àquela, e vice-versa. Onde o amo via um instrumento de controle da escravaria, esta podia reconhecer a personificação dos valores que se recusava a perder.

A mesma situação — insiste Marina de Mello e Souza — pode ter sentidos diferentes, e até opostos, para o dominador e o dominado. E a mesma forma, funções diversas, para um e para o outro. Penso, por exemplo, que, se, da perspectiva dos senhores, as compras de alforria pelos escravos significavam uma confirmação do direito de propriedade sobre seres humanos, ou seja, a aceitação desse direito pelos que se autoadquiriam, para o escravo representava, mais que um desafio, uma ruptura com o sistema, ao devolver-lhe, no reconhecimento social, o homem que ele jamais deixara de ser e ao negar a equivalência entre negro e escravo.

Uma das melhores qualidades desse livro é, aliás, que nele não se acompanha o escravo com o olhar do senhor. Não é incomum, até mesmo em alguns dos autores mais indignados com o passado escravista brasileiro, que se veja o escravo como o queria o seu dono: desfibrado, sem vontade nem iniciativa, inteiramente domado como se fora um semovente, a só sair dessa condição pela fuga ou pela rebeldia armada. É tido quase como uma impiedade admirar-se o escravo que não se tornou quilombola. No entanto, quanto mais o estudo, mais com ele me surpreendo e mais o admiro. E o que leio em Reis negros no Brasil escravista me fortalece na admiração.

Submetido à mais cruel das opressões, ele tirou proveito de cada pequenino espaço que lhe permitiram de liberdade. Sempre que pôde, torceu em seu favor as instituições criadas pelos senhores e para os senhores. E talvez as tenha usado para preservar as que trouxe consigo, escondidas, no navio negreiro. Assim, é possível que por trás de uma confraria católica se embuçasse uma sociedade secreta africana.

Essa é uma das numerosas janelas — ou melhor, das fendas e pequenos buracos nas paredes, que funcionam como janelas nas casas

iorubanas — que Marina de Mello e Souza abre esbanjadoramente para dentro dos diversos compartimentos de seu tema principal. Olho por uma delas e vejo aquele “tambor” de Nazaré Paulista, que, excepcional percussionista, ocupou a posição por muitos anos. Suspeito que fosse um daqueles mestres dos tambores, que só atingem o ápice de seu ofício após muitos anos de estudo e conhecem todas as sutilezas das polirritmias africanas. Devia ser raro que um deles descesse no Brasil, pois, em muitas regiões da África, fazia parte de uma casta, não podendo, por isso, ser escravizado nem vendido. Naquelas onde não era castado, dificilmente um chefe que o capturasse, dele, por precioso, se desfaria.

Marina de Mello e Souza, nesse livro bem-fundamentado e bemescrito, acompanha a evolução das coroações e dos préstitos de reis congos até os nossos dias, quando deixaram de estar restritos aos negros e passaram a contar com crescente número de mestiços e brancos. Ela ficará feliz em saber que, na minha meninice, desfilavam, todos os anos, em datas diferentes, pela minha rua, em Fortaleza, um rei congo e um maracatu. Neles não haveria mais de três ou quatro negros — eram relativamente poucos os negros na cidade —, mas, no maracatu, que se apresentava com a mesma ordem dos cortejos reais da África ocidental, todos os figurantes se pintavam de preto. Era como se, ainda que sem consciência disto, eles quisessem que o desfile não deixasse de ser o que dantes fora: um cortejo de negros, no qual, sob o disfarce de festa, os escravos procuravam continuar a África, a sua África, embora fragmentada e imperfeita, no exílio no Brasil.

Rio de Janeiro, 2002.

Coronel, coronéis

Quase quarenta anos depois de escrito, *Coronel, coronéis* reaparece como se fora um livro novo. Os seus autores, Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, não lhe alteraram a forma nem tampouco o conteúdo; mudaram, porém, os nossos olhos e, embora menos do que desejaríamos, mudou a paisagem humana que em suas páginas contemplamos. Ao ser escrito, a partir de um trabalho de campo realizado em 1963, esse livro pretendia ser — e era — uma análise do processo de ruptura da sociedade agropecuária do Nordeste e, por meio de quatro retratos de corpo inteiro de coronéis ainda vivos ou recentemente falecidos, das transformações por que passava uma espécie de mandonismo político, econômico, social e familiar profundamente arraigado no sertão e no agreste pernambucanos.

O que, em 1965, ano da primeira edição dessa obra, era um diagnóstico do presente, hoje lemos ou relemos como se fossem páginas de história. O ensaio de abertura, breve e conciso, porém percuciente e denso de ideias, parece ter sido escrito com a visão que temos hoje do que ocorreu no interior do Nordeste na segunda metade do século XX. As premonições cautelosas de Roberto Cavalcanti de Albuquerque, que o pensou e redigiu, tomam agora a forma de reconstrução do passado. Ou de interpretação de uma reconstrução do passado. Para isso, creio que muito contribuiu o não terem os autores de *Coronel, coronéis* reclamado que lhes reconhecessem o exclusivo da razão. Teorizaram somente quando não havia outro jeito; preocuparam-se, e assim está no livro, “em descrever” e “não propriamente em explicar ou resolver”. Porque desenharam com cuidado e sem preconceitos o que presenciavam e o que atentamente ouviam, muito do que, nessa obra, se promete como futuro realizou-se de fato, e o que não queria ser ou parecer lição, lição ficou.

Veja-se isto. Diz-se com certa insistência que a Europa deve sobretudo à máquina de costura, à bicicleta e ao rádio transistor a entrada que conseguiu, no século XX, na Ásia e na África. Pois bem, em *Coronel, coronéis*, reclama-se para o caminhão, ou, melhor, para o chofer de

caminhão, o ter infiltrado o interior tradicionalista com os valores do litoral modernizado. O papel do caminhão na vida brasileira, e sobretudo no Nordeste, já fora o enredo de um livro anterior de Marcos Vinícios Vilaça, *Em torno da sociologia do caminhão*, mas, em *Coronel, coronéis*, sublinha-se, em poucas linhas e de modo nítido, a sua função modernizadora. Nesse livro, contrasta-se implicitamente o chofer na boleia de seu veículo com o coronel sentado na varanda. Em consequência, não poderiam deixar de ser de todo diferentes, no aspecto, comportamento e destino, de um lado, os aglomerados urbanos que surgiram em torno da casa de fazenda (ou, em última análise, do curral) e, de outro, as aldeotas, vilas e cidades que se foram, bem mais tarde, formando ao lado das bombas de gasolina, nas estradas a serviço dos caminhões.

No seu instigante ensaio introdutório, Roberto Cavalcanti de Albuquerque descreve como se estava a esgarçar e acabaria por desfiar-se, no contato com as novas realidades externas, o grosso tecido de um paternalismo que se queria economicamente fechado e quase autossuficiente, sóbrio na projeção de suas necessidades (tanto que a mesa mais do que farta era o único esbanjamento), tendo na terra a forma preferida de acréscimo de patrimônio e, conseqüentemente, no latifúndio a medida da riqueza, e que socialmente se assentava no que era mais do que uma família extensa, pois compreendia filhos de sangue e filhos de criação, irmãos, cunhados, concunhados, sobrinhos, genros, noras, netos, compadres, afilhados, agregados, rendeiros, meeiros, empregados e vizinhos, além dos perseguidos e desamparados que se colocavam na condição de protegidos. A autoridade era uma só e indivisível: a do chefe, que, de cima para baixo, protegia os seus e os amparava nas horas aflitas, exigindo em paga, de baixo para cima, a obediência e a servidão.

Nada é linear e simples nesse livro em que Roberto Cavalcanti de Albuquerque cuida do coronel, enquanto Marcos Vinícios Vilaça se ocupa dos coronéis. Nem simples e linear poderia ele ser, pois trata da vida e tem por tema seres humanos. Os retratos dos quatro mandachucas não receberam no papel nem os gestos nem as vestimentas para provar uma tese. Cada qual tem fisionomia, conduta e temperamento próprios, e em cada qual se entretecem de modo distinto o gosto de mandar e desmandar, comum a todos, com a manha, a crueza, a generosidade, o dever da ajuda e a cobrança da sujeição. Este é sovina; aquele, mão-aberta. Este, franco; aquele, sonso. Este fala e escreve demais; aquele poupa as palavras. Este

adora as novidades; aquele para elas se fecha. Magro ou gordo, baixo ou alto, o coronel não aparece nesse livro apenas como tipo, categoria ou ícone, mas sobretudo como gente. Homem de rotina, mais do que de excessos. Afeito à violência, mas capaz de camaradagem e carinho.

São quatro coronéis diferentes. Um a desmentir os outros. Ou quase. Quatro coronéis famosos, que marcaram a política de seu tempo. Como alguns mais, que poderiam estar nesse livro, se seus autores tivessem querido ampliar-lhe o escopo e a geografia. Eles sabem de mulheres com pulso de coronel, viúvas, casadas ou solteironas, sedutoras ou viragos, a comandar as vidas humanas a seu redor. Sabem também de padres e de um bispo mandões, donos dos fiéis, do seu trabalho e do seu voto. E eu sei de um cacique, mais do que anticlerical, ateu, leitor de Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida e Guerra Junqueiro, que escrevia sonetos satíricos e malcomportados e os publicava em folhetos. E de um tio-avô que, exportador e importador, era em tudo um coronel sertanejo numa então pequena cidade portuária, onde dava as ordens e elegia quem queria, e que, ao mandar os meninos de férias para a serra, os fazia acompanhar por seu batalhão de jagunços a cavalo, de cartucheiras cruzadas no peito e armados de revólver, rifle e punhal. Como o coronel Chico Heráclio, também o meu tio, que tinha nome de rei, José III, usava o cinto por fora dos passadores da calça. Ou das arreatas, como se diz no Nordeste.

Marcos Vinícios Vilaça, que compôs os quatro retratos, não encheu o fundo de pessoas, animais, casas e objetos. Pôs no palco ou na paisagem apenas o que era necessário. Tampouco demorou-se nos pormenores das feições e maneiras de cada um. Ficou no essencial, que bastava para a fidedignidade do retrato. Não pintou, portanto, como Frans Hals ou Van Dyck; pintou como Modigliani, a selecionar os traços, os volumes e as cores que marcavam uma presença, e a revelá-la com piedade e ironia. Descreve. Narra. Com a exatidão de que podemos ser capazes. Deixa ao leitor o julgamento e a denúncia.

Foi possível a Roberto Cavalcanti de Albuquerque sintetizar com rara inteligência e sentido de futuro um mundo que sentia apagar-se, e a Marcos Vinícios Vilaça, escrever o que definiu como quatro “perfis sociológicos”, porque trataram diretamente com as personagens principais e com os comparsas das histórias que nos contam e das situações sociais que analisam. O volume e a riqueza do material que recolheram — desde as entrevistas com os coronéis à leitura minuciosa dos jornais — fazem com

que esse não seja um livro surgido de outros livros. Nele, não é, portanto, o eco o que ouvimos, mas, sim, as vozes dos que então falavam e hoje reclamam ser história.

Esse livro apontava para o declínio dos coronéis sertanejos — o que se materializou nas duas décadas de governos militares. E anunciava, ao analisar a passagem do voto de cabresto para o voto-mercadoria, que o clientelismo, no interior do Nordeste, se cobriria de novos trajes. Mudam-se os tempos, mudam-se as roupagens. Sempre foi assim — argumentariam os nossos dois autores. Desde o início da saga dos homens sobre a terra, para fingir que se foram da cena, o domínio exclusivista e a arbitrariedade na política, a exploração econômica, a intolerância intelectual e o autoritarismo familiar têm-se vestido e ataviado com novas roupas. Mas a tesoura que as corta e a agulha que as cose parecem ou são as mesmas.

Rio de Janeiro, 2003.

De Colombo a Castro

O último livro de Eric Williams — *From Columbus to Castro: the History of the Caribbean, 1492-1969* — é uma interessantíssima história geral do mar das Caraíbas. São quinhentas e tantas páginas, nas quais a erudição habilmente se disfarça atrás de uma prosa fina e viva, a que não faltam momentos de ironia e indignação. Embora escritas para o leitor comum, sobra-lhes rigor. Sendo um resumo panorâmico, contém aqui e ali retratos minuciosos e precisos. E, de vez em quando, vê-se Williams a tirar o casaco e a arregañar as mangas da camisa para o combate polêmico, de que é mestre, como o demonstrou em *British Historians and the West Indies*, uma coleção de ensaios em que desmonta os estereótipos racistas dos historiadores ingleses e a concepção carlyliana da sociedade e da vida.

From Columbus to Castro não começa com Colombo, nem termina com Fidel. Suas primeiras palavras são sobre a tomada de Ceuta, que considera, e com acerto — releia-se, a respeito, o breve e exemplar trabalho publicado em 1919 por Antônio Sérgio, no primeiro volume dos *Ensaio* —, o início da expansão oceânica da burguesia europeia. Seus últimos parágrafos são uma análise serena da situação atual dos países das Antilhas e de seus projetos de integração regional.

Há várias histórias nesse livro. Há uma história da cana-de-açúcar, desde que desembarca nas Caraíbas, vinda das Canárias, na segunda viagem de Colombo. Acompanhamos o açúcar a caminhar de terra em terra, como um rei medieval, a cobrar os pesados tributos sociais da monocultura. Vemo-lo surgir, firmar domínio e declinar, sem nunca perder de todo a força e a influência, na Hispaniola, em Barbados, na Jamaica e em Cuba, sucessivamente. Seguimos as disputas de interesses entre as várias ilhas antilhanas — que ainda hoje se entreolham com desconfiança e receio — e entre elas e as metrópoles europeias, estas desejosas de assegurar o monopólio de refino e comercialização do produto. Assistimos à acirrada competição entre as Caraíbas, de um lado, e, de outro, o Brasil, a Índia e a beterraba. E paramos, já em nossos dias, com o açúcar a continuar a manter o predomínio absoluto nas áreas onde se instalou e a obstar que se

modernizem e se diversifiquem suas economias. O último episódio da história é sintomaticamente o regresso de Fidel Castro da União Soviética em 1963, quando aderiu às falácias de uma nova divisão internacional do trabalho, engavetou os ambiciosos planos de desenvolvimento industrial e se rendeu à monocultura açucareira.

Há a história do regime de trabalho imposto pelo açúcar. A essa história Eric Williams já dedicara um livro famoso e importantíssimo, *Capitalism and Slavery*, essencial ao estudo da escravidão no continente. Em *From Columbus to Castro*, Williams resume *Capitalism and Slavery* e retoma o fio da meada onde o havia deixado na última página de sua obra mais conhecida. Assim, após descrever os ciclos do trabalho forçado europeu e do trabalho escravo africano — que foram objeto de *Capitalism and Slavery* —, Williams examina as características do trabalho sob contrato de asiáticos, cujas migrações deram às Antilhas a fisionomia humana especial que hoje têm. Do primeiro ao último ciclo, é toda uma narrativa de ignomínias, que começa com os sequestros de crianças nas Ilhas Britânicas e termina com os rigores do trabalho sob contrato de indianos e chineses, tendo no meio mais de três séculos de tráfico negreiro e de escravidão.

Há a história da luta para assegurar o domínio sobre o mar das Caraíbas e para romper o monopólio ou a predominância que ali mantiveram Espanha, França, Holanda e Inglaterra. E há, paralelamente, a história de como surgiu e se firmou a presença dos Estados Unidos na área. Assistimos, ainda no século XVII, ao início do comércio entre as 13 colônias inglesas no continente americano e as dependências britânicas, francesas e espanholas nas Antilhas. Os vínculos econômicos, que desde logo se estabeleceram entre os produtores antilhanos e norte-americanos, foram tão estreitos, que não é difícil identificar as motivações caraibanas do movimento pela independência dos Estados Unidos. Explica-nos Williams como, após a libertação americana, os laços comerciais entre os Estados Unidos e as Antilhas se expandiram sem cessar e de tal forma que, com o desinteresse crescente da Grã-Bretanha e da França por suas colônias antilhanas, as Caraíbas acabaram, ainda no século XIX e mesmo antes da guerra contra a Espanha, por se transformar num mar estadunidense.

O livro de Eric Williams trata sobretudo das ilhas caraibanas. Merecem também certa atenção a Guiana e o Suriname, territórios que, embora não pertençam, do ponto de vista geográfico, às Caraíbas, nelas se inscrevem,

quando apreciados de uma perspectiva histórica. De ambos os ângulos, participam das Caraíbas as costas da Venezuela e da Colômbia oriental, estando a ilha de Margarita ou cidades como Carúpano, Cumaná, Cartagena e Barranquilla intimamente ligadas à história antilhana. Williams, porém, não visita, em seu livro, as margens meridionais das Caraíbas. Se o tivesse feito, poderia ter encontrado algumas das raízes do processo de independência hispano-americana no grande mar que afasta as duas partes da América e a cujo nome ligamos sempre, na memória, as ideias de cobiça e beleza, de infâmia e aventura.

Brasília, 1974.

Da Guerra da Tríplice Aliança ao Mercosul: as relações entre o Brasil e o Paraguai

Em 13 de maio de 1876, as tropas de ocupação brasileiras começaram a deixar o Paraguai. A presença delas em Assunção e em outros pontos do país fora um forte argumento da diplomacia brasileira para atingir objetivos que eram seus, desde antes da Guerra da Tríplice Aliança, e para frustrar as intenções argentinas de reduzir de tal forma o território do Paraguai, que a própria sobrevivência deste, como Estado soberano, se tornaria duvidosa.

Nos Tratados de Paz, de Limites e de Amizade, Comércio e Navegação, firmados pelo barão de Cotegipe e Carlos Loizaga, em 1872, garantiu-se, com efeito, a livre navegação do Paraguai e do Paraná (essencial às comunicações com Cuiabá e o extremo oeste brasileiro) e fixou-se a fronteira entre Mato Grosso e o Paraguai, não pelo rio Igureí, como previsto no Tratado da Tríplice Aliança, mas por outra linha, um pouco mais ao norte — que figurara no contorno traçado pelos portugueses, no século XVIII, para a antiga colônia, e era a mesma proposta, como conciliatória, pelo visconde do Rio Branco, em 1850, a Carlos López. Ao chegar ao Salto Grande de Sete Quedas, a fronteira, que vinha pelo álveo do rio Paraná, infletia para oeste e passava a acompanhar os mais altos da serra de Maracaju e Amabaí, até encontrar o Apa. Por sua vez, os Tratados de Paz, de Limites e de Amizade, Comércio e Navegação, concluídos, em fevereiro de 1876, entre o Paraguai e a Argentina, se atenderam aos pleitos de Buenos Aires na área das Missões (entre o Paraná, o Uruguai e o Iguazu), ficaram longe de satisfazer a suas ambições no Chaco.

A Argentina pretendia incorporar à sua soberania toda a margem direita do Paraguai, do rio Bermejo à Bahía Negra, ignorando não só os títulos paraguaios, mas também as pretensões bolivianas sobre o território. Ficou, em 1876, apenas com a faixa entre os rios Bermejo e Verde, reservando-se para uma solução arbitral, entregue ao presidente dos Estados Unidos e decidida, dois anos depois, em favor do Paraguai, a questão da

Villa Occidental (hoje Villa Hayes) e da área entre os rios Verde e Pilcomayo. O êxito dos paraguaios, tanto nas negociações com o Brasil quanto nas com a Argentina, deveu-se ao habilíssimo cuidado que tiveram em explorar as rivalidades que se tornaram claras, com a paz e a ocupação militar, entre os antigos aliados. No caso das negociações, várias vezes interrompidas, com a Argentina, os paraguaios puderam, aliás, valer-se do apoio brasileiro e, mais que isto, do compromisso assumido, no Tratado de Paz, pelo governo imperial de não só respeitar perpetuamente a independência, a soberania e a integridade do Paraguai, mas também de garanti-las durante cinco anos, o que tornava qualquer aventura militar argentina contra Assunção um *casus belli* para o Brasil.

O período de 1872 a 1876, durante o qual o Paraguai buscou assinar a paz com a Argentina, já foi qualificado como de auge da hegemonia brasileira.¹ Essa hegemonia política, temperada pela predominância econômica de Buenos Aires, principal mercado e único porto para o mundo que tinham os produtos paraguaios, estendeu-se, com alguns tropeços passageiros, até 1880. A partir de então, o império retraiu-se, às voltas com as crises políticas internas que a Guerra da Tríplice Aliança deflagrara.

O conflito servira para criar uma verdadeira consciência nacional na Argentina e no Brasil. No primeiro caso, pode até marcar, da perspectiva de hoje, a consolidação do Estado argentino por sobre os particularismos e os centros provinciais de poder. No caso brasileiro, tornou claro que não se podia ter um exército moderno baseado na escravidão — o que ainda valia para a África e o Oriente Médio deixara há muito de funcionar na Europa e no lado ocidental do Atlântico — e, conseqüentemente, que o conceito de povo soberano não se compadecia com a divisão do país entre pouquíssimos senhores e a multidão de escravos e de ex-escravos, estes últimos, em geral, marginalizados e com reduzidos direitos. O Brasil de antes da guerra, por assim dizer, não tinha povo. E talvez se possa afirmar que os voluntários da pátria, fossem ou não voluntários de verdade e se classificassem como cidadãos livres e sufragantes, ou como libertos ou escravos, mostraram pela primeira vez os brasileiros com a mesma farda — ou, melhor, com a mesma roupagem — e a se sentirem a mesma gente e um só povo.

Vieram para a ordem do dia, a pedir soluções imediatas, todas as contradições de um império formalmente constitucional e parlamentarista, que aspirava a moldar sua oratória e seu funcionamento por Londres, mas

se assentava num modo de produção escravista. No processo que se seguiu — com a campanha abolicionista, a propaganda republicana e as questões militar e religiosa —, o próprio destino do Império ficou em jogo. O agravamento das repetidas crises políticas, o espraçar do debate sobre a validade das instituições do Estado e sobre a justiça das estruturas agrárias, bem como as tensões entre os grupos que até então as vinham sustentando — a classe latifundiária nobilitada, o bacharelato de fraque e sobrecasaca que essa gerara, as Forças Armadas e a Igreja — foram paulatinamente retirando ênfase às preocupações com o Paraguai, o Prata e a própria política externa.

Não que houvesse um abandono das linhas de comportamento até então seguidas. Tanto assim, que se assinou com o Paraguai, em 1883, um novo Tratado de Amizade e Navegação. E, se, no fim do Império e início da República, não se observam ações diplomáticas maiores no Prata, com ou sem as consequências militares do passado, não se perdia de vista, no Rio de Janeiro, o que lá se desenrolava.

Desde a colônia, a porção mais meridional do Brasil (sobretudo o Rio Grande do Sul) compunha com o Uruguai, o Paraguai e o norte da Argentina (nele se incluindo Buenos Aires) um conjunto geopolítico e econômico de relativa homogeneidade, com um convívio que a diferença de idiomas pouco contrariava e que não foi interrompido pelos limites adotados nas independências. Assim, as disputas políticas que se passavam de um lado das fronteiras não só eram acompanhadas nos outros, mas neles geravam reações e conflitos. As repetidas guerras civis atravessavam os limites — e disto dá testemunho uma grande obra de ficção brasileira, que ainda não foi colocada em seu merecido lugar entre os maiores livros interpretativos do Brasil, o primeiro volume (O continente) de O tempo e o vento, de Erico Verissimo. Blancos e colorados uruguaios tinham parceiros no Brasil e na Argentina, e assim, na banda oriental, os federalistas e unitários argentinos e os nossos liberais e conservadores, maragatos e chimangos. O próprio Paraguai, que dessas rivalidades por muito tempo (até a tomada de posição de Carlos López contra Rosas) procurou afastar-se, com um isolamento pelo qual seu povo pagava um alto preço, nem sempre a elas podia furtar-se. A geografia como que lhe impunha uma participação que Francisco Gaspar de Francia sempre temera — e talvez estivesse certo, porque se provou trágica: a Guerra da Tríplice Aliança teve

por gatilho o conflito armado que se travava no Uruguai, ao apoiar Francisco Solano López o Partido Blanco.

Era em boa parte em função dessas lutas e rivalidades de partidos — partidos que quase se podiam qualificar de plurinacionais — que a diplomacia brasileira atuara tradicionalmente no Prata. No início da República, continuaram vivos esses conflitos históricos, basicamente entre a capital e as províncias, ou entre centralistas e descentralizadores, ou, ainda, entre a classe mercantil e a classe agrária, como o demonstra, no Rio Grande do Sul, a revolução maragata de 1893. A terrível Guerra da Tríplice Aliança como que marcara, no entanto, o fim da política de intervenção do Brasil nos assuntos domésticos dos outros países do Prata, sem que perdesse sua diplomacia o interesse pelos principais objetivos que condicionaram e orientaram, no Império, a sua política para com o Paraguai. O primeiro deles, a preservação da soberania e da integridade daquele país.

Na visão brasileira da época, a Argentina não parecia conformada com a independência paraguaia. A expedição militar do general Belgrano, de 1810 a 1811, continuava, aos olhos do Rio de Janeiro, a ser um prenúncio e um aviso, além de história. Para o Brasil, a independência do Paraguai não tinha apenas um valor em si próprio, pois representava a existência de um segundo estado-tampão (o primeiro era o Uruguai) entre as duas potências, então francamente rivais, da América do Sul. Daí que a diplomacia brasileira não hesitasse em agir, sempre que pressentia ou imaginava que a integridade do Estado paraguaio pudesse correr perigo. Assim foi com o apoio que Amaro Cavalcanti, então chefe da Missão Diplomática brasileira em Assunção, prestou, no último ano do governo de Floriano Peixoto (1894), ao golpe que afastou do poder Juan Gualberto González. Temia o Rio de Janeiro que aquele que se escolhera como candidato à sucessão presidencial paraguaia, José Segundo Decoud, favorecesse, por suas íntimas conexões pessoais e familiares com Buenos Aires, o que se tinha por um projeto anexador argentino.

Na realidade, abstraindo-se alguns atos como esse (em geral, empreendidos como reação à gravidade do que se temia), o Brasil, embora sem perder de vista o Paraguai, não exerceu, durante as primeiras quatro décadas do século XX, em relação àquele seu vizinho uma política de iniciativas. Todo esse período é marcado pela primazia argentina, sobretudo na vida econômica paraguaia. Buenos Aires era não só o porto e o centro

econômico do Paraguai, que tinha na Argentina seu melhor parceiro comercial, seu maior investidor e o intermediário de seus negócios, mas também o local onde a oposição paraguaia conspirava e de onde saíam as suas expedições militares contra o governo de turno em Assunção. A presença argentina — tão forte, que o peso, até meados dos anos 1940, circulava no Paraguai como se moeda paraguaia fosse — reforçava-se com o controle que Buenos Aires podia exercer sobre a única via real de acesso ao Paraguai, o rio da Prata.

O predomínio argentino acompanha a longa fase (de 1904 a 1936) de comando da vida política paraguaia pelo Partido Liberal, que sempre fora favorecido por Buenos Aires e advogava uma estreita cooperação com os portenhos. Coincide, além do mais, o início desse período com o barão do Rio Branco à frente da Chancelaria brasileira. Rio Branco considerava finda a política de intervenções no Prata. Para ele, o Brasil nada tinha que fazer na vida interna dos vizinhos. Os objetivos do barão, à frente do Itamaraty, eram outros, sobretudo o de inserir o Brasil no círculo maior, pluricontinental, do concerto das nações. Um de seus propósitos — frustrado quase sempre, exceto em alguns momentos, como o da visita do presidente Sáenz Peña ao Rio de Janeiro — era o de pôr fim ou, quando menos, reduzir o clima de desconfiança, rivalidade ou antagonismo que separava o Brasil da Argentina. Como corolário desse seu íntimo e público desígnio, não podia indispor-se com o papel hegemônico que a Argentina exercia no Paraguai, desde que não se pusessem em risco a independência e a integridade desse último país.

Não que Rio Branco descuidasse — como depois se disse² — o Paraguai. Tanto que para Assunção designou, em 1906, um de seus colaboradores mais diletos, Gastão da Cunha. Mas do Paraguai não lhe vinham desassossegos maiores. Preocupavam-no a instabilidade dos governos em Assunção — no decênio de sua ministrança, sucederam-se ali dez chefes de Estado — e que alguma de suas facções, nas incertezas do jogo político, utilizasse o Brasil na luta pelo poder. Ademais, sempre esteve prevenido em relação ao que se tinha por uma política pendular paraguaia, de usar o Brasil para obter concessões da Argentina, e vice-versa.³

No período entre 1912 e 1930, não deixou de haver constante diálogo entre o Brasil e o Paraguai. Mas um diálogo morno. As relações diplomáticas prosseguiram rotineiras, sem maiores desentendimentos ou diligências. O comércio era quase inexistente. E, no Brasil, via-se o

Paraguai sobretudo como passagem para Mato Grosso. Com a crescente melhoria, no lado brasileiro, das estradas para aquela unidade da federação, foi-se, porém, reduzindo a dependência tradicional do próprio rio Paraguai, que acabou por perder sua condição de caminho único, ou menos atribulado, para chegar-se do Rio de Janeiro a Cuiabá.

Cuidava-se dos limites, claro. Assim, em 1927, Otávio Mangabeira firmou o tratado complementar do de 1872, com o desenho da fronteira ao norte do rio Apa até Bahía Negra, fronteira que ficara indefinida, por força de pretensões da Argentina e da Bolívia sobre a margem direita do rio Paraguai. De três anos mais tarde é o importante Protocolo de Instruções para a Demarcação e Caracterização da Fronteira.

Era de esperar-se que a ascensão à chefia do Estado brasileiro, em 1930, de um político do Rio Grande do Sul, província que participa da geografia, da cultura e da história do Prata, mudasse o quadro e desse fôlego novo às relações com o Paraguai. E assim foi. A inteligência e a vontade de Getúlio Vargas voltar-se-iam, contudo, na primeira década de seu governo, para problemas internos. Primeiro, teve Getúlio de fazer face à Revolução Constitucionalista de São Paulo. Depois, empenhou-se no longo esforço para impor-se como líder de um Estado autoritário.

No mesmo ano do Movimento Constitucionalista começou a Guerra do Chaco. Embora, como natural, dedicado primordialmente ao levante interno, o governo brasileiro nem por isso deixou de preocupar-se com o conflito entre o Paraguai e a Bolívia e de atuar pela causa da paz. Seu comportamento pareceu, de início, porém, menos evidente, ou mais discreto, do que o da Argentina. Desatada a luta, Buenos Aires, apesar de declarar neutralidade, ajudou com armas e petróleo o lado paraguaio. E não sem razão, uma vez que eram grandes, no Paraguai, os seus interesses econômicos e até mesmo fundiários, pois boa parte dos ervatais e das propriedades agropastoris pertenciam a empresas e particulares argentinos. O Brasil, apesar de ativo no trabalho com as chancelarias, dava ao leitor de jornais a ideia de que apenas acompanhava, ainda que apreensivo, um conflito que se ia tornando no maior, mais demorado e mais sangrento do século XX, na América do Sul. As iniciativas públicas mais importantes para impedi-lo e encurtá-lo vinham de Buenos Aires, só rivalizadas pelas que empreendia Washington.

Que não se interpretem a constância, o empenho e até mesmo o estardalhaço com que atuou o chanceler argentino Carlos Saavedra Lamas

somente como destinados a impedir que os Estados Unidos tivessem voz ainda mais alta em assuntos da América do Sul ou como puros gestos de vaidade. O motivo mais forte terá sido o de garantir ou restaurar a paz numa área que a Argentina considerava e tinha sob sua influência. Desde 1907, com o convênio Soler-Pinilla, auspiciado por Buenos Aires, sua diplomacia assumiu papel de relevo nas tentativas de conciliação entre o Paraguai e a Bolívia. Delas, o Brasil não ficou ausente, somando, repetidas vezes, o seu prestígio e os seus esforços aos da Argentina. Assim em 1933, quando o presidente Justo visitou o Brasil e Afrânio de Melo Franco e Saavedra Lamas negociaram a chamada Ata do Rio de Janeiro, que propunha um armistício sob a garantia dos chefes de Estado do Brasil e da Argentina e a solução do conflito por meio da arbitragem. Assim em 1936, na Conferência de Buenos Aires, à qual, além da Argentina, estiveram presentes o Brasil, o Chile, os Estados Unidos, o Peru e o Uruguai. Assim, após firmado, em Buenos Aires, o Protocolo de Paz, Amizade e Limites de 21 de julho de 1938, ao integrar o Brasil o colégio arbitral que traçaria a linha divisória, no Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia.

Em todo esse processo, houve, aliás, três momentos em que o Brasil assumiu a liderança. O primeiro, em 1933, quando o chanceler brasileiro, Afrânio de Melo Franco, com o assentimento do Paraguai e da Bolívia e a concordância da Liga das Nações, empreendeu intensos esforços, aos quais vinculou a Argentina, o Chile e o Peru, para sentar ao redor de uma só mesa os beligerantes e os neutros, a fim de discutir uma proposta de paz firmada em três princípios: arbitragem, término das operações bélicas e garantia dos mediadores. A empresa malogrou, por causa das discrepâncias irreduzíveis entre o Paraguai e a Bolívia sobre o território a ser considerado pelo tribunal arbitral.⁴ Dois anos mais tarde, o novo ministro das Relações Exteriores brasileiro, José Carlos de Macedo Soares, conseguiu trazer para o seio dos mediadores, em Buenos Aires, os chanceleres do Paraguai e da Bolívia, Luís A. Riart e Tomás Elio, e, após difíceis negociações, obter que firmassem, em 12 de junho de 1935, o Protocolo Principal de Paz, com o qual tiveram fim as hostilidades.⁵ Esse êxito não o fez descansar. Tanto assim que, numa nova tentativa de obter solução para a causa da guerra (a disputa pela soberania sobre o extensíssimo território do Chaco), apresentou ao governo paraguaio, em dezembro de 1936, no âmbito da Conferência de Paz de Buenos Aires, novas bases de discussão, que não foram aceitas, sobre os limites com a Bolívia.

A Guerra do Chaco devolvera o Paraguai às preocupações brasileiras. E, a partir de 1941, com a visita do presidente Getúlio Vargas a Assunção — a primeira, em toda a história, de um chefe de Estado brasileiro à capital paraguaia —, o Brasil retomou uma política de iniciativas, que o Paraguai acolheu como auspiciosa. A viagem foi todo um êxito — um êxito que persiste até hoje na memória paraguaia. Vargas não apenas conversou com o general Higino Morínigo e seus ministros, mas também com outros políticos e com escritores, artistas, professores, homens de negócios e jornalistas. E demorou-se em Assunção um dia mais que o programado, a fim de jantar com um grupo de jovens, que ainda agora guardam do encontro a mais forte lembrança.⁶ Só houve, em toda a visita, um pequeno momento de desconforto: foi quando Vargas se recusou a prestar homenagem, até mesmo de um simples olhar, ao túmulo do marechal Solano López.⁷

Para além de ser tomada — e muitos foram os paraguaios que o fizeram, apesar dessa recusa de Vargas e das décadas que a separavam da Guerra Grande — como uma iniciativa para fazer as pazes e assumir um compromisso de amizade, a visita marcou o começo de uma série de importantes empresas, que mostravam cabalmente a vontade do Brasil de ter uma nova visão do Paraguai e davam prova antecipada do sentido pragmático que se desejava informasse doravante relações entre os dois países. Logo de início, o Brasil ofereceu-se como parceiro do projeto de libertar o Paraguai da dependência comercial do rio da Prata.

Era antigo, entre os paraguaios, o desejo de uma saída para leste, que reduzisse sua continentalidade, só mitigada pelos rios Paraguai e Paraná, que formam o caminho para o sul. Durante suas presidências (de 1880 a 1886), o general Bernardino Caballero tentou construir, convocando a Assunção, para esse trabalho, o engenheiro francês De Bourgade La Dardye, uma ferrovia que ligasse Assunção ao porto brasileiro de Santos.⁸ O intento frustrou-se, como também não saiu das intenções um projeto semelhante, brasileiro, de 1920, pois, embora o presidente paraguaio Eusebio Ayala lhe tivesse emprestado apoio, a guerra civil desencadeada em 1922, no Paraguai, e que durou até 1924, impediu-o de ter seguimento.⁹ Um outro chefe de Estado, o marechal José Félix Estigarribia, logrou, no entanto, com um empréstimo norte-americano, construir o primeiro trecho — até Barrero Grande (atual Eusebio Ayala) — da projetada rota ferroviária para leste.¹⁰

Durante a viagem de Vargas e a visita que o chanceler paraguaio Luís Argaña fez, logo em seguida, ao Rio de Janeiro, o tema foi retomado. Firmou-se, então, um convênio sobre o estabelecimento em Santos de um depósito franco para as exportações e as importações paraguaias e chegou-se a um acordo para a construção de um caminho de ferro entre Concepción e Pedro Juan Caballero–Ponta Porã, onde se vincularia ao sistema brasileiro. Além disso, estabeleceu-se o voo semanal, entre o Rio de Janeiro e Assunção, do Correio Aéreo Nacional, que assegurou por muitos anos o transporte de passageiros entre as duas capitais. O projeto ferroviário seria, depois, abandonado em favor das rodovias, podendo-se creditar à visita de Vargas, e tê-lo como consequência dela, o estudo técnico, doado pelo Brasil ao Paraguai, para a abertura da estrada de rodagem que, passando por Coronel Oviedo, uniria Assunção a Presidente Franco.

O conjunto de acordos firmados em 1941 foi amplo e diversifica do.¹¹ Entre seus temas, figuraram o comércio, com a concessão de créditos recíprocos para facilitar o intercâmbio, os problemas do transporte pelo rio Paraguai e sua navegabilidade, a cooperação universitária e cultural. Alguma coisa ficou no papel. Mas muitos compromissos começaram a ter imediata vigência. Já em 1942, por exemplo, começava a funcionar a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai e, pagos pelo governo do Brasil, dois professores brasileiros davam início a cursos de português nos colégios de Assunção, e três outros passavam a lecionar na Escola Nacional de Agricultura Mariscal Estigarribia. No mesmo ano, o Banco do Brasil não só concedia um dos primeiros empréstimos obtidos pelo governo paraguaio no exterior, mas também abria uma agência em Assunção — a primeira a funcionar fora do território brasileiro. De 1943 datam o aumento para quatro do número de professores de português e a elaboração por Lourenço Filho, com ajuda de funcionários paraguaios, de um plano de organização do Ministério da Educação. A cooperação universitária teria seguimento, em 1944, com o estabelecimento da Escola Superior de Filosofia, Ciências e Letras, na qual ensinariam vários docentes brasileiros, e, já no segundo Governo Vargas, com a criação, em 1952, do Colégio Experimental Paraguai–Brasil. Ainda em 1944, instalou-se em Assunção o Instituto Cultural Brasileiro-Paraguaio.

Para executar essa nova política, Vargas enviou, em 1942, como embaixador a Assunção um homem de sua estima e confiança, Francisco Negrão de Lima. Negrão era um articulador político habilíssimo e um

diplomata nato. Coube-lhe transformar o reinício do diálogo em convívio e cooperação. Valeu-se para isso, em grande parte, da semelhança de linguagem de dois governos autoritários, que se tinham, durante algum tempo, inclinado na direção da Alemanha nazista e da Itália fascista, vistas por eles como representantes dos *have not*, em contraposição aos donos do mundo, tipificados pelo Reino Unido e pela França. Entretanto, as conveniências ou as circunstâncias da política interna e da política internacional os pressionaram a ambos para o lado contrário. Tanto o Brasil quanto o Paraguai acabaram por cortar as relações diplomáticas com os países do Eixo, conforme decidido na 3ª Conferência dos Chanceleres Americanos, de janeiro de 1942. Mas, enquanto Vargas, logo depois, em agosto, sob intensa pressão da opinião pública e em ambiente de entusiasmo popular, declarava guerra à Alemanha e à Itália, o Paraguai só viria a fazê-lo no segundo mês de 1945. A impressão que recolhia o lado brasileiro era a de que Morínigo se teria sentido mais cômodo se tivesse podido acompanhar os militares argentinos em sua política de neutralidade. Como isso não lhe fora possível, pouco fazia contra os interesses diplomáticos e econômicos alemães no Paraguai. Até praticamente o fim da guerra, buscou o Brasil reverter essa tendência ou, ao menos, trazer o Paraguai para um comportamento que não pudesse ser tomado como qualquer forma de ajuda ou amparo ao inimigo.

Em 1943, Negrão levou Morínigo ao Brasil, numa viagem protocolarmente perfeita. O presidente paraguaio foi de vapor até Porto Esperança, e ali tomou um trem que o levou a Campo Grande, Belo Horizonte e São Paulo, de onde seguiu para o Rio de Janeiro, sempre saudado com entusiasmo. Mais que simples visita de retribuição à que fizera ao Paraguai, dois anos antes, o presidente Vargas, a viagem de Morínigo tornava-se símbolo da reconciliação entre os dois países. Esse foi o sentimento dos que identificaram, com justeza, nos discursos dos dois presidentes, as ressonâncias da Guerra da Tríplice Aliança, vista como uma provação que ambos os países haviam sofrido, e as referências à gratidão, ao respeito e às honras que mereciam os heróis das duas pátrias. Sintomaticamente, na véspera da chegada de Morínigo ao Rio de Janeiro, o governo do Brasil cancelou a dívida da Guerra da Tríplice Aliança — uma reivindicação paraguaia desde a assinatura do Tratado de Paz de 1872.

Em pouco tempo, logrou Negrão de Lima colocar o Brasil como um destino possível e desejável dos paraguaios que aspiravam a estudar no

exterior. Apesar da diferença de idioma, o Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se outras opções, além de Buenos Aires e Montevideu, para a formação e a especialização universitária, enquanto que militares das três armas passavam a frequentar, em números cada vez mais expressivos, as escolas de aperfeiçoamento brasileiras. Se, contudo, no plano da colaboração educativa e cultural, os avanços foram rápidos, muito mais lenta se revelou a expansão do comércio. Duas décadas mais tarde, a posição do Brasil como cliente e fornecedor do Paraguai ainda era marginal. Ou, pelo menos, discretíssima. Tanto que, em 1960, não chegava a um por cento a participação brasileira no mercado paraguaio. (Compare-se: a dos Estados Unidos era de 25%, e a da Argentina, de 23%).¹²

No plano político, a partir da Revolução de 1947, que apeara Morínigo do poder, o Paraguai se tornara uma peça importante no que se considerava ser o projeto continental de Juan Domingo Perón. Durante cerca de oito anos, a diplomacia brasileira teve de haver-se, no Paraguai, com uma forte influência do peronismo sobre o governo do presidente Federico Chaves e sobre o próprio Partido Colorado, que tradicionalmente advogava a amizade com o Brasil. O ponto mais alto dessa nova hegemonia argentina foi a assinatura, em 1953, do acordo pelo qual se criava uma união econômica entre os dois países, e o momento mais emotivo e carregado de símbolos, a devolução por Buenos Aires, em 1954, dos troféus da Guerra da Tríplice Aliança. A União Paraguaio-Argentina, basicamente um pacto aduaneiro, não chegou a ter vigência. O acordo não foi ratificado e perdeu o seu momento, com o golpe contra Federico Chaves, em 1954, e a queda de Perón, no ano seguinte.

Enquanto uma Argentina que se temia procurasse restabelecer o antigo Vice-Reinado do Prata continuava a controlar o acesso ao Paraguai, a alternativa, oferecida pelo Brasil, do porto franco em Santos não se mostrava eficaz. Embora entregue às autoridades paraguaias no início de 1943, era ineficiente e quase inexpressivo o serviço que prestava. Mesmo depois de completa a ligação entre Santos e Ponta Porã, pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, as mercadorias passavam quase um mês para cumprir o trajeto, e semanas e dificuldades tinham de ser acrescentadas para fazer-se o percurso entre Ponta Porã e Assunção.

O projeto da estrada de rodagem entre Coronel Oviedo e Puerto Presidente Franco não dormia, porém, nas gavetas do segundo governo de Getúlio Vargas, durante o qual se buscou dar continuidade às iniciativas

derivadas da visita de 1941. A mesma política prosseguiu após o suicídio do presidente brasileiro.

Apesar das sucessivas crises internas por que passava o Brasil, o Itamaraty não afastava os olhos do Paraguai, e os assuntos que lhe diziam respeito continuaram em andamento. Assim, em agosto de 1955, ampliando-se o compromisso previamente assumido, publicou-se uma lei, na qual se dispunha sobre a aplicação de crédito brasileiro na abertura da rodovia entre Coronel Oviedo e Presidente Franco. O Paraguai, graças ao sentido de oportunidade de seu embaixador no Rio de Janeiro, Raúl Sapena Pastor, não perdeu tempo: menos de um mês depois, solicitava por nota ao chanceler Raul Fernandes que o Brasil lhe concedesse um entreposto de depósito franco em Paranaguá, porto que ficaria, tão logo terminasse a construção da estrada, ligado a Assunção por um trajeto de 1.200km.¹³ Em 20 de janeiro de 1956, era assinado por Sapena Pastor e por José Carlos de Macedo Soares, que voltara ao comando da Chancelaria brasileira, o convênio pelo qual se fazia de Paranaguá um porto franco-paraguaio.¹⁴ Em contrapartida, concedeu o Paraguai facilidades idênticas ao Brasil em Concepción,¹⁵ um porto fluvial que, tradicionalmente e até Ponta Porã ser alcançada pela ferrovia, servira de porta a Mato Grosso. Na mesma data, firmou-se um outro convênio, para o estudo do aproveitamento hidrelétrico dos rios Acaraí e Mondaí, que assinala o começo da colaboração em uma área que se revelaria das mais fecundas entre os dois países.¹⁶

Sapena tinha feito amizade com o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, que, em 1956, assumiu a Presidência da República. Isso facilitou, sem dúvida, o passo seguinte de seu projeto de unir Assunção ao porto de Paranaguá. Entre o ponto terminal da estrada entre Coronel Oviedo e Presidente Franco (construída pelo batalhão de engenharia do Exército brasileiro) e o começo da que levava de Foz do Iguaçu ao litoral, corria o Paraná. Para que o vínculo rodoviário fosse realmente efetivo e não dependesse de incômoda e dispendiosa travessia por barcaças, tornava-se necessário lançar uma longa ponte sobre o rio. Não se findaria, entretanto, o quarto mês de governo de Kubitschek e já se assinava, no Rio de Janeiro, o acordo para a construção dessa ponte.

Esses importantes convênios contaram entre as últimas iniciativas de Sapena Pastor como chefe da Missão Diplomática paraguaia no Rio de Janeiro, pois havia sido chamado para ocupar a Chancelaria de seu país pelo novo chefe de Estado, o general Alfredo Stroessner. Este, um dos primeiros

oficiais paraguaios a fazer cursos militares no Brasil (em 1940), fora o principal articulador do movimento que pusera fim, em maio de 1954, ao governo de Federico Chaves. Três meses mais tarde, após eleições em que foi candidato único, Stroessner tornou-se presidente do Paraguai e, um ano e meio depois, quis Sapena Pastor ao seu lado.

A expansão das relações com o Brasil era um dos pontos principais da agenda de Sapena Pastor, como ministro. Tinha ela contrapartida na de Juscelino Kubitschek, que privilegiava a cooperação hemisférica e iria propor que ela se desse em novos moldes e de forma muito mais ampla, intensa e abrangente, com a Operação Pan-americana. Os seus três chanceleres — primeiro, Macedo Soares, depois, Negrão de Lima e, finalmente, Horácio Lafer — compartilhavam o entendimento da importância do Paraguai nessa política.

Em outubro de 1956, Kubitschek e Stroessner reuniram-se em Foz do Iguaçu, para a colocação da pedra fundamental da ponte internacional Brasil-Paraguai, depois chamada Ponte da Amizade. Tudo andara depressa. Em cinco meses, fizeram-se os estudos técnicos e, no Brasil, se sancionara a lei pela qual se estabelecia um crédito especial para a construção da ponte. O próprio Juscelino manifestaria, na cerimônia, sua disposição de cumprir os compromissos existentes com o Paraguai e de acelerar o ritmo da colaboração entre os dois países, acrescentando que nada de mais importante e urgente lhe parecia que fazer a estrada que daria aos paraguaios um novo acesso ao mar.¹⁷

Esse encontro marcou o começo de relações humanas muito especiais entre Juscelino e Stroessner, relações que seriam de estranhar-se, pois o brasileiro era visceralmente um democrata, por convicção e temperamento, e o paraguaio podia ser tudo, menos isso. Kubitschek sentiu-se fascinado por Stroessner, desde, ao que parece, a primeira vez que conversaram, em julho, no Panamá, durante o Congresso de Chefes de Estado Americanos. E nisso viu-se, desde o primeiro momento, reciprocado. Assim também sempre se demonstrou cativo, pela admiração, do déspota pouco esclarecido (apesar de seu bom estilo de escrever e de sua sólida cultura em molde antigo) que foi Antônio de Oliveira Salazar. A vida tem desses paradoxos e dessas ironias, embora a história muitas vezes relute em registrar essas faltas de simetria, coerência ou lógica. Qualquer que tenha sido a natureza das afinidades que se teceram entre Kubitschek e Stroessner, foi-se rapidamente estabelecendo um ambiente de camaradagem, confiança e,

finalmente, afeto nos contatos que mantinham — o que não deixava de refletir-se nos outros níveis das administrações que comandavam.

A partir de Foz do Iguaçu, os encontros presidenciais e ministeriais entre o Brasil e o Paraguai vão amiudar-se de tal modo, que quase se transformam em rotina. Nada teve, porém, de rotineira a visita que Stroessner fez em 1957 ao Brasil. No palanque, ao lado de Juscelino, ele assistiu ao desfile militar do 7 de Setembro, dali saindo para receber a espada de oficial-general do Exército brasileiro. Kubitschek frisou, então, o símbolo que se perseguia: a espada era de ouro e, portanto, de paz, “pois a outra” — disse —, “a de aço, quebramo-la depois de episódios que fulguram nas lendas de nossos dois países”.¹⁸

Tampouco pode ser qualificada de rotineira a visita de 18 horas que Stroessner fez a Brasília, em maio de 1958. Foi ele o primeiro chefe de Estado americano — o português Craveiro Lopes já o havia feito um ano antes — a percorrer a futura nova capital do Brasil, quando esta era apenas um canteiro de obras. O ter viajado especialmente para isso mostra que possuía uma fina compreensão do espírito e da sensibilidade de Juscelino.

Os dois estariam de novo juntos em Foz do Iguaçu, no começo de outubro de 1958, para visitar os trabalhos da ponte sobre o rio Paraná. De que esta se constituía em preocupação privilegiada no espírito de Kubitschek há uma prova nítida: não quis ele terminar seu governo sem inaugurá-la simbolicamente, ainda que estivesse inacabada. Dois dias antes de entregar a faixa a Jânio Quadros, Juscelino voltou a Foz do Iguaçu, para encontrar-se com Stroessner no meio da ponte. Como para deixar claro que considerava a sua construção um dos gestos mais fecundos de sua política externa no continente.

Os paraguaios não tomariam igualmente como de uso as viagens do chanceler Horácio Lafer a Assunção, em 1959 e 1960, tendendo a interpretá-las como de apoio tácito a Stroessner, cujo regime passara, e passava, por séria turbulência, com cisões no Partido Colorado, crescente oposição no Congresso (que acabou por ser dissolvido), desafios estudantis, inconformidade sindical e tentativas de rebelião armada. Na realidade, as visitas de Lafer refletiam a importância que o governo brasileiro dava ao Paraguai. Em 1956, criara-se a Comissão Mista de Estradas, para ajudar a desenvolver a rede viária paraguaia. Em outubro de 1957, fora entregue ao Paraguai a área para o depósito franco em Paranaguá e com ele se assinaram um novo acordo comercial e um amplo convênio cultural. Um

ano antes, o Itamaraty enviara Lívio Abramo a Assunção, para oferecer um curso de técnicas de gravura, e, um ano depois, mandaria Augusto Rodrigues, a fim de fundar a Escolinha de Arte, nos moldes da que criara no Brasil e com a qual revolucionara o ensino artístico infantil.

Em 1961, Lívio Abramo voltou ao Paraguai e, meses depois, instalou-se definitivamente em Assunção, assumindo o Atelier de Gravura e a direção de artes plásticas da Missão Cultural brasileira. Até seu falecimento em 1992, o grande desenhista e gravador teve uma extraordinária presença na vida cultural paraguaia. Exerceu nela um papel modernizador e contribuiu decisivamente para o renascimento de uma forma artística que tinha fundas e boas raízes no país, como o provam as inventivas e magníficas xilogravuras da época da Guerra da Tríplice Aliança.

Tudo levava a crer que essa obra comum de expansão e aprofundamento das relações continuaria em progresso. No entanto, a partir de 1962 e por alguns anos, o tecido de convívio mais que amistoso sofreu sucessivas rasgaduras. A crise¹⁹ teve início ao solicitar o governo do Brasil ao engenheiro Marcondes Ferraz que fizesse um estudo preliminar sobre o aproveitamento hidrelétrico do salto de Sete Quedas. Em nota, a Embaixada do Paraguai no Rio de Janeiro pediu informações sobre se era verdadeira a notícia e, pela primeira vez, levantou a tese de que haveria um condomínio paraguaio-brasileiro sobre o conjunto de Sete Quedas, o qual se tornaria claro quando se concluíssem as operações de demarcação e caracterização de limites na área. O Brasil respondeu prontamente, afirmando que a fronteira já estava desde há muito demarcada, sendo de posse indiscutível do Brasil todo o conjunto de Sete Quedas. Na mesma nota, manifestou-se, porém, disposto a combinar com Assunção sobre o uso de um rio que era em grande parte comum aos dois países e fazer o Paraguai partícipe da utilização de seus recursos energéticos e de quaisquer outros a se explorarem no salto de Sete Quedas. Os argumentos paraguaios e brasileiros foramse reiterando numa série de notas, consolidando-se os primeiros numa nota eloquente e brilhante, a de 14 de dezembro de 1965, de Sapena Pastor à Embaixada do Brasil em Assunção, sendo por esta respondida, em 25 de março de 1966, por uma outra, nítida, concisa e admiravelmente bemescrita — talvez a melhor enviada pelo Itamaraty na segunda metade do século XX —, e que se deveu, embora assinada pelo embaixador brasileiro na capital paraguaia, à inteligência e ao saber de João Guimarães Rosa.²⁰

A tese de Assunção era a de que a extensão de fronteira de cerca de vinte quilômetros que vai da serra de Maracaju ao salto Grande de Sete Quedas não tinha sido inteiramente demarcada, tratando-se, assim, de um território cujo domínio não estaria ainda determinado. Para o Paraguai, a demarcação procedida pela Comissão Mista, entre 1872 e 1874, seria obra precária, tendo havido equívoco, ao estabelecer-se o ponto de encontro da serra de Maracaju com o salto Grande de Sete Quedas, pois a linha “pelo mais alto” da citada serra deveria passar por um ramal ao norte do consignado nas atas dos demarcadores. Sendo dessa maneira, o ponto de encontro seria logo a montante da Primeira Queda e não na Quinta Queda, cabendo ao Paraguai a soberania sobre esta última.

A posição brasileira era inteiramente distinta. A fronteira entre os dois países havia sido fixada por dois tratados: o de Limites, de 1872, e o de Limites Complementar do de 1872, firmado em 1927, este último exclusivamente para estabelecer o traçado entre a foz do Apa e o desaguadouro de Bahía Negra, área que não pudera contemplar no ajuste de 1872, por ser disputada pela Argentina, a Bolívia e o Paraguai. A demarcação das fronteiras do Iguaçu ao Apa tinha sido “definitivamente estabelecida” — como se diz claramente no preâmbulo do Tratado Complementar de 1927 — nos trabalhos da Comissão Demarcadora realizados de 1872 a 1874. Essa demarcação não fora jamais posta em dúvida pelos dois países e vira-se confirmada no preâmbulo do Acordo Complementar de 1927. À Comissão Mista, cujos trabalhos deviam desenvolver-se ao eclodir a crise de 1962, cabia apenas, de conformidade com o Protocolo de Instruções para a Demarcação e Caracterização da Fronteira Brasil–Paraguai, assinado pelos dois países em 1930, reparar marcos, substituir os que houvessem desaparecido e colocar outros, intermediários, nos pontos que se julgassem convenientes. Para o Brasil, a demarcação estava acabada. Ainda que tivesse padecido de defeitos — com o que o Brasil não concordava, apresentando em seu abono sólida argumentação geográfica —, o direito internacional é claro: uma vez aprovada pelos governos interessados (como foram as atas da Comissão Demarcadora de 1872-74), a demarcação é definitiva e imutável, pois não pode variar com o aparecimento de novos dados ou o aperfeiçoamento de recursos técnicos. O contrário seria fazer flutuarem constantemente as linhas de fronteira e, conseqüentemente, multiplicar os conflitos.

Na área que o Paraguai considerava em disputa, sucederam-se incidentes entre brasileiros e paraguaios. Diante disso, e para deixar claro que continuaria a exercer seus direitos soberanos, como sempre o fizera, sobre aquele pedaço de território, o governo brasileiro ali mandou estacionar um pequeno destacamento militar. A crise agudizou-se, desencadeando-se no Paraguai uma inflamada campanha antibrasileira.

Não tinham faltado iniciativas destinadas a canalizar a crise para uma saída que trouxesse ganhos para ambos os países e na qual nenhum se sentisse diminuído. Como o encontro, em janeiro de 1964, entre os presidentes João Goulart e Stroessner. Reuniram-se eles no pantanal matogrossense, para tratar do aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná. Mais importante ainda para a solução que iria ter o problema foi o entendimento alcançado, em junho de 1966, em Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este) pelos chanceleres Juracy Magalhães e Sapena Pastor, e que tomou forma na Ata das Cataratas. Nela estabelecia-se que os dois governos procederiam “de comum acordo ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular os recursos hídricos pertencentes em condomínio aos dois países” e que “a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis no rio Paraná, desde e inclusive o salto Grande de Sete Quedas ou salto de Guaíra até a foz do rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países”.

Se a causa da pretensão paraguaia fosse somente econômica — a fabulosa força motriz de Sete Quedas —, a questão teria tido seu ponto final na Ata das Cataratas e nas ações práticas que dela necessariamente decorreriam. Mas estava em jogo algo mais profundo e que frequentemente desata as paixões, até mesmo nos povos que se têm por mais amáveis e serenos: o sentimento de que é sobre a posse da terra que se faz a história. O que o Paraguai desejava era o reconhecimento do que tinha por seu direito, reconhecimento que não lhe podia dar o Brasil, que se sentia inteiramente amparado por sólidos títulos históricos, geográficos e jurídicos. Era impensável, do ponto de vista brasileiro, atender ao Paraguai. Isto significaria ceder território indiscutivelmente brasileiro, até mesmo por já estar assim demarcado, e reabrir à discussão com os vizinhos toda a linha de fronteira do país.

A Ata das Cataratas trouxe uma passageira calma. A permanência na área — mais precisamente em Porto Coronel Renato — da bandeira do Brasil, içada no mastro de um pequeno destacamento militar, era

considerada pelo governo de Assunção como contrária à Ata das Cataratas, e pelo povo paraguaio, exaltado pelas comemorações do centenário da Guerra da Tríplice Aliança, como uma verdadeira invasão da pátria, exatamente por aquele país que fora o principal responsável pela derrota de 1870. Em breve, estavam de volta as manifestações antibrasileiras no Paraguai. E cresciam de intensidade, com gestos hostis de toda forma.

Escreve Mario Gibson Barboza²¹ que, ao chegar a Assunção, como embaixador, em dezembro de 1966, encontrou o Paraguai “à beira de uma guerra com o Brasil”. Parecia que se desmanchava sem remédio todo o longo e cuidadoso esforço mútuo, exercido sobretudo após 1941, para superar amarguras, ressentimentos e desconfianças, tanto entre paraguaios quanto entre brasileiros, e para criar uma apertada rede de interesses comuns. Abria-se a perspectiva de um Paraguai doravante hostil, a insistir num pleito que o Brasil não podia aceitar, e a valer-se da sua condição de pequeno diante do grande, para recolher simpatias em favor de sua causa. Podia ainda o Paraguai — e começava a fazê-lo — invocar a solidariedade dos países americanos de fala castelhana, que, nos momentos de crise, tendiam, e talvez ainda tendam, a ver o Brasil como um enorme corpo estranho, com língua, história e costumes de tal modo diferentes, que pode ser qualificado como uma Terceira América.²² Dessa visão do Brasil e do brasileiro como um outro, dá testemunho próximo o venezuelano Carlos Rangel, quando enuncia: “Todo hispanoamericano sabe, al encontrarse con un brasileño, que está frente a él, no junto a él, que uno y otro miran el mundo desde perspectivas diferentes y eventualmente conflictivas.”²³ A substituição do conceito de latino-americano pelo de hispano-americano seria um passo atrás num persistente processo político que levava os países ao sul do Rio Grande a se reconhecerem, por cima de suas diferenças culturais, como tendo semelhantes ou idênticos problemas, interesses, reivindicações e esperanças.

Embora o Brasil contasse com títulos juridicamente irrefutáveis, havia que ter em vista os perigos da crise. Podia ela desembocar a qualquer momento na irracionalidade de um conflito armado ou transformar-se num prolongado desconcerto continental. O Paraguai parecia disposto a correr esses riscos. O Brasil tinha de assumir, por vontade própria, a responsabilidade de encontrar meios de evitá-los. Foi a partir dessa convicção e do espírito da Ata das Cataratas que a Mario Gibson Barboza ocorreu inventar o pôr sob as águas de uma represa toda a área que o

Paraguai disputava.²⁴ Quando, anos mais tarde, se lamentou o prejuízo ecológico e o desfalque de beleza causados pela inundação de Sete Quedas, muitos estavam esquecidos de ter sido esse o preço da paz, e poucos lembraram terem sempre as guerras, e até mesmo do ponto de vista da preservação da natureza, custos muitíssimo maiores.

A ideia de Gibson, logo transformada em proposta brasileira, foi prontamente aceita pelo governo paraguaio. E não demorou muito para que se criasse uma Comissão Mista Técnica para tratar da viabilidade do projeto de construção no rio Paraná de uma grande hidrelétrica, que pertenceria aos dois países.

Desde o começo, o projeto foi motivo de polêmica. Em seu favor e contra ele multiplicaram-se argumentos políticos, militares, econômicos e ecológicos, bem fundamentados ou puramente emocionais. Tanto no Brasil quanto no Paraguai. No Brasil, havia quem, por exemplo, considerasse um perigo, do ponto de vista da segurança nacional, dividir com outro Estado o controle de uma usina hidrelétrica com as proporções gigantescas da que se previa e destinada a abastecer grande parte das necessidades energéticas do sul do país, e sugerisse que ela fosse construída inteiramente dentro do território brasileiro. No Paraguai, reclamava-se que nenhum acordo sobre aproveitamento conjunto do rio Paraná deveria ser concluído, enquanto não se resolvesse a questão de limites, e temia-se que a futura usina viesse a transformar-se numa espécie de canal do Panamá, com o Brasil a controlá-la militarmente. Às oposições internas somou-se a da Argentina, que buscou como pôde impedir o avanço do projeto.

Era difícil a empresa. Mas suas etapas foram vencidas, uma a uma, com êxito, porque se conjugaram favoravelmente várias circunstâncias, a menor das quais não foi a confiança que logo se estabeleceu e apertou entre os negociadores brasileiros e paraguaios. Deles era o desafio de criar algo inteiramente novo: uma entidade binacional. Mais que isto: uma entidade binacional para erguer e gerir o que viria a ser a maior usina hidrelétrica do mundo. Como escreveu Mario Gibson Barboza, “foi uma negociação difícilíssima, em que as duas partes defenderam acirradamente os respectivos interesses nacionais, mas sempre sem perderem de vista a meta final, que era obter-se um acordo durável e sólido, isto é, vantajoso, equitativamente, para ambas as partes”.²⁵ Em 26 de abril de 1973, assinava-se o tratado que criava Itaipu, “para realizar o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e

inclusive o salto Grande de Sete Quedas ou salto de Guaíra até a boca do rio Iguazu”.²⁶

O tratado é uma bela construção política e jurídica, imaginativa e inovadora, porque sem antecedentes. Cada um dos seus itens se soma e subtrai aos outros, para obter-se um conjunto cujo equilíbrio a menor das mudanças poderia afetar. Nisto, onde talvez se visse fragilidade, residia a sua força: cada interesse, cada obrigação, cada compromisso se compunha com os demais, para, sem a ambição de uma impossível simetria, alcançar-se no conjunto, na globalidade, a equivalência das vantagens em relação aos encargos. O Tratado de Itaipu pode ser visto como um exemplo, em nosso tempo, de um daqueles desenhos com que Toynbee compôs a sua teoria da história: a grande crise que, enfrentada com imaginação e rigor da vontade, tem por resultado não só a ascensão de seus protagonistas a um patamar mais elevado de realizações e expectativas, e de criação, afã, exigências e sonhos, mas também, frequentemente, uma mudança fecunda de rumo e o acelerar do ritmo com que passam a persegui-lo.

Com Itaipu, as relações entre o Brasil e o Paraguai dão um grande, um enorme, um desmesurado salto qualitativo. Não era ainda o tratado mais do que uma possibilidade, e começaram a acalmar-se as tensões na fronteira. O Brasil retirou o seu pavilhão de Porto Coronel Renato e os paraguaios não mais lá foram fincar o seu. A calma acabou por impor-se, ficando finalmente a área da discórdia submersa na barragem. Novas iniciativas para vincular os dois países passaram a suceder-se e a multiplicar-se, favorecidas pelo fato de ter o autor da ideia de Itaipu, Mario Gibson Barboza, ocupado, após deixar a Embaixada em Assunção, a Secretaria-Geral do Itamaraty e, pouco mais tarde, a cadeira de ministro das Relações Exteriores. Já em dezembro de 1967, por exemplo, assinava-se o acordo para a construção, por conta do governo brasileiro, da ponte internacional sobre o rio Apa (de Bela Vista, no Brasil, a Bella Vista, no Paraguai), um projeto que se estudava desde 1940, quando se escolheu, pela primeira vez, o local onde ela se ergueria. No acordo, o governo de Assunção assumia o compromisso de fazer o ramal entre a ponte e a rodovia Concepción–Pedro Juan Caballero, a fim de permitir que se viajasse, por estrada de rodagem, de Campo Grande a Assunção. A ponte seria inaugurada em julho de 1971, dois anos antes de firmar-se o Tratado de Itaipu, pelos presidentes Médici e Stroessner. Muitíssimo mais importante, a ponte da Amizade — habilitada, após o fim de todas as obras, em março de 1965, quando nela se

encontraram os presidentes Castelo Branco e Stroessner — só começaria a servir verdadeiramente de artéria e veia para o comércio exterior paraguaio depois que se completou o asfaltamento da rodovia BR-277, a unir Foz do Iguaçu a Paranaguá. A inauguração da BR-277, em março de 1969, deu motivo a uma nova entrevista presidencial, a de Costa e Silva com o chefe de Estado paraguaio, a indicar que o impulso tomado com a decisão de erguer Itaipu não se interrompia, perdia ímpeto ou alterava a direção, com a mudança de governos no Brasil. Antes mesmo de completar-se o asfaltamento da via, o Paraguai começara a utilizá-la, pois data do fim de novembro de 1968 o envio, por caminhões, da primeira exportação através de Paranaguá: madeira serrada, com destino ao México.²⁷ A primeira importação em grande escala só se daria quase dois anos mais tarde e se constituiu de equipamentos agrícolas, provenientes dos Estados Unidos.

Ao abrir para o Paraguai uma alternativa ao transporte fluvial, a ponte da Amizade e a estrada Foz do Iguaçu–Paranaguá deram um enorme estímulo ao comércio exterior paraguaio e, em especial, ao intercâmbio com o Brasil. No caso de um exportador brasileiro, não era ele mais obrigado a mandar sua mercadoria descer o litoral até o Prata, para dali subir, pelo rio, a Assunção. Se tinha de levá-la por terra — como no caso de um touro e novilhas nelores que um pecuarista paraguaio adquirisse em Uberaba —, deixava de ver-se diante de uma aventura. Dantes, os animais viajavam de trem, durante cerca de uma semana, até Maracaju, no atual Mato Grosso do Sul, seguindo depois a cascós, por uns três pares de dias, até atingir a fronteira. Após mais 12 jornadas de aboio, chegavam ao rio Paraguai, onde tomavam uma chata para a capital. Graças à nova estrada, o trajeto podia reduzir-se a quatro dias de caminhão.

A rodovia asfaltada, ao vincular o sul do Brasil à capital paraguaia, encurtou distâncias e barateou os transportes, estimulando, em consequência, as vendas paraguaias ao Brasil e fazendo do Paraguai um mercado aliciante para o exportador brasileiro, que dele, até então, mal tomara tento. Os números são eloquentes: em 1960, o volume total do comércio entre os dois países mal chegava a um milhão de dólares; em 1967, beirou apenas os 4,6 milhões; em 1969, aproximou-se dos sete milhões; em 1970, saltou para 12,5 milhões; em 1971, foi para quase o dobro: 22,6 milhões. Daí por diante continuariam a crescer rapidamente não só as cifras das trocas bilaterais — que atingiriam os quinhentos milhões em 1980 e 713 milhões em 1990 —, mas também a da totalidade do

comércio exterior paraguaio, por força da construção da hidrelétrica de Itaipu e das mudanças que o alto volume de investimentos e os novos empregos por ela direta ou indiretamente gerados causariam na economia paraguaia, tirando-a da estagnação quase estrutural que a caracterizava.

Como prova de confiança nos rumos que essa seguia e para atender à rápida expansão do comércio, vários estabelecimentos bancários brasileiros — a acompanhar o exemplo, de trinta anos antes, do Banco do Brasil — instalaram-se no Paraguai: o Banco Real, em 1974; o Banco do Estado de São Paulo, em 1977; o Banco Nacional de Minas Gerais, através de um subsidiário, o Interbanco, em 1978; o Banco do Estado do Paraná, como majoritário no Banco do Paraná, em 1980.

As cifras oficiais do comércio bilateral, nas últimas duas décadas, ficam, entretanto, muito abaixo da realidade, pois nelas não se incluíram as vendas do chamado “turismo de compras”. Cedo, os brasileiros — e, ainda que em menor grau, os argentinos — descobriram que bastava atravessar a ponte da Amizade para comprar na outra margem, a baixos preços (dada a ausência ou insignificância das tarifas aduaneiras no Paraguai), aqueles produtos asiáticos, norte-americanos e europeus, sobretudo artigos eletrônicos e eletrodomésticos, perfumes, bebidas e brinquedos, aos quais as restrições de comércio exterior praticamente vedavam a entrada no Brasil. A ponte da Amizade trouxe um crescimento eufórico de Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este), cujo comércio cresceu, em poucos anos, de forma quase explosiva. Ciudad del Este transformou-se num grande empório reexportador, criando novos empregos e injetando na economia paraguaia um volume extraordinário de recursos.

Outras cidades paraguaias teriam experimentado o mesmo tipo de inchaço, se estivessem ligadas aos grandes centros brasileiros de consumo. Não deixaram, contudo, de beneficiar-se da expansão das fronteiras agrícolas — primeiro, do café e, depois, da soja — para o oeste do Paraná, o sul de Mato Grosso do Sul e o leste do Paraguai. A perseguir as manchas de terra roxa e de outros solos de qualidade, os agricultores da região meridional do Brasil, muitos deles imigrantes europeus ou brasileiros de primeira geração, instalaram-se no Paraguai, sobretudo ao longo das linhas de limites. Esses chamados “brasiguaios”, estimados entre duzentos mil e quatrocentos mil e responsáveis por boa parte da produção agrícola do país, têm por imagem no espelho as centenas de milhares de paraguaios que as vicissitudes políticas ou as esperanças econômicas deslocaram, no correr do

século XX, para o Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Só na cidade de Campo Grande somam eles trinta mil. Muito mais numerosos são os seus descendentes, já brasileiros, como paraguaios se vão fazendo os filhos dos agricultores vindos do Brasil. Entre esses últimos, é comum que se fale o guarani com uma fluência que não se tem em espanhol.

Muitas áreas de fronteira vão-se, assim, fazendo vivas, com famílias repartidas entre duas ou três nacionalidades, com pessoas a atravessarem diariamente a linha de limites — e esta, com frequência, só existe nos mapas —, para abastecer-se, trabalhar, estudar ou namorar do outro lado. O Paraguai, o leste da Bolívia, o sudoeste de Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul vão-se alinhando num enorme espaço com interesses econômicos coincidentes e no qual se somam, trocam, combinam e modificam tradições, modos de vida e jeitos de ser, tendo por animal simbólico o boi zebu. O escoadouro dessa região que se aproxima rapidamente de seu destino de riqueza não pode ser outro que o rio Paraguai, e o seu porto, sobre o mesmo rio, a cidade de Concepción, que a essa condição deveu, no passado (sobretudo como cais da erva-mate), uma prosperidade que se desfez em meados do século XX.

O estabelecimento de numerosos imigrantes brasileiros em terras paraguaias não deixou de provocar apreensão e polêmica. Houve quem os qualificasse como precursores do expansionismo brasileiro e advertisse contra o perigo que representavam: se os seus interesses viessem a contradizer os dos paraguaios, o Brasil, com a inclinação imperial que lhe atribuem, não tardaria em cruzar a fronteira em auxílio deles. Muitos desses homens do campo deram e dão problemas, ou os tiveram e têm (notadamente os ligados a posse de terras), mas a maioria foi bem aceita, adaptou-se e se fez respeitada. De protagonistas do avanço para oeste da agricultura brasileira, eles se foram transformando em pares do deslocamento para leste da agricultura paraguaia.

No semblante de boa parte da fronteira entre o Brasil e o Paraguai adicionaram-se, portanto, as feições de área pioneira às características das lindes, até mesmo daquelas de ocupação antiga e de convivência já madura. Nelas, o enlaçar das famílias de nacionalidades distintas e a coincidência de interesses convivem com as suspicácias e as recaídas de implicância xenófoba, a lei não encontra quem a faça cumprir em amplos espaços vazios e em terras que parecem de ninguém, onde, do mesmo modo que nas cidades, o contrabando se disfarça de comércio. Essas áreas, e sobretudo os

seus centros urbanos, se servem de ponto de encontro dos imaginosos, dos que esbanjam energias e dos que possuem sonhos que não cabem em mundos acanhados, tendem também a atrair os prófugos da justiça e os rejeitados e desajustados sociais.

O contrabando — que vem de há muito, a tal ponto de poder sua história ser dividida em ciclos: o da erva-mate, o do café, o da soja, o das madeiras e aparelhos eletrônicos —, a invasão de terras, a pesca predatória, a receptação de automóveis, o ingresso de indocumentados e outras mazelas mais, e mais funestas, como o narcotráfico, são o lado negativo de relações extremamente vivas e dinâmicas entre os dois países. E não só nas regiões da fronteira, embora boa parte dela seja formada pelo lago de Itaipu.

A grande usina deu uma espécie de nó cego na parceria entre o Brasil e o Paraguai. Ampliou-se o espaço de colaboração, como se pode exemplificar com o estabelecimento, em 1984, da Missão Técnica Aeronáutica Brasileira. Mas, a fim de que o espírito de concerto e fraternidade prevalecesse sobre suspeitas antigas, herdadas da terrível guerra de 1864 a 1870 (que parece tão distante aos brasileiros, mas está emocionalmente agarrada a cada paraguaio), havia que procurar pensar-lhe as recordações cheias de mágoa. As do Brasil, pelas invasões de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, a vitória as havia curado. As do Paraguai, cabia ao adversário de há um século buscar abrandá-las, ao reconhecer e honrar o patriotismo, a bravura e a grandeza dos que contra ele lutaram. Foi esse o sentido do gesto do presidente Ernesto Geisel, ao devolver, durante viagem oficial a Assunção, em dezembro de 1975, o Livro de ouro da mulher guarani, com as atas de doação pelas senhoras paraguaias de joias e peças de ouro para sustentar a guerra. Cinco anos mais tarde, noutra visita de chefe de Estado a Assunção, o presidente João Batista Figueiredo restituiu ao Paraguai os seus arquivos, que haviam sido levados, como presa de guerra, pelo visconde do Rio Branco para o Brasil, e se encontravam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, bem como objetos que pertenceram a Francisco Solano López e à sua família, entre os quais a espada do marechal.

Vistos com os olhos de hoje, esses gestos parecem anunciadores e propiciatórios de um novo processo, inverso ao que se desatara na Guerra da Tríplice Aliança, mas tendo por base a mesma realidade que a fizera possível: o espaço geopolítico e culturalmente homogêneo da parte meridional da bacia do Paraná-Paraguai, no qual se entrelaçavam e

entrelaçam — e isto se tornou ainda mais verdadeiro no último quartel do século XX — os interesses econômicos. Uma antevisão de que era possível e, mais do que possível, necessário converter o que fora historicamente um chão de conflitos num espaço de convivência e união, teve-a, já em 1882, o chanceler paraguaio José Segundo Decoud, quando manifestou ao encarregado de negócios do Brasil em Assunção, Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda, que Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai deviam entender-se, para estabelecer entre eles uma união comercial.²⁸

A integração econômica dos quatro países começou a sair do universo das aspirações — e era uma aspiração antiga, recorrente e aliciante — em 1986, quando se assinou a Ata para a Integração e Cooperação Econômica entre o Brasil e a Argentina. Os impulsionadores da empresa, os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, partiam, como matéria de trabalho, de um intercâmbio de bens e serviços que era o mais tradicional, intenso e assentado da América do Sul, e cuja longa história se fundara numa certa complementaridade econômica — na viagem de ida, café e bananas, e na de volta, trigo e maçãs. Graças ao entusiasmo de Sarney e Alfonsín, o processo andou rápido. Em 1988, firmou-se o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre os dois países e, dois anos mais tarde, os Acordos de Complementação Econômica, dentro do marco da Aladi.

O que se ia construindo, em marcha batida, entre o Brasil e a Argentina não podia passar despercebido ao Uruguai e ao Paraguai. O presidente Julio Sanguinetti pronto manifestou o interesse uruguaio — mais que o interesse, a disposição — de somar-se ao projeto. Para o Paraguai, cujas Forças Armadas se haviam juntado ao povo, em fevereiro de 1989, para derrocar o presidente Stroessner, e que tinha um novo chefe de Estado, o general Andrés Rodríguez, a associação econômica aos seus antigos adversários da Guerra Grande, todos eles países que se haviam autorrestituído as liberdades públicas, apresentava-se sobretudo como garantia e prova da irreversibilidade da democratização. A muitos não escapou que a integração podia tornar-se num importante general, capaz de distanciar dos outros as tentações de aventuras.

O Paraguai entrava no processo com as desvantagens de uma frágil estrutura agropecuária, de uma quase inexistente indústria, de um sistema bancário incipiente e de um comércio de reexportação destinado a perder espaço e motivo de ser numa união aduaneira. Mais que compensações, as vantagens de não ficar de fora eram também evidentes. Uma era claríssima:

o Paraguai multiplicava a dimensão de seu mercado. Com menos de cinco milhões de habitantes, era-lhe difícil atrair investimentos modernizadores. Diante, porém, da perspectiva de ter por alvo o consumo de duzentos milhões de pessoas, os investidores podiam ser seduzidos pela abundância e baixos custos de energia elétrica e mão de obra prevaletentes no Paraguai. Não se esconde, de resto, a vantagem de por esse país passar o eixo fluvial do que viria a ser a união aduaneira. O Paraguai lhe ocupa o centro — o que se tornará ainda mais flagrante se a ela vierem a incorporar-se a Bolívia e o Chile. Mesmo sem esses países, é nítida a centralidade do Paraguai, pois a integração não se restringe à bacia do Paraná–Paraguai, mas abrange a totalidade dos espaços nacionais.

No caso do Brasil, repete-se mais uma vez o modelo da Guerra da Tríplice Aliança. Ainda que essa tivesse origem em conflitos no Prata e em problemas da navegação do rio Paraguai, mobilizou o Brasil inteiro, desde o Amazonas. Basta lembrar que a província que mais forneceu voluntários da pátria às tropas imperiais foi a Bahia, e a terceira, Pernambuco.²⁹

Se, no mapa, Assunção aparece como um ponto de convergência, é simbólico que ali se tenha assinado, em 26 de março de 1991, o tratado pelo qual se criou o Mercado Comum do Sul, ou Mercosul. Este, porque correspondia a realidades e desafios que eram atuais e ao mesmo tempo enraizados na história, começou a produzir resultados, antes mesmo que se firmasse, em dezembro de 1994, o Protocolo de Ouro Preto e que entrasse em vigor, em 1º de janeiro do ano seguinte, a união aduaneira, com a tarifa externa comum. O programa de desgravação tarifária e as expectativas geradas no período de transição previsto no tratado aceleraram o ritmo dos negócios e lhes deram novas dimensões. Com isso, o comércio entre os quatro países saltou de 3,5 bilhões de dólares, em 1991, para mais de dez bilhões em 1994.

Desde quando era apenas promessa, o Mercosul contribuiu para ampliar o escopo e o ímpeto das relações entre o Paraguai e o Brasil. O comércio, que já crescia de ano para ano, quase duplicou entre 1991 e 1993. Em 1991, a soma das exportações e importações foi de 715.701.000 dólares; em 1993, de 1.243.657.000 dólares. Em 1994, o Brasil já respondia por 36,6% das exportações paraguayas e por mais de um quarto de suas importações, figurando como seu principal cliente e fornecedor. Tornara-se também o mais importante investidor estrangeiro no Paraguai, com 45% do capital aplicado entre 1989 e 1994.³⁰

Da concepção do Mercosul não podia estar ausente a necessidade de se expandirem e renovarem os transportes entre os quatro países. Os rios Paraná e Paraguai haviam cumprido, ao longo da história, o papel de principais vias de acesso — quando não, as únicas — ao centro da América do Sul. Cabia reforçá-los nessa função, permitindo, com a melhoria da navegabilidade, que pudessem servir na maior parte, se não na totalidade de seus cursos, e durante todo o ano, ao transporte de grandes cargas. A ideia da hidrovia Paraguai–Paraná começou a materializar-se em 1988, nas reuniões de ministros de Obras Públicas da bacia do Prata, realizada em Campo Grande e em Canela. A partir de então, e sobretudo de 1990, com o estabelecimento de uma Secretaria Pro Tempore, e de 1991, com a assinatura, em Las Leñas, na Argentina, do Acordo de Transporte Fluvial pela hidrovia (em vigor desde fevereiro de 1995), não se interromperam os esforços para transformá-la em realidade.

No plano das relações entre o Brasil e o Paraguai, dois projetos dela derivam: o de sua vinculação à hidrovia Paraná–Tietê e o do aproveitamento de Concepción como porto franco para Mato Grosso do Sul. Traz ela, entretanto, em seu bojo outros prenúncios. Não são, com efeito, necessários exageros de imaginação, mas tão somente sentido de futuro, para prever que canais acabarão por unir afluentes do Paraguai a afluentes do Madeira, tornando possível que se navegue do Prata até a foz do Amazonas. Com o alargamento do canal do Cassiquiare, ter-se-ia acesso do rio Negro ao Orinoco, completando-se uma extensíssima rede de vias fluviais a cortar os grandes sertões do continente.

Mais próximos de nossos dias estão os projetos de ligar o Atlântico ao Pacífico por estrada de rodagem, unindo e completando as vias já existentes. Um desses percursos, saindo de Ponta Porã e ganhando Concepción, dali se estenderia até a cidade general Eugenio A. Garay, quase na fronteira com a Bolívia, para depois infletir na direção do porto chileno de Arica. Ao completar-se, esse trajeto permitirá que as produções agrícolas do oeste brasileiro e do Paraguai atinjam mais rapidamente e a menores custos os mercados asiáticos. Enquanto isso não se verifica, toda a safra paraguaia de grãos depende do Prata e de Paranaguá para seu escoamento. Pela ponte da Amizade, em cada noite da época do embarque da safra, passam de duzentos a trezentos caminhões de soja. Durante quase todos os dias do ano, alongam-se as filas de automóveis e ônibus, à espera de cruzá-la. Em pouco tempo, tornou-se ela insuficiente para atender à demanda do

tráfego. Daí que se tenha firmado, em 1992, um acordo para a construção de uma segunda ponte sobre o rio Paraná, entre Presidente Franco e Foz do Iguaçu.

A história das relações entre o Brasil e o Paraguai, nos últimos 55 anos, tem sido marcada por iniciativas imaginosas, nas quais muitas vezes a engenharia dá a mão aos diplomatas. Do que passa pelas duas Chancelarias e é evidência de um crescente entendimento, de uma aliança verdadeira, ficam sinais mais do que visíveis no terreno: as obras já completadas e em progresso, que contribuem para reduzir a mediterraneidade do Paraguai e para o pleno aproveitamento da bacia Paraná-Paraguai, tanto como um conjunto de caminhos navegáveis quanto como fonte de energia.

A hidrelétrica de Itaipu, que começou a produzir em 1985, é o grande emblema dessas relações. A magnitude dessa empresa, seu caráter binacional e a importância que tem para o Brasil (como a maior fornecedora de energia à Região Sul) e para o Paraguai (pois é a principal entidade econômica do país, grande geradora de emprego e de investimentos, e responsável, graças ao pagamento de royalties e regalias, por cerca de 20% do orçamento nacional) fazem com que ela tenda a tornar-se o foco do diálogo entre os dois países. É inevitável que assim seja, embora fosse de desejar-se que se gastassem menos tempo, talento, inventiva e capacidade de conciliação em repisar o já percorrido e em reajustar o já feito. No entanto, o ineditismo do empreendimento, com sua administração binacional e repartição de benefícios, teria inevitavelmente de provocar, como tem provocado, diferenças de parecer e emocionados debates no seio da opinião pública dos dois países.

Se, no Brasil, o tratado e a hidrelétrica jamais deixaram de receber críticas — críticas ao fato de um ter sido firmado e a outra construída —, no Paraguai, no dia seguinte ao da assinatura do acordo, começaram a erguer-se vozes em favor da revisão de seu texto, uma revisão que teria dois pontos básicos: a cogestão ou alternância na gerência da empresa e a livre disposição por cada uma das partes, com possibilidade de venda a terceiros países da energia produzida. No tratado, define-se, com efeito, que a energia gerada por Itaipu seja dividida em partes iguais entre os dois países, reconhecendo-se a cada um deles o direito de aquisição da energia que não seja utilizada pelo outro país para seu consumo próprio. Essa disposição é o corolário da que se segue, pela qual os dois governos se comprometem a adquirir, conjunta ou separadamente, o total da potência instalada. Como o

Paraguai, por agora, só necessita de 2% da energia produzida por Itaipu, todo o resto é comprado pelo Brasil.

As duas negociações já realizadas para alterar o Estatuto de Itaipu e, portanto, a distribuição de responsabilidades diretivas, foram acompanhadas, no Paraguai, com alta emotividade. Quando se assinou o tratado, os paraguaios tinham pouca experiência em construção e manejo de grandes hidrelétricas, e, por isso, o controle efetivo da binacional ficou com o Brasil, que ocupava a Diretoria Geral e as Diretorias Técnica e Financeira, cabendo ao Paraguai as Diretorias Jurídica, Administrativa e de Coordenação. Os diretores adjuntos eram de nacionalidade diferente daquela do titular, de modo a manter a paridade possível. Em 1984, um ano antes de Itaipu começar a produzir energia, aprovou-se um novo estatuto, segundo o qual, a partir de janeiro de 1986, a entidade passava a ter dois diretores-gerais, um brasileiro e o outro paraguaio, com igual poder, continuando como antes a distribuição dos demais cargos. Em 1991, negociou-se novamente o estatuto, mas, como nele o Brasil conservava as Diretorias Financeira e de Operações (desdobrada da Diretoria Técnica), as vozes discordantes, tanto no Parlamento quanto na imprensa do Paraguai, que reclamavam a alternância ou a gestão paritária, fizeram com que o Poder Executivo retirasse do Legislativo o pedido de aprovação do acordo. Voltou a vigor o estatuto aprovado em 1984, mas, neste ano de 1995, abre-se novo processo de revisão do estatuto.

A paixão é um ingrediente importante da política externa. Sobretudo na de povos que entremeiam o presente com tudo o que as emoções vão recolher na história. Mais do que pelos passageiros excessos de arrebatamento que nelas têm havido, as relações entre o Brasil e o Paraguai, neste último meio século, têm-se caracterizado por um agudo sentido de construção do futuro. E Itaipu é disto o sinal mais visível.

Assunção, 1995.

1

Francisco Doratioto, *Em busca da hegemonia: as relações entre o império do Brasil e o Paraguai (1822-1889)*, dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, s.d. (1989).

2

Não faltava, ainda em 1915, quem dissesse que a situação do Brasil no Paraguai, em consequência da falta de iniciativas do barão, estava “profundamente comprometida”, como fez Pedro Moacyr, em aparte a discurso de Dunshee de Abranches, na Câmara dos Deputados. Dunshee de Abranches, *Rio Branco e a política exterior do Brasil*, Rio de Janeiro, 1945, v. 2, p. 107.

3

Ver comunicações de Rio Branco a Lorena Ferreira, ministro do Brasil em Assunção, em 1912, em Luís Viana Filho, *A vida do barão do Rio Branco*, 6ª ed., Rio de Janeiro: INL / José Olympio / Pró-Memória, 1988, p. 416.

4

Afonso Arinos de Melo Franco, *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, v. III, p. 1396-1405.

5

General Estevão Leitão de Carvalho, *A paz do Chaco: como foi efetuada no campo de batalha*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, p. 230-241.

6

Depoimentos de Luís Maria Ramirez Boettner e Alberto Nogués, presentes ao jantar.

7

Conforme depoimento que me prestou, há anos, Alberto de Andrade Queiroz. Como secretário da presidência, ele acompanhou Vargas a Assunção.

8

Antonio Salum-Flecha, *Historia diplomatica del Paraguay (de 1869 a 1990)*, 4ª ed., Assunção, 1990, p. 55-56.

9

Ibidem.

10

Ibidem.

11

Ministério das Relações Exteriores, *Coleção de atos internacionais*, nº 178, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

12

Riordan Roett e Richard Scott Sacks, *Paraguay: the Personalist Legacy*, Boulder: Westview Press, 1991, p. 153.

13

Nota da Embaixada do Paraguai ao Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1955.

14

Ministério das Relações Exteriores, Coleção de atos internacionais, nº 391, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

15

Ministério das Relações Exteriores, Coleção de atos internacionais, nº 392, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

16

Ministério das Relações Exteriores, Coleção de atos internacionais, nº 393, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

17

Discurso de Juscelino Kubitschek de Oliveira, transcrito em *Síntese cronológica: 1956*, editado pela Presidência da República, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959, p. 246-247.

18

Discurso de Juscelino Kubitschek de Oliveira, transcrito em *Síntese cronológica: 1957*, editado pela Presidência da República, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959, p. 323-324.

19

Muito bem resumida na exposição que o chanceler Juracy Magalhães apresentou à Câmara dos Deputados, em 18 de maio de 1966. Transcrita em Juracy Magalhães, *Minha experiência diplomática*, coletânea organizada e anotada por Cláudio Garcia de Sousa, Rio de Janeiro: José Olympio, 1971, p. 103-121.

20

Texto em Heloísa Vilhena de Araújo, Guimarães Rosa: diplomata, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1987, p. 79-111.

21

Mario Gibson Barboza, *Na diplomacia, o traço todo da vida*, Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 85.

22

Como foi por Nestor dos Santos Lima, *A Terceira América: ensaio sobre a individualidade continental do Brasil*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967.

23

Del Buen Salvaje al Buen Revolucionario, 4ª ed., Caracas: Monte Avila, 1976, p. 19. O tema é desenvolvido nas páginas 20 e 21.

24

Mario Gibson Barboza, ob. cit., p. 90-95.

25

Ibidem, p. 97.

26

Ministério das Relações Exteriores, Coleção de atos internacionais, nº 711, Brasília, 1973.

27

La Tribuna, Assunção, 27 de novembro de 1968.

28

Citado por Francisco Doratioto, ob. cit., p. 588-589.

29

Paulo de Queiroz Duarte, Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981-4, v. 1, p. 2.

30

Dados do Ministério da Indústria e Comércio do Paraguai, publicados em Última Hora, Assunção, 3 de abril de 1994, p. 21.

Brasil, Portugal e África

Começamos pelos mal-entendidos. O do brasileiro, por exemplo, que se decepciona e até se irrita com o seu amabilíssimo cicerone português, porque este insiste em mostrar-lhe as autoestradas, as pontes suspensas, os edifícios modernos e os centros comerciais, quando o que ele quer ver é o Portugal de sua saudade, uma saudade herdada de seus avós ou adquirida nas leituras de menino e moço: as aldeias, as quintas, os vinhedos e os lagares, além, naturalmente, do Terreiro do Paço, das ruas estreitas de Lisboa e do Porto, do castelo de Tomar, dos Jerônimos, da Cedofeita e, quase como concessão, do Rossio e dos Restauradores. Para conhecer as modernices e receber as últimas notícias do progresso, o nosso brasileiro pensa que o melhor é ir diretamente ao 202 dos Campos Elísios, ou seja, aos Estados Unidos da América. Descendente de imigrantes rurais, o brasileiro identifica Portugal com o seu *locus amenus*, o horto do qual os seus antepassados foram, um dia, obrigados a sair, ainda quando eles sejam parcialmente tupis, tapuias e aruaques ou tenham vindo de Angola, da Itália, da Nigéria, da Espanha, da Alemanha, do Congo, do Líbano ou do Japão. É este Portugal antigo e aconchegante o que percorre comovido, porque o reconhece no que em sua alma é permanência.

Já o português espera do Brasil a realização das utopias. Emociona-se com o Portugal que reencontra em terras brasileiras, mas nelas busca muito mais que isso: busca um futuro imaginado. Por essa razão, impacientase, quando não se indigna, por não ver cumprido o sonho. Não se conforma com um país que pouco tem de diferente dos outros e de onde não foram erradicadas nem a pobreza nem as desigualdades sociais. E tampouco se resigna com um país que não chegou a rico e poderoso como merecia o esforço que nele puseram, no passado, os portugueses.

As imagens do paraíso perdido e da terra prometida estão pintadas nas lentes dos óculos através das quais brasileiros e portugueses se olham mutuamente. Ou melhor, dos binóculos, que os primeiros usam como de norma, para, ampliando Portugal, colocá-lo nas dimensões a que estão acostumados, e os outros, de modo invertido, para, reduzindo a imagem, tornar compreensíveis os tamanhos do Brasil. Mas, às vezes, sucede o contrário: o brasileiro olha Portugal com o binóculo às avessas, e o tem por ainda mais pequeno; e o português, ao usar o instrumento como de praxe, aumenta desmesuradamente o Brasil.

No espaço e no tempo, tendemos a buscar-nos como nos imaginamos e não como provavelmente somos. Num e noutro caso, ficamos, contudo, com o gosto do insuficiente e do incompleto. Até porque esperamos ver também no outro, como num espelho, a nossa imagem. Apesar de todos os desentendimentos e desencontros — e estes não faltaram ao longo da história comum —, queremos sentir-nos a continuação ou a metade do outro, e não apenas membros da mesma família, da mesma linhagem ou do mesmo clã. Acreditamo-nos obrigados a estar sempre juntos, no mesmo caminho para um destino comum ou, quando menos, compartilhado. É com dificuldade que aceitamos que o outro possa ter interesses distintos dos nossos e escolha sem nosso dedo os seus outros companheiros, dos quais não é raro que nos enciumemos. Agimos como se, irmãos afetuosos, fôssemos, por isso, constrangidos a casar na mesma família. Daí que saíamos aos gritos de mouros na costa tão logo alguém anuncia que Portugal se desatlantiza ou que o Brasil se está deslusitanizando.

Parece que nos esquecemos de que o Portugal que saiu oceano afora era um país europeu, talvez aquele que melhor representava, no século XV, o novo espírito europeu. Chegou a outras terras e nelas se deteve como ponta de lança da Europa. E é natural que reancore no seu continente, findo o que havia de pioneiro em sua empresa no Atlântico e no Índico.

Quanto ao Brasil, ao deslusitanizar-se, ele nada mais faria, se tomarmos a palavra em seu sentido estrito, do que imitar Portugal. Pois Portugal, que se apresenta ao mundo com uma extraordinária unidade, também foi, num passado que se alonga por mais de mil anos, o que o Brasil é: uma nação pluriétnica e pluricultural; e dos matrimônios e embates que nela se deram ainda sobravam reminiscências preconceituosas nos autores portugueses do início do século XX, e até mesmo no humaníssimo Raul Brandão, quando opunha, como era de moda, o nortenho alourado e godo ao sulista moreno e árabe-romano. Todos sabiam que o processo fora muito mais complexo e que era extensa a lista de povos e culturas que formaram a nação portuguesa. E continuaram a formá-la, após os descobrimentos. Basta lembrar o grande número de escravos negros na Évora quatrocentista e na Lisboa dos três séculos seguintes, e o papel que exerceram na abertura para a lavoura das terras do Alentejo e do Algarve.

A escravidão africana em Portugal não teve nem de longe o volume e o peso que no Brasil, onde, durante dois séculos e meio, os africanos e seus filhos e netos foram muito mais numerosos do que os europeus e seus

descendentes. Quase todos os meses, por cerca de trezentos anos, chegavam da África carregamentos de escravos, e cada contingente contribuía para reafirmar, consolidar e renovar no Brasil os valores e costumes africanos, do mesmo modo que cada novo grupo de imigrantes portugueses reafirmava, consolidava e renovava os valores e costumes europeus. Nem os portugueses reproduziram Portugal no Brasil, nem os africanos as suas Áfricas, mas estes e aqueles trouxeram dentro de si as suas pátrias e com a memória delas em grande parte nos fizeram.

A nossa experiência africana foi distinta da portuguesa, ainda que esta tenha sido também demorada e intensa. Ao contrário dos portugueses, não chegamos à África; saímos dela e a trazemos inconscientemente na memória. A África ficou dentro do Brasil e do brasileiro — como coisa íntima e não como realidade externa. Como um espaço mítico, fora da geografia e da história. Por isso, a nossa Angola não pôde e não pode independentizar-se e separar-se de nós, embora a maioria dos brasileiros, até bem pouco tempo, não soubesse onde pôr no mapa o que viria a ser a República de Angola e nem sequer tivesse ideia de onde ficava Luanda, a cidade mais presente, como atestava Luís da Câmara Cascudo, nas nossas canções e história tradicionais. Da África real, da que ficou no passado e da que fluiu para o presente, o brasileiro quase nada sabe e com pouco se ocupa, ainda que esteja à nossa frente, ali, na outra margem do Atlântico. Esquecemo-nos das guerras em Angola, na Somália, no Sudão, na Libéria, no Congo, em Burundi, na Serra Leoa ou entre a Etiópia e a Eritreia, mal desligamos a televisão ou fechamos o jornal. Se algum dia, já distante — pois ficou em minha infância —, nos emocionamos e revoltamos com a invasão da Abissínia pelas tropas de Mussolini, foi porque nos opúnhamos à violência nazifascista e ao seu projeto de domínio e reorganização do mundo.

Os africanos ressentem-se dessa ausência, para não dizer descaso. Até porque tendem a ver-se como credores, por séculos de mercadejo de escravos. Já os brasileiros não se percebem em dívida com a África pelas transações com seres humanos que, diretamente ou por prepostos e intermediários, os donos da vida daquele lado do Atlântico fizeram com os donos da vida da margem de cá. Não é de estranhar que assim seja, pois, se este brasileiro descende por um ou mais lados de senhores de escravos, a maioria tem por antepassados vítimas do comércio de gente, que atravessaram o oceano de grilhões ao pescoço; e os ancestrais daquele

chegaram da Europa, do Oriente Médio ou do leste asiático, depois do fim do tráfico; e, entre os de muitos outros, figuram ameríndios que já viviam na terra antes da primeira ancoragem portuguesa ou que, depois, nos sertões conheceram mais quilombolas do que negros escravos. Nosso débito, em relação ao qual estamos em enorme atraso, não seria com a África, mas, sim, com os descendentes dos que dela foram trazidos à força para o Brasil e, ao longo de um exílio perverso e humilhante, se tornaram dolorosamente brasileiros. Nosso débito, portanto, é com parte de nós mesmos.

Se esses mal-entendidos afetuosos — e aqui ponho apenas alguns — complicam a conversação entre os que falam português, também nos ajudam a fazer face, emotiva e intelectualmente, a novas realidades, porque, em sua maioria, são quiproquós fundados no afeto, e este forma a linha com que costuramos nossos panos diferentes — diferentes em largura, comprimento, encorpado, tipos de fio, textura e tingimento. A história das relações entre brasileiros e portugueses, no último século e meio, mostramos, por exemplo, como o sentir-se cada qual a metade do outro fez com que diferenças de regimes políticos — república no Brasil e monarquia em Portugal, autoritarismo em Portugal e democracia no Brasil, e autoritarismo no Brasil e democracia em Portugal — não impedissem ou entorpecessem o diálogo e a colaboração entre os dois Estados e, muito menos, entre os dois povos. Entre estes vigora uma solidariedade que está acima e por fora dos governos. Ainda quando regiam os dois países sistemas ditatoriais comunicantes entre si, os foragidos do Estado Novo salazarista encontravam refúgio e proteção no Brasil, e os adversários do Estado Novo getulista, resguardo e amparo em Portugal.

Essas relações têm sido, aliás, de uma constância e intensidade raras, de que só encontro um outro exemplo no plano internacional: as entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América. Se, em todos os momentos de nosso convívio, e até nos mais eufóricos, há sempre — repito — um travo de insuficiente e de incompleto, é porque aspiramos a uma intimidade cujo limite está sempre mais além. Há, claro, períodos de acalmia, de aparente recesso, como há outros em que se expandem as expectativas. Mesmo na baixa-mar, no entanto, o Brasil é uma referência constante, ou, quando menos, insistente, no quotidiano português — no interior das casas, nos cafés, nas ruas e não apenas nos jornais, no rádio, na televisão e na universidade —, e Portugal tem uma presença no Brasil que não guarda qualquer relação com seu peso específico e sua importância no resto do

mundo. Talvez não ficasse mal lembrar aqui o dito jocoso de que brasileiro só é importante em Portugal — o que talvez também se aplique às avessas. Quem quer dentre nós que viaje pela Europa e chegue ao Porto ou a Lisboa, logo perceberá que se desfez a ausência do Brasil, pois este aparece em toda parte. Não será difícil que, no táxi para o hotel, já ouça música brasileira ou notícias de Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro.

Talvez não seja o Brasil que queríamos o que entra pelos olhos, os ouvidos e a imaginação dos portugueses. Nem sempre a outra parte aceita, entende, acolhe ou faz seu o que lhe mostramos, oferecemos e propomos, ou o que temos de melhor. As afinidades e as incompatibilidades são muitas vezes inexplicáveis e, com frequência, contraditórias, e o que hoje não nos agrada pode amanhã apaixonar-nos, ou vice-versa. Ao entusiasmo com que um lado recebia ou recebe certas manifestações do outro — dou os exemplos do teatro português no Brasil do início do século XX e do teatro brasileiro no Portugal da metade do Novecentos — pode suceder a indiferença, ou porque houve mudança de qualidade e originalidade no que passou a exhibir-se, ou porque se alteraram a sensibilidade e as exigências da plateia. Algumas atividades, que tinham peso, acanharam-se, porque não se reconheceu a tempo a necessidade de mudanças, como se passou com o livro português, que perdeu o mercado brasileiro, ao não modernizar seus mecanismos de distribuição. Até 1960, Ferreira de Castro era muito lido no Brasil em edições portuguesas; agora José Saramago tem no Brasil um público muitíssimo maior, mas o ganhou com a publicação de seus livros em São Paulo.

Em certos setores, como o comercial, as relações luso-brasileiras sempre foram pouco expressivas, não por falta de desejo de impulsioná-las, mas pela impossibilidade prática de fazê-lo. São poucos, com efeito, os produtos que Portugal pode vender ao Brasil e quase todos de curto interesse sazonal. Por outro lado, para os empresários brasileiros, as dimensões do mercado português parece que jamais justificaram um esforço demorado de promoção de vendas. Já no plano financeiro, desde há muito os portugueses aplicam seus dinheiros no Brasil. Por isso, têm mais gosto de novidade os investimentos brasileiros em Portugal, na penúltima década do século XX, do que, ainda que importante, a grande expansão dos investimentos portugueses no Brasil, no último decênio.

Não se funda sobre interesses econômicos o convívio luso-brasileiro. Tampouco se assenta na convergência de posições políticas no plano

internacional. Por distintos e distantes tinham-se os cenários de atuação de cada um dos dois países. E, por terem interesses e prioridades diferentes, raramente coincidiram, ao longo dos últimos 170 anos, suas percepções do que se passava no mundo e, conseqüentemente, as reações diante dos acontecimentos e as posições que foram chamados a assumir. No século XIX, ainda que d. Maria II tenha atuado em favor do Brasil no caso da ilha de Trindade, o Rio de Janeiro não contou com Lisboa em seus repetidos desentendimentos com a Grã-Bretanha. E no Novecentos, estiveram os governos dos dois países voltados para horizontes que não coincidiam e, com frequência, nem sequer se justapunham. Quem disso duvide, que se lembre dos 32 anos sem visitas de chefe de Estado brasileiro a Portugal ou português ao Brasil.

Diz a boa doutrina que ao sermão não devem faltar exemplos. Este, que dou, data de 1960. Almoçávamos, num hotel lisboeta, o ministro Horácio Lafer, Augusto Frederico Schmidt, Sérgio Armando Frazão, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, o embaixador Francisco Negrão de Lima e eu, por carregar a pasta deste último, meu chefe. À sobremesa, Schmidt sugeriu que eu fosse à casa de Alberto Franco Nogueira, então diretor-geral dos assuntos políticos do Palácio das Necessidades, para saber se já havia resposta de Salazar à proposta que lhe fizera pessoalmente, no dia anterior, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, de criação de um mecanismo para ajustar as posições políticas dos dois países, de modo que tivessem uma só voz no plano internacional. No apartamento de Franco Nogueira, na avenida Infante Santo, dele ouvi que Salazar agradecia o gesto brasileiro, mas não podia aceitar a proposta, porque, sendo o seu um país sem disputas externas, não desejava envolver-se nos contenciosos que o Brasil tinha no continente americano. Voltei ao hotel aliviado e não deixei de comentar que assim me sentia, porque a nós, os funcionários mais jovens da embaixada em Lisboa, chegavam com insistência, por intermédio dos estudantes angolanos e são-tomenses que frequentávamos, boatos sobre a iminência de uma rebelião armada em Angola, como resposta à ausência de qualquer gesto lusitano no rumo da descolonização.

Nos anos que se seguiram, ainda que o Brasil não votasse contra Portugal nas Nações Unidas, as duas diplomacias tinham visões diferentes, e até opostas, da questão africana. Se, durante a presidência de Castelo Branco, o Brasil aceitou chamar “províncias ultramarinas” às possessões portuguesas na África, aquela expressão não figura nos documentos e

discursos de nenhum dos demais governos brasileiros. De quase todos os textos negociados pelo Brasil com Portugal, a África está, aliás, de todo ausente, como se a parte brasileira quisesse deixar claro que seus entendimentos e compromissos só se aplicavam a um Portugal cujo território fora do continente europeu não compreendia mais do que os Açores e a Madeira.

Durante década e meia de guerra colonial, foram quase sempre tensas as conversações entre a cautela brasileira e a desconfiança lusitana. A desafinação entre as duas diplomacias não cessou com as independências das antigas colônias portuguesas, cada gesto brasileiro sendo recebido em Lisboa com o seu grau de ciúme e suspeita — o que, de resto, não é novo, podendo ser datado de 1822, quando, com a independência do Brasil, Angola deixou de estar sujeita ao que se definia no Recife, em Salvador e sobretudo no Rio de Janeiro, fechando assim um longo período, que teve início em 1641, com a invasão holandesa de Luanda. Seriam essas suspeitas de que o Brasil tentaria manter Angola em sua órbita ou de novo atraí-la para seu campo de influência a explicação para os entraves que, ao longo de mais de um século, Portugal opôs à presença de um simples cônsul brasileiro em Luanda ou em Benguela.

Se, entre 1958 e 1974, Portugal não alcançava que o Brasil o acompanhasse numa questão que, para a diplomacia brasileira, era colonial e teria de resolver-se inexoravelmente com a autodeterminação dos territórios ultramarinos, e se o Brasil não conseguia convencer Lisboa a mudar de política — e testemunhei pessoalmente repetidos esforços nesse sentido, de Afonso Arinos, San Tiago Dantas, Magalhães Pinto, Sérgio Corrêa da Costa e Mario Gibson Barboza —, os dois países procuraram isolar o dissenso em matéria africana do resto das relações. E mantê-lo em voz baixa. Em compensação, no mesmo período, não só se assinou o Tratado de Amizade e Consulta, como se concluiu uma série de acordos complementares, a abranger quase todo o espectro das relações entre os dois países. Nesse processo de confluência, que prosseguiu nas décadas seguintes, foram-se ampliando, no rumo da igualdade aos dos nacionais, os direitos dos portugueses residentes no Brasil e dos brasileiros em Portugal: passaram eles, sem perda da nacionalidade, a poder votar e ser votado, a tomar assento nas câmaras municipais e no parlamento e, no caso do Brasil, a ser governador de estado e prefeito. No desejo de ir além, os constituintes brasileiros estabeleceram na Carta de 1988 que, se a reciprocidade fosse

incluída na Constituição portuguesa, ao português residente no Brasil seriam atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, com apenas seis exceções: não poderia ser presidente e vice-presidente da República, presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ministro do Supremo Tribunal Federal, diplomata e oficial das Forças Armadas. No parlamento português essa reforma constitucional demorou em encontrar a maioria necessária. Entre seus adversários, alguns argumentavam que ela afetaria os compromissos portugueses na União Europeia, enquanto outros se assustam com a falta de simetria entre os dois países e temem que o livre acesso a praticamente todas as posições na sociedade possa provocar um derrame de brasileiros sobre Portugal. Estes últimos aduzem que a migração, num par de anos, de vinte, trinta ou cinquenta mil portugueses seria absorvida pelo Brasil sem que quase se desse por ela, como, por sinal, tantas vezes sucedeu no passado; já a entrada de número semelhante de brasileiros em Portugal provocaria desequilíbrios e traumas.

Não só os maiores avanços nas relações luso-brasileiras se verificaram no plano do quotidiano dos cidadãos e dos seus direitos individuais, como nessa área se situaram as perspectivas de superação dos ganhos já obtidos. Não se deveria estranhar, por isso, que, enquanto podem passar quase despercebidas pela opinião pública posições distintas dos dois governos em relação a determinados problemas, a esses desacordos não se dando maior importância, desatenções ou maus-tratos de aeroporto e óbices ao reconhecimento de diplomas ou à prática de profissões ganham em letras grandes os titulares dos jornais e provocam indignação nos noticiários radiofônicos e televisivos. Não é esta a maneira de tratar primos, sobrinhos e afins — reclama-se imediatamente, com a veemência de quem sabe que as relações luso-brasileiras pertencem ao âmbito da família e se passam muito mais na camaradagem das conversas de calçada e na intimidade da janela que se abre para a da casa defronte do que no mercado e no fórum.

Esse sentimento de que os dois países estão unidos não só pelo idioma e por antepassados comuns, mas sobretudo pelo reforçar, a cada geração, dos laços de parentesco, poderá vir a diluir-se à medida que envelhece, no Brasil, a comunidade dos nascidos em Portugal e não são preenchidos por novos imigrantes os vazios nela abertos pela morte. É certo que ainda chegam alguns poucos portugueses ao Brasil e que o número de brasileiros que se radicam em Portugal é, hoje, três vezes superior ao de cinco ou quatro décadas passadas. Basta, porém, correr os olhos pelas paisagens do

norte de Portugal, para reconhecer a grande mudança: a maison e a Haus dos portugueses que foram ganhar a vida na França, na Bélgica, em Luxemburgo e na Alemanha já são mais visíveis do que as “casas de brasileiros”. Muitas destas últimas, cabeças de grandes quintas, construídas por portugueses retornados ou que sonhavam com o regresso à terrinha, estão, por enquanto, longe de ter, em tamanho e ostentação de opulência, rivais ou equivalentes naquelas, que não passam de residências de classe média, erguidas pelos que foram, após a Segunda Grande Guerra, para os países que hoje compõem a União Europeia. Pergunto-me, sabendo a resposta, quantos desses emigrantes para a Europa lograram a riqueza, o prestígio social e a influência política que tiveram numerosíssimos portugueses nas grandes cidades brasileiras, um prestígio e uma influência que se alongava em Portugal, onde vários deles eram beneméritos de suas terras natais.

O ir e vir entre as casas que possuíam em Botafogo, no Rio de Janeiro, e na avenida da República, em Lisboa, os estudos do filho em Coimbra e o casamento da filha com um morgado minhoto, o compadre que atravessava o oceano para ajudá-lo na condução dos negócios e o sobrinho que vinha, como caixeiro, amargar seu aprendizado, tudo funcionava como uma lançadeira a compor um tecido no qual o pertencer-se à mesma família valia mais do que o passaporte com o qual se viajava. E este, se brasileiro, recebia um tratamento de primazia em Portugal. Agora, é apenas o documento de mais um daqueles indivíduos que não pertencem à confederação privilegiada das tribos europeias.

Esse afastamento encontra corretivos na unidade do idioma, na crescente facilidade de comunicações e na semelhança de culturas, com a correspondente curiosidade pelas diferenças. Quem quer que tenha morado no exterior relembrará como brasileiros e portugueses tendem, no exílio, a formar uma só comunidade, a celebrar de igual forma ou de modo parecido as mesmas festas e a se somarem nas que não lhes são comuns, adotando-as com frequência. Sentem-se confortados em se entenderem na língua materna e trocam, a estimarem as dessemelhanças, ditos e palavras. De repente, um brasileiro solta na conversa um termo que o português não ouvia desde a meninice. Ou sucede, com igual surpresa, o contrário.

Os governos dos dois países não se mostraram desatentos à necessidade de preservar o que foi conquistado e de adaptá-lo ao presente, como mostra a assinatura, em 22 de abril de 2000, de um novo Tratado de

Amizade, Cooperação e Consulta. Esse cuidado terá de ser, para o futuro, constante, como contrabalanço necessário não só à vocação da União Europeia para criar empecilhos ao livre trânsito humano, mas também às reservas que nela, desde algum tempo, se fazem a que se consolidem e apertem os mecanismos jurídicos que buscam igualar, em cada um dos dois territórios, brasileiros e portugueses.

Por ora, o dilema é somente português: o de como ajustar a futura cidadania europeia à comunhão dos luso-descendentes, aos compromissos assumidos com os brasileiros e, em última análise, à própria história de Portugal, uma história que não se harmoniza com o destino de ser uma província menor da Europa.

Visto do lado do Brasil, as relações com Portugal ou são afetuosas ou perdem preço. Não será na esfera das transações econômicas, que tenderão cada vez mais a se resolverem entre o Mercosul e a União Europeia, nem das articulações políticas — embora tanto as primeiras quanto as segundas sejam da maior relevância — que se estreitará ou diluirá a fraternidade luso-brasileira, mas, sim, no horizonte das relações humanas. Nestas, forçoso é desenvolver cada vez mais um sistema de referências comum, isto é, manter o matrimônio de nossas culturas e evitar os silêncios e os estranhamentos que, de momentâneos, se podem tornar permanentes. O que um dos dois países alcança no plano do pensamento, da investigação científica, da história, da literatura, da música, das artes plásticas, da dança, do teatro e do cinema, deveria chegar prontamente ao outro, como já ocorre com a televisão e o show business. Para isso, impõe-se, antes de mais nada, reacender a curiosidade mútua. E não deixar que ela se apague.

O mesmo se deveria passar em relação a Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor, já que prevalece entre os brasileiros o sentimento de que se imporia um convívio privilegiado entre o Brasil e esses países que escolheram o português como língua oficial. São poucos, no entanto, os que estão conscientes de que o verdadeiro compadrio pressupõe, mais do que gestos de cooperação, a constância na solidariedade e a adesão ao outro. Cada um desses possíveis parceiros especiais espera e esperará crescentemente de nós uma ajuda efetiva e persistente para suprir as suas carências e não compreenderá uma parceria na qual a outra parte, muitíssimo mais bem dotada, não tenha isso como o condutor do diálogo e o prenúncio do abraço. De nós, teríamos de

costrar, no desenrolar do processo de entendimento, coragem diante dos riscos, paciência com os desencontros e perseverança diante das decepções.

O primeiro desapontamento nos virá, ao descobirmos que nem todos nesses países usam o português como segundo idioma, e que são poucos — e, em alguns deles, pouquíssimos — os que o têm como língua materna. Em Cabo Verde e São Tomé, falam-se em casa e na rua preponderantemente os respectivos crioulos. Em Angola, só uma minoria, embora já considerável nas cidades e em visível crescimento, utiliza o português. E na Guiné continua minguado o número dos que nele habitualmente se expressam. Ao colonizado, o idioma do colonizador fazia parte do esquema de opressão. Por isso, em muitas partes, só seria após a independência que o português se expandiria como língua veicular.

Atrás desse, corre um outro desencanto: o de nos percebermos muito mais diferentes do que semelhantes. Até mesmo no caso de Angola, de onde veio grande parte dos antepassados de nosso povo e cuja presença na vida quotidiana brasileira pode ser avaliada pelas numerosas palavras de origem quimbunda, quiconga e umbunda no português do Brasil — palavras que designam não só coisas, mas também gestos, hábitos, sentimentos e valores que com elas recebemos e adotamos. Ou no caso de Cabo Verde, com antigas e, até um passado recente, intensas relações com o Nordeste brasileiro. Esse Cabo Verde, do qual seguimos as lições de mestiçagem, tem, contudo, no seu componente africano, origens distintas das nossas. Enquanto na sua constituição predominaram os egressos da Senegâmbia e dos Rios da Guiné, na brasileira prevaleceram os trazidos de Angola, do Congo e do golfo do Benim. Quem quiser avaliar as diferenças e também as semelhanças entre nordestinos e cabo-verdianos, que releia, comparando, o Chiquinho, de Baltazar Lopes, e o Menino de engenho, de José Lins do Rego. Já Moçambique pertence a um outro oceano e sempre esteve mais próximo da Índia e do mundo árabe do que de nós.

Não deveria ser surpresa, mas pode fazer-se matéria de outro desengano, o reconhecer-se que os interesses fundamentais de Angola, por exemplo, se situam, como é natural, no continente africano e que é com os dois Congos, a Zâmbia, a Namíbia e a África do Sul que Luanda dialoga com maior constância e urgência. Ou que, para Maputo, as relações com a África do Sul, o Zimbabué, o Maláui e a Zâmbia são muito mais importantes do que as com o Brasil. Em contrapartida, para o Brasil, a África atlântica será sempre mais relevante do que a África índica. A nossa

África, a África com que teremos necessariamente de entender-nos e com a qual seremos chamados a compartilhar responsabilidades, não é somente a que adotou o português como idioma oficial, mas também toda a que tem praias no Atlântico e, dentro dela, de modo especial, a que se estende do oeste de Gana ao leste da Nigéria e que tanto marcou o Brasil e por ele foi marcada: a África que se prolonga no Recôncavo Baiano e que ainda retém a Bahia, não só na arquitetura de seus Quartiers Brésil e Brazilian Quarters, mas também na persistência de uma identidade própria, a “brasileira”, nas comunidades dos descendentes de traficantes brasileiros e de ex-escravos retornados do Brasil, os agudás, amarôs e tá-bom.

É inevitável que, ao nos voltarmos para a África, relembremos esperanças perdidas, pois ainda não se passaram cinco décadas da euforia das independências, quando boa parte do continente prometia refazer-se das ignomínias do comércio de escravos e do colonialismo, da humilhação cultural e do racismo, e se anunciavam Estados que se prometiam harmoniosos, com relações humanas mais justas. Desde o início, houve, é bem verdade, maus augúrios, mas simulávamos, em favor do sonho, não os ver e nos espantávamos com a feroz crise no Congo ex-belga e com a crudelíssima Guerra de Biafra. O que desejávamos que nos escapasse era a ciência de que não se tinham ido embora as mazelas do colonialismo. Não só este não se fora, qual anunciado, e persistia com novas roupagens, como continuou endêmico o desprezo pelas instituições, os modos de vida e os valores tradicionais africanos. Desse desdém deixaram-se impregnar muitos dos que compuseram as elites políticas que assumiram o poder após as independências. Formados nas duas Alemanhas, na China, nos Estados Unidos, na França, na Grã-Bretanha, na Checoslováquia ou na União Soviética, eles não hesitaram em cortar aqui, em torcer ali, em comprimir acolá, para ajustar, deformando, as estruturas sociais de seus países às ideias de que vinham imbuídos. Para serem fiéis, muitas vezes, a concepções e intenções generosas ou na ânsia de atingir a utopia, continuaram a pior tradição do colonialismo, ou lhe deram ainda mais força, por não serem estrangeiros: a do desrespeito e menosprezo pela organização social de seus próprios povos.

Concebido o Estado como um Pigmalião todo-poderoso e sentindo-se os que lhe ocuparam a chefia como os únicos intérpretes autorizados dos rumos da história e, por isso, condutores ungidos de certezas, deixou de haver lugar para as diferenças de opinião. Quase todos os novos países

foram castigados com governos de partido único, que não só desrespeitaram e agrediram as dissidências, mas também inventaram o pecado mortal do “tribalismo”, para excluir as minorias e abafar os seus reclamos, recusando-se a reconhecer que seus países, compostos por vários povos com culturas próprias, eram e são plurinacionais. A hipertrofia do Estado drenou para uma burocracia numerosa e ávida, e para os segmentos urbanos que passaram a servi-la e a dela se servir, os frutos da produção e os investimentos. As populações rurais sentiram-se espoliadas pelos que se apossaram do Estado e que se confundiram com os senhores das cidades. Os grupos nacionais excluídos do poder e impedidos de exercer uma oposição que lhes permitisse vir a ele ter acesso sentiram-se recolonizados. E rebelaram-se. Em resposta, os governos autocráticos enrijeceram-se e se apoiaram cada vez mais na repressão armada. As consequências não se fizeram esperar, e grande parte da África entrou na espiral dos golpes e contragolpes militares e dos governos fardados. Uma outra teve pior destino: o das guerras civis intermináveis, nas quais se geram caudilhos, a delimitar pelas armas seus espaços de poder.

Revisitada trinta anos depois, a África surge ainda mais pobre. A dar a impressão de orfandade, como se tivesse sido esquecida pelo resto do mundo. Este, aquele e aquele outro país parecem à beira do colapso. Ou já imersos no esgotamento ou na tragédia. No entanto, um olhar mais fundo revelará que, fora daquelas áreas arruinadas pelos conflitos armados, pela ganância e ferocidade dos senhores da guerra, pelas secas, pelas inundações, pelas pragas, pelas epidemias e pelos consequentes deslocamentos de populações flageladas, a vida continua a fluir na maior parte do continente, nas aldeias e nas cidades, com os valores tradicionais a orientar o comportamento das famílias. E se cultivam os campos, e se pastoreiam os rebanhos, e se molda o barro, e se fia e tece, e se vai à escola, e se publicam jornais, e se escrevem livros, e se pintam quadros, e se esculpem imagens, e se erguem edifícios, e se fundem os metais, e funcionam as fábricas, e se canta, e se dança, e há espaço para as aspirações de felicidade. Não se apagaram, na África, nem a vitalidade nem a inventividade, que podem ser registradas não apenas nas criações de seus artistas, sempre a anunciar a iminência de um renascimento, mas também no dia a dia: naquele mecânico — sirva o exemplo pequenino — que compra um carro europeu com trinta anos de uso e o põe novo, ou, melhor,

praticamente o recria, com peças que ele próprio fez ou adaptou de outros veículos. E o estofa de couro, e o pinta de um prata-escuro ou de dourado.

Não creio tampouco, apesar da persistência dos conflitos armados, que se haja perdido na África o gosto pela palavra e a habilidade de por meio dela se encontrarem soluções para os problemas. Como se fazia e se continua a proceder nas pequenas comunidades. Por isso, confio em que o cansaço com os intransigentes multiplique os conciliadores e harmonizadores, de que são paradigmas Nelson Mandela e Olusegun Obasanjo. E espero que o multipartidarismo, o respeito pelas oposições e a liberdade de opinião que hoje se praticam na República da África do Sul e na Nigéria se propaguem e imponham no continente.

Ainda que a África não retome as expectativas da véspera e do dia seguinte das independências, ela tenderá a ocupar um espaço crescente na agenda brasileira. Por imposição da geografia. Por ser, para usar a expressão de Mario Gibson Barboza, quando procurou reabrir o Brasil para a África e a África para o Brasil, a “nossa fronteira leste”. Está em um de nossos lados, cada vez mais próxima, e a indiferença diante de seus problemas terá o seu custo, e alto. A condição de limítrofes já nos imporia responsabilidades. A história as acrescenta.

Há países que se acomodam a um círculo restrito de parceiros ou se retraem em si próprios. Não é esse o caso do Brasil. Nossa vocação é a de presença universal, apesar dos constrangimentos que nossos recursos nos impõem. Temos, naturalmente, áreas prioritárias de atuação — a primeira e a segunda delas, o Mercosul e a América meridional. Já com aquelas partes do mundo às quais ainda não pudemos nos dedicar com zelo, o aprofundamento das relações dependerá do ritmo do crescimento do Brasil. E dele igualmente, em última análise, o futuro da língua portuguesa.

De cada cinco pessoas que falam português, quatro vivem no Brasil. Ainda que a presença do idioma venha a ampliar-se em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor, e o português, com o tempo, se torne nesses países o idioma de todos, os brasileiros predominarão sempre, numericamente, entre os lusoparlantes, com, quando menos, três quartos do total. Acresce que, de todas as nações que se classificam como lusófonas, somente o Brasil reúne as condições para, a médio prazo, se afirmar como potência mundial. Se, no decorrer do século XXI, o Brasil lograr colocar-se entre as cinco ou seis maiores economias do planeta — já é a nona ou a décima —, a isto somará a

dimensão territorial e o volume da população, para situar-se entre aqueles poucos países cuja voz não poderá deixar de ser ouvida. O novo peso do Brasil no concerto mundial fará, então, do português, que terá também a vantagem de ser falado por outros sete países em diferentes regiões do globo, uma língua cujo aprendizado será crescentemente requerido e lhe devolverá a condição, que já teve no Quinhentos e no Seiscentos, de ser um idioma de uso internacional, indispensável, naqueles séculos, a quem fosse comerciar no Índico ou nos litorais atlânticos da África. Esse robustecer do português dependerá também do papel que em seu espaço regional passará a ocupar cada um dos demais países lusófonos.

Independentemente das mudanças nas equações da riqueza e poder, o português já é a linha com que se desenha uma das várias constelações de Estados em que se vai organizando o universo do homem — constelações que se sobrepõem parcialmente umas às outras, de modo que cada país pode pertencer ao mesmo tempo a duas, três, quatro ou cinco delas. Assim, o Brasil poderá fazer parte concomitantemente de um Mercosul ampliado, compreendendo quase toda a América do Sul, de um bloco latino-americano, de um concerto pan-americano, de um sistema de cooperação política e econômica englobando os países atlânticos abaixo do trópico de Câncer — que é o círculo que atualmente separa a metade mais rica da outra metade do mundo —, de uma união cultural dos países latinos e de uma comunidade formada pelas nações que têm o português por idioma. Cada membro de uma dessas constelações será considerado não apenas por seu peso específico dentro dela, mas também por sua presença e posição nos demais conjuntos. Ao atuar no seu espaço regional, o peso de um país lusófono se adensará com o reconhecimento de que o ampara a fraternidade dos outros sete, sobretudo se essa fraternidade vier a tomar forma numa aliança política permanente. No caso de Portugal, por exemplo, o fazer parte de uma outra comunidade, com membros distribuídos por três diferentes partes do mundo e tendo entre eles uma potência mundial, que nele reconhece sua raiz histórica, contribuirá para que venha a ter um lugar mais relevante do que aquele que suas dimensões lhe reservariam na União Europeia. Não só por poder servir de intérprete, medianeiro e conciliador em relação a outros agrupamentos regionais de que façam parte países lusófonos, mas sobretudo porque à sua voz se somarão o volume, o timbre e a entonação de outras vozes.

Braga, 2000.

A propósito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

O meu antepassado que vivia no Maranhão, na metade do século XVIII, não ignorava que podia servir a seu rei em Salvador, Marvão, Luanda, Moçambique ou Goa. Sabia-se parte de uma comunidade que ultrapassava o que tinha por horizonte. Já nós, talvez por nos parecer evidente, mostramos distraídos para o fato de ter sido o Brasil, durante mais de três séculos, parte de um império, o que fazia com que nossas fronteiras não ficassem em nosso continente nem parassem no nosso litoral: iam, ao norte, até o rio Minho e, a leste, até Macau. Se não se ausenta jamais de nós a consciência de que os sucessos na metrópole nos regiam, ou, quando menos, afetavam, e de que os acontecimentos brasileiros — perdoem-me o anacronismo — lá repercutiam, quando não lhe alteravam a vida, tendemos a nos concentrar naqueles momentos de aceleração, mudança ou ruptura — como o descobrimento do ouro em Minas Gerais ou a invasão napoleônica — e a descuidar do fluir do dia a dia. Ainda assim, não faltam estudos, e alguns importantíssimos, sobre as vinculações entre Portugal e suas dependências. Menos comuns são, contudo, os trabalhos sobre as relações entre as diferentes partes do império.

É bem verdade que Ralph Delgado, a seguir as insinuações de Antônio de Oliveira Cadornega, já escrevia, faz mais de cinquenta anos, em sua História de Angola, que, nos séculos XVII e XVIII, os interesses do Brasil comandavam Luanda e os territórios que dela dependiam, e que era, por isso, dentre os moradores do Brasil que se recrutavam os que a governavam. De que o comércio, fundado no escravo, entre Angola e o Brasil, era em grande parte controlado pelos brasileiros e pelos capitais do Rio de Janeiro, tivemos a confirmação em obras como *Costas negras*, de Manolo Florentino, e *Way of Death*, de Joseph C. Miller. E, há muito, Pierre Verger nos mostrara, entre outras coisas, como de Salvador se marcava o ritmo do comércio com o pequenino, mas importantíssimo para o Brasil, estabelecimento de São João Batista de Ajudá. Já agora sabemos,

com visão de alto voo e com minúcias, graças a este livro provocador que é *O trato dos viventes*, de Luís Felipe de Alencastro, como Angola e Brasil se integravam num mesmo projeto colonial, a se dividirem — como aventara, na esteira de Immanuel Wallerstein, o William D. Phillips Jr. de *Slavery from Roman Times to the Early Transatlantic Trade* — as suas funções econômicas: Angola a fornecer a mão de obra ao Brasil, para que este pudesse produzir o açúcar e outros bens que seriam comercializados e consumidos na Europa.

Não ignoramos — embora ainda tenhamos muito por descobrir e entender — como de Goa se governava ou tentava governar Moçambique, nem como atuavam os canarins e banianes que foram para a Contracosta da África. Mas estamos ainda à espera de que se investigue como se interinfluenciavam e entreteciam as administrações da Índia portuguesa, de Angola e do Brasil, e sobre a história individual daqueles que passaram os seus dias a mudar de terras e de oceanos. Pois homens do Brasil foram trabalhar para a Coroa em Moçambique e na Índia, passando antes, muitas vezes, por Lisboa, Guiné, Cabo Verde, São Tomé ou Angola. E goeses e cabo-verdianos fizeram percursos semelhantes antes de chegar ao Brasil. Nem todos andaram a peregrinar pelos mares e pelas terras do Império como funcionários ou militares. Houve os que saíram por conta própria em busca do enriquecer na aventura. E os que resolveram mudar para outro sítio as suas empresas, como os que levaram de São Tomé para o Brasil as suas mudas de cana, os seus engenhos e os seus escravos, já depois que de lá para cá tivessem emigrado — como nos indica Isabel de Castro Henriques, em *São Tomé e Príncipe: a invenção de uma sociedade* —, os seus modelos e técnicas de produção. E houve até mesmo alguns escravos que passaram os seus dias de liberdade num ir e vir de mercadores pelo Atlântico. E os que trocaram de papéis, e até os inverteram, na travessia: régulos africanos que se voltaram em soldados rasos no Brasil e degredados brasileiros que se tornaram juízes na África.

O quotidiano de cada um desses tratos de terra que formavam um império, distantes uns dos outros pela demora das viagens, se foi alterando, ao longo dos séculos, ao influxo do movimento livre ou forçado de pessoas, um movimento que naturalmente se acompanhava pelo de animais, plantas, objetos, formas de vida familiar e modos de comportamento na cozinha, na casa e na rua. Recordo a preocupação do Gilberto Freyre de *Aventura e rotina* por que se estudasse a fundo a presença da Índia na vida brasileira.

Relembro os textos pioneiros de Luís da Câmara Cascudo, reunidos em *Made in Africa*, nos quais procurou reconstituir o percurso de costumes, tradições e até gestos que os escravos africanos fizeram nossos, no processo de se tornarem brasileiros. E trago das lembranças de minhas leituras de Orlando Ribeiro — penso sobretudo em *Originalidade da expansão portuguesa* — a convicção de que ele talvez sonhasse não só com a história das permutas que se fizeram ao longo da grande curva que vinculava Goa a Lisboa, mas sobretudo com uma história social do que foi o império lusitano.

Essa história pede a multiplicidade das perspectivas. Não basta que saibamos quão diferentes são as declarações de guerra, em 1665, de d. Antônio, rei do Congo, e de André Vidal de Negreiros, chefe dos portugueses; cumpre que aprendamos a ler cada uma delas com os olhos de ambos os contendores e também com os dos régulos dembos e os do jaga de Caçanje e da rainha de Matamba.

Da Guiné vê-se Cabo Verde de um ângulo distinto do de Portugal. E do Brasil ainda mais, porque, até quase os nossos dias — ou melhor, até os primeiros 15 anos da segunda metade do século XX, quando os progressos da técnica, e em especial o avião a jato, dispensaram a escala cabo-verdiana para reabastecimento nas viagens transatlânticas —, o arquipélago funcionou como traço de união entre o Brasil, de um lado, e de outro, a Europa e a África ao norte do equador. Ainda está por fazer-se o inventário das influências recíprocas entre o Brasil e Cabo Verde — influências que, à primeira vista, foram muitas e intensas, até no plano literário, com a presença do modernismo brasileiro e sobretudo do regionalismo nordestino nos escritores de *Claridade* — e ainda está também por escrever-se a crônica do recrutamento de marinheiros cabo-verdianos pela marinha mercante brasileira e de como depois ancoravam em famílias do Recife, bem como a dos marujos brasileiros que se deixavam ficar no arquipélago.

Também está a merecer que se relate com pormenores, e de diferentes pontos de observação, como era, em São Tomé, o duro aprendizado dos escravos das mais distintas origens que já chegavam às Américas ladinos, isto é, acostumados às abominações e às exigências dos brancos e a expressar-se em português, ou, quando menos, naquilo que o padre Alonso de Sandoval, no seu grande livro, escrito nos primeiros anos do século XVII, *De Instauranda Etiopum Salute*, qualificava de português estropiado,

o pidgin ou o crioulo conhecido no grande porto negreiro de Cartagena de Índias como “língua de São Tomé”.

A entrelaçar-se com a história de matrimônios de culturas corre, portanto, uma outra, conflituosa, destruidora, cruel. O nosso passado não é menos feroz do que o passado dos demais povos, e precisamos conhecê-lo também pelos enfoques dos outros, para dolorosamente melhor aprender a com ele nos reconciliar. Ainda que queiramos ter dificuldade em assinar aqueles versos de Auden —

What they call History
is nothing to vaunt of,

being made, as it is,
by the criminal in us

— e até mesmo em concordar com Carlos Drummond de Andrade em que “toda história é remorso”, sabemos que a nossa é feita de conflitos e violência — a começar pela violência que a marca de ponta a ponta: a escravidão racial, com suas sequelas. Mas, como a história de outros povos, ela também possui áreas luminosas. E os seus encontros venturosos, as suas criações afortunadas, as suas colisões e rompimentos não fazem parte, em geral, apenas da história do Brasil, mas também das de Angola, São Tomé, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor. Ainda que cada qual desses Estados se veja com um passado próprio, as aventuras e desventuras deles se vincularam entre si ou se interinfluenciaram ao longo dos séculos, e devem, para serem plenamente entendidas, ser enfeixadas numa história comum ou, quando menos, num conjunto de histórias comunicantes.

Por ter havido um império, entendemo-nos na mesma língua, no mesmo português que, no passado, serviu como uma das armas da sujeição colonial. Porém não há de se esquecer que ele não foi somente um idioma de domínio e de acomodação: foi também, em certos momentos e determinados lugares, um idioma de aglutinação e resistência, qual sucedeu em alguns quilombos no Brasil, e de expressão do sonho, da fábula, da inconformidade, do desabafo e da inventiva. E foi também porque tentou impor-se, entre povos de diferentes falares, como língua de ligação, como língua franca e, finalmente, como língua materna (ainda que sob a forma de crioulos), que o português passou a ser reclamado, após as independências africanas, como o identificador de um novo grupo de nações. De

instrumento de dominação colonialista, o português se foi tornando num instrumento de coesão nacional.

Ao tomar a língua e a história comuns para sobre elas fundar e legitimar uma comunidade de nações, não se deve, pois, esquecer que essa língua e essa história estão impregnadas de violência. E deve-se ter sempre presente que com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não se aspira a recosturar o antigo império. Ainda que a evocar tudo aquilo que, apesar das mágoas e dos ressentimentos, tomou força suficiente para nos fazer próximos, temos de levantar a CPLP sobre a aceitação das responsabilidades que os dois parceiros incomparavelmente mais prósperos, Brasil e Portugal, deveriam passar a ter em relação a angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses e timorenses, que, talvez mais do que nós, sofreram e ainda sofrem essa história.

Salvador, 2001.

Identidade e patrimônio nacionais

A palavra que hoje mais se ouve nos encontros acadêmicos, na imprensa e nos debates políticos é “globalização”. Uma palavra que, de súbito, substituiu “internacionalização” e “interdependência” e se impôs por toda parte. Está em todas as bocas, entra por todos os ouvidos e procura convencer-nos, a todos nós, de que finalmente participamos de uma civilização ecumênica, uma civilização na qual, em última análise, os valores europeus, ou melhor, os valores surgidos às margens do Mediterrâneo, ganharam os oceanos e se impuseram ao resto do mundo.

Na realidade, não estamos diante de uma situação nova, nem no fim de um processo, que teve início não sabemos quando — talvez com a saída do Quênia ou da Tanzânia do primeiro *Homo sapiens*, com a sua travessia do mar Vermelho, para ganhar a Ásia e a Europa. Vivemos um processo que talvez tenha tido nos descobrimentos oceânicos dos séculos XV e XVI um de seus momentos mais importantes e carregado de emoções. Um processo que continua. Um processo que não se esgotou. Que está vivo e cujo fim nenhum de nós é capaz de vislumbrar.

O que se passa com a palavra “globalização” é que transferimos para a área da cultura um conceito que é basicamente econômico. A ninguém escapa que, ao falar-se em “globalização”, o primeiro que nos ocorre é a visão de um mundo no qual as mercadorias e os capitais — sobretudo os capitais — tendem a transitar livremente no espaço e no tempo. A integrar um mercado global. O que ocorre num extremo do mundo tem repercussões em todas as suas partes e nenhum ponto da Terra se pode mais fechar por completo às influências externas.

Esse discurso é válido principalmente para os mercados financeiros, que, sem dúvida alguma, se globalizaram. Ou quase se globalizaram ou mundializaram. A tal ponto que uma crise no Japão pode arrastar atrás dela a Argentina ou o Chile, como se estivessem ali ao lado, e um mau momento no México pode afundar as bolsas de valores da Suécia. Fora desse espaço econômico, em que as mercadorias e os capitais — mas não o trabalho — se movimentam livremente e de modo cada vez mais rápido, não creio que se tenham instalado no planeta valores de todo universais. Não nos vejo a formar finalmente um mundo só, com as mesmas medidas morais, sociais e estéticas, com as mesmas categorias de avaliação e estima, com as mesmas crenças essenciais. Se, porém, digo isso em voz alta, se me recuso

claramente a aplicar o conceito da globalização ao campo da cultura e defendo a conveniência de preservar-se a pluralidade de maneiras de estar no mundo, de conviver e de criar, olham-me de viés, como se estivesse na contramão da história.

Mas está realmente na contramão da história quem verifica que, lado a lado com a chamada globalização, subsistem e até ressurgem, e com força nova, culturas tão antigas quanto a nossa, culturas que, no passado, foram motores da universalização e que, agora, de novo pretendem desenhar à imagem delas o mundo inteiro? Veja-se a civilização muçulmana. Entre os séculos VII e XV, o islame parecia ter unificado econômica e culturalmente os amplíssimos territórios que se estendem dos Pireneus às fronteiras da China. No auge de sua expansão, viu, porém, naufragar o sonho universalista, ao confrontar-se com as realidades locais, com as particularidades iranianas, europeias, africanas, afegãs, indianas e indonésias. A comunidade dos crentes fragmentou-se nas diferentes visões do islamismo que conhecemos e nas variadas formas culturais que se desenvolveram a escorar-se no Alcorão.

Hoje presenciamos um fenômeno curioso. De um lado, no plano da cultura, contamos com cada vez mais japoneses nas orquestras sinfônicas e nos coros europeus e americanos, aplaudimos, como uma das melhores intérpretes de Puccini, uma cantora chinesa educada em Cantão e consideramos um indiano da diáspora judia um dos mais importantes maestros da música europeia. Por outro lado, entretanto, assistimos ao ressuscitar de idiomas que pareciam enterrados para sempre, como o hebraico e o basco, ao ressurgir de particularismos e nacionalismos em todo o mundo, e ao despontar de reivindicações pluriculturalistas em sociedades que se acreditavam cadinhos de cultura, como a norte-americana. Estamos diante, na realidade, de um embate entre uma globalização que se tem por vitoriosa e a valorização das diferenças locais, que pode traduzir-se até mesmo em reivindicações separatistas dentro de Estados multinacionais como a Espanha, o Reino Unido, a União Indiana e o Ceilão.

É difícil para nós, num Brasil formado por múltiplos povos e culturas, mas onde as heranças distintas acabaram por mesclar-se no enorme estômago que é a nação que vamos sendo, entender esse reafirmar constante, dentro de um mesmo Estado, de que cada uma de suas partes é diferente e se recusa a casar-se com as outras. Porque o difícil, entre nós, é separar os legados.

Nós absorvemos os pratos italianos e acreditamos pô-los na mesa como se estivéssemos na Itália. Mas isso não é verdade, porque na nossa mesa entram outros elementos que os italianos não conhecem. Para começar, comemos o espaguete misturado com outras coisas, geralmente, com arroz e feijão. Quando eu vivia em Roma, brincava deste modo com muitos de meus amigos italianos: fazia em casa uma boa massa, com muito suco de tomate e, depois, derramava sobre ela farinha de mandioca. Ficava ótimo. Os italianos provavam e reagiam: “Ih! Mas fica muito bom!” E ficava. Só que não era mais um prato italiano.

Os últimos séculos assistiram a vitórias atrás de vitórias da Europa e da cultura europeia sobre o resto do planeta. São vitórias, contudo, que têm de ser qualificadas, porque os vencidos também se impõem e conquistam os vencedores — e é a isto que assistimos, quando, por exemplo, Van Gogh desenha como um japonês ou Phillip Glass adota instrumentos e processos musicais da Índia. Só na medida em que há uma soma de valores não europeus aos europeus, é que podemos falar de uma verdadeira globalização, de uma globalização que não seja um novo sinônimo de imposição imperial, que não signifique uma retomada do imperialismo com novas roupas.

O que se verifica, hoje em dia, é que praticamente todos os povos, sejam os que manejam técnicas que poderíamos classificar de elementares, sejam os que trabalham com processos muito elaborados, passaram a tomar conhecimento, quase que instantaneamente, do que ocorre no resto do mundo. Estamos diante de uma nova revolução econômica. De um novo grande salto, como o da descoberta do fogo ou a propagação, na Idade Média europeia, dos moinhos. A que estamos vivendo principia com o telégrafo, continua com o rádio, o telefone e a televisão, e desemboca, com os computadores, no correio eletrônico.

Estamos, a cada geração, a mudar o emprego da linguagem. Processos de comunicação inteiramente novos entraram em nossos escritórios, em nossas casas, na vida de nossos avós, de nossos pais, nas nossas e nas de nossos filhos e netos, sem que quase déssemos por isso. E, no entanto, bastam alguns exemplos para que se apreenda isso com clareza. Em 1960, um telegrama de vinte palavras do Nordeste para o Rio de Janeiro custava o equivalente a vinte reais. Hoje mando três páginas de e-mail para a Austrália e gasto menos de meio real. Só isto, a diferença de custo, indicaria a imensa mudança que se verificou em nossa capacidade de nos

comunicarmos uns com os outros em qualquer parte do mundo. Mas continuo. Quando eu era menino, uma carta entre São Paulo e Fortaleza podia demorar de quinze a vinte dias. E um telegrama, cinco ou seis horas para ser entregue. Ainda em 1956, podia-se passar toda uma tarde para se conseguir uma ligação do Rio de Janeiro para Nova York. Hoje, disca-se o DDI de qualquer lugar do mundo e entramos na linha. Até mesmo nos lugares onde o telefone não funciona bem, posso enviar por correio eletrônico minhas mensagens. Atualmente, comunico-me com colegas na República do Benim, no Togo, no norte da Nigéria, pelo computador, com facilidade.

A chamada globalização resulta, em última análise, dessa nova maneira de nos comunicarmos. Não só no plano dos diálogos pessoais, mas também da difusão das notícias. Pois o telégrafo, o telefone e o rádio encurtaram distâncias — e a televisão ainda mais, pondo a imagem do outro imediatamente diante de nós. E essa imagem já chega também à tela dos computadores. Recebo na mesma hora a fotografia de um neto meu, que vive em Genebra, mal foi ela tirada.

Só vivemos isto a que chamamos globalização porque dispomos de uma teia densa e eficiente de comunicações a cobrir o mundo inteiro. Se o que ocorre na bolsa de Tóquio influencia Santiago é porque na capital chilena se sabe da queda de cotação de uma empresa japonesa no mesmo instante em que essa queda se verifica. Do mesmo modo que, hoje, entra por nossos olhos, quase que na mesma hora, o que dantes passávamos dois dias para ler nos jornais. A globalização é, em última análise, isto: a instantaneidade das comunicações. Ou dela deriva. Não devemos, porém, daí inferir que o mundo está ficando todo igual, até porque, se o mundo for ficar todo igual, eu me despeço dele.

Não tem para mim qualquer interesse um mundo inteiramente igual. Recuso-me com firmeza a usar e fazer certas cousas, pelo fato de todos as usarem ou fazerem. Eu, por exemplo, não ponho esses feiíssimos tênis com solas enormes, que transformam os pés num grande embrulho. Não calço tampouco essas sandálias de plástico coloridas e horrendas, que, na televisão, não param de dar férias aos nossos pés. Meus pés não querem férias, pois foram feitos para andar. E não me vão ver jamais na rua de blue jeans. Blue jeans é traje de casa e trabalho, para arrumar depósitos e tirar poeira das estantes.

Que ninguém pense que me estou opondo à vocação planetária, ou mais que planetária, do homem, porém, sim, aos esforços que a ganância, ou seja, a usura, faz sem tréguas, para reduzir-nos todos a pessoas iguais, com os mesmos gostos, os mesmos penteados e, se possível, a mesma fisionomia. A avidez dos senhores do dinheiro nos quer todos do mesmo jeito, a consumir os mesmos produtos, a ter o mesmo comportamento, a mesma forma de cantar, de pintar e de escrever. Com os mesmos gestos, quer ver-nos sentar à mesa, para comer sempre o mesmo hot dog, a mesma pizza, o mesmo sushi, o mesmo hambúrguer. Eu não me oponho ao hambúrguer nem ao sushi, mas quero variar, se possível infinitamente, o meu cardápio.

E aqui entro no tema da identidade nacional. Costumo afirmar, para grande escândalo, que a proteção da identidade nacional é uma questão falsa. O problema não existe. E não existe simplesmente porque não existe identidade nacional a pedir proteção ou para ser protegida. Se uma identidade necessita de amparo é porque é inconsistente, é porque é uma criação artificial e sem raízes.

Vamos por partes. Qual é, como grupo social, a nossa identidade? A identidade é sempre divisível. O que chamamos identidade cultural do Brasil divide-se nas identidades culturais do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, do Piauí, do Amazonas etc., cada qual a diferenciar-se das demais. E cada uma delas contém outras identidades. Divide-se também. Assim, distingue-se, dentro do Piauí, Teresina de Parnaíba, e Parnaíba de Oeiras, e Oeiras de Amarante, e Amarante de Campo Maior, e Campo Maior de Pimenteiras. Em Teresina, por sua vez, há diferenças no modo de viver entre o centro da cidade e a periferia, entre um bairro e outro, e entre classes sociais, e entre profissões, e entre famílias de diferentes origens, religiões e hábitos herdados. A identidade cultural do advogado é distinta da identidade cultural do médico, e do jornalista, e da professora primária, e do mestre de obras, e do jardineiro, e do comerciante, e do bancário, e do chofer de táxi — e tanto é assim, que cada um desses grupos usa um vocabulário próprio, possui suas formas próprias de avaliação de desempenho e seus valores bem definidos.

O que aspiro a dizer é que a identidade cultural é algo que está embutido em cada um de nós. E cada um de nós participa de várias identidades: a familiar, a profissional, a local, a regional, a nacional e a do bloco do mundo em que lhe coube viver. Qual deve ser objeto de cuidados?

Em favor de qual delas devemos sair armados contra o estranho que a ameaça? Penso que o bom combate é outro. Até porque nenhuma cultura se cristaliza no tempo, e as minhas identidades de hoje não são as mesmas de quando era menino.

A cultura em forma acabada, que se não transforma, é cultura morta. A nossa maneira de ver o mundo e de vivê-lo não tem a consistência da rocha. A sua matéria-prima é o tempo, o tempo que se passa, não na solidão de um ambiente fechado, mas com os outros. Toda cultura é história. Vem de muito longe no tempo. Construiu-se, e continua a construir-se, com elementos muitas vezes contraditórios — o moquém, o picadinho, a linguiça, o cozido, a canja, a paçoca, o macarrão, o hambúrguer, a pizza — e que estamos sempre a trazer de fora para dentro. As nossas identidades formam-se no diálogo com os outros, e só por meio deles, dos outros, que funcionam como nossos espelhos, é por nós percebida. Somos uma nação porque existem outras nações. Somos uma cultura porque existem outras culturas. Estamos no mundo como parceiros de um longo e infundável comércio, em que damos, recebemos, trocamos, somamos e mesclamos experiências.

Nenhum de nós é uma ilha, já dizia o poeta. Mas forçoso é não esquecer que os grupos, as nações, os grandes complexos culturais e a própria humanidade são formados por pessoas, por indivíduos. Quando um sujeito afirma que os piauienses são assim e o baiano é assado, está cometendo uma falácia. Não há esse ser especial, o “piauiense”. O que existe é um indivíduo, o José da Costa Pereira, que é piauiense, porque nasceu no Piauí, e faz parte de, pelos menos, duas famílias, aceita a maior parte dos valores que nelas se desenvolveram, e os de seus grupos sociais (determinados pela vizinhança, a escola, a profissão e as amizades), e os de sua língua, e os da história de seu povo e da parte do mundo em que lhe coube viver (o Brasil, o continente americano e os espaços em que prevalece a cultura que se desenvolveu a partir do Mediterrâneo). O que existe de verdade é essa pessoa, singular, única, ainda que conformada pela história, isto é, pelos outros.

Não somos eternos. Se fôssemos eternos — e repito Jorge Luis Borges —, cada um de nós teria sido e seria todos: Buda, Sófocles, Confúcio, Platão, Calígula, Átila, Dante, Giotto, Inês de Castro, Mansa Musa, o rapazinho da gávea de uma caravela, santa Teresa, Bach, Rimbaud, o Estripador de Londres, Einstein e o primeiro homem que descerá em Marte.

Teria todas as experiências que um ser humano pode ter, porque eterno. Mas não somos eternos. Somos, ao contrário, hóspedes de um período fugaz, de um momento da história. Cada um de nós foi, contudo, tecido por todos os que nos antecederam, por passados inevitavelmente múltiplos, diferentes, contrastantes. Somos, como pessoa e como grupo, o resultado do que ocorreu ao longo da história e continuamos diariamente a transformarmos. Por desenvolvimento interno e por influências externas. E não há por que fechar as portas a estas. Nem saberíamos, se quiséssemos, como fazê-lo.

Não há alternativa, a não ser a do cego-surdo ou a do autista, a estar aberto aos outros. Nenhum de nós, como pessoa ou povo, encerrou o seu estágio de formação, construiu de uma vez por todas as suas identidades. Não existe o brasileiro acabado. Ou o dinamarquês acabado. Os franceses, que desenvolveram um pavor por tudo que vem do mundo anglo-saxão, creem que, impondo barreiras, preservarão o que consideram a sua identidade. Acontece que o que entendemos por cultura francesa é o resultado de contatos passados que o país a que chamamos França teve com o resto da Europa, com o resto do mundo, inclusive com a própria Inglaterra e os Estados Unidos. Quando os franceses se propõem a erguer diques contra os produtos culturais norte-americanos, esquecem que quase toda sua literatura a partir do simbolismo deriva, em última análise, de Edgar Allan Poe. Sem o norte-americano Poe, não haveria Baudelaire, nem Mallarmé, nem Valéry.

Mas — cuidado! — parece-me igualmente enganoso concluir-se que, pelo fato de sermos produto da história e continuarmos abertos ao presente que se vai fazendo história, devemos aceitar e adotar tudo aquilo que os outros nos dizem valer a pena. Vi, hoje, na primeira página de um jornal de Teresina, uma fotografia em cores de uma jovem numa bicicleta, carregando uma criança. A bicicleta passa em frente a um ônibus e, ao lado da foto, há uma legenda em letras grandes, na qual se afirma que os pobres de Teresina agora andam de bicicleta porque não têm dinheiro para pagar o ônibus.

(Sei que a bicicleta não foi inventada no Piauí, mas o ônibus também não. E alguém me dirá que, nos dois casos, não há o que defender em termos de identidade cultural. Nem desejo fazê-lo. E recordo aos puristas da identidade cultural o major Policarpo Quaresma, do romance de Lima Barreto, que, por ter o apertar de mãos, o shake hands, como um hábito

inglês, passou a chorar, quando encontrava os amigos, porque era assim que os tupinambás faziam. Tentara o major aprender a tocar o violão, porque acreditava ser um instrumento tradicional brasileiro, mas ao dar-se conta de que não o era, passou ao maracá e à inúbia, sem considerar sequer — creio eu — o berimbau de barriga, porque este viera da África. E em matéria de radicalização de posições, é sempre bom lembrar uma personagem de Leo Vaz, de um dos melhores romances menores que já se escreveram no Brasil, O professor Jeremias, que era tão bom de coração e tinha tamanha piedade pelos animais, que se transformou em vegetariano, até que descobriu que as plantas também sofrem... e morreu de fome.)

Fecho o parêntese. Essa fotografia da moça com a criança na bicicleta, eu a trago à baila, porque o texto que a acompanha me assustou. Assustou-me porque o que ali se diz faz parte do grande complô do petróleo. Querem que nos locomovamos todos sempre usando gasolina ou óleo diesel. E, então, vale importar o ônibus, mas não a bicicleta. Isso é coisa da Holanda, da Alemanha, onde mais da metade da população vai trabalhar de bicicleta. Em Munique, vi isto repetidamente: as senhoras de sapatilha a pedalar as bicicletas, com uma bolsa, em que levam os sapatos altos, pendurada do guidom. Ao chegar ao local de trabalho, encostam a bicicleta, tiram da bolsa os sapatos altos e os calçam, seguindo depois para a loja, a fábrica ou o escritório. Se repetir isso é copiar o estrangeiro, esse é o tipo de cópia que me interessa. Pois há transculturações que ajudam a resolver problemas de um país pobre como o nosso. Em vez de deplorar que a moça levasse o filhinho para o hospital de bicicleta, o jornal deveria elogiá-la. Insisto: o que há de errado em levar uma criança ao hospital de bicicleta? Ou no lombo de um burro? Ou numa carroça? Porque não é moderno? Mas por que consideramos certas cousas modernas e outras arcaicas? Um pouco de pragmatismo bem nos faz falta.

A bicicleta, no caso, nada tem de arcaica. É um meio de transporte tão moderno quanto o automóvel. Com a vantagem de que não maltrata (como faz, de resto, o ônibus diante do qual ela passa) um espaço urbano que se vai fazendo, cada dia, mais hostil. Ninguém vê a fumaça dos ônibus e dos automóveis, mas estão todos atentos à dos cigarros. Eu não fumo, jamais fumei, mas defendo com todo o rigor o direito que têm as pessoas de fumar. Não vejo por que devamos discriminá-las, num restaurante, por exemplo, colocando-as junto da cozinha ou dos banheiros ou proibindo-as de fumar,

quando não discriminamos quem ali chega de automóvel, a jogar monóxido de carbono aos montões na atmosfera.

Mas voltemos à questão da identidade cultural. Sabemos que a cultura é uma construção histórica que prossegue hoje, vai prosseguir amanhã, e depois de depois de amanhã, e na semana que vem, e no mês vindouro, e no próximo ano, e daqui a um século. Sabemos que cada um de nós, conforme o momento e as circunstâncias, assume de maneiras diferentes as distintas formas de uma determinada cultura. E talvez nos tenhamos convencido de que nenhuma cultura existe em estado de pureza. Inconsútil e imaculada. E sem que por seu urdume passem tramas de outras culturas, cujos modos de ser, sentir, pensar e criar incorporamos aos nossos.

Não há cultura viva — creio — sem contaminação externa. É preciso, no entanto, compreender que, nessa obra em progresso que é a cultura de um grupo ou de um povo, todos os seus elementos se vão ininterruptamente sedimentando e meteorizando, formando, por justaposição, acúmulo, soma e mistura, o solo do qual nos erguemos. E é a isto, ao conjunto de valores herdados e que vão sendo por nós modificados e acrescidos, que chamamos patrimônio cultural.

Recebemos do passado um conjunto de valores e bens. Que temos de preservar e ampliar. Até para que faça sentido o que criamos no presente. Não podemos estar no mundo como se não tivéssemos nada. Como se fôssemos indigentes e órfãos de pais desconhecidos. Temos de preservar os legados, para poder continuar a construir a nossa cultura, de preservá-la sem imobilismo ou isolamento, a fim de que não se torne um fóssil do espírito. Não se trata, portanto, de não dialogar com os outros, de assumir uma atitude de fechamento para o resto do universo, mas de comerciar a partir do que recebemos da história, para poder incluir o que recebemos de novo naquilo que já possuímos.

Trabalhamos com realidades ou verdades que temos por nossas, porque foram construídas por nossos antepassados e por nós próprios. Que possivelmente serão distintas das de nossos netos e bisnetos. Verão eles com outros olhos isto a que chamamos Mundo Ocidental, América, Brasil, Meio-Norte, Piauí e Teresina, e a própria família em que nasceram. Mudará o Natal e mudarão eles...

Em vez de identidade, falemos de patrimônio. Nós não temos coletivamente uma identidade única. Mas possuímos individual e coletivamente um patrimônio. Nós estamos a acrescentar o nosso

patrimônio, neste momento em que estamos aqui conversando. Se alguém pensar que não tenho razão nisto, mas acertei naquilo, já estará contribuindo para um patrimônio de convicções. Porque o patrimônio não é só físico, tangível, material, mas também mental, da inteligência, da sensibilidade e do afeto.

O patrimônio mais fácil de proteger e de preservar é evidentemente o patrimônio físico, ainda que, contraditoriamente, olhemos ao redor e vejamos que muito está sendo abandonado e destruído.

Ainda aqui convém ter cuidado com certas ideias que parecem, apenas enunciadas, verdadeiras. Uma delas é a de que devemos manter as cidades como as recebemos, como foram. Não conheço uma só cidade que tenha atravessado a história sem sofrer acréscimos e alterações. As cidades têm vida, para o melhor e o pior. E não congelam. Se se congelassem, o Rio de Janeiro ainda seria hoje a paliçada erguida por Villegagnon.

As cidades são construções históricas. Onde está a Paris medieval, a Paris de antes do barão Haussmann? Aos pedacinhos, um pouco por ali, um pouco por aqui, mas perdida para sempre como invenção do espaço. Não há cidade que não sofra mudanças, e às vezes drásticas, ao longo dos séculos, ao longo das modas, de modas frequentemente destruidoras. No Brasil, tivemos uma certa moda espantosamente destruidora, dentro daquilo a que chamo as grandezas e misérias do modernismo. Aquele modernismo que, para usar uma frase feliz de Affonso Romano de Sant'Anna, nos fez tanto mal, ao nos fazer tanto bem. Em nome do nacionalismo estético — em última análise, para se ser fiel ao que se tinha, naquele momento, por identidade nacional —, varreu-se do Brasil quase todo o século XIX, nele se incluindo, como seu prolongamento no Novecentos, a belle époque.

Botaram-se abaixo milhares de prédios neoclássicos, neocoloniais, neogóticos, neomouriscos e nos estilos eclético, art nouveau e art déco, sob o pretexto de que não tinham valor nem autenticidade, apagando-se assim parte considerável da história da arquitetura brasileira. A moda era passar diretamente do barroco para o moderno, com alguma concessão a Grandjean de Montigny. O resto era tido por postiço. Do barroco para o moderno, ainda que de barroco, no Brasil, houvesse muito pouco. A própria Ouro Preto, que se tem por nossa grande cidade barroca, não possui senão algumas dúzias de construções barrocas; todo o resto é neoclássico. Por barroco entendia o leigo o que era colonial. E, com relação a tudo o que não pertencia ao período português, a tudo, ou quase tudo que se fez sob a

influência francesa ou inglesa, demorou-se a desconfiança. Descartamos como inautêntico o que não era colonial.

O Rio de Janeiro possuía um conjunto espantoso de arquitetura afrancesada da belle époque e uma coleção extraordinária de prédios em estilo art déco. Foi tudo, ou quase tudo, posto abaixo. Tinha a cidade, no Centro, na Tijuca, em Copacabana, o mesmo tipo de construções que hoje se tornaram atração turística em Miami. Só que a nossa era, em geral, muito melhor. E foi derrubada. Passara de moda.

Há gente que não gosta das casas feitas nos anos 1930 e 1940, na época da ditadura de Vargas. Mas o estilo estado-novista (disfarçado às vezes em “neomarajoara”) fez parte de nossa história. Devia e deve ser preservado. Sei, claro, que nem tudo pode ser protegido, que as cidades crescem e mudam até de vocação. Mas sei também que é possível impedir a depredação gratuita das cidades, fruto de uma ganância que se exerce não só em relação àquilo que é antigo, mas também em relação ao que é contemporâneo. A especulação imobiliária tanto derruba a casa velha de dois séculos quanto a que foi construída há dez anos.

E não se argumente, num e noutro caso, que o prédio era feio. A feiura também faz parte de nosso patrimônio. Além disso, há cousas que hoje nos parecem feias, mas eram tidas por belas há cinco décadas e talvez voltem a ser bonitas daqui a cinquenta anos. Não tenho por que considerar os meus critérios estéticos melhores dos que os de meus avós ou os de meus netos.

Andando por Teresina, encontro, ao lado de casas do início do século XX ou do fim do século XIX, outras que podem ser até nossas contemporâneas, construídas há dez ou doze anos, mas que foram fabricadas de acordo com determinados parâmetros da chamada casa sertaneja. Vou passando por portas e janelas, por meias-moradas, por moradas-inteiras, por casas que, embora modestas, podemos eleger como exemplos de um certo tipo de solução arquitetônica — simples, clara, de linhas retas, econômica. Esses prédios que se podiam levantar com relativamente pouco dinheiro estão sendo demolidos de forma indiscriminada. Daqui a pouco, não vamos mais encontrá-los alinhados dos dois lados de uma rua. E, mais adiante, vamos pensar para localizar um só exemplo deles.

Como veem, não penso que devemos conservar apenas monumentos, obras originais, recintos onde se passaram atos significativos da história. O que temos é de preservar formas de vida, as formas do passado e do presente, pois merecemos continuar a conhecê-las no futuro, mesmo quando

tenham perdido parte de sua utilidade prática, diante de novas formas de vida. O que se passa, aliás, com as casas, porque essas correspondem, em seus desenhos, a determinadas maneiras de viver, e se alteram, quando essas se modificam. Um quarto com armadores de rede não é o mesmo que aquele feito para uma cama de casal.

Como encontrar uma solução para este choque entre o que hoje somos e exigimos e o que antontem fomos e fizemos? Na única linha em que é permitido ao homem construir as suas formas de sobrevivência. Na linha do equilíbrio. Sabendo preservar tudo o que pode ser preservado. No caso das cidades, procurando evitar que a expansão urbana se verifique em áreas já habitadas e dando uma nova utilização ao que era antigo. A casa antiga deixa de ser residência e se transforma em agência de banco ou em escritório de advogado. Passa a ter novo uso, pois o anterior se esvaziou, diante das novas exigências que desenvolvemos em relação às moradias — cozinhas amplas e claras, vários banheiros azulejados e iluminados, tudo muito distinto dos banheiros e das cozinhas de nossos avós e bisavós. Estaremos, assim, a preservar, modificando. A preservar, acrescentando, ao mesmo tempo, mais história à que já temos.

Na medida do possível, respeitemos o que está construído e ergamos novos prédios em novas áreas. Em favor disso, há até mesmo um forte argumento econômico. Faz alguns anos, um grande economista norte-americano, a quem eu acompanhava num passeio pelo Rio de Janeiro, ficou espantado com a série de demolições que via. E disse-me: “Por que é que vocês estão derrubando esta casa? Ela está perfeita! Ela vale um dinheirão!”

Estávamos destruindo uma riqueza, pondo abaixo um patrimônio — o que é um absurdo. Para alguns sujeitos ganharem dinheiro, a coletividade perdia capital. E o norte-americano observou: “É uma casa de alvenaria, coberta de telha, com portas e janelas de boa madeira — vale uma fortuna! Ela representa um patrimônio; ao derrubá-la, vocês estão descapitalizando a cidade e a nação.”

Num país onde existe um sério problema habitacional, como o nosso, é antieconômico derrubar uma casa em boas condições para construir outro prédio no lugar. Temos de construir casas novas, onde não há casas ou onde há palhoças. Vivemos num país pobre, mas esbanjamos recursos, ao demolir prédios que podiam ter ainda cem ou mais anos de vida. Mas isso se coaduna com o fato de que, sendo pobres, temos um dos lixos mais ricos do mundo. Porque jogamos tudo no lixo. Até casas em perfeito estado ou

que poderiam ser recuperadas com pequeno gasto. Por que a especulação imobiliária tem de exercer-se sobre o já construído e não sobre o baldio?

Há ainda outros aspectos por considerar. Quando a ganância imobiliária anuncia um edifício de 14 andares e 28 ou 56 apartamentos numa rua calma e com muito verde, está vendendo um produto falso. Pois, construindo o edifício, acabou-se a rua calma e boa parte do verde.

Olho Teresina do alto. É uma cidade verde. Quase não se veem as casas, porque as frondes das árvores que lhes enchem os quintais cobrem parte dos telhados. Mas, agora, e cada vez mais, sobressaem na paisagem também os espigões. Se eles continuarem a multiplicar-se, em breve Teresina terá um aspecto inteiramente diferente, será outra cidade, cinzenta em vez de verde. O que fazer? Por meio de legislação municipal, assegurar que, ao construir-se um novo edifício de apartamentos, metade das árvores no terreno seja preservada. Para que não se desfigure de todo a paisagem que envolve nossas vidas.

E o que dizer do mobiliário tradicional? Das cadeiras de balanço e dos sofás de palhinha? E daquilo que vai, para a maioria dos cidadãos, perdendo a utilidade prática como os pilões, os alguidares de madeira, os ferros de passar a carvão, as quartinhas e os potes? Como não expulsá-los de nossas vidas, a não ser lhes dando uma utilização estética? E essa utilização estética é um modo de preservá-los, de mantê-los conosco no presente, embora com apenas os seus contornos do passado.

Mais difícil ainda é a questão do patrimônio intelectual e afetivo, do patrimônio da sensibilidade e da inteligência. Como impedir que desapareçam, por exemplo, certas tradições grupais, certos relatos de família, certas histórias como as que minha avó me contava? Guardando-as. Gravando-as. Filmando-as. Pondo-as por escrito. Mas como colocá-las no papel, sem deformá-las? Sem tirar delas a riqueza da oralidade? Sem folclorizá-las? É praticamente impossível. Mas força é fazê-lo, ainda que cientes do que, com isso, se perde. Com o maior cuidado, para que não se reduzam a múmias, porque as múmias não têm vida. Com aquele cuidado que tiveram os irmãos Grimm e, entre nós, Silvio Romero e João da Silva Campos, para manter respirando, ainda que de modo imperfeito, na forma escrita, as histórias que colhiam pelos ouvidos.

Temos de preservar não só o que se falava e fala, mas também o que se escreve e lê. Guardemos ciosamente os livros, até aqueles que parecem não ter valor, aqueles que não temos em bom conceito ou que não gostamos de

ler, porque não é de afastar-se que nossos netos neles encontrem interesse, encanto, emoção e alegria e nos venham a agradecer que os tenhamos conservado. E guardemos os quadros, as esculturas, as colchas bordadas, as cartas de família, os diários, os retratos, as fotografias, as canções, as danças e tudo o que a sensibilidade vai gerando e deixando no tempo, tudo aquilo com o que se constrói um patrimônio que, de círculo em círculo, vai sendo pessoal, familiar, grupal, municipal, estadual, regional, nacional e universal.

É assim que existimos na história: fazendo-a, a partir do que nos foi dado.

Teresina, 1999.

A África e eu

Nos últimos dias de minha infância, li, como tantos meninos de meu tempo, As minas do rei Salomão e os romances de Edgard Rice Burroughs, e acompanhei as fitas de cinema e as histórias em quadrinhos de seu herói, Tarzã, e também as de Jim das Selvas e de Tim e Tom na África oriental. Confesso que ainda guardo no centro da alma essa África onde eram possíveis todas as fantasias da aventura. Mas a outra, aquela em que se viciaram a minha curiosidade e imaginação, eu a descobriria, a caminho dos meus 16 anos, incompleta e fragmentada pela distância e pelo tempo, dentro de mim e ao meu lado, ao ler pela primeira vez Casa-grande & senzala. Terminado o livro, que me parecia sem ponto final, voltei ao seu começo e o reli inteiro, num deslumbramento sem bordas. Quando narrei a um professor, Herbert Parentes Fortes, o meu entusiasmo e como havia corrido para Sobrados e mucambos, esse piauiense formado na Bahia me recomendou Nina Rodrigues e Manuel Querino.

Foi com esses três autores, e com Arthur Ramos, que, adolescente, me convenci de que a escravidão fora o processo mais importante de nossa história e, como o escravo não nascia no navio negreiro, se impunha conhecer a África, se queríamos entender o Brasil. De Os africanos no Brasil, eu repetia para mim mesmo alguns parágrafos que me contavam, ademais, que as relações entre o nosso país e o continente africano não se haviam restringido ao tráfico negreiro e que, em consequência dele, tinham sido muito mais ricas. Lá estavam a vinculação entre uma guerra santa islâmica no centro da África e a rebelião dos malês, em 1835, na Bahia, e a história de um traficante de escravos brasileiro, Francisco Félix de Souza, que se tornou um potentado africano, e as viagens comerciais de um certo Lourenço Cardoso entre Lagos e Salvador. Esses enredos continuam comigo até hoje — e com eles não é raro que sonhe.

Desde aquele dia, em 1947, em que abri com a espátula Casa-grande & senzala, não tirei a atenção de tudo o que via sobre a África. E era quase nada: algumas notícias de jornal, uma e outra reportagem fotográfica em revista norte-americana sobre, por exemplo, arte baulê ou senufo, os

amuralhados do Grande Zimbabué ou os pigmeus do Congo, um volume desemparelhado da obra de Hermenegildo Capello e Roberto Ivens, De Angola à Contracosta, adquirido, do mesmo modo que Civilizations negro-africaines, de Maurice Delafosse, num sebo da rua São José, no Rio de Janeiro, e os Diários de viagem de Lacerda e Almeida, publicados graças a Augusto Meyer e Sérgio Buarque de Holanda. No Brasil, o silêncio sobre a África era quase absoluto, como se não tivéssemos nada a ver com ela. Quando muito, a palavra aparecia em textos a respeito da influência da escultura africana sobre a arte moderna.

Eu estava, desde os meus 19 anos, a curar-me em Campos do Jordão, desiludido, pela doença, de vir a ser antropólogo e entregue à minha outra paixão, a poesia, quando li, creio que em 1951, a série de artigos que Gilberto Freyre escreveu, na revista O Cruzeiro, para as fotografias de Pierre Verger, sobre as comunidades de brasileiros no golfo do Benim. Vi-me, então, com saudades de Nina Rodrigues, que fora o primeiro a dar notícia de que, se no Brasil se continuava a África, nesta ficara um pedaço do Brasil.

Quando Gana se tornou independente, em 1957, eu cursava o último ano do Instituto Rio Branco, às vésperas de virar diplomata. Os jornais chegavam cheios de matérias sobre a África, mas, se esbanjavam fotos de Nkrumah, só raramente nos mostravam o asantehene ou rei dos axantes, e era destes, e dos fantes, e dos gás, e dos adagmés, e dos gonjas, e dos dagombas, e dos maprúsis que eu, em vão, esperava notícias.

Meses depois, vi-me a cuidar, no Ministério das Relações Exteriores, do comércio com a Ásia e a África. Ainda que o Japão tomasse mais da metade do meu tempo e estivesse sempre a exigir urgência, sobravam algumas horas por semana para ler os relatórios e as publicações que, sobre um continente que se independentizava, vinham das embaixadas em Londres, Paris, Washington, Lisboa e Bruxelas. Nesses textos era raro que a atenção se projetasse para um passado de mais de cinquenta ou sessenta anos, para além da época em que a maior parte da África fora posta sob controle europeu. Mas havia remédio para a minha curiosidade: na biblioteca do Itamaraty, encontrei, entre outros livros, o Esmeraldo de Situ Orbis, de Duarte Pacheco Pereira, e O “manuscrito” de Valentim Fernandes, e ali pude ler, em Ramúsio, a Descrição da África, de Leão Africano, as Navegações de Cadamosto e Pedro de Sintra, e a narrativa da viagem do piloto anônimo à ilha de São Tomé.

Em 1960, servia como terceiro-secretário na Embaixada do Brasil em Lisboa, e meu chefe, Francisco Negrão de Lima, sabedor de meu interesse pelo continente africano, confiou-me, ademais de outros temas, o acompanhamento do que se passava na África portuguesa. Aprendi a ler os jornais locais de cabeça para baixo e com o sinal invertido e passei muitas horas a conversar com estudantes angolanos, cabo-verdianos, são-tomenses e moçambicanos sobre suas aflições e esperanças. E sobre a história tradicional de suas gentes.

Certa manhã, fui chamado à sala do embaixador Negrão de Lima, e este me anunciou que iria acompanhá-lo, em fins de setembro, às cerimônias da independência da Nigéria. E lá fomos, para surpresas para as quais minhas leituras não me tinham preparado. Ainda na escada, ao descer do avião, vimos oficiais e soldados, de uniforme cáqui, com um debrum vermelho no colarinho, calças curtas e meias longas, como se fossem ingleses, e três ou quatro rapazes de terno escuro à europeia, que pareciam ter sido colados um minuto antes sobre uma tapeçaria medieval ou sobre os afrescos de Benozzo Gozzoli na Capela Médici, em Florença, tal a riqueza de formas e de colorido das roupas de todos os demais que nos esperavam. Diante da tristeza de nossos ternos e da economia dos vestidos escorridos de nossas mulheres, a abundância de panos — sedas, algodões, damascos, veludos — com que se trajavam de alegria nigerianos e nigerianas, e os bordados que lhes enfeitavam os decotes, e os turbantes, casquetes, gorros e chapéus emplumados que lhes cobriam as cabeças não permitiam dúvida sobre a derrota europeia em matéria de roupagem.

No caminho do aeroporto para o hotel, não me foi difícil perceber que em Lagos o traçado europeu das ruas centrais corria por sobre uma cidade africana e que esta se impunha sobre a outra, sempre que a deixavam. Os dias seguintes acentuaram a impressão da chegada: um século de domínio britânico não havia resultado numa mescla como a que se dá com o café, o açúcar e o leite, mas, sim, no tipo de mistura que se processa quando pomos numa vasilha grãos crus de feijão e de milho e a sacudimos uma ou duas vezes.

A grande emoção esperou pela véspera da partida. Os dois rapazes nigerianos que estavam à nossa disposição nos levaram ao Brazilian Quarter, ao antigo bairro dos brasileiros, agudás ou amarôs, com seus sobrados e casas térreas que seriam idênticas às das velhas ruas de Salvador ou do Rio de Janeiro, se estivessem cobertas de telhas, em vez de folhas de

flandres. Depois, fomos até o cemitério de Ikoyi, comover-nos diante dos túmulos dos brasileiros e de seus descendentes. Enquanto lia as lápides, sentia que tinha mais razões do que Frobenius para repetir baixinho: “Unser Afrika, a nossa África, a minha África.”

Dois meses após o regresso da Nigéria, mandaram-me por duas semanas a Adis-Abeba. No caminho, fiquei cinco dias no Cairo e passei por Cartum. Logo depois, fui a Gana, de onde me desloquei de automóvel pelo Togo e o então Daomé até a Nigéria. E, algumas semanas mais tarde, viajei ao Senegal, à Costa do Marfim e aos Camarões, e novamente a Gana, Togo, Daomé e Nigéria. De volta a Lisboa, já no dia seguinte segui para Angola, cujas principais cidades percorri.

A essas viagens à África seguiram-se muitas outras, espaçadas ao longo de trinta anos. Revisitei mais de uma vez aqueles países, conheci outros, como a Serra Leoa, a Libéria, o Gabão, o então Zaire e o Quênia, e, embaixador na Nigéria e na República do Benim (ex-Daomé), vivi, de 1979 a 1983, em Lagos, onde me senti em casa, como mais um agudá.

Aquelas primeiras viagens coincidiram com o grande impulso que tomaram, sobretudo na França, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, os estudos de história africana, uma história que tinha sido até então desprezada ou negada. De 1960 data o primeiro número de *The Journal of African History*, do qual devo ter sido um dos mais antigos assinantes brasileiros, e que tinha a peculiaridade de dedicar-se exclusivamente à história, enquanto que, por exemplo, a revista *Africa* (do *International African Institute*) e o *Bulletin de l’Institut Français de l’Afrique Noire* dividiam suas páginas com outras disciplinas.

Chegado a uma cidade africana, procurava tempo para um salto às livrarias, mas onde me abastecia das novidades era mesmo em Lisboa. Se dei com *The Western Slave Coast and its Rulers*, de C.W. Newbury, numa montra do Chiado, desencavei de um tabuleiro de saldos *A History of Islam in West Africa*, de J. Spencer Trimingham. Nos alfarrabistas não faltavam preciosidades. Neles adquiri as traduções inglesas de *Und Afrika sprach*, de Frobenius, e das viagens de Heinrich Barth. E os livros que não encontrava à venda, lia, muitas vezes, de empréstimo, como sucedeu com o *Tableau Géographique de l’Ouest africain au Moyen Age*, de Raymond Mauny.

Cometi, na época, grandes pecados de intolerância intelectual. Como tinha ojeriza a Salazar e impaciência com o discurso oficial sobre a ação civilizadora de Portugal na África, punha de lado, por suspeita de

propaganda, as publicações que recebia do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e de outras entidades do Estado português. Nas livrarias, passava ao largo das estantes onde ficavam os livros editados, anos antes, pela Agência Geral das Colônias (depois, do Ultramar) e pelo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Hoje sei que a maioria deles é de boa e até de alta qualidade e lastimo não os ter então comprado. E cada vez que regresso a Lisboa, saio a catá-los de sebo em sebo. Neste e naquele livro, encontro, em sussurro ou em voz alta, a arrogância colonial, mas a perdooo pelas informações cuidadosamente recolhidas e pelo confronto com a minha própria arrogância — a arrogância de quem negava seriedade ou sinceridade a quem pensava diferente.

Não se abateu, ao longo dos anos, o meu interesse pela África. Por algum tempo, porém, não tive para as minhas leituras africanas senão alguns sábados e domingos, absorvido que sempre estive por um ofício que de mim exigia o estudo demorado e zeloso do país onde estava. Se em Washington era comum encontrar nas livrarias as obras que se iam publicando sobre a África, essas não apareciam em Caracas, Madri ou Roma. Nem sequer em Lagos. Mas, já então, sabendo dos novos títulos pelas revistas que assinava, eu os encomendava a colegas diplomatas que serviam em Nova York, Londres ou Paris. Um deles, prestimosíssimo, foi José Guilherme Merquior. Merquior não só não tardava em cumprir os encargos, mas com frequência dava uma olhada no livro pedido e, quando o lia, punha entre as páginas do volume uma carta ou um bilhete com suas impressões, a transbordarem de inteligência e sensibilidade. No exemplar que me mandou da obra hoje clássica de Jack Goody, *Technology, Tradition and the State in Africa*, ele escreveu no próprio anterosto do voluminho que o tivera no fim de semana, tão interessante o achara, e me dizia por quê.

As minhas leituras tornaram-se mais disciplinadas e rigorosas, desde que, em 1975, em Madri, após uma acesa discussão sobre a guerra civil em Angola, Carlos Lacerda me cobrou, como um dever a que não poderia furtar-me, que começasse a escrever um livro sobre a África. Fiz os primeiros esboços de *A enxada e a lança* ainda em Madri. E comecei a redigi-lo, algumas poucas páginas por semana, nos meus dois anos de Roma. Mas foi em Lagos que tomei impulso e passei a nele trabalhar diariamente, ainda que, às vezes, por não mais de meia hora. Dez anos mais

tarde, no crepúsculo de minha missão como embaixador em Lisboa, logrei finalizar essa história das várias Áfricas antes da chegada dos portugueses.

O livro só foi impresso dois anos depois de terminado, e, mal saiu, senti a necessidade de corrigi-lo e atualizá-lo. Passei mais de um ano a preparar a segunda edição, publicada em 1996. Ao entregar os originais à Nova Fronteira, já arrumava, contudo, as velas para *A manilha e o libambo*.

Ganhei seis anos de manhãs felizes e aventureiras a escrever esse novo livro, sobre a história da África entre 1500 e 1700, com ênfase na escravidão. Se não o terminei antes foi porque, durante todo esse tempo, tive de dedicar muitíssimas horas a leituras que pouco ou nada tinham que ver com os textos que estava redigindo, mas me eram necessárias para não perder o rumo do que sobre a África e sua história constantemente se publica. Às vezes, ao receber novas revistas ou livros, vejo-me a reexaminar, para corrigi-las, ideias que pus em *A enxada* e a lança ou em *A manilha e o libambo*. Outras, alegro-me com a confirmação do que desentranhei de minhas leituras. Tenho agora sobre a mesa, por exemplo, dois livros que saíram, o primeiro, no ano passado, em Nova Delhi, e o segundo, há quatro ou cinco meses, em Nova York: *The World of the Indian Ocean Merchant, 1500-1800*, de Ashin das Gupta, e *The Arabian Seas: The Indian Ocean World of the Seventeenth Century*, de R.J. Barendse. Ambos reforçam a minha convicção, a seguir a trilha de Vitorino Magalhães Godinho, de que, ao contrário do que tanto se tem escrito, os portugueses e, depois, os holandeses e ingleses não conseguiram, nos séculos XVI e XVII, desarticular a rede comercial islâmica no Índico e assumir o controle das trocas no que era, desde muito, o mais mercantil dos oceanos. Dominaram, sem dúvida, a maior parte do intercâmbio marítimo entre a Europa e a Ásia, ou talvez — concedamos — quase todo ele, mas esse intercâmbio era pequenino, quando comparado com o volume e o ritmo das transações que se processavam entre o Japão, a China, o Sudeste da Ásia, o que hoje é a Indonésia, a Índia, o Ceilão, o golfo Pérsico, o mar Vermelho e a costa oriental da África. Teria sido só no final do Setecentos que parte desse comércio começou a soltar-se das mãos, que o tinham bem apertado, dos povos do Índico, sobretudo dos árabes e dos indianos. Como isso se deu será contado em algum capítulo do novo livro que vou começar a escrever, sobre a África nos séculos XVIII e XIX e sua resistência ao avanço e domínio europeu. Voltarei, assim, aos romances, filmes e histórias em quadrinhos de minha meninice, mas com heróis ao contrário.

Rio de Janeiro, 2002.

Coda

Portugal

Minha gente é de Viçosa, Sobral e Granja, no Ceará. E de Oeiras e Amarante, no Piauí. Cresci entre outros nomes: Faro, Óbidos, Chaves, Viseu e Santarém, Soure e Crato, Berlengas e Marvão, terras dali de perto e da Amazônia, onde viveu meu avô. Por isso, volto sempre a Portugal como ao melhor de mim mesmo: tudo o que se liga a esses nomes e a outras palavras que fui reencontrando em Lisboa, palavras de minha meninice, onde havia apenas a lembrança de uns vagos bisavós portugueses, mas muitos jeitos de falar, na clara e precisa maneira do sertão, que viajaram com os imigrantes e ficaram incontaminados pelo tempo e a distância.

Isto quis, desde que me senti firme em terra, em 1960, no cais, em Lisboa: pisar nos sítios de onde herdei aqueles nomes, ir cantando para dentro os outros, Lourinhã, Cadaval, Cartaxo, palavras com suas árvores, Aljustrel, Aljezur e Monchique, casas brancas, Ponte da Barca, Valpaços, Vimioso, muros, lavouras e homens, Fafe, Pinhel, Covilhã, mulheres no movimento do trabalho, prontas para o sorriso e a ajuda, Faro, Guarda, Idanha-a-Nova, tudo entranhado em mim, numa espécie de memória que se herda com o sangue, com o dar nome ao mundo e está em tudo aquilo em que só nós, prisioneiros deste modo de falar — o português —, encontramos claridade.

Somos feitos de matéria frágil e o essencial de nós repartimos nas palavras que trocamos. Só nós que as usamos desde sempre, no convívio com a vida, podemos compreender da mesma forma o assombro de um ar ensolarado. E se, diante do mar, em Cascais ou Sines, não me lembrei de um termo português, mas de nomes de bugre — Parnaíba, Iracema, Mucuripe, Camocim — e das enormes extensões onde tudo, dunas, céu e mar, é branco ou impregnado de brancura, foi ainda no vocabulário da saudade que se somou onda a onda e se reencontraram as praias separadas pelos anos e pelas águas.

Não se dirá que em Portugal amo o Nordeste, mas, sim, a unidade de formas que se sobrepõe à diferença das paisagens e se entrega nestes sons com que se identificam as coisas, os seres e as cidades.

Sei que somos de sangue marinho e aprendemos depressa, onde quer que estejamos, os nomes dos passarinhos. Mas ninguém pode sentar-se, feliz e livre, à mesa, para falar numa língua estrangeira. Só se trocam de verdade as almas, quando se entra, simples e povo, na casa do outro, a sentir que as incontáveis léguas não nos levam ao exílio.

Brasília, 1970.

Sobre os textos

“O Atlântico, o Velho e o Novo Mundo” reúne duas palestras: a primeira, feita na Academia Brasileira de Letras, em 3 de agosto de 2004, dentro do ciclo de conferências sobre a literatura do Descobrimento; e a segunda, em 4 de outubro do mesmo ano, no Museu Histórico Nacional, durante o seminário internacional “A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário”.

“Sobre Tomás Antônio Gonzaga” figurou como prefácio no livro de Adolto Gonçalves, *Gonzaga, um poeta do iluminismo*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

“O Rio de Janeiro imperial, mais de meio século depois”, foi escrito para servir de prefácio à nova edição desta obra de Adolfo Morales de los Rios Filho, Rio de Janeiro: Topbooks / UniverCidade, 2000.

“Formação da diplomacia econômica no Brasil” serviu de prefácio ao livro de Paulo Roberto de Almeida, *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*, São Paulo / Brasília: Editora Senac / Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

“O barão do Rio Branco e a modernização do Brasil”, lido no seminário “Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil”, realizado em 28 e 29 de agosto de 2002, no Instituto Rio Branco, em Brasília, foi publicado no livro *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*, organizado por Carlos Henrique Cardim e João Almino, Brasília: Comissão Organizadora das Comemorações do Primeiro Centenário da Posse do barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, 2002.

“Diplomacia e cultura” foi incluído no volume por mim organizado, *O Itamaraty na cultura brasileira*, Brasília: Instituto Rio Branco, 2001; 2ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

“Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil” foi escrito, a pedido de Carlos Guilherme Mota, para o segundo volume (A grande transação) da obra coletiva por ele organizada, *Viagem incompleta: a experiência brasileira*, São Paulo: Editora Senac, 2000.

“Notas de um companheiro de viagem” serviu de prefácio a uma nova edição de *Aventura e rotina*, de Gilberto Freyre, Rio de Janeiro: Topbooks /

UniverCidade, 2001.

“Gilberto Freyre na ilha dos Amores” é transcrição de palestra feita em 28 de março de 2001, durante a V Semana Gilberto Freyre, realizada na Fundação Gilberto Freyre, no Recife.

“Conciliação e reforma no Brasil” foi publicado em Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos, organizado por Lourenço Dantas Mota, São Paulo: Editora Senac, 1999.

“A África refeita no Brasil” saiu, sob o título “Enredos africanos: o destino dos príncipes proscritos no Brasil”, no “Jornal de Resenhas”, da Folha de S. Paulo, em 13 de julho de 2002.

“Coronel, coronéis” serviu de prefácio à 4ª edição, revista e ampliada, da obra de Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

“De Colombo a Castro” foi publicado no suplemento “Livro” do Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1974.

“Da Guerra da Tríplice Aliança ao Mercosul: as relações entre o Brasil e o Paraguai” foi escrito para o terceiro volume, O desafio geoestratégico, da obra Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990), organizada por José Augusto Guilhon Albuquerque, São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 2000.

“Brasil, Portugal e África” foi lido na Sessão de Ciência Política e Relações Internacionais do Congresso Portugal-Brasil Ano 2000, realizada na Universidade do Minho, Braga, Portugal, de 28 a 30 de junho de 2000, e publicado no livro Incertas relações: Brasil-Portugal no século XX, organizado por Benjamin Abdala Junior, São Paulo: Editora Senac, 2003.

“A propósito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa” foi apresentado na sessão de história do Congresso Brasil-Portugal Ano 2000, realizada no Solar do Unhão, em Salvador, de 22 a 24 de novembro de 2000.

“Identidade e patrimônio nacionais” é transcrição de uma palestra feita no Conselho Estadual de Cultura do Piauí, em Teresina, em novembro de 1999, e publicada no nº 26 da revista Presença, daquele mesmo ano.

“A África e eu” foi escrito, a pedido de Alfredo Bosi, para o nº 46 (setembro-dezembro de 2002) da revista Estudos avançados, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

“Portugal” foi publicado, com o título “A troca das almas”, no livro de Sérgio Telles, Encontro, Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1970; e republicado no meu livro O vício da África e outros vícios, Lisboa: João Sá da Costa, 1989.

Índice onomástico

A

Abbeville, Claude d'
Abramo, Lívio
Abranches, Dunshee de
Abreu, Capistrano de
Abreu, Casimiro de
Accioly, Hildebrando
Adandozan
Adarunzá VIII. Ver também Agonglo Africano, Leão
Agonglo
Agontimé, Nã,
Albano, José,
Albuquerque, Jerônimo de,
Albuquerque, Roberto Cavalcanti de,
Aleijadinho,
Alencastro, Luís Felipe de,
Alfonsín, Raúl,
Almeida, Fialho de,
Almeida, Guilherme de,
Almeida, Lacerda e,
Almeida, Paulo Roberto de,
Al-Umari,
Álvares, Diogo. Ver Caramuru
Alves, Castro,
Alves, Rodrigues,
Amado, Gilberto,
Amado, Jorge,
Amaral, Amadeu,
Amaral, Joaquim Tomás do. Ver Cabo Frio, visconde de
Amaral, José Maria do,
Amaral, Tarsila do,

Américo, Pedro,
Amorim, Antônio Brandão de,
Anchieta, José de,
Andrade, Carlos Drummond de,
Andrade, Francisco de Paula Freire de,
Andrade, Mário de,
Andrade, Oswald de,
Anjos, Augusto dos,
Antônio, dom, rei do Congo,
Aranha, Graça,
Aranha, Luís,
Argaña, Luís,
Assis, Machado de,
Athayde, Tristão de,
Átila,
Ayala, Eusebio,
Azeredo, Carlos Magalhães de,
Azevedo, Aluísio,
Azevedo, Álvares de,
Azevedo, Fernando de,

B

Bach, Johann Sebastian,
Bandeira, Manuel,
Baquaqua, Mohammah Gardo,
Barbacena, visconde de,
Barbosa, Rui,
Barboza, Mario Gibson,
Barendse, R.J.,
Barlaeus (Gaspar van Baerle),
Barreto, Lima,
Barros, Domingos Borges de,
Barros, Jaime de,
Barros, João de,
Barth, Heinrich,

Battuta, Ibn,
Baudelaire, Charles,
Beery, Wallace,
Beethoven, Ludwig van,
Belgrano, Manuel,
Bell, Graham,
Bernanos, Georges,
Bernardes, Artur,
Beviláqua, Clóvis,
Bilac, Olavo,
Boadu, Kankan,
Boettner, Luís Maria Ramirez,
Bomfim, Manoel,
Bonifácio, José. Ver Silva, José Bonifácio de Andrada e
Bopp, Raul,
Borch, Ter,
Borges, Jorge Luis,
Boyd, Augustus,
Braga, Rubem,
Branco, Humberto de Alencar Castelo,
Brandão, Raul,
Brecheret, Vítor,
Brito, Farias,
Browning, Elizabeth Barrett,
Buda,
Bueno, Lucilo,
Burckhardt, Jacob,
Burroughs, Edgard Rice,

C

Caballero, Bernardino,
Cabo Frio, visconde de,
Cabral, Pedro Álvares,
Cadamosto, Luís de,
Cadornega, Antônio de Oliveira,

Caetano, João,
Calígula,
Caminha, Adolfo,
Caminha, Pero Vaz de,
Camões, Luís de,
Campos, João da Silva,
Canaletto, Antonio Canal, dito,
Candido de Mello e Souza, Antonio,
Capello, Hermenegildo,
Caramuru, Diogo Álvares Correia, dito,
Cardim, Fernão,
Cardoso, Lourenço,
Cardoso, Vicente Licínio,
Carducci,
Carlos, J.,
Carpeaux, Otto Maria,
Carvalho, Estevão Leitão de, general,
Carvalho, Ronald de,
Carvalho, Vicente de,
Carvalho, Zacaria de Góes,
Cascudo, Luís da Câmara,
Castro, Fernanda de,
Castro, Fidel,
Castro, Inês de,
Castro, Josué de,
Cavalcanti, Amaro,
Caxias, duque de,
Celso, Afonso,
Cézanne, Paul,
Chagas, Carlos,
Chaves, Federico,
Coaracy, Vivaldo,
Coelho Neto,
Colombo, Cristóvão,
Confúcio,
Cooper, Jackie,
Correia, Oswaldo,

Correia, Raimundo,
Cortez, Hernán,
Cosme, Sotero,
Costa, Cláudio Manuel da,
Costa, F.A. Pereira da,
Costa, Navarro da,
Costa, Sérgio Corrêa da,
Cotegipe, barão de,
Couto, Ribeiro,
Crawford, Joan,
Cruls, Gastão,
Cruls, Luís,
Cruz e Sousa,
Cruz, Oswaldo,
Cunha, Euclides da,
Cunha, Gastão da,
Cunha, Vasco Leitão da,
Cunha, Vieira da,

D

Da Costa e Silva,
DaMatta, Roberto,
Dantas, San Tiago,
Dante,
Dardye, De Bourgade La,
Debret, Jean Baptiste,
De Chirico, Giorgio,
Decoud, José Segundo,
Delafosse, Maurice,
Delfim, Eleutério José,
Delgado, Ralph,
Derain, André,
Derby, Orville,
Dias, Bartolomeu,
Dias, Correia,

Dias, Gonçalves,
Doratioto, Francisco,
Duarte, Paulo de Queiroz,
Dutra, Osório,

E

Eckhout, Albert,
Edmundo, Luís,
Einstein, Albert,
Elio, Tomás,
Enes, Antônio,
Estigarribia, José Félix,
Evreux, Yves d',

F

Faoro, Raymundo,
Febvre, Lucien,
Feijó, Diogo Antônio,
Fernandes, Florestan,
Fernandes, Raul,
Fernandes, Valentim,
Ferraz, Marcondes,
Ferreira, Lorena,
Ferro, Antônio,
Figueiredo, João Batista,
Florentino, Manolo,
Fonseca, Hermes da,
Fontenelle, José III,
Fontes, Hermes,
Fortes, Herbert Parentes,
Francia, Francisco Gaspar,
Franco, Afonso Arinos de Melo,
Franco, Afrânio de Melo,

Frazão, Sérgio Armando,
Freire, Junqueira,
Freyre, Gilberto,
Frobenius, Leo,
Fruku,
Furtado, Celso,

G

Gable, Clark,
Gama, Domício da,
Gama, Vasco da,
Gândavo, Pero de Magalhães,
Garay, Eugenio A.,
Garbo, Greta,
Gauguin, Paul,
Geisel, Ernesto,
Gibbon, Edward,
Giordano, Luca,
Giotto,
Glass, Phillip,
Gobineau, conde de,
Godinho, Vitorino Magalhães,
Goeldi, Oswaldo,
Gogh, Van,
Gomes, Teixeira,
Gonçalves, Adelto,
Gonzaga, Tomás Antônio,
Gonzalez, Juan Gualberto,
Goody, Jack,
Goulart, João,
Gozzoli, Benozzo,
Graham, Maria,
Guerra-Duval, Adalberto,
Guezo,
Guillén, Jorge,

Guimaraens, Alphonsus de,
Guimarães, Argeu,
Guimarães Filho, Luiz,
Guimarães Júnior, Luiz,
Gulbenkian, Calouste,
Gupta, Ashin das,
Guzman, Jorge,

H

Hals, Frans,
Hardy, Oliver,
Hartt, Charles Frederick,
Hausmann, barão,
Heliadora, Bárbara,
Henriques, Isabel de Castro,
Heráclio, Chico,
Herkovits, Melville J.,
He, Zheng,
Ho, Cheng. Ver He, Zheng
Holanda, Sérgio Buarque de,
Holbein, Hans,
Homem, Francisco de Sales Torres,
Houaiss, Antônio,
Hugo, Victor,
Huizinga, Johan,
Hundertwasser, Friedrich,
Hussak, Eugen,

I

Ihering, Rodolfo von,
Itiberê, Brasília,
Ivens, Roberto,

J

Japurá, barão de. Ver Lisboa, Miguel Maria de
Jefferson, Thomas,
Jinga (rainha),
João, Preste,
João VI, d.,
Jonston, Alexander,
Jorge, A.G. de Araújo,
Junqueiro, Guerra,
Justo, Augustín,

K

Karasch, Mary C.,
Kelsch, Gustavo de Viana,
Koch-Grunberg, Theodor,
Kpengla,
Kubitschek, Juscelino,

L

Lacerda, Alberto de,
Lacerda, Carlos,
Lacerda, Henrique de Barros Cavalcanti,
Lafer, Horácio,
Lamas, Carlos Saavedra,
Landucci, Lélío,
Lapa, Rodrigues,
Laurel, Stanley,
Leão, Carneiro,
Le Corbusier,
Leoni, Raul de,
Léry, Jean de,

Lima, Francisco Negrão de,
Lima, Jorge de,
Lima, Nestor dos Santos,
Lima, Oliveira,
Lino, Raul,
Lins, Álvaro,
Lisboa, Antônio Francisco. Ver Aleijadinho
Lisboa, Cristóvão de, frei,
Lisboa, João Francisco,
Lisboa, Miguel Maria, dito Conselheiro
Lisboa ou barão de Japurá,
Lobato, Monteiro,
Lobo, Hélio,
Loizaga, Carlos,
Lopes, Baltazar,
Lopes, Craveiro,
Lopes, Francisco Higino,
López, Carlos,
López, Francisco Solano,
Lopez, Mira y,
Lorca, García,
Lourenço Filho, Manuel Bergstöm,
Luccock, John,
Lyra, Heitor,

M

Machado, Alcântara,
Machado, Antônio de Alcântara,
Machado, Gilka,
Maciel, José Álvares,
Mafra, João Maximiano,
Magalhães, Celso de,
Magalhães, Gonçalves de,
Magalhães, Juracy,
Magno, Pascoal Carlos,

Mallarmé, Stéphane,
Mandela, Nelson,
Mandeville, John de,
Mangabeira, Otávio,
Mansa, Muhamed,
Manuel I, d.,
Marcgraf, Georg,
Maria II, d.,
Marianno, José,
Mariano, Olegário,
Marinho, Saldanha,
Martinez, Domingo. Ver Martins, Domingos José
Martins, Domingos José,
Martins, Oliveira,
Mauny, Raymond,
Médici, Emílio Garrastazu,
Meireles, Cecília,
Melo, Carlos Correia de Toledo e,
Melo Neto, João Cabral de,
Meneses, Luís da Cunha,
Meneses, Rodrigo de,
Merquior, José Guilherme,
Meyer, Augusto,
Michelet, Jules,
Mignone, Francisco,
Miller, Joseph C.,
Moacyr, Pedro,
Modigliani, Amedeo,
Monteiro, Maciel,
Montigny, Grandjean de,
Moog, Viana,
Moore, Samuel,
Moraes, Raymundo,
Moraes, Vinicius de,
Moreira, Thiers Martins,
Morínigo, Higinio,
Mota, Avelino Teixeira da,

Mota, Leonardo,
Muller, Fritz,
Musa, Mansa,
Mussolini, Benito,

N

Nabuco, Joaquim,
Nabuco, Maurício,
Napoleão, Artur,
Nássara,
Nassau, Maurício de,
Nazareth, Ernesto,
Negreiros, André Vidal de,
Nepomuceno, Alberto,
Newbury, C.W.,
Nkrumah, Kwame,
Nóbrega, Manuel da,
Nogueira, Alberto Franco,
Noguis, Alberto,

O

Obasanjo, Olusegun,
Oliveira, Cândido de,
Oliveira, Cardoso de,
Oliveira, Felipe d',
Oliveira, Nelson Tabajara de,
Ortigão, Ramalho,
Orwell, George,
Oswald, Richard,
Otaviano, Francisco,
Ourém, visconde de,

P

Paranhos, José Maria da Silva. Ver Rio Branco, visconde do
Pascoais, Teixeira de,
Passos, Pereira,
Patrocínio, José do,
Paulista, Nazaré,
Pedro I, d.,
Pedro II, d.,
Peixoto, Alvarenga,
Peixoto, Floriano,
Pereira, Duarte Pacheco,
Perón, Juan Domingo,
Pessoa, Fernando,
Phillips Jr., William D.,
Pina, Rui de,
Pinto, José Magalhães,
Piso, Willem,
Pizarro, Francisco,
Platão,
Poe, Edgar Allan,
Polo, Marco,
Portinari, Cândido,
Porto-Alegre, Araújo,
Post, Frans,
Prado Júnior, Caio,
Prado, Paulo,
Ptolomeu,

Q

Quadros, Jânio,
Queirós, Eça de,
Queiroz, Alberto de Andrade,
Querino, Manuel,

R

Ramalho, João,
Ramos, Arthur,
Ramos, Graciliano,
Ramúcio,
Rangel, Carlos,
Rebelo, Marques,
Rego, José Lins do,
Rego, Waldeloir,
Reis, Joaquim Silvério dos,
Rembrandt,
Renan,
Reverón, Armando,
Reynolds, Joshua,
Riart, Luís A.,
Ribeiro, Darcy,
Ribeiro, João Ubaldo,
Ribeiro, Joaquim,
Ribeiro, Orlando,
Rilke, Rainer Maria,
Rimbaud, Arthur,
Rio Branco, barão do,
Rio Branco, visconde do,
Rio, João do,
Rios, Adolfo Morales de los,
Rios Filho, Adolfo Morales de los,
Roberto, Holden,
Rodrigues, Augusto,
Rodrigues, Barbosa,
Rodrigues, José Honório,
Rodrigues, Nelson,
Rodrigues, Nina,
Rodrigues, Sarmiento,
Rodriguez, Andrés,

Roett, Riordan,
Rolim, Oliveira,
Romero, Sílvio,
Rondon, Cândido,
Rooney, Mickey,
Rosa, Francisco Otaviano de Almeida,
Rosa, João Guimarães,
Rosas, Juan Manuel de,
Rothschild, família,

S

Sacks, Richard Scott,
Sáenz Peña, Roque,
Salazar, Antônio de Oliveira,
Salgado, Plínio,
Salum-Flecha, Antonio,
Sampaio, Teodoro,
Sandoval, Alonso de,
Sanguinetti, Julio,
Sant'Anna, Affonso Romano de,
Santos-Dumont, Alberto,
Sapena Pastor, Raúl,
Saraiva, José Antônio,
Saramago, José,
Sardinha, Antônio,
Sargent, John,
Sarney, José,
Schmidt, Augusto Frederico,
Segall, Lasar,
Seitenfus, Ricardo A.S.D.,
Seixas, Maria Doroteia Joaquina de,
Sérgio, Antônio,
Serrão, Joel,
Shearer, Norma,
Silva, Agostinho da,

Silva, Artur da Costa e,
Silva, Francisco da,
Silva, José Bonifácio de Andrada e,
Silva, José da,
Silva, Luís Vieira da,
Silveira, Antônio Francisco Azeredo da,
Simões, Nuno,
Sintra, Pedro de,
Soares, Álvaro Teixeira,
Soares, José Carlos de Macedo,
Soares, Mário,
Sófocles,
Sousa, Gabriel Soares de,
Sousa, Luís de Vasconcelos e,
Souza, Francisco Félix de,
Souza, Marina de Mello e,
Stroessner, Alfredo,

T

Tegbesu,
Teresa, santa,
Thevet, André,
Thoreau, Henry David,
Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier, dito,
Torga, Miguel,
Torres, Alberto,
Toynbee, Arnold,
Trimingham, J. Spencer,
Turner, William,

V

Valentim, Mestre,
Valéry, Paul,

Van de Velde,
Van Dyck, Anthony,
Varela, Fagundes,
Vargas, Getúlio,
Varnhagen, Adolfo de,
Vasconcellos, Mário de Barros e,
Vasconcelos, Bernardo Pereira de,
Vasconcelos, Dora,
Vaz, Leo,
Velho, Álvaro,
Verger, Pierre,
Verissimo, Erico,
Verlaine, Paul,
Vernet, Joseph,
Vespúcio, Américo,
Viana, Oliveira,
Vieira, padre,
Vilaça, Marcos Vinícios,
Villa-Lobos, Heitor,
Viollet-le-Duc,
Visconti, Eliseu,

W

Wagener, Zacharias,
Wallerstein, Immanuel,
Washington, George,
Williams, Eric,

X

Xavier, Joaquim José da Silva. Ver Tiradentes

Z

Ziembinski,
Zola, Émile,
Zurara, Gomes Eanes da,

EDITORAS RESPONSÁVEIS
Janaína Senna
Maria Cristina Antonio Jeronimo

PRODUÇÃO
Adriana Torres
Ana Carla Sousa

PRODUTOR EDITORIAL
Frederico Hartje

REVISÃO
Rodrigo Ferreira

INDEXAÇÃO
Ângelo Lessa

DIAGRAMAÇÃO
Abreu's System

Visite nosso site: www.novafrenteira.com.br